

UNISAL
Centro Universitário Salesiano de São Paulo



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação

A pesquisa como ato político na contemporaneidade

X Seminário Sobre Educação Sociomunitária

ANAIS



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28 de setembro/2019
Unidade Americana
Av. de Cillo, 3500 - Pq. Universitário

ANAIS

COMITÊ ORGANIZADOR

Profa. Dra. Andreza Barbosa

Prof. Dr. Jorge Luis Mialhe

Prof. Dr. Renato Kraide Soffner

Profa. Dra. Renata Sieiro Fernandes

Profa. Dra. Renata Cristina Oliveira Barrichelo Cunha

Prof. Dr. Francisco Evangelista

Prof. Ms. Marice Leo Sartori Balducci

Prof. Ms. João Francisco Favoreto

Robert Soares Nascimento

Vaníria Felipe Tozato

COMISSÃO CIENTÍFICA

Profa. Dra. Fabiana Rodrigues Sousa de Sante – Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

Prof. Dr. Francisco Evangelista – Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

Prof. Dr. Francisco José de Lima - Instituto Federal do Ceará (IFCE)

Prof. Dr. Jorge Luís Mialhe – Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

Profa. Dra. Kátia Silene da Silva – Universidade Federal de Goiás (UFG)

Profa. Dra. Lívia Moraes Garcia Lima – Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

Profa. Dra. Maria Aparecida Alckimin – Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

Profa. Dra. Maria José da Silva Fernandes – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

Profa. Dra. Norma Sílvia Trindade de Lima – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. Raimundo Dutra de Araújo – Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

Profa. Dra. Regiane Helena Bertagna - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

Profa. Dra. Renata Cristina Oliveira Barrichelo Cunha – Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

Profa. Dra. Renata Sieiro Fernandes – Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

Prof. Dr. Renato Kraide Soffner – Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

Prof. Dr. Thiago Borges de Aguiar – Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

Prof. Dr. Thiago Henrique Barnabé Corrêa - Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

Profa. Dra. Valéria Oliveira de Vasconcelos – Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

SUMÁRIO

Apresentação	9
Programação	10
Eixos temáticos	12
Eixo 1- Educação e Diversidade Sociocultural	14
A valorização da LIBRAS no processo de aprendizagem da criança surda	15
A rua como escola: saberes de experiência e resistência à homofobia/transfobia	17
As juventudes e a missionariedade salesiana: intervenções comunitárias como construção de identidade	20
Mulheres e docência: professoras na educação profissional na área de Gestão e Negócios	24
Preconceito sutil e meritocracia: a percepção de estudantes de Licenciatura sobre políticas afirmativas com recorte racial	28
A escola como espaço de problematização de gênero e sexualidades dissidentes: olhares de mulheres lésbicas, bissexuais e pansexuais	32
Representações sociais: o que pensa uma população sobre a homossexualidade?	36
La exclusión en el contexto universitario	40
A subjetivação eurocêntrica do feminino não branco e sua resistência decolonial	43
Estratégias de um coletivo feminino no enfrentamento ao assédio em um instituto federal	46
Práticas educativas para o enfrentamento da violência contra mulheres	50
Eixo 2 - Estado, Políticas e Gestão da Educação	53
Análise do financiamento da expansão do ensino superior brasileiro mediante o REUNI, o PROUNI e o FIES	54
Plano Nacional de Educação: possibilidades e limites para educação brasileira	56

Direito à educação? O caso de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto	59
A crise no mundo do trabalho e o fetiche do novo ensino médio	62
Projeto político-pedagógico: a busca pela qualidade social em duas escolas públicas do município de Hortolândia	66
Educação como ato político: análise perante o direito educacional	70
Eixo 3 - Formação de Professores e Trabalho Docente	75
Dom Bosco e Paulo Freire: uma educação baseada no amor e na empatia	76
Brincar, ler e escrever no primeiro ano do ensino fundamental: o que os alunos têm a dizer sobre si e sobre a escola?	78
A importância do coordenador pedagógico na formação dos docentes na escola inclusiva	80
Formação continuada de docentes no Japão: o sistema de lesson study	82
Uma reflexão acerca das dificuldades de aprendizagem no contexto escolar	84
Narrativas pedagógicas e formação de professores	86
Conscientização em Paulo Freire: o sujeito, a realidade e os níveis de consciência	88
Análise da Lei nº 13.278/16 e os impactos causados pela alteração da lei anterior (nº 11.769/08) sobre o ensino da música no Brasil: reflexões a partir de uma ótica positivista de sua relação com a Matemática e as Ciências da Natureza	90
Programa “Mais Alfabetização”: implantação em uma escola do município de Limeira	94
Estudo sobre metodologias de ensino e metodologias ativas no ensino superior: dificuldades e potências	98
Oficina pedagógica no curso de Pedagogia: o encontro entre teoria e prática nos fazeres discentes em um projeto extensionista	103
Análisis del trabajo docente frente a la educación inicial desde las políticas establecidas en el Plan Decenal de Educación (2016-2025)	108
A formação continuada de professores: do percurso inflexivo para o reflexivo	121

Uso das ferramentas Google for Education na formação de educadores da cidade de Americana/SP 125

Eixo 4 - Educação, Cultura e Artes 130

A dança como um instrumento das ações socioeducativas: um olhar a partir do serviço social 131

O papel da estética dos objetos lúdicos para o desenvolvimento e a construção da identidade 135

Haikai: gênero poético como prática interdisciplinar pedagógica 139

Memória-escrita. Memória-imagem. Educação-arte 142

No chão da educação infantil: o desenvolvimento da cultura oral nos bebês 148

A música e a musicoterapia no desenvolvimento do portador do transtorno do espectro autista (TEA) 152

Eixo 5 - Educação, História e Oralidades 156

Memória, espaço escolar e narrativas de estudantes da EJA 157

Memórias das brincadeiras da infância e diálogos dos saberes na prática docente 159

A importância dos avós na construção da identidade dos indivíduos através da educação informal 161

Mulheres e cegueira: sexualidade e educação sexual 163

Quanto vale ou é por quilo: o que o sebo de livros tem a oferecer à Educação Não Formal 166

Cidade como espaço educativo: o distrito de Barão Geraldo em Campinas/SP 169

Educação Não Formal e assistência social: história oral das mulheres usuárias do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Americana/SP 172

As (des)vantagens de ser invisível: como anda o protagonismo autista no Brasil 176

Memória e imagem: história oral dos integrantes da Banda União Operária da cidade de Piracicaba/SP 180

Eixo 6 - Educação, Tecnologias e Linguagens Multimídias 184

Gamificação no processo educativo: estratégias de implementação no ensino fundamental 185

ChatBot no ensino-aprendizagem: um exemplo de aplicação	187
Os aspectos transformadores de novas tecnologias no contexto da prática educativa	192
Ética, tecnologias sociais e sustentabilidade	196
Pedagogía crítica, mediación pedagógica y aprendizaje en modalidad virtual: estudio de caso sobre la capacitación de docentes de educación intercultural bilingüe	200
Letramento digital: contribuição para a formação empreendedora e para a avaliação do ensino superior tecnológico	204
Eixo 7 - Educação Popular e Pesquisas Sociocomunitárias	208
Aprender com a pesquisa: relato de experiência a partir do diálogo	209
A inclusão começa na escola: serviço itinerante no município de Diadema	211
Mujeres indígenas y educación superior en Ecuador	213
Silenciados da Pedagogia Social: formadores ou formados na Pedagogia Social?	215
O evento da feira tecnológica como ferramenta estratégica de Educação Sociocomunitária e divulgação dos cursos técnicos à comunidade: estudo de caso na ETEC Benedito Storani	217
População de rua e seus saberes de experiência	219
A construção da subjetividade da criança em uma escola de educação infantil	221
Resíduos têxteis: práxis das ONGs em relação à educação ambiental	223
A valorização da autoimagem da criança negra	225
Representações sociais sobre a criança disléxica em contextos formais de educação: relatos de professores de Santa Bárbara d'Oeste/SP	227
Às margens do Lago Cuniã: da pesquisa acadêmica à produção de material didático para educação básica	231
Programa Melhor em Casa: análise das estratégias de humanização e contribuições do assistente social	234
Polifonia – rodas de conversa: democratização de ideias em espaço escolar	237

Socioeducação e instituição de medidas socioeducativas: análise de uma experiência sob a perspectiva da Psicologia Institucional	240
As contribuições da Educação Popular para a análise documental da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	244
A etnomatemática dos tropeiros e suas tecnologias: elementos da Educação Popular do Gerais	248
Festival de dança da Escola Técnica Estadual de Hortolândia: processos educativos e construção do protagonismo juvenil	252
Denúncias e anúncios de jovens sobre a educação escolar	255
Processos educativos na classe hospitalar entre pedagogos/as e educandos/as hospitalizados/as	259
Educação e comunicação em tempos de fake news	262
A Educação Sociocomunitária e a identificação dos possíveis fatores que interferem nas relações sociais de crianças em idade pré-escolar	266
Eficácia escolar: uma análise de boas práticas em escolas de regiões socialmente vulneráveis	269
Eixo 8 - Pedagogia Social	274
O projeto Escola de Cidadania da Pastoral do Menor: uma proposta sociopedagógica e pastoral inovadora	275
Eixo 9 - Educação e Direitos Humanos	279
Os dramas dos refugiados e migrantes: o papel da educação e dos direitos humanos em suas interações para desmitificação dos preconceitos	280
Migração e Educação Sociocomunitária: o caso dos indígenas Warao deslocados da Venezuela para o Brasil	283
A educação em direitos humanos sob a ótica da Educação Salesiana	287
Interditos ao pleno desenvolvimento infantojuvenil como um direito humano nas políticas públicas: um estudo de caso	291



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



APRESENTAÇÃO

TEMA: A pesquisa como ato político na contemporaneidade

O IV Congresso Internacional Salesiano de Educação (CONISE) e o X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária, promovidos pelo Programa de Mestrado em Educação – UNISAL, pelo Programa de Mestrado em Direito – UNISAL e pelas Licenciaturas UNISAL, buscaram contribuir com o debate sobre educação, em uma perspectiva interdisciplinar, junto a alunos e egressos de pós-graduação e graduação e professores da educação básica e superior. Teve também como finalidade divulgar pesquisas realizadas por alunos e docentes dos cursos de graduação, pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, compartilhando conhecimentos em torno da temática central do evento.

Para tratar da temática “A pesquisa como ato político na contemporaneidade”, a programação contou com a participação de pesquisadores de renome na área da educação que discutiram a pesquisa enquanto compromisso social da universidade no cenário atual. A temática foi abordada por meio da discussão sobre a educação em todos os níveis de ensino, buscando uma aproximação entre o ensino, a pesquisa e a extensão desenvolvidos no ensino superior e o público participante que atua diretamente com crianças e jovens, destacando o papel e o compromisso social e político da pesquisa na universidade.

Esses anais apresentam os resumos simples e os resumos expandidos dos trabalhos nas modalidades pôster e comunicação oral, respectivamente.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



PROGRAMAÇÃO

26/09/2019 – 5ª feira

17h – Credenciamento

17h30 – Descerramento de placa em homenagem à Profa. Sueli Maria Pessagno Caro no SPA - Serviço de Psicologia Aplicada. Prédio do SPA na entrada do campus.

Auditório Roxo – 2º Piso

19h – Cerimônia de abertura: Pe. Eduardo Capucho (reitor), Profa. Dra. Eliana Rodrigues (pró-reitora de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação), Prof. Ms. Marcelo Augusto Scudeler (diretor de operações UNISAL Unidade Americana) e Prof. Dr. Renato Kraide Soffner (coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação).

20h – 22h – Conferência de abertura: Profa. Dra. María Sol Villagómez R. (Universidad Politécnica Salesiana – Equador)

27/09/2019 – 6ª feira

Auditório Roxo

9h – 11h30 – Mesa redonda 1: A pesquisa em educação como ato político: Profa. Dra. Renata Sieiro Fernandes (UNISAL) – coordenadora, Profa. Dra. Dirce Djanira Pacheco e Zan (UNICAMP); Prof. Dr. Eduardo Donizete Giroto (USP) e Profa. Márcia Aparecida Jacomini (UNIFESP).

Auditório Roxo

13h30 – 16h – Mesa redonda 2: A pesquisa em pedagogia social e na educação salesiana: Francisco Evangelista (UNISAL) - coordenador, Geraldo Caliman (Católica de Brasília), João Clemente de Souza Neto (Mackenzie) e Roberto da Silva (USP).

16h30 – 18h30 – Comunicações orais e pôsteres

Bloco B, 2º Piso

Comunicações – Salas B2.07 a B2.16

Pôsteres – Corredor Mamãe Margarida

Auditório Roxo

19h30 – 22h: Palestra: Pedagogias críticas latino americanas: Fabian Cabaluz Ducasse (Universidad Academia de Humanismo Cristiano)



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



28/09/2019 – Sábado

8h – 10h – Oficinas

Oficina 1: Narrativas pedagógicas de/com professores: Profa. Ms. Heloísa Helena Dias Martins Proença (UNICAMP) – SALA B2.11

Oficina 2: Educação, Estado e micropolíticas: Profa. Dra. Renata Sieiro Fernandes (UNISAL) e Prof. Ms. Rogério Donizetti Bueno (UFSCar) - SALA B2.09

Oficina 3: Relações dialógicas na sala de aula: a construção do debate no ensino: Prof. Dr. Thiago Antunes Souza (UNIFESP) – SALA B2.07

Oficina 4: Patrimônio Educativo e a História Oral: Profa. Dra. Lívia Morais Garcia Lima (UNISAL) – SALA B2.10

Oficina 5: Interculturalidade e educação popular: desafios da pesquisa: Profa. Dra. Valéria Oliveira de Vasconcelos (UNISAL), Profa. Dra. Fabiana Rodrigues de Souza Sante (UNISAL), Prof. Dr. Tiago Zanquêta de Souza (UNIUBE) e Prof. Dr. Diógenes Valdanha Neto (UFTM) – SALA B2.08

Oficina 6: A educação salesiana em tempos de travessia: procedimentos educativos numa perspectiva prática: Prof. Rodrigo Tarcha Amaral de Souza (UNISAL) – SALA B2.12

Oficina 7: Educação em Direitos humanos e a construção da identidade: Profa. Dra. Sonia Maria Ferreira Koehler (UNISAL), Georgiano Joaquim Pereira Antonio dos Santos (UNISAL), Guilherme Faria de Siqueira (UNISAL) – SALA B2.13

Auditório Roxo

10h30-12h30 – Conferência de encerramento: Movimentos sociais e educação: Prof. Dr. Luís Antonio Groppo (UNIFAL)



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



EIXOS TEMÁTICOS

1 - Educação e Diversidade Sociocultural

Educação, diferenças e diversidades socioculturais (de idade, de gênero, de etnia, de classe, de religiosidade) e os efeitos nos processos e práticas educacionais. Interfaces entre Educação e Cultura hegemônica e contra-hegemônica. A pluralidade, multiplicidade, heterogeneidade como elementos de tensões e contradições no real.

2 - Estado, Políticas e Gestão da Educação

Mudanças no papel do Estado e a educação. Direito à educação. Financiamento da educação no Brasil. Sistemas de avaliação e educação. Políticas educacionais e trabalho docente. Reformas educacionais e a gestão da educação. Gestão escolar democrática.

3 - Formação de Professores e Trabalho Docente

Formação inicial e continuada de professores. Desenvolvimento profissional docente. Formação de professores e trabalho docente. Cotidiano escolar: articulação entre formação, pesquisa e trabalho docente. Parceria universidade-escola.

4 - Educação, Cultura e Artes

Pressupostos teóricos, fundamentos, poéticas e estéticas da arte na vida, no corpo, no cotidiano. Os movimentos e as manifestações culturais em diferentes linguagens. A Educação e as relações com a tradição e a inovação.

5 - Educação, História e Oralidades

Educação em diálogo com a história do tempo presente, as visões e interpretações de grupos, tradicionalmente, invisibilizados e não ouvidos, amplificando as vozes e tensionando as versões oficiais e os discursos hegemônicos. Diversidade oriunda da experiência de narrar, de ouvir e de registrar discursos, fundamentalmente, orais, como resistência, potencializando ações micropolíticas e cotidianas nos processos e práticas educacionais. Educação e a metodologia da História Oral.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



6 - Educação, Tecnologias e Linguagens Multimídias

Revoluções científicas e tecnológicas como determinantes das mudanças e tendências do comportamento e do desenvolvimento socioeconômico-cultural. A emergência de novos paradigmas epistemológicos, tecnológicos e políticos, a intervalos cada vez menores de tempo, exigindo versatilidade da análise e da prática educativa. A imposição de mudanças comportamentais e profissionais, em face da transitoriedade das novas demandas mercadológicas. A instrumentalização de novas tecnologias e sua recepção de modo reflexo ou transformador pela prática educativa.

7 - Educação Popular e Pesquisas Sociocomunitárias

Problematização de pesquisas e sistematizações teórico-metodológicas com pessoas de diferentes grupos populares, comunidades, movimentos e práticas sociais. Saberes, conhecimentos e metodologias com compromisso ético, social e político de melhoria das condições de educação brasileira e latino-americana. Denúncias e anúncios descortinados nas pesquisas em educação. Processos de aprender-e-ensinar gestados em investigações pautadas na interculturalidade e intersubjetividade entre pesquisadoras/es e sujeitos participantes da pesquisa. Diálogos entre diferentes epistemologias.

8 - Pedagogia Social

Pedagogia Social. Gestão pública e a educação social. Animação sociocultural. Juventudes e educação social. Pedagogia Social na América Latina. Pedagogia Social, movimentos sociais e o papel das mídias sociais. Diferentes espaços da Educação Social: educação social de rua, prisional e do campo. Educação social e educação escolar.

9 - Educação e Direitos Humanos

Princípios e dimensões histórico-filosóficas. Educação e Direitos Humanos nos âmbitos interno e internacional. Garantias constitucionais e jurisprudência em matéria de Educação e Direitos Humanos. Direito à educação e o pleno desenvolvimento da personalidade humana. Direito à educação para a promoção da compreensão, da tolerância e da cooperação. Direitos Humanos e Educação Sociocomunitária. Educação e Direitos Humanos dos refugiados e migrantes.

10 - Educação Não Formal, a Cidade e o Campo

O campo da Educação Não Formal, constituição, historicidade e conceituação. Os espaços-tempo e as problemáticas de enfrentamento na Educação Não Formal. A ideia-força do município educador. O município (cidade e campo) como patrimônio histórico, cultural, artístico, arquitetônico, econômico, social, natural ou patrimônio total.

Eixo 1 - Educação e Diversidade Sociocultural

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

A valorização da LIBRAS no processo de aprendizagem da criança surda

Lucia Cristina Oliveira Rodrigues

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: lucia.orodrigues22@gmail.com

Valéria Maria Fusch Ferreira

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: valeria.ferreira@unisal.br

Resumo: Os surdos viveram marginalizados por muito tempo, sendo, muitas vezes, oprimidos por uma sociedade majoritariamente ouvinte e obrigados, no passado, a não ser quem realmente são: surdos. Atualmente, eles vêm ganhando espaço na sociedade, obtendo o direito de ser respeitados como tais e o reconhecimento da sua própria cultura e língua. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é reconhecida como língua oficial dos surdos no país, porém ainda há alguns preconceitos com relação ao seu uso por eles e pelos ouvintes. Alguns ainda questionam se de fato ela é uma língua completa, se realmente os surdos aprendem mais e melhor por meio dela. Na escola, esse direito também está assegurado pelas leis educacionais. Desse modo, a LIBRAS é oficialmente uma língua reconhecida pelo decreto que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Sendo assim, a criança surda deve aprender a sua língua materna na busca de um processo de aprendizagem mais efetivo. Então, com o intuito de verificar a importância da aprendizagem da LIBRAS desde cedo pela criança surda é que esta pesquisa se fez necessária. O presente estudo teve por finalidade refletir a respeito da educação da criança surda e se de fato a aprendizagem se torna mais eficaz quando utilizada a LIBRAS. Buscou-se realizar embasamentos teóricos a respeito da real importância da educação de sinais no contexto escolar e sua relevância nos aspectos cognitivo, social e emocional. Por meio da revisão bibliográfica no período de 2009 a 2019, a partir da busca textual no Google Acadêmico e em livros físicos da área, foi analisado o que os autores como Silva (2002), Goldfeld (2002) e Gesser (2009) têm a dizer acerca da cultura surda e do espaço escolar como forma de inclusão da criança surda em um mundo ouvinte e a respeito da LIBRAS como instrumento de aprendizagem para ela. A partir do presente trabalho, pretendeu-se evidenciar que a educação da criança surda por meio da LIBRAS torna a aprendizagem mais significativa e eficaz. Desse modo, pode auxiliar na compreensão do conteúdo pedagógico durante o processo de ensino e aprendizagem. Além disso, verificou-se que a LIBRAS é uma língua com estrutura própria, e não apenas a tradução do português ou dos gestos. Não há como ignorar os estudos a respeito da LIBRAS, da linguagem e da cognição da criança surda. A LIBRAS carrega em si o poder de transmitir ideias, sentimentos, conceitos e ensinamentos que todo ser humano desenvolve por meio de sua língua.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Palavras-chave: Língua Brasileira de Sinais. Educação de surdos. Criança surda. Aprendizagem.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em: 20 abr. 2019.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 20 abr. 2019.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017a. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 abr. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Ensino de Libras é recurso que garante a educação inclusiva**. Brasília, 6 nov. 2017b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/205-1349433645/56981-ensino-de-libras-e-recurso-que-garante-a-educacao-inclusiva>. Acesso em: 1º maio 2019.

GARCIA, Eduardo de Campos. **O que todo pedagogo precisa saber sobre Libras**. Salto: Schoba, 2012.

GESSER, Audrei. **Libras?** Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração de Salamanca**. Salamanca, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 1º maio 2019.

SILVA, Daniele Nunes Henrique. **Como brincam as crianças surdas**. São Paulo: Plexus, 2002.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

A rua como escola: saberes de experiência e resistência à homofobia/transfobia

Aber Hilton Vizoto Galhardo

Mestrando do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: aber.hilton.galhardo@gmail.com

Fabiana Rodrigues de Sousa

Docente do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: fabiana.sante@unisal.br

Palavras-chave: Homofobia. Transfobia. Gênero. Educação. Socialização.**Introdução**

A sexualidade, em suas diferentes manifestações, vem sendo problematizada pela sociedade em decorrência das lutas travadas pelo movimento LGBT. Como resultados delas, já aconteceram múltiplas conquistas no âmbito do direito de cada sujeito poder manifestar livremente a sua sexualidade. Todavia, algumas formas de vivenciar e expressar a sexualidade ainda são imbuídas de muito preconceito. Para Trevisan (2018), o maior tabu da homossexualidade ainda são os entraves morais da sociedade.

Para Louro (1997), foram criadas normas que impõem um papel de gênero, que nada mais são do que uma “matriz heterossexual” preferencialmente utilizada nas escolas, exercendo então um poder e um regime de controle e vigilância às pessoas, tanto discentes como docentes que circulam nesses ambientes escolares. Essa heteronormatividade, ou tentativa de controle, vem se tornando obsoleta, ultrapassada e discriminatória, pois já se vê uma pluralidade de ideias sobre sexualidade e gêneros homem-mulher na sociedade. Apesar dessa pluralidade, Bento (2011) denuncia que ainda se vivencia uma educação do coito e que, historicamente, a escola brasileira foi concebida a partir de valores, normas, crenças e parâmetros de professores, cujo círculo de formação se constituía em uma dimensão heteronormativa.

A heteronormatividade visa regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade de acordo com o que está socialmente estabelecido, em uma perspectiva biológica e predeterminada, de apenas duas possibilidades de locação das pessoas quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho. Apesar da força empregada dessa regulação, há indivíduos que escapam à norma heterossexual. Um desses grupos é designado pelo discurso biomédico como sendo composto de transexuais (BENTO, 2011).

Assim, qualquer indivíduo fora dessa “normalidade” binária passa a ser considerado estranho, inferior, pecador, doente, pervertido, criminoso ou até mesmo contagioso. Em consonância com Louro (1997) e Bento (2011), entende-se que na escola se iniciam muitos dos comportamentos de repulsa e aver-

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



são por homossexuais, travestis e transexuais. Tais comportamentos, quando alimentados, produzirão abertamente atos homofóbicos àqueles considerados “não normais” dentro da tal “matriz heterossexual”; dessa maneira, o domínio do sujeito “normal” acaba sendo legitimado por professores e gestores das escolas; então, gera-se uma pressão sobre esses indivíduos. Tem-se, assim, a legitimação da educação do coito, ou “pedagogia do armário”, utilizando um conceito cunhado por Rogério Diniz Junqueira (2013, p. 481) para aludir ao “conjunto de práticas, relações de poder, classificações, construções de saberes, sujeitos e diferenças que o currículo constrói sob a égide das normas de gênero e da matriz heterossexual”.

Educandos e educandas aprendem, desde cedo, que, se assumirem uma posição diferente da heteronormatividade promovida pela sociedade, tornar-se-ão alvo de menosprezo, desqualificação pessoal, insultos e xingamentos camuflados de brincadeiras, iniciando o que hoje é classificado como violência homofóbica e transfóbica.

A percepção desse tipo de violência é cada vez mais comum em muitas escolas e famílias brasileiras, mas muitas ainda não sabem lidar com suas causas e consequências. Mais do que uma censura e controle, a expressão e a legitimação da identidade e de uma sexualidade dissidente, isto é, fora do padrão hegemônico, fazem com que a escola exerça um papel cruel com aqueles/as que desejam expressar seu enfrentamento à heteronormatividade, culminando comumente em sua evasão escolar. Banidos da escola, esses sujeitos passam a ter as ruas como principal espaço educativo e de socialização, o que acaba por reduzir suas oportunidades de continuidade nos estudos e de colocação no mercado formal de trabalho.

Junqueira (2012, p. 75) denuncia que “quem não se mostra apto a ser normalizado torna-se digno de repulsa e abjeção, habilitando-se a ocupar um grau inferior ou nulo da humanidade”.

Essa pesquisa de mestrado em Educação visa, portanto, desvelar os saberes de experiência, as histórias de vida e os processos de socialização na rua de travestis e transexuais em seus processos de escolarização, procurando compreender como resistem à violência homofóbica e transfóbica.

Desenvolvimento

A identidade de gênero não dita uma padronização de sexualidade ou expressão de gênero, pois existem muitas variações. Os participantes desta pesquisa são transgêneros (travestis/transexuais), terminologia utilizada para descrever pessoas que transitam entre os gêneros. A travestilidade refere-se a uma expressão de gênero que difere da que foi designada à pessoa em seu nascimento, em função de aspectos biológicos (órgãos sexuais masculinos ou femininos), assumindo, portanto, um papel de gênero diferente daquele sugerido pela sociedade. Na maioria das suas expressões, no contexto desta pesquisa, a travestilidade manifesta-se em pessoas designadas do gênero masculino no nascimento, mas que objetivam a construção do feminino por meio de roupas, gestos, atitudes e podendo incluir ou não procedimentos estéticos e cirúrgicos.

Esta pesquisa se encontra em fase de desenvolvimento, e até o momento foram realizadas aproximações a campo, com base na metodologia denominada “bola de neve”, na qual o pesquisador conseguiu contato, por intermédio de uma ex-aluna, com uma participante trans, a qual, por sua vez, indicou outra participante trans, e assim sucessivamente. Em uma entrevista com essa segunda participante, houve a sugestão de o pesquisador estar presente na 2ª Parada Trans de São Paulo. Assim, foi desenvolvido um questionário para uma abordagem mais rápida e objetiva a fim de compreender suas experiências durante



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



o evento. Além do questionário, também foram realizadas quatro entrevistas com seis participantes, na qual se teve a oportunidade de ampliar a compreensão dos significados que as pessoas transgêneras atribuem às suas experiências.

Conclusão

A escola é uma importante instância social de transformação da sociedade, assim não pode deixar de assumir sua responsabilidade na problematização acerca da construção das identidades de gênero.

Os dados coletados no questionário permitem afirmar que 81,25% dos participantes já sofreram algum tipo de violência, seja física, seja verbal, por motivos homofóbicos ou transfóbicos no período escolar, especificamente durante o ensino médio, acarretando muitas vezes o abandono da educação formal.

Com relação à sua profissão/ocupação 43,75% não tinham trabalho formal com carteira de trabalho devidamente assinada, contrapondo-se aos 18,75% das participantes que possuíam atividade remunerada com carteira de trabalho assinada. Além disso, 12,75% das participantes trabalhavam em instituições não governamentais (ONGs) de apoio à diversidade sexual e 25% eram concursadas públicas.

Portanto, buscou-se compreender os saberes de experiência, as histórias de vida e os processos de socialização na rua de transexuais e travestis que interromperam seu processo de escolarização em função de violência homofóbica e transfóbica.

Almeja-se suscitar dados que possam gerar reflexões com esta pesquisa, de maneira a contribuir com a superação dessas formas de violência transfóbica e homofóbica, a fim de consolidar práticas educativas dialógicas e humanizadoras capazes de valorizar os modos plurais de vivenciar a sexualidade e de ser e estar no mundo.

Referências

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, ago. 2011.

JUNQUEIRA, Rogério D. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013.

JUNQUEIRA, Rogério D. Pedagogia do armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. **Revista Educação On-line PUC-Rio**, n. 10, p. 64-83, 2012.

LARROSA-BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

As juventudes e a missionariedade salesiana: intervenções comunitárias como construção de identidade

Ana Carolina Stefanini Leone

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: anacalstefanini@gmail.com

Palavras-chave: Juventudes. Missionariedade salesiana. Identidade.

Introdução

Este texto, de natureza conceitual, pauta-se pela filosofia e pelas atividades das missões salesianas, fundamentadas na educação, no diálogo, na experiência de comunidade, no amor e na religião como sinal de esperança e da novidade sempre viva de Deus. Elas nasceram em 1875, quando São João Bosco enviou um grupo de dez missionários para a Patagônia argentina. A ação do missionário salesiano volta-se à juventude, especialmente àquela desfavorecida. O formato estruturante do voluntariado missionário salesiano fortalece a convivência grupal, as formações temáticas e as ações missionárias em comunidades vulneráveis ao longo do ano.

A partir deste trabalho de voluntariado missionário, apresentam-se discussões sobre a prática do voluntariado, definido como intervenção comunitária que busca promover a reelaboração dos contextos de vida dos missionários e dos sujeitos das comunidades visitadas, (re)pensando a forma como organizam seu cotidiano a partir de trocas interculturais, e a sensibilização ao outro, além de apresentar como a atuação da missionariedade possibilita ao jovem instituir novos referentes e ampliar a visão de mundo na construção de sua identidade. Sem fechar-se em um individualismo, a missionariedade compreende que o voluntário traz como característica a congregação de seres humanos, em uma perspectiva de justiça social que se sustenta pela justiça cognitiva, não apenas por meio da geração de novas alternativas para a superação das desigualdades, mas também mediante um pensamento que gera novas alternativas de tessitura da realidade.

Desenvolvimento

A comunidade se define como um espaço comum de ação recíproca, um lugar que dá origem, que sustenta o caráter relacional do indivíduo, em uma relação mútua e viva, edificada pela reciprocidade. Cada ser humano contribui para isso ao fazer-se presente ao outro com todo o seu ser e ao permitir que o outro se faça presente a ele para que se torne um eu (CARRARA, 2002).

Valendo-se dessa conceituação de comunidade enquanto essencialidade relacional, entende-se que essa ação recíproca pode fundamentar-se teoricamente na abordagem do desenvolvimento humano de-

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



nominada “capacidades centrais” (NUSSBAUM, 2011), que destaca a associação inextricável entre a pluralidade de modos de ser no mundo e a liberdade individual na promoção do desenvolvimento, o qual, nessa dupla vertente individual-social, também é imanentemente comunitário.

Ao teorizar a chamada abordagem do desenvolvimento humano, também intitulada de abordagem das capacidades, principalmente quando associada à colaboração de Nussbaum (2011), Sen (1999) relaciona tais abordagens à questão da defesa dos direitos humanos. Ambos os autores enfatizam que, ao se pensar em capacidades para o desenvolvimento, mira-se a qualidade de vida, que é distinta qualitativamente de cultura para cultura. Ou seja, não pode haver uma delimitação “exterior” valorativa quanto ao que seria qualidade de vida, para determinada sociedade: “[...] pontos como saúde, integridade corporal, educação e outros aspectos da vida individual não podem ser reduzidos a uma única métrica sem distorções. Sen, então, ressalta essa ideia de pluralidade e de não redutibilidade, elementos-chave nessa abordagem” (BISSOTO, 2015).

O conceito de capacidade, segundo Sen (1999), é definido não considerando habilidades existentes dentro da pessoa, mas suas liberdades ou as oportunidades criadas pela combinação de habilidades pessoais e contexto político, social e econômico. Para que haja a promoção do desenvolvimento humano, é necessário, então, que haja oportunidades, primando pela garantia de direitos, a partir da qual se pode ter a liberdade e o ensino de escolher e agir.

Ao considerar a missionariedade como intervenção comunitária, acredita-se que a constatação determinante do processo de intervenção social é a essencialidade da comunicação, em sua raiz de mutualidade. Isso significa que, se, em uma ação missionária, um dos lados acreditar que conhece as necessidades e as respectivas soluções dessas necessidades de determinado grupo social, sem antes ouvi-las, e, por outro lado, não sentir-se acolhido para expressar suas reais demandas, a ação missionária pretendida não poderá ser considerada como uma intervenção comunitária. Conseqüentemente, a promoção do desenvolvimento humano e comunitário, que está no cerne da missionariedade, devendo envolver a todos os participantes, será falha.

Um dos principais objetivos do trabalho missionário salesiano é, por meio das intervenções comunitárias, revelar as motivações e as habilidades dos sujeitos da comunidade, para que possam junto trabalhar em vista dos bens comuns, impulsionando o bem-estar. É preciso que a comunidade alimente o sentimento de pertença e que, juntos, missionários e comunidade agenciem o desenvolvimento em cenários caracterizados pela diversidade e pela desigualdade.

Isso se centra em uma ética do cuidado, que afirma que todo ser humano possui a capacidade de cuidar, o que faz dos homens seres éticos. O sentido de cuidar é inerente ao existir humano, pelo fato de “existirmos-com-o(s)-outro(s)-no-mundo. A ética do cuidar encerra um sentido de responsabilidade e dignidades fundamentais ao ser pessoa” (PERDIGÃO, 2003, p. 485).

Para Santos e Meneses (2010), diante de toda a mentalidade colonial que ainda vigora na contemporaneidade, por meio do etnocentrismo, do sexismo e das segregações econômico-sociais, ao se fazer referência à comunidade (também no âmbito de intervenções comunitárias), é requerido também tratar de solidariedade e emancipação. Solidariedade não apenas como conceito, mas irmanada à participação, expressão política da comunidade e efetivada pela racionalidade que congrega e medeia as subjetividades e as sensibilidades humanas.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

**Conclusão**

Como resultados, afirma-se que a missionariedade, quando trabalhada em uma perspectiva emancipatória e de transformação social, e fundamentada na necessária sistematização de fundamentos teóricos, colabora para construir vivências que favoreçam a emersão de formas menos desiguais de vida em sociedade.

A missionariedade salesiana visa disseminar a ideia de um voluntariado que suscita a vontade de mudar o mundo, não por idealismo, mas atraído pela ação, pelo compromisso e pela responsabilidade de mudar ao menos o seu próprio contexto e suas percepções de vida, uma incitação da cultura da solidariedade e da partilha.

Constitui-se como fomentadora de uma ecologia de saberes, que é definida por Santos e Meneses (2010) como a teia que representa a diversidade epistemológica de concepções de mundo das pessoas, reconhecendo e legitimando a existência da pluralidade de conhecimentos que caracteriza a humanidade. Isso vai muito além da validação daquele conhecimento considerado científico, ajudando a desmistificar forças de poder, a reduzir preconceitos e a construir novos referenciais de realidade, tanto em nível individual quanto coletivo para a promoção de um mundo melhor e mais equânime.

Referências

BISSOTO, Maria Luísa. Um caminho para a autonomia: reflexões sobre a educação sociocomunitária do deficiente intelectual. *In*: BISSOTO, Maria Luísa; MIRANDA, Antonio Carlos (Orgs.). **Educação sociocomunitária: tecendo saberes**. 1. ed. Campinas: Alinea, 2012. p. 93-108.

BRIDGER, Jeffrey; BRENNAN, Mark; LULOFF, A.E. The interactional approach to community. *In*: ROBINSON JR., Jerry; GREEN, Gary Paul. **Introduction to community development: theory, practice, and service-learning**. Thousand Oaks: Sage, 2011.

BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. Tradução de Newton Aquiles von Zuben. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CARRARA, Ozanan Vicente. A relação em Martin Buber. **Mimesis**, Bauru, v. 23, n. 1, p. 81-98, 2002.

FERREIRA, Antonio da Silva. **Não basta amar...** A pedagogia de Dom Bosco em seus escritos. São Paulo: Editora Salesiana, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n2/03.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019

NUSSBAUM, Martha. **Creating Capabilities**. Cambridge: Belknap Press, 2011.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

PERDIGÃO, Antonia Cristina. A ética do cuidado na intervenção comunitária e social: os pressupostos filosóficos. **Análise Psicológica**, v. 21, n. 4, p. 485-497, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v21n4/v21n4a07.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.

RICOEUR, Paul. Avant la loi morale: l'éthique. *In*: ENCICLOPAEDIA UNIVERSALIS. **Symposium** – Les Enjeux. Paris: Encyclopaedia Universalis, 1993. v. 1, p. 62-66.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SBERGA, Adair Aparecida. **Voluntariado jovem**: construção da identidade e educação sociopolítica. São Paulo: Editora Salesiana, 2001.

SEN, Amartya. **Nuevo examen de la desigualdad**. Madrid: Alianza, 1999.

SILVA, Carmen; MARTÍNEZ, Maria Loreto. Empoderamiento: proceso, nivel y contexto. **Psykhé**, Santiago/Chile, v. 13, n. 2, p. 29-39, 2004.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Mulheres e docência: professoras na educação profissional na área de Gestão e Negócios

Bruna Rodrigues Viotto da Cruz

Mestranda do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: viotto.brunna@gmail.com

Palavras-chave: Mulheres na docência. Estudos feministas. Educação. Educação Popular. Roda de conversa.

Introdução

A mulher brasileira tem conquistado seu lugar no mercado de trabalho e também na educação ao longo dos anos. Ela deixou de ter uma educação no lar e para o lar e passou a ocupar as cadeiras das escolas públicas mistas no século XIX, conquistou presença considerável no ensino primário ao longo do século XX e, mais recentemente, chegou à docência no ensino profissional e superior (RISTOFF, 2007).

Em uma pesquisa divulgada pela Revista Exame no ano de 2016, com dados referentes a 2015, aponta-se que as mulheres representavam 55,36% das matrículas na graduação em Administração, e os homens, 44,64% (GASPARINI, 2016). Contudo, essa maioria feminina se confirma apenas em nível discente. Na docência, no que diz respeito à educação profissional e superior, essa realidade é diferente.

Diante da presença de mulheres na educação profissional, esta pesquisa questiona: quais são as percepções de professoras dos cursos profissionais da área de Gestão e Negócios acerca do ser mulher, de seu percurso formativo e atuação profissional, em uma área até então predominantemente masculina? Faz-se necessário desvelar as representações construídas por essas professoras, a fim de compreender seus processos de resistência aos discursos machistas que impactam sua inserção e permanência nesse campo de trabalho.

Por meio de roda de conversa com as docentes, buscou-se entender motivações, escolhas, decisões, resistências e perspectivas dessas profissionais, além de discutir questões como pertencimento, valorização do fazer e da voz feminina na área do ensino profissional da área de Gestão. Contribuíram para o processo de pesquisa, ainda, análise documental, revisão de literatura e dados estatísticos relacionados a processos de seleção, contratação e atuação de professoras e professores.

Historicamente, percebe-se a prevalência da mulher como docente na educação infantil e básica. Na primeira, o fato se dá pela relação que se estabeleceu entre maternidade e docência para crianças pequenas; uma mulher cuidando de lactentes seria algo natural, uma “programação biológica”. Já no magistério dos primeiros anos, a primeira premissa continuaria válida, uma vez que nessa fase as crianças ainda seriam dependentes, carentes de certos cuidados. Como aponta Louro (2011, p. 450), para essa construção do processo de feminização da docência, em algumas modalidades da educação, seria “importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e de doação. A ele



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE AMERICANA
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



ocorreriam quem tivessem vocação”. Amor, entrega e doação seriam atributos do feminino. Ainda a esse respeito, Badinter (2003, p. 68), que discute a inserção das mulheres em universidades, afirma que existe desigualdade no acesso de mulheres a diferentes áreas do conhecimento, pois “a mulher sempre está ligada a áreas que exigem cuidados como saúde, educação, magistério, especialmente para séries iniciais”.

A baixa remuneração para o magistério se daria pelo fato de essa carreira ser considerada uma carreira feminina. Contribui para a situação a ideia de que a mulher desempenha papel secundário na constituição da renda familiar, não necessitando de melhores salários. Almeida (1998, p. 63), no entanto, apresenta outro ponto de vista, afirmando que a baixa remuneração se deve ao fato de esse serviço ser prestado às camadas mais pobres da população, uma vez que, “quando qualquer profissão está direcionada para o atendimento da população de baixa renda, o sistema capitalista consegue levá-la a perder sua qualificação profissional e seu poder aquisitivo”.

Rosemberg (2012) concorda com Matos e Borelli quando estas apontam que os ensinos fundamental e médio apresentam remuneração mais baixa para professores, sempre enfatizando a vocação para a profissão. Fatores como baixa remuneração por ter ocupação secundária na renda familiar, “verdadeira” missão da mulher voltada para o lar, programação biológica, amor, entrega e doação reforçam a ideia de que as mulheres devem estar na sala da aula, mas em fases iniciais, desconsiderando sua permanência como docente na educação profissional, uma vez que elas não foram “programadas biologicamente” para desenvolver aquele trabalho e tampouco ensiná-lo. Dessa forma, é muito comum encontrar poucas docentes atuando como professoras na área de Gestão e Negócios, principalmente em cursos tidos como “masculinos”.

A mulher foi inserida na educação profissional apenas em 1911, com a criação da Escola Profissional Feminina. Com objetivo de formar as meninas para que exercessem trabalho remunerado, ofereciam-se aulas de Português, Aritmética, Geografia e Desenho Geométrico, Desenho Técnico, entre outras disciplinas, além de atividades práticas desenvolvidas nas oficinas, e dispostas na ordem de procura: confecção; rendas e bordados; flores e chapéus (NOVELLI, 2004).

Entre 1911 a 1920, a cadeira de Desenho era a única obrigatória. Somente em dezembro de 1919 e abril de 1920 foram acrescentadas as cadeiras de Português, Educação Moral e Cívica, História e Geografia do Brasil, Geometria e Cálculo Aritmético. Após a reforma Sampaio Dória, as cadeiras de Economia Doméstica e Puericultura passaram a integrar o currículo. Com a introdução delas, explicita-se a tendência de repudiar a profissionalização das mulheres direcionada exclusivamente para a indústria, acrescentando-se os trabalhos manuais e o cuidado, ou seja, reaproximando-as de sua missão: a responsabilidade pelo lar e pela família. Como demonstrado por Moraes (2002 *apud* NOVELLI, 2004, p. 9), “à medida que o discurso racionalizador invade o espaço social, propondo-se a domesticar a classe operária, surge uma nova concepção do papel a ser desempenhado pela mulher trabalhadora: o de esposa e mãe”.

A pesquisa foi realizada em uma escola técnica estadual na Região Metropolitana de Campinas. Por oferecer cursos técnicos noturnos e integrados ao ensino médio, a escola possui professores com formação na base comum, como Língua Portuguesa, Matemática e História, e professores com formação na base técnica, como Administração, Contabilidade e Logística. Alguns possuem formação nas duas áreas, podendo atuar nas duas modalidades. Para fins de análise, verificou-se a quantidade de professores que atuavam na unidade no 1º semestre de 2019. Constatou-se que, de um total de 58 professores atuando no ensino técnico e ensino médio integrado ao técnico, 28 eram homens, e 30, mulheres. Ao analisar apenas os cursos técnicos da área de Gestão e Negócios, de um total de 20 docentes, 13 eram homens, e 7, mulheres.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



A roda de conversa foi realizada com seis professoras no total, separadas sempre em duplas. Em suas falas, elas mostraram enxergar com certa resignação a presença de mais professores que professoras. Ao serem questionadas sobre a quantidade de professores homens em sua vida acadêmica e atuando na docência da educação profissional, mostraram hesitação. Era comum a visão de que determinadas carreiras seriam mais masculinas, como Logística (pela necessidade de lidar com homens), e outras mais femininas, como Recursos Humanos (mais burocráticas, que requerem organização). Os papéis de liderança (assertividade, raciocínio lógico) ou a docência no período noturno (disponibilidade, pouco responsabilidade com a rotina doméstica) seriam adequados para o homem. Revelaram, em seu discurso, que para o homem é mais fácil se dedicar à vida acadêmica, fato que, de forma complementar, explicaria a presença deles em maior número na docência da educação profissional. Nota-se a reprodução de um discurso que, embora perceba distorções, não traz em si a perspectiva de mudança.

Conclusão

Como Paulo Freire aponta, não se educa sozinho, mas uns com os outros. Em relação às mulheres, tem-se uma socialização fortemente influenciada pela organização social patriarcal. As rodas de conversa constituíram um espaço-tempo de troca de experiência, de problematizar os elementos de realidade que as cercam, na reflexão realizada em conjunto, com outras mulheres. Dessa forma, por meio da dialogicidade presente na roda de conversa, foi possível sentir como elas percebem questões de gênero que envolvem o seu fazer profissional.

É importante que professoras da educação profissional pensem a complexidade das estruturas de poder que agem sobre as mulheres. A partir da problematização da realidade, pode-se promover a autonomia dentro e fora da sala de aula para a transformação das estruturas de opressão, de cerceamento e de subalternização da mulher. Transcender as opressões que são apresentadas, pensar a condição de ser mais e buscar a liberdade, diante de uma realidade de amarras tecidas por preconceitos e estereótipos, são fundamentos de uma educação que se propõe revolucionária. Essa realidade que não pode ser vista como destino ou fatalidade, mas sim como resultado de uma construção que pode e deve ser questionada e, principalmente, transformada.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

BADINTER, Elisabeth. **Émilie, Émilie: a ambição feminina no século XVIII**. Tradução de Celeste Marcondes. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GASPARINI, Claudia. As carreiras preferidas por homens e mulheres no Brasil. **Exame**, 6 out. 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/carreira/as-carreiras-preferidas-por-homens-e-por-mulheres-no-brasil/> Acesso em: 3 jun. 2019.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.

NOVELLI, Gisele. Ensino Profissionalizante na cidade de São Paulo: um estudo sobre o currículo da “Escola Profissional Feminina” nas décadas de 1910, 1920 e 1930. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., 2004, Caxambu. **Anais....** Caxambu, 2004.

RISTOFF, Dilvo. **A trajetória da mulher na educação profissional brasileira**. 17 maio 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/202-264937351/5710-sp-1216879868>. Acesso em: 3 jun. 2019.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educandas e educação de mulheres. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi, PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Preconceito sutil e meritocracia: a percepção de estudantes de Licenciatura sobre políticas afirmativas com recorte racial

Davi Dias Ribeiro Arantes

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)
E-mail: davidias0102@hotmail.com

Jéssica de Sousa Villela

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)
E-mail: jessica.sousasv@gmail.com

Igor Moreira de Paula

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)
E-mail: igormoreira.paula@hotmail.com

Agência financiadora: CNPq

Palavras-chave: Preconceito racial. Preconceito sutil. Meritocracia. Licenciatura.

Introdução

O presente trabalho busca discutir a percepção de estudantes de Licenciatura sobre políticas afirmativas com recorte racial, verificando se a percepção deles se traduz em um preconceito racial sutil, muitas vezes expresso na defesa da meritocracia. Trata-se de um recorte da pesquisa “Preconceito racial e educação: um estudo sobre o racismo entre estudantes de Licenciatura”, vinculada ao Observatório de Violências nas Escolas.

Os participantes da pesquisa responderam a um questionário em escala Likert com 48 afirmativas relacionadas ao tema do racismo. Para alcançar os objetivos, realizou-se a análise de três questões dele.

Ainda hoje a população negra se encontra em situação de vulnerabilidade, sofre com o preconceito que se manifesta nas mais diversas situações cotidianas e, por consequência, gera às vítimas uma negação de direitos e garantias fundamentais. Nesse sentido, Gomes (2012) afirma que, no Brasil, a população negra é um dos alvos da discriminação no mercado de trabalho, na escola e nas diversas atividades cotidianas. Quando o preconceito ocorre no ambiente educacional, coloca-se em risco o direito e o acesso à educação, garantido na Constituição da República Federativa do Brasil e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



A educação é parte essencial para a promoção da dignidade humana, portanto é fundamental pesquisar preconceito racial na formação de professores, pois é indispensável entender a gênese e identificar as falhas no processo formativo que podem ser corrigidas e prevenir o preconceito racial na atuação docente.

Entretanto, nem sempre a discriminação é percebida, pois o racismo disfarçado, camuflado, é concebido como preconceito sutil. Como pontua Galeão-Silva (2007, p. 65), “o preconceituoso sutil evita confronto direto, tolera os discriminados – a certa distância – e os ataca de modo indireto. Ele demonstra conhecer as normas sociais antirracistas, mas sem interiorizá-las”. Isso posto, o presente trabalho tem por objetivo: identificar a percepção de estudantes de Licenciatura sobre políticas afirmativas com recorte racial; e verificar se a percepção dos participantes se traduz em um preconceito racial sutil.

Desenvolvimento

Trata-se de uma pesquisa do tipo survey, com corte transversal, que levantou dados sobre o preconceito racial em uma população específica, de 110 estudantes universitários de um centro universitário no Estado de São Paulo, de seis cursos de graduação em Licenciatura. A pesquisa se apoia em uma abordagem quanti-qualitativa. O instrumento de pesquisa foi adaptado do estudo de Pettigrew e Meertens (1995), um questionário com enunciados em escala Likert, já adaptado por outros estudos no Brasil (NUNES, 2010; GALEÃO-SILVA, 2007).

A primeira afirmação do recorte, “Eu acredito que o sistema de cotas é uma política pública que privilegia negros e prejudica brancos”, obteve os seguintes resultados: 55,45% dos participantes discordaram totalmente, 17,27% discordaram, 15,45% ficaram indecisos, 7,27% concordaram, 0,91% concordou totalmente e 3,64% não deram resposta. A segunda afirmação, “Muitos imigrantes vieram para o Brasil e superaram o preconceito. Eu acredito que os negros deveriam fazer o mesmo sem nenhum favor especial”, apresentou os seguintes resultados 55,45% dos participantes discordaram totalmente, 17,27% discordaram, 10,91% ficaram indecisos, 10% concordaram, 2,73% concordaram totalmente e 3,64% não deram resposta. E a terceira afirmativa, “Para mim, negros e negras não deveriam ter cotas que auxiliam seu acesso à educação superior”, indicou que 40% dos participantes discordaram totalmente, 15,45% discordaram, 18,18% ficaram indecisos, 7,27% concordaram, 9,09% concordaram totalmente e 10% não deram resposta.

Atualmente, o senso comum é publicamente contra o racismo, e sua manifestação clara e tradicional é condenada socialmente; todavia, “condenação não é sinônimo da sua inexistência” (NUNES, 2010, p. 28). Houve, de fato, uma mudança na demonstração do racismo, porém sua função de organizar as relações de poder e justificar as desigualdades sociais permanece inerte. Essa “nova” forma de racismo é chamada de sutil, e, para Nunes (2010), as pessoas que manifestam essa forma de preconceito se apropriaram da norma antirracista, mas apenas superficialmente:

O discurso social de tolerância, juntamente com várias ações no mundo inteiro, nessa direção, inibe a manifestação aberta do racismo. Porém, a conscientização das más consequências deste não é suficiente para acabar com ele. Com essa manifestação mais sutil, o preconceito é justificado, mas não é admitido como tal (NUNES, 2010, p. 28).

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Os dados apresentados levam a refletir sobre um grave conflito, pois, se a maior parte das pessoas não é abertamente racista, ela é omissa ou “cega” à marginalização vivida pelas vítimas do racismo, o que leva a defender a importância de nomear, discutir e apresentar o racismo sutil.

As questões selecionadas tratam de uma expressão sutil de racismo, tomando-o como um problema individual, pois as afirmativas não salientam a concorrência, mas sim as supostas “vantagens” obtidas pelos negros por meio de ações compensatórias, como o caso das cotas raciais. Por isso, a concordância com as afirmativas poderia traduzir-se como defesa da meritocracia, isto é, a valorização de conquistas por méritos individuais, desconsiderando as variáveis históricas, sociais e econômicas do contexto daquela pessoa em particular.

Com isso, há algumas interpretações e significados que colaboram para entender a crítica às medidas de apoio à população negra, o que pode indicar manifestações sutis do preconceito racial. Para Galeão-Silva (2007), os significados podem ser dois: a atualização do preconceito e a crítica às medidas compensatórias. Com o crescimento de políticas afirmativas e ações compensatórias, a chegada da população negra a espaços privilegiados, como o ensino superior, muda a posição dela no debate social, tornando-a protagonista das ações sociopolíticas. Além disso, a discordância das afirmativas que enunciam esse tipo de preconceito sutil não implica, necessariamente, uma postura libertária ou igualitária, visto que muitas medidas igualitárias podem não estar próximas do cotidiano e ciclo dos participantes da pesquisa. Os dados coletados podem indicar a defesa do “politicamente correto”.

A crítica às ações afirmativas pode ser motivada pelo sentimento de que o instrumento para combater o racismo se pauta mais por ações universalistas, como melhoria da escola básica, em vez de cotas universitárias. Dessa forma, as discriminações positivas como a discordância das afirmativas indicariam uma simples vantagem da população negra em relação aos que têm privilégios (GALEÃO-SILVA, 2007).

Parece que o mecanismo sócio-cognitivo que define os efeitos do individualismo e da competição no preconceito e no racismo refere-se à necessidade de justificação da situação social e econômica dos grupos e à crença de que as pessoas recebem o que merecem (LIMA *et al.*, 2006, p. 312).

Desse modo, a meritocracia e o individualismo ascendem caracterizados pela competição e como forma de legitimar a desigualdade e o racismo sutil.

Conclusão

Embora a maior parte da amostra discorde das afirmativas que indicam preconceito sutil, os resultados coletados mostram que ele ainda persiste na formação docente, o que reforça a necessidade de fomentar a discussão da educação étnico-racial.

Considera-se que é de fundamental importância que os estudantes de Licenciatura estudem o assunto e reflitam sobre ele, e que a instituição de ensino superior proporcione discussões relacionadas ao tema, considerando o compromisso social de professores da educação infantil e básica. Ao tomar os professores como formadores e atores sociais, é nítido que possuem grandes responsabilidades na construção de uma sociedade mais justa, que promove igualdade e garante direitos.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Referências

GALEÃO-SILVA, Luis Guilherme. **Adesão ao fascismo e preconceito contra negros**: um estudo com universitários na cidade de São Paulo. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

LIMA, Marcus Eugenio et al. Normas sociais e preconceito: o impacto da igualdade e da competição no preconceito automático contra os negros. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 19, n. 2, p. 309-319, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v19n2/a18v19n2.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

NUNES, Sylvia da Silveira. **Racismo contra negros**: um estudo sobre preconceito sutil. 2010. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, USP, São Paulo, 2010.

PETTIGREW, Thomas; MEERTENS, Roel. Subtle and blatant prejudice in western Europe. **European Journal of Social Psychology**, v. 25, n. 1, p. 57-75, 1995.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

A escola como espaço de problematização de gênero e sexualidades dissidentes: olhares de mulheres lésbicas, bissexuais e pansexuais

Denise Alves Duarte

Mestranda do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: barbieduartebr@yahoo.com.br

Palavras-chave: Saberes de experiência. Estudos de gênero. Sexualidades dissidentes.

Introdução

São múltiplas as violências direcionadas às mulheres lésbicas, bissexuais e pansexuais em seu cotidiano. Nesta pesquisa de mestrado em Educação, pretende-se focalizar as opressões e violências que se dão no espaço escolar, procurando compreender as resistências e os enfrentamentos protagonizados por essas mulheres.

“A resistência é aqui entendida, portanto, como força que move, atravessa, que torce e se alimenta de outras forças com o intuito de aumentar a potência dos corpos. É efeito de encontros capazes de mobilizar forças; é força inventiva que move e cria possíveis” (PARAÍSO, 2016, p. 389).

Mulheres lésbicas, bissexuais e pansexuais são submetidas, frequentemente, à violência simbólica em instituições de ensino, a qual se expressa por meio de xingamentos e comentários preconceituosos, isolamento social, patologização, exposição a situações constrangedoras que podem resultar em sua “expulsão” da escola, por sentirem-se em um ambiente hostil ou humilhante. Essas situações estão, notadamente, relacionadas à sua orientação sexual que é dissidente do padrão imposto pela heteronormatividade e seus binarismos: masculino *versus* feminino, heterossexual *versus* homossexual etc.

Acrescenta-se ainda o processo de silenciamento e de invisibilidade imposto a essas mulheres, como aponta Louro (2001, p. 89):

O processo de ocultamento de determinados sujeitos pode ser flagrantemente ilustrado pelo silenciamento da escola em relação aos/as homossexuais. No entanto, a pretensa invisibilidade dos/as homossexuais no espaço institucional pode se constituir, contraditoriamente, numa das mais terríveis evidências da implicação da escola no processo de construção das diferenças. De certa forma, o silenciamento parece ter por fim “eliminar” esses sujeitos, ou, pelo menos, evitar que os alunos e alunas “normais” os/as conheçam e possam desejá-los/as. A negação e a ausência aparecem, nesse caso, como uma espécie da garantia da “norma”.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



A conjuntura atual da sociedade brasileira denota um momento conflituoso marcado, por um lado, por paradigmas de segregação, que se nutrem de estereótipos, preconceito, discriminação e heteronormatividade, e, por outro, por paradigmas de inclusão e problematização de gênero e sexualidade.

Esse conflito tem afetado intensamente as práticas educativas, polarizando o debate entre aqueles que defendem que a escola é um espaço profícuo para problematizar questões como gênero e sexualidade, em contraposição àqueles que acreditam que a escola deva se eximir desse debate, por considerar que as discussões acerca dessas questões são uma função a ser assumida exclusivamente pela família. Na esfera política, vêm à baila esses conflitos, culminando na formulação de diversos projetos de lei ancorados pelo Movimento Escola sem Partido, os quais visam interditar a problematização de gênero no interior das escolas.

Decorre daí a busca pela necessária transformação cultural, a partir da compreensão de que a diversidade é intrínseca ao processo de humanização. Cada ser humano é único, constrói-se durante sua existência e lutará por completude. A subjetividade é uma construção histórica e cultural, conforme aponta Dinis (2008, p. 485):

[...] a subjetividade também não se restringe a um eu. Ela se faz de fluxos e partículas com as quais estão coexistindo e esboçando outras composições. A subjetividade deixa de ser uma composição estática de identidade para ser processual. A desestabilização provocada pelo encontro com diferentes fluxos.

Neste sentido, completude da liberdade humana é ter o direito de ser e revelar-se como se é, de constituir a própria identidade de gênero e a sexualidade e ter seus valores respeitados.

Nenhuma criança nasce preconceituosa. O preconceito é fruto de uma construção social, portanto pode ser problematizado e superado, se houver vontade política para isso.

Para Carvalho, Miranda e Pacheco (2015, p.113):

A escola, como instância privilegiada na criação, discussão e manutenção de ideologias, não pode estar alheia a esses debates. No entanto, historicamente, a escola tem servido para disseminar ideologias cultivadas pelas classes dominantes, através, sobretudo, de sua construção curricular, decidindo o que trabalhar e como, de acordo com os interesses dessas classes, o que exclui as diversidades em prol da manutenção do que se institui como padrão por ela.

Deste modo, são objetivos desta pesquisa fomentar a reflexão sobre a função social da escola e descortinar as ideologias que permeiam os fazeres e saberes escolares, procurando fazer frente às normalizações vigentes e chegar a um conhecimento transformador a partir da articulação entre os saberes científicos e os saberes de experiência forjados na realidade cotidiana e nos enfrentamentos e resistências protagonizados por mulheres lésbicas, bissexuais e pansexuais.

Para tanto, buscar-se-á desvelar olhares e percepções de mulheres lésbicas, bissexuais e pansexuais acerca de sua socialização e suas vivências escolares no intuito de compreender o lugar da escola na (des)construção de estruturas identitárias binárias excludentes, como homem-mulher e heterossexual-homossexual.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Desenvolvimento

Esta pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento. Foram realizadas duas rodas de conversa e entrevistas com mulheres lésbicas, bissexuais e pansexuais dentro da abordagem qualitativa, em consonância com os princípios da pesquisa participante.

A seleção para a pesquisa foi estabelecida a partir da metodologia denominada “bola de neve” e da livre aceitação das participantes. Além disso, elas deveriam ter cursado a educação básica e ser maior de 18 anos.

O tipo de amostragem nomeado como bola de neve é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados (VINUTO, 2014, p. 203).

Contatou-se, inicialmente, uma mulher pansexual referência que apresentava requisitos para participar da pesquisa, a qual indicou novas participantes a partir de sua própria rede pessoal. A coleta de dados da pesquisa teve início com uma roda de conversa para ambientação e aproximação entre as participantes da pesquisa. A seguir, de acordo com agendamento prévio, foi realizada uma roda de conversa para reflexões sobre as relações interpessoais dessas participantes em suas fases escolares na educação básica.

Posteriormente, foi realizada entrevista semiestruturada versando sobre experiências significativas e sua socialização no ambiente escolar quando cursava a educação básica, no tocante a aspectos ligados à (des)construção de sua identidade de gênero e sexualidade.

Conclusão

Por meio da análise dos relatos e narrativas dessas mulheres, percebe-se que a ideologia e as formas escolares têm fortalecido as padronizações e imposto normatizações, como a heteronormatividade e os binarismos, que causam sofrimento aos seres humanos. Nas rodas de conversa e nas narrativas, foi possível perceber as marcas das dores vivenciadas nos silêncios, nos olhares, nos relatos de invisibilidade e de violências simbólicas. Por meio da investigação, pretende-se contribuir para uma maior visibilidade das mulheres lésbicas, bissexuais e/ou pansexuais, ampliando o conhecimento acerca da diversidade de gênero e da sexualidade e contribuir para que a escola se assuma como espaço viável e necessário para a problematização de gênero e sexualidade.

Referências

CARVALHO, Manuela Azevedo; MIRANDA, Luciana A. de; PACHECO, Lilian Miranda Bastos. Diversidade sexual na escola: documentos legais e comunidade escolar – uma análise. **Nuances**: Estudos sobre Educação, Presidente Prudente, SP, v. 26, n. 2, p. 112-131, maio/ago 2015. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/3479/3069>. Acesso em: 7 jul. 2019.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



DINIS, Nilson Fernandes. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 103, p. 477-492, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n103/09.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. O currículo e as diferenças sexuais e de gênero. *In*: COSTA, Marisa (Org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 85-92.

PARAÍSO, Marlucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 388-415, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss3articles/paraiso.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2019.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Representações sociais: o que pensa uma população sobre a homossexualidade?

Guilherme Faria de Siqueira

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)
E-mail: guifaria.com@gmail.com

Profa. Dra. Sonia Maria Ferreira Koehler

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)
E-mail: soniakoebler@hotmail.com

Profa. Me. Jessica de Sousa Villela

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)
E-mail: jessica.sousasv@gmail.com

Agência financiadora: PIBIC/CNPq

Palavras-chave: Representações sociais. Homossexualidade. Observatório de Violências.

Introdução

Este trabalho é um recorte da pesquisa denominada “Homofobia, violência e educação: um estudo longitudinal sobre a representação social de uma população – coleta 2018/2019”, que integra outras pesquisas desenvolvidas pelo grupo de estudos do Observatório de Violências nas Escolas, sediado no UNISAL, *campus* São Joaquim, em Lorena-SP.

Atualmente, embora a temática sobre a homossexualidade e a homofobia apresente maior visibilidade por meio de Conselhos de Psicologia, novelas, séries e pesquisas, nas universidades ainda é possível constatar, pela própria mídia, situações de intolerância e pactos de silêncio, visto que a população LGBT, de forma constante e sistemática, ainda tem seus direitos violados. A noção de anormalidade e exclusão de homossexuais ainda está presente na sociedade com manifestações que abrangem atitudes em denominar o homossexual como uma pessoa anormal, contrária e inferior em relação ao imposto pela sociedade heteronormativa.

Na década de 1990, foi retirado do DSM-IV o sufixo “ISMO”, que se refere à patologia ou doença e foi substituído por “homossexualidade”, que diz respeito ao modo de ser, portanto a diversidade é uma característica fundamental da sexualidade (UNESCO, 2010). A diversidade sexual é composta de três eixos fundamentais: o sexo biológico, a identidade de gênero e a orientação sexual (BRASIL, 2010).



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



O estudo visou compreender as representações sociais da homossexualidade. Segundo a teoria das representações sociais (MOSCOVICI, 1978; JODELET, 2005), a expressão verbal dos participantes sobre determinado fenômeno permite analisar as representações sociais de uma dada população, pois o contexto social, histórico e cultural influencia e modifica o entendimento e o comportamento expresso pelos sujeitos.

Este estudo embasa-se na compreensão sobre a diversidade sexual e orientação sexual de acordo com os princípios de Yogyakarta (PAINEL INTERNACIONAL DE ESPECIALISTAS EM LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO, 2006, p. 7): “muitos Estados e sociedades impõem normas de gênero e orientação sexual às pessoas por meio de costumes, legislação e violência e exercem controle sobre o modo como elas vivenciam seus relacionamentos pessoais e como se identificam”, o que origina o mal-estar entre as pessoas que não se sentem pertencentes à norma preestabelecida da heteronormatividade, assim como provoca o preconceito e a discriminação dos seus semelhantes. A orientação sexual, portanto, caracteriza-se pela capacidade de cada ser humano ter atração emocional/afetiva e/ou sexual por indivíduos do mesmo sexo.

Portanto, é importante visar à necessidade de rever algumas certezas e referências tidas como verdades únicas (KOEHLER, 2013) e, assim, desenvolver instrumentos e estratégias não só para explorar a técnica da temática, mas também auxiliar na propagação de conhecimento, em vista de se promover a tolerância e uma cultura de paz na sociedade.

Desenvolvimento

A presente pesquisa de levantamento se configura em um survey longitudinal e abrange dados quantitativos e análise qualitativa, segundo Gil (1996), de determinada população estudada em ocasiões diferentes e representada por diferentes indivíduos, o que permite a análise do processo de mudança de consciência sobre um fenômeno.

A pesquisa caracterizou-se pela interrogação direta a pessoas cujo comportamento se desejava conhecer e objetivou: verificar as representações sociais sobre a homossexualidade e a homofobia; propor alternativas em âmbito de intervenção primária e secundária para educar a população; contribuir para a desconstrução de preconceitos sobre gênero e sexualidade.

Para tanto, utilizou-se como instrumento de um questionário semiestruturado, dividido em duas partes. A primeira parte trata da identificação do sujeito e a segunda parte contém questões abertas e fechadas sobre homofobia e a homossexualidade. Para o recorte deste presente trabalho, são apresentados os resultados obtidos em uma das questões: “O que você imagina que seja homossexualidade?”. Os questionários foram aplicados durante ações realizadas pelos cursos de Psicologia e Pedagogia do UNISAL nos bairros da periferia da cidade, quando a população foi convidada a participar de atividades diversas. Os participantes foram convidados a responder ao questionário por adesão espontânea; assim, estabelece-se uma amostra de conveniência, uma vez que os transeuntes se disponibilizam a participar.

No ano de 2019, foram entrevistadas 306 pessoas entre 16 e 94 anos de idade. As respostas à questão “O que você imagina que seja homossexualidade?” foram categorizadas por meio da análise de conteúdo segundo Bardin (1977).



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



A organização dos dados se deu por meio de agrupamento sistematizado das respostas, identificadas e classificadas pelas emissões mais significativas e a frequência com que apareceram. A análise das respostas emitidas foi transformada em porcentagem, o que permitiu a identificação, a classificação e a quantificação da frequência das emissões. Foram definidas, assim, as seguintes categorias: explicação psicossocial (34,18%), cujas respostas se fundamentaram por meio da atração afetiva/emocional e/ou sexual por pessoas do mesmo gênero/sexo, tais como “desejo pelo mesmo sexo”, “atração ou sentimento entre duas pessoas do mesmo gênero”, consideradas explicações corretas; explicação biológica (genética) (1,27%), com respostas que colocaram o fenômeno da homossexualidade enquanto condição natural do ser humano, como “condição que a pessoa nasce”, genético da pessoa”; explicação insuficiente (16,14%), com respostas relacionadas à homossexualidade de forma incompleta ou escassa, como “pessoa gay”, “gay e lésbica”, entre outras; opinião de valor (7,91%), com respostas em que entrevistados expressaram crenças ou valores individuais, como “pessoa normal”, “Deus faz de um jeito e a pessoa quer mudar”; termos pejorativos (4,11%), em cuja categoria se enquadram respostas em que o preconceito se expressou de forma implícita ou explícita, por meio de depreciação, por exemplo, “bicha louca”, “viado”; doenças ou disfunção (biológica) (1,27%), com respostas cujo foco relacionou a homossexualidade a um “problema” ou a qualquer tipo de doença, como “doença, negócio de gay”, “quando a pessoa tem desvio da sexualidade”; explicação incorreta (16,77%), com respostas que destoaram completamente da temática proposta, por exemplo, “homem que é mulher”, “relacionamento de sexo oposto”, assim por diante; explicação referente à escolha/opção/preferência (6,96%), com respostas como se a homossexualidade fosse uma escolha, por exemplo, “pessoa que escolhe o sexo”, “opção sexual da pessoa”; não sabe e N/R (5,06%), com emissões evasivas que não se enquadram em nenhuma categoria talvez por desconhecimento do assunto ou por questões pessoais, por exemplo, “passou nada na cabeça”, “é difícil explicar”; outros (6,33%), com respostas que não se relacionaram diretamente com a homossexualidade, como “pessoa do sexo”, “homem sexual”.

Conclusão

Os estudos e as discussões que se mantêm sobre a sexualidade e a diversidade sexual ainda requerem reflexões, análises e, principalmente, estudos para a redefinição do fenômeno, pois o ser humano está em constante desenvolvimento e aprendizado. Conclui-se, portanto, que “um dos desafios básicos para a democracia no Brasil é a construção de uma sociedade informada e professores formados com base para a não discriminação” (KOEHLER, 2013, p. 148). Desse modo, a importância de se estudar as representações sociais está no fato de buscar compreender como as pessoas estão se conscientizando ao longo dos anos, visando a novas possibilidades de reconstrução de valores antes ditos como “verdades absolutas”, com intuito de erradicar a discriminação, o preconceito e todo e qualquer tipo de violência.

Referências

APA - American Psychiatric Association. **DSM IV- TR** – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Tradução de Cláudia Dornelles. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



BRASIL. **Adolescente e Jovens para a educação entre pares**: saúde e prevenção nas escolas. Brasília: Ministério da Saúde/Ministério da Educação/UNESCO/UNICEF/UNFPA, 2010. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/guia_diversidades.pdf. Acesso em: 12 ago. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

JODELET, Denise. **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

KOEHLER, Sonia Maria. Homofobia, cultura e violências: a desinformação social. **Revista Interações**, v. 9, n. 26, p. 129-151, 2013. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/3361>. Acesso em: 12 ago. 2019.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

PAINEL INTERNACIONAL DE ESPECIALISTAS EM LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO. **Princípios de Yogyakarta**. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Indonésia, 2006.

UNESCO. **Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade**: uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde. Brasília: UNESCO, 2010.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



La exclusión en el contexto universitario

Jessica Jazmín Rivadeneira-Peñañiel
Universidad Politécnica Salesiana (UPS)
E-mail: jessjaz98@hotmail.es

Palabras clave: Exclusión social. Interacción social. Estudiante universitario. Estereotipos.

Introducción

Los procesos de socialización se generan en cualquier contexto donde estén presentes seres humanos por su naturaleza social. En la presente comunicación, el contexto es de carácter universitario ya que a pesar de ser una universidad considerada inclusiva por sus aportes a la discapacidad e interculturalidad, la Universidad Politécnica Salesiana (UPS) presenta casos de exclusión en otros aspectos; mismos que han sido analizados como parte del proyecto de investigación “Caracterización de los procesos de exclusión e inclusión de jóvenes universitarios” desarrollado por el Grupo de Investigación de Niñez, Adolescencia y Juventud de la UPS, Ecuador. Por tanto, cabe mencionar que los datos empíricos sistematizados a continuación han sido recolectados y proporcionados por dicho grupo para la realización del presente análisis teórico.

El objetivo de dicho estudio es caracterizar los procesos y los tipos de exclusión entre pares de las carreras de Psicología, Educación Básica y Educación Inicial de la UPS – Sede Quito mediante una metodología cualitativa, pues se realizaron entrevistas individuales y grupales como técnicas para recolectar la información. Si bien es cierto, ya se han realizado investigaciones sobre exclusión en un entorno educativo, en este estudio se obtuvieron resultados que no han sido tratados a profundidad como el credo religioso y principalmente la elección de carreras universitarias en relación a la desvalorización de las ciencias humanas y los estereotipos de género en un contexto excluyente.

Desarrollo

Los procesos de exclusión se analizan a partir de la interacción social generada entre pares, misma que se entiende como “un proceso de relaciones a través del cual se desarrollan determinadas formas de pensar, sentir y actuar que son características de un grupo” (YUBERO, 2004, p. 799). Estas determinaciones definen quién forma parte de un grupo social y quién no, sin olvidar que la exclusión es un fenómeno de índole estructural que se somete a los cambios de la sociedad. Como consecuencia, las situaciones de exclusión están estrechamente relacionadas al contexto donde se producen y sus normas de funcionamiento, por lo que no existe un solo tipo de exclusión; “la multifactorialidad y la multidimensionalidad de la exclusión conllevan que sea un proceso muy heterogéneo que afecta a muchos y diversos grupos” (HERNÁNDEZ, 2010, p. 31).



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE AMERICANA
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



A saber que la exclusión es multifactorial, una de las causas por las que se produce en el ámbito universitario es la carrera u orientación profesional ya que los estudiantes buscan una carrera que sea reconocida, bien remunerada a nivel laboral y que cumpla con los cánones que exige la sociedad según los estereotipos del contexto (MONTERO, 2000). Según los resultados de la investigación, las carreras de Ciencias Humanas son las que registran más casos de exclusión en la UPS y; entre ellas, la de Educación Inicial es la más desvalorizada, seguida por la carrera de Educación Básica y en menor cantidad por Psicología. Al respecto, un estudiante menciona: “le toman de menos a nuestra carrera porque piensan que nosotros a futuro solo nos vamos a dedicar a cuidar niños” (Estudiante de educación inicial). Incluso la categorizan como “la carrera más fácil que se puede estudiar” (Estudiante de educación inicial).

Esta diferenciación no solo se genera entre los estudiantes, “hay competencia interna creada a veces por los mismos docentes, quienes dicen que ser ingeniero es para los mejores estudiantes y más inteligentes” (Docente de educación inicial). Esta categorización se da también por temas económicos puesto que las “mejores” carreras son las que ofrecen un mayor ingreso económico, convirtiéndose en la primera opción (MONTERO, 2000). Un estudiante de Psicología menciona que “les prestan mayor atención a las carreras técnicas porque dicen que son más difíciles y menosprecian nuestra carrera”; además, “muchos docentes de ingenierías son bastante sobrevalorados comparados con los docentes de carreras humanísticas” (Docente de educación básica).

Adicionalmente, otro tipo de exclusión evidenciado en la UPS sobre las carreras profesionales es por cuestiones de género basadas en concepciones aceptadas socialmente sobre los roles definidos para cada género. Sobre ello, estudios han demostrado que las mujeres tienden a elegir carreras humanísticas o “típicamente femeninas” mientras que los hombres suelen elegir carreras técnicas con más valor social y mejor remuneración obedeciendo a la idea de que cada género tiene “talentos naturales” y funciones determinadas en la sociedad que definen dicha elección (NAVARRO; CASERO, 2012).

Tal es el caso de la UPS, donde las profesiones “femeninas” son las carreras de Educación por el sentido materno que debe tener una docente de acuerdo a la perspectiva social. Al respecto, una estudiante de Educación Inicial testifica: “al haber más mujeres que hombres en la carrera, piensan que nosotras vamos a ser mamás de los niños”; mientras que las carreras técnicas e ingenierías son “propias de los hombres” (Estudiante de mecatrónica). Esta exclusión va más allá de la relación estudiantil pues un educando de Educación Básica comenta que un docente de Biotecnología le había dicho cuando ingresó a la universidad: “mejor sigue algo de hombres”.

Otro tipo de exclusión que arrojó la investigación es de tipo cultural por el credo religioso; considerando a la exclusión cultural como la discriminación o menosprecio de un elemento de la identidad de una persona y sus respectivos símbolos, costumbres, pensamientos y celebraciones. Debido a que Ecuador es un Estado laico, la libertad religiosa en ocasiones puede ser objeto de exclusión por la diversidad de creencias en la sociedad, incluso si se trata de instituciones con un determinado carisma religioso o contextos con una religión “oficial” (BLANCARTE, 2003).

A pesar de que la UPS es una universidad con carisma católico, los resultados evidencian que los estudiantes que manifiestan de forma más notoria dicho carisma son excluidos por estudiantes con otras creencias o menos identificados; por ejemplo, una estudiante de Educación Básica comenta que durante una eucaristía en la universidad, unos compañeros cambiaban la letra de las expresiones religiosas con palabras “jocosas” y se burlaban de los creyentes. Además, menciona que realizan bromas a estudiantes



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



católicos como “no importa si vas a bailar, luego haces una peregrinación de rodillas y no hay pecado”, “tiene que ir a rezar los veinte padrenuestros que le faltan para completar los del día” o se santiguan mientras se burlan diciendo “voy a hacer como ella para ver si me va bien en el examen”.

Conclusión

El contexto universitario analizado en esta investigación está determinado por relaciones estructurales y normas a seguir por los miembros del grupo, mismas que son una construcción social y que, por la diversidad de cada persona, son motivo de exclusión en una sociedad profundamente desigual por estereotipos o estándares de “normalidad”. Las causas de la exclusión son varias y están presentes en cualquier espacio de socialización provocando la clasificación simbólica de las personas. Existe un repertorio de testimonios que demuestran que la UPS no es la excepción; pues, entre varias causas, uno de los factores comunes es el credo religioso, resultado que se hace interesante dado que la exclusión se da con frecuencia hacia la religión católica a pesar de ser una institución con dicho carisma interiorizado.

Asimismo, la elección de una carrera profesional ha influido en la interacción entre los estudiantes de la UPS por factores de prestigio, remuneración económica, estereotipos de género e incluso potencial cognitivo; ocasionando relaciones de superioridad que afectan generalmente a las carreras humanísticas. La sociedad tendrá oportunidad de disminuir la exclusión cuando practique una actitud de respeto hacia la identidad y accionar de los demás. Pues, aunque los procesos de exclusión se fundamenten en percepciones aceptadas socialmente, es necesario que dichas percepciones no afecten la convivencia en un ambiente diverso con seres sociales.

Referencias

BLANCARTE, Roberto. Discriminación por motivos religiosos y Estado laico: elementos para una discusión. **Estudios Sociológicos**, v. 21, n. 2, p. 279-307, 2003. Disponible en: <https://bit.ly/2ZhCcLv>. Acceso en: 10 jun. 2019.

HERNÁNDEZ, Manuel. El estudio de la pobreza y la exclusión social. Aproximación cuantitativa y cualitativa. **Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado**, v. 24, n. 3, p. 25-46, 2010. Disponible en: <https://bit.ly/2ZVLLct>. Acceso en: 21 jun. 2019.

MONTERO, María Teresa. **Elección de carrera profesional: visiones, promesas y desafíos**. Juárez: Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, 2000.

NAVARRO, Capilla; CASERO, Antonio. Análisis de las diferencias de género en la elección de estudios universitarios. **Estudios sobre Educación**, v. 22, p. 115-132, 2012. Disponible en: <https://bit.ly/32z54AS>. Acceso en: 11 jul. 2019.

YUBERO, Santiago. Socialización y aprendizaje social. In: ROVIRA, Dario *et al.* (Coords.). **Psicología social, cultura y educación**. Madrid: Pearson, 2004. p. 819-844.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

A subjetivação eurocêntrica do feminino não branco e sua resistência decolonial

Luciana de Paula Teixeira Mendes Franco

Mestranda do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: lufp10@hotmail.com

Palavras-chave: Mulher. Raça. Feminismo decolonial. Interseccionalidade.

Introdução

O feminismo decolonial atenta-se ao eurocentrismo, à colonialidade, ao racismo, à teorização feminista e às produções de conhecimentos das ciências sociais e humanas. Apresenta-se enquanto uma aposta epistêmica e um alargamento revisionista do feminismo ocidental, branco e burguês. Problematisa criticamente o privilégio epistêmico do pensamento feminista clássico em razão de suas raízes “privilegiadas” de classe e raça (SPINOSA-MIÑOSO, 2014). Tem a tarefa de demarcar e instituir nas realidades das populações colonizadas a incumbência prioritária de recuperação das tradições e ancestralidades. Luta contra o racismo de gênero (feminismo universalista) que se autoproclama como superior, relevante, racional, moderno e civilizado:

[...] las categorías han sido entendidas como homogéneas y que seleccionan al dominante, en el grupo, como su norma; por lo tanto, “mujer” selecciona como norma a las hembras burguesas blancas heterosexuales, “hombre” selecciona a machos burgueses blancos heterosexuales, “negro” selecciona a machos heterosexuales negros y, así, sucesivamente (LUGONES, 2008, p. 84).

Desenvolvimento

A questão racial é indissolúvelmente associada à questão de gênero. Tal conectividade faz-se pelo conceito fundamental de interseccionalidade. O engendramento do conceito racial pela cartografia do poder global eurocentrado forjou as condições históricas de coisificação das populações negras. Sua legitimidade se deve à conquista e à apropriação sexual dos senhores brancos nobres e tarados com relação às mulheres não brancas. Daí emerge uma nova identidade mundial que fundamentou e ancorou as hierarquias de gênero e raça ainda vigentes na sociedade por meio de uma memória colonial viva no imaginário coletivo. Tais hierarquias de gênero e raça vestem hoje uma outra roupagem e foram reposicionadas com outras funções em um mundo social que se autointitula como supostamente democrático. Isso quer dizer que o racismo determina a inferioridade social do contingente das populações negras que são tidas como supérfluas e descartáveis. A luta do feminismo negro abraça o reconhecimento de suas próprias



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE AMERICANA
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



experiências e ideias ofertando uma ótica peculiar das concepções das comunidades afro-americanas e de interpretações teóricas sobre a cotidianidade vivida por elas que são tecidas por quem vive de fato tal realidade, ou seja, pelas próprias mulheres negras. Somente elas conhecem e podem falar com precisão sobre suas práticas sociais.

Já no que tange à interseccionalidade (CRENSHAW, 2002), Quijano entende tal inseparabilidade e o entrelaçamento entre raça e gênero partindo de uma estrutura dilatada. Isso quer dizer que, para se compreender tal intersecção, é necessário mirar o olhar na análise do paradigma de poder capitalístico eurocentrado e global, pois ambos, raça e gênero, obtêm um significado nesse paradigma:

Quijano entiende que el poder está estructurado en relaciones de dominación, explotación, y conflicto entre actores sociales que se disputan el control de los cuatro ámbitos básicos de la existencia humana: sexo, trabajo, autoridad colectiva y subjetividad/intersubjetividad, sus recursos y productos (QUIJANO *apud* LUGONES, 2008, p. 79).

Assim, a colonialidade é uma tríade: poder, saber e ser. Todos esses eixos de dominação estão interligados e traçados interseccionalmente de modo a se chegar ao sistema moderno colonial de gênero. Isso quer dizer que, ao colonizar o poder, o saber e o ser, colonizam-se simultaneamente a linguagem e o gênero:

[...] ciertas representaciones se vuelven dominantes y dan forma indeleble a los modos de imaginar la realidad e interactuar con ella. El trabajo de Michel Foucault sobre la dinámica del discurso y del poder en la representación de la realidad social, en particular, ha contribuido a mostrar los mecanismos mediante los cuales un determinado orden de discurso produce unos modos permisibles de ser y pensar al tiempo que descalifica e incluso imposibilita otros (ESCOBAR, 2007, p. 22-23).

Por conseguinte, o eixo racial é fundante do colonialismo e determina a inferioridade social das mulheres não brancas. Foi a criação das raças que fez do continente americano terreno de atuação do racismo a serviço do colonialismo que atualmente assume a forma da colonialidade. De acordo com Rita Segato (1999, p. 163), “El proceso de construcción de nación es um processo de construcción de raza”. Como o viés racial está aglutinado ao de gênero, vale explicitar que a caracterização da colonialidade de gênero está no dimorfismo biológico e na ordenação patriarcal e heterossexual das relações humanas. Por isso, não é possível restringir-se a uma única análise. A categoria gênero deve ser analisada pluralmente em consonância com outras categorias de opressão, já que elas também são plurais.

Conclusão

É importante levar em conta que o marco teórico decolonial busca tornar complexa a análise das realidades opressivas e sair das visões universais, já que o discurso do feminismo nunca fala nem trata da experiência de opressão das mulheres não brancas. Na análise decolonial, é chave levar em conta a raça como um elemento central. Para a mulher branca, pode-se encontrar no feminismo clássico um respaldo e uma interpretação para a opressão que vive. Da mesma maneira, é possível que o feminismo decolonial

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



mostre a essa mesma mulher branca que, de fato, ela é acometida por uma opressão simplesmente por ser mulher. Todavia, existem coisas que estão a favor da mulher branca por ser branca e de classe média. Por conseguinte, a experiência de opressão por ser mulher é muito diferente da experiência de uma negra favelada. Quando o feminismo construiu seu marco teórico para pensar as desigualdades das mulheres, foi feito sob uma visão eurocêntrica. Por isso, o feminismo diz que as mulheres têm estado no espaço privado, entretanto as negras nunca aí estiveram. Permaneceram nas ruas vendendo e trabalhando. O feminismo diz que as mulheres são delicadas, porém esse pensamento não se aplica a mulheres negras, que sempre foram consideradas como bestas de carga. É comum ver desenhos de mulheres negras levando nas costas uma cadeira, na qual vai sentado um homem branco adulto. Isto posto, o feminismo tem ignorado que a raça e o racismo são elementos determinantes na hora de se entender as experiências das mulheres negras e indígenas. Ademais, esse cruzamento entre raça e gênero é uma carga pesada que uma mulher branca não leva. Tudo começa e termina no indivíduo com suas ramificações coletivas e a transformação primeira acontece no sujeito: “[...] la descolonización de la mente o del imaginario histórico y la memoria” (PÉREZ, 1999 *apud* MALDONADO-TORRES, 2008). A análise é sempre polifacetada, bem como os tentáculos e domínios da cartografia global capitalística. As mulheres brancas e não brancas também o são.

Referências

- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, ano 10, p. 171-188, 2002.
- ESCOBAR, Arturo. **La invención del tercer mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo**. Caracas: Fundación Editorial el Perro y la Rana, 2007.
- LUGONES, Maria. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73-101, jul./dic. 2008.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. La descolonización y el giro des-colonial. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 61-72, jul./dic. 2008.
- SEGATO, Rita. Identidades políticas y alteridades históricas. **Anuário Antropológico**, v. 22, n. 1, p. 161-196, 1998.
- SPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. Uma crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. **El Cotidiano**, n. 184, p. 7-12, mar./abr. 2014.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Estratégias de um coletivo feminino no enfrentamento ao assédio em um instituto federal

Rita de Cássia Antonia Nespoli Ramos

Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

E-mail: ritanespoli@uol.com.br

Rossana Cristiane Lopes Triano

Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

E-mail: rosstriano@ig.com.br

Palavras-chave: Assédio. Coletivo de mulheres. Educação.

Introdução

A partir da experiência em um instituto federal e da participação em encontros com mulheres que tinham a intenção de construir um coletivo feminino, pensou-se em refletir como as relações de assédio são entendidas e construídas em um ambiente escolar. Assim, o objetivo deste trabalho é compreender de que modo mulheres de um coletivo feminino percebem o assédio dentro de um espaço acadêmico. Para tanto, busca-se a apresentação do contexto mais amplo que envolve essa análise como movimentos de mulheres e a reflexão sobre as leis que envolvem o tema. Pretende-se ainda descrever a formação de um coletivo feminino no enfrentamento ao assédio moral e sexual.

Para as discussões, escolheu-se acompanhar as reuniões de um coletivo e, a seguir, pensou-se em analisar as falas de mulheres que contribuíram para a construção desse grupo, criado em 2018 e retomado em 2019. O coletivo tem reuniões mensais e, até a presente data, teve a adesão de mais de 85 mulheres, as quais são alunas e servidoras de diferentes idades e níveis de escolaridade.

Como meta, esse movimento quer colocar-se como um espaço seguro e lugar de fala para as vítimas de assédio moral e sexual dentro da instituição, além de ter por objetivo trazer profissionais para palestrar sobre temas predefinidos em reuniões, ao menos bimestralmente, para que essas mulheres possam debater e entender as situações enfrentadas no dia a dia.

Para entender os casos de assédio que envolvem mulheres em ambiente acadêmico, a metodologia escolhida é proposta pela participação em alguns encontros das mulheres, nos quais são feitas anotações sobre o tema escolhido para debate. Essa parte do trabalho já vem ocorrendo, e os registros estão sendo anotados em diários de campo. Depois, serão escolhidas algumas mulheres, pois será realizada uma entrevista de grupo focal.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Como pressupostos teóricos, fundamentou-se em autores que estudam o assédio, como Marie France Hirigoyen, Roberto Heloani, Maria Ester de Freitas, entre outros. Esses estudiosos ajudam a entender o assédio e a relacioná-lo à questão de gênero.

Além desse arcabouço teórico, as análises se pautam nos estudos discursivo-enunciativos, os quais permitem refletir sobre os enunciados produzidos por essas mulheres como um elo que se insere em outros enunciados. Assim, será possível observar, nas entrevistas, que cada entrevistada retoma discursos, mas tem um modo próprio de entendê-los, de acordo com seus valores, experiências e ideologias

Desenvolvimento

Em tão pouco tempo de construção, o coletivo feminino estudado já conseguiu minimizar as situações de assédio dentro do *campus*, mas não extinguiu essas situações, por se tratar de comportamento arraigado, principalmente, na cultura da sociedade. O *campus* em questão, em que esse coletivo está inserido, é constituído, em sua maioria, de alunos e servidores do sexo masculino, então se naturalizou a ideia de situações de assédio das mais diversas.

Vale lembrar que esse coletivo está inserido em um contexto maior de luta das mulheres em busca de igualdade de direito e no enfrentamento de práticas de assédio, dentre as quais se destaca a “Primavera Feminista”, ocorrida em 2015, quando milhares de mulheres saíram às ruas em defesa de seus direitos; a construção de coletivos como Marias de Luta, Raiz Fulô, Rosa Lilás, entre outros; e as legislações vigentes para os casos de assédio, em particular para a esfera federal.

Embora o assédio seja crime previsto na legislação brasileira, no âmbito federal a Lei nº 8.112/1990 pouco contempla as punições ou restrições para quem o pratica. Em alguns Estados brasileiros, como São Paulo, há leis que punem e coíbem o assédio, mas na esfera federal são escassos os projetos de lei que tratam do assunto ou não foram analisados ou foram arquivados.

Para refletir sobre as práticas de assédio, cabe lembrar que o termo “assédio” surgiu em um projeto de pesquisa de Heinz Leymann, pioneiro sobre o assunto, em 1996, na Suécia, quando vários grupos de estudiosos chegaram a um processo que qualificaram de psicoterror, nomeando-o de mobbing (que deriva do inglês *mob* – que significa horda, plebe), por causa da semelhança dessa conduta com o ataque rústico. Dois anos após isso, Marie France Hirigoyen (1998) publicou o livro “Assédio moral: a violência perversa no cotidiano”, que rapidamente se torna um best-seller, deixando popular o termo mobbing e desencadeando uma série de debates sobre o tema. Nesse livro, a autora dá continuidade à pesquisa de Leymann, definindo o assédio como: “Toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade de uma pessoa” (HIRIGOYEN, 1998, p. 55).

Nessa perspectiva, o assédio é descrito por Maria Ester de Freitas (2001, p. 9) como “esforço repetitivo de desqualificação de uma pessoa por outra, podendo conduzir ou não ao assédio sexual”. Outro autor que ajuda a entender as relações de assédio é Heloani (2004, p. 5), ao afirmar que:

Assédio moral caracteriza-se pela intencionalidade; consiste na constante e deliberada desqualificação da vítima, seguida de sua conseqüente fragilização, com o intuito de neutralizá-la em termos de poder. Esse enfraquecimento psíquico pode levar o indiví-



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



duo vitimizado a uma paulatina despersonalização. Sem dúvida, trata-se de um processo disciplinador em que se procura anular a vontade daquele que, para o agressor, se apresenta como ameaça.

Os estudos sobre o assédio ainda indicam que são as mulheres as que mais sofrem com as práticas assediadoras, mas, de acordo Heloani (2004, p. 6), são também as que mais buscam caminhos de denúncia:

Apesar de a maioria das pesquisas apontarem que as mulheres são, estatisticamente falando, as maiores vítimas do assédio moral, também são elas as que mais procuram ajuda médica ou psicológica e, não raro, no seu próprio grupo de trabalho, verbalizando suas queixas, pedindo ajuda.

Destaca-se que os autores escolhidos contribuem para a reflexão do assédio. No entanto, como a metodologia escolhida foi o registro dos encontros das mulheres e do grupo focal, os estudos discursivo-enunciativos ajudam a entender como os discursos sobre o assédio circulam e ecoam na voz dessas mulheres

Nessa visão, para o sujeito que enuncia, os enunciados não se restringem às regras dele, indivíduo, mas a seleção dos enunciados está inserida em outras enunciações e na fala de outros sujeitos, pertencentes a contextos sociais diferentes. Isso significa que a disposição dada à palavra e o contexto em que ela é proferida permitem depreender os ecos de outros discursos. Nas palavras de Bakhtin (2006, p. 116, grifos do autor):

Com efeito, a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um locutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. *A palavra dirige-se a um interlocutor [...].*

Conclusão

Por fim, como conclusões parciais, vislumbrou-se que as mulheres do coletivo percebem a naturalização do assédio no ambiente em que vivem; percebem o adoecimento que as situações de assédio podem causar; entendem a fragilização do indivíduo assediado; relacionam essas questões a um contexto mais amplo. Isso porque, na sociedade, ao mesmo tempo que se denunciam práticas assediadoras, ainda permanece o silenciamento das mulheres.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 12 dez. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 7 mar. 2019.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



FREITAS, Maria Esther de. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso. **Revista de Administração de Empresas**, v. 41, n. 2, p. 8-19, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v41n2/v41n2a02.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2019.

HELOANI, Roberto. Assédio moral: um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho. **RAE-Eletrônica**, São Paulo, v. 3, n. 1, art. 10, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v3n1/v3n1a12>. Acesso em: 23 ago. 2019.

HIRIGOYEN, Marie France. **Assédio moral: A violência perversa no cotidiano**. 1. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1998.

LEYMANN, Heinz. The definition of mobbing at workplaces. **The Mobbing Encyclopaedia**. 1997. Disponível em: <http://www.leymann.se>. Acesso em: 28 mai. 2019.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Práticas educativas para o enfrentamento da violência contra mulheres

Telma Regina de Paula Souza

Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

E-mail: trpsouza@uol.com.br

Palavras-chave: Violência contra mulheres. Teorias de gênero. Grupos reflexivos de homens.

Introdução

Considerando as estatísticas acerca da violência contra a mulher (BRASIL, 2019), as políticas públicas para o seu enfrentamento, os movimentos sociais e as teorias que problematizam a ideologia de gênero, em 2017, iniciou-se um processo para a constituição de um espaço educativo com homens autores de agressões contra mulheres. A iniciativa foi promovida pelo Ministério Público e, atualmente, conta com a parceria da universidade, da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil. A partir da solicitação do Ministério Público, a pesquisa em curso foi iniciada com o objetivo de analisar os discursos de homens envolvidos na violência doméstica, em contexto de grupos reflexivos sobre relações de gênero, e desconstruir a ideologia de gênero hegemônica.

As relações de gênero são entendidas como construções histórico-sociais que tornam essenciais as identidades humanas, encobrendo a disputa pela significação da realidade, posto que o poder-saber é naturalmente atribuído à identidade masculina (BUTLER, 2003; NADER; CAMINOTTI, 2014). As teorias do discurso são as bases para a desconstrução desse poder-saber tanto no campo das teorias sociais como no diálogo grupal com homens autores de violência. Para tanto, a metodologia para investigação/intervenção é qualitativa, realizada com sujeitos participantes de grupos reflexivos, tratados como grupos focais.

Desenvolvimento

A coleta de dados está sendo realizada por meio de registros em diário de campo das experiências grupais e por meio de entrevistas semidirigidas com os participantes desses grupos, respeitando os princípios da ética em pesquisa com seres humanos. Os grupos devem promover práticas educativas para deslocamentos das identidades reificadas nas ideologias de gênero para outros sentidos identitários. Dois grupos já passaram pelo processo e um terceiro está na fase inicial, e há indicadores de que a experiência educativa nos grupos tem produzido uma aprendizagem significativa que pode favorecer a diminuição da reincidência da violência, como as pesquisas sobre grupos reflexivos têm demonstrado (PRATES, 2013; BEIRAS, 2014; BLAY, 2014). O grupo pode ser um dispositivo significativo para o exercício reflexivo quando os participantes têm a oportunidade e são motivados a falar e elaborar suas vivências. Ocorre o



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



exercício da fala e da escuta, e, no compartilhar das experiências, é possível a ampliação da consciência acerca das relações de dominação e submissão historicamente engendradas nas relações sociais que favorecem a manutenção de interesses privados que definem privilégios masculinos, com consequências negativas para homens e mulheres.

Nos grupos que passaram pelo processo grupal reflexivo até o momento, foi possível observar como uma representação idealizada da identidade feminina produz expectativas irrealizáveis nas relações de gênero, o que resulta em práticas violentas do homem para com a mulher que não corresponde ao ideal de feminino internalizado por esse homem em sua história de vida, geralmente marcada por uma educação familiar opressiva.

A maioria dos participantes demonstra grande dificuldade de entender e aceitar as mudanças nos papéis sociais associados ao ser mulher, o que exige modificações na identidade masculina afirmada em sua superioridade/autoridade que lhe confere legitimidade para impor seus desejos às mulheres, especialmente de suas relações de intimidade. Os conflitos vividos nessas relações são fortemente atribuídos a uma representação negativa das mulheres, como interesseiras, ardilosas, desequilibradas, perversas e que distorcem a realidade para tirar proveito dos homens.

As ações violentas não são compreendidas como tal, e o reconhecimento da violência é o primeiro passo para os homens iniciarem um processo reflexivo acerca de suas vivências com as companheiras que os denunciaram, gerando medidas protetivas. Essas medidas, para quase a totalidade dos participantes, são consideradas injustas, assim como compreendem que as leis, especialmente a Lei Maria da Penha, favorecem apenas as mulheres, não garantindo que eles apresentem suas versões dos atos que produziram as denúncias por parte das mulheres.

Nos grupos, os participantes são estimulados à conversação livre e, no Papo de Homem (como o grupo foi nomeado por eles), conseguem expressar sentimentos que socialmente não estão associados à identidade masculina hegemônica, expressam suas fragilidades, sofrimentos vividos nas relações familiares na infância e nas relações atuais, incluindo as relações com os filhos, impedidas, em vários casos, após a medida protetiva.

Conclusão

O grupo tem sido um espaço de acolhimento das angústias e da problematização das relações que esses homens reproduzem sem ter consciência da responsabilidade que possuem na produção de seu próprio sofrimento e dos envolvidos nas suas relações, especialmente as mulheres de forma geral e as companheiras íntimas de forma mais brutal. Além da análise dos discursos dos sujeitos da pesquisa e das intervenções para a ampliação da consciência dos participantes para a ressignificação das experiências individuais nas relações de gênero, a pesquisa pretende contribuir com medidas para o enfrentamento da violência contra as mulheres, por meio de práticas educativas (não punitivas) que promovam a desconstrução do poder-saber hegemônico que sustenta práticas violentas.

Referências

BEIRAS, Adriana. **Relatório Mapeamento de Serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2014.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



BLAY, Eva (Coord.). **Feminismos e masculinidades**: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

BRASIL. Comissão de Defesa do Direito da Mulher. **Mapa da violência contra a mulher 2018**. Brasília: Comissão de Defesa do Direito da Mulher, 2019. Disponível em: http://www.justicadesaia.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Mapa-da-Violencia_pagina-cmulher.pdf. Acesso em: 5 abr. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NADER, Maria Beatriz; CAMINOTTI, Jaqueline. Gênero e poder: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 16., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2016.

PRATES, Paula. **A pena que vale a pena**: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher. 213. Tese (Doutorado em Saúde Materno Infantil) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Eixo 2 - Estado, Políticas e Gestão da Educação

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Análise do financiamento da expansão do ensino superior brasileiro mediante o REUNI, o PROUNI e o FIES

Marcelo da Silva Leite

Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

E-mail: masleite07@gmail.com

Diego Marcondes

Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

E-mail: marckdiego@gmail.com

Agência financiadora: CAPES

Resumo: Tendo em vista as atuais discussões sobre o investimento no ensino superior, o objetivo deste trabalho é analisar o financiamento da educação superior nacional no século XXI, tomando por base os programas nacionais de educação: REUNI, PROUNI e FIES. Neste novo milênio, diversas ações estatais impactaram diretamente no financiamento da expansão do ensino superior no país. Entre elas se destacam o REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), o PROUNI (Programa Universidade para Todos) e o FIES (Financiamento Estudantil), lançados em 2003, 2004 e 2000, respectivamente. O REUNI, que durou de 2003 até 2012, propiciou um crescimento no número de 14 universidades federais nas diversas regiões do país, passando de 45 para 59 o total de instituições. Em valores, estima-se que o governo despendeu cerca de R\$ 9,99 bilhões (ANDIFES, 2013). Segundo dados do senado federal brasileiro (2019), no ano de 2000, o Estado investiu via FIES o valor de R\$ 2,15 bilhões e, em 2018, R\$ 19,1 bilhões. No decorrer desses 18 anos, houve um investimento total de cerca de R\$ 125,2 bilhões. Esse valor foi destinado às instituições privadas, visto que servem para custeio dos alunos, conforme explica Chaves (2015). Já o PROUNI oferece bolsas de estudo para alunos estudarem em instituições de ensino superior privadas. Em 2005, o Estado brasileiro ofertou 112.275 bolsas, enquanto em 2018, 417.276. No decorrer dos 13 anos do programa, 4.050.540 bolsas foram oferecidas, conforme dados do portal do PROUNI. Os custos dessas bolsas são abatidos na isenção de pagamento de impostos na ordem de R\$ 3.381,43 ao ano por aluno. Assim, estima-se que o valor total despendido entre 2005 e 2018 é de R\$ 1,4 trilhão, segundo dados da Receita Federal. Conforme é possível observar, apesar de existirem investimentos enfocados em instituições de ensino superior públicas como o REUNI, tem havido um direcionamento de capital estatal com uma orientação privatista mais substancial, como os realizados por meio do PROUNI e do FIES.

Palavras-chave: Educação superior. Financiamento. Financiamento público.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Análise sobre a expansão das universidades federais 2003 a 2012**: relatório da comissão constituída pela Portaria nº 126/2012. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1361467991UFMT_-_Maria_Lucia_Neder_relatorio_REUNI.pdf. Acesso em 4 jul. 2019.

_____. Ministério da Economia. Receita Federal. **Demonstrativos de gastos tributários – DGT**. Brasília, 4 set. 2018. Disponíveis em: <http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/demonstrativos-dos-gastos-tributarios-dgt>. Acesso em: 2 jul. 2019.

_____. Ministério da Educação. Programa Universidade para Todos. **Representações gráficas**. Brasília, s/d. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/dados-e-estatisticas/10-representacoes-graficas>. Acesso em: 2 jul. 2019.

CORBUCCI, Paulo Roberto; KUBOTA, Luiz Claudio; MEIRA, Ana Paula Barbosa. Evolução da educação superior privada no Brasil: da reforma universitária de 1968 à década de 2010. **Radar**, IPEA, n. 46, ago. 2016.

JACOB CHAVES, Vera Lúcia. Política de financiamento e a expansão da educação superior no Brasil: o público e o privado em questão. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 427-441, ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8635212>. Acesso em: 4 jul. 2019.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Plano Nacional de Educação: possibilidades e limites para educação brasileira

Adrielle Rissatto Zilio

Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

E-mail: adrielle.zilio@gmail.com

Andreza Barbosa

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: andrezab27@gmail.com

Palavras-chave: Plano Nacional de Educação. Planejamento.**Introdução**

O presente texto apresenta os resultados de pesquisa desenvolvida para elaboração de um trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em Pedagogia realizado no ano de 2017 e que teve como objetivo analisar as possibilidades e os limites do Plano Nacional de Educação (PNE) estabelecido pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Partindo do pressuposto de que o PNE é resultado de uma luta histórica de busca por uma educação de qualidade e que pode ter o potencial de trazer mudanças positivas para a educação brasileira, entende-se ser relevante aprofundar a compreensão a respeito dos seus limites e suas possibilidades. A pesquisa que deu origem a este texto foi realizada por meio de revisão de literatura e análise documental da legislação relacionada à temática. Neste trabalho, no entanto, será enfocada a análise do documento final do PNE 2014-2024.

De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), a ideia de planejar acontece quando um coletivo percebe dificuldades existentes em um contexto e se mobiliza para que ocorram melhorias. Nesse sentido, existem tentativas de elaboração de planos para a educação brasileira desde 1932 com o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova que “[...] pode ser considerado a primeira tentativa de elaboração de um plano de educação para o país” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 176). A partir desse documento, houve várias tentativas de elaboração de planos que estabelecessem metas e estratégias para a educação no Brasil.

No final da década de 1990, com a mobilização da sociedade civil, deu-se início ao longo e conflituoso processo que daria origem ao PNE (Lei nº 10.172 de 2001), que vigorou entre 2001 e 2011. O processo de elaboração e o documento final desse plano mereceriam uma análise mais aprofundada, porém não é possível dentro dos limites deste trabalho. Como esse plano tinha validade de 10 anos, antes mesmo de esgotar esse prazo, no fim de 2009, ainda no mandato Lula, iniciou-se uma nova discussão. Nessa ocasião, a gestão quis se fazer democrática, convocando a Conferência Nacional de Educação (CONAE) como uma forma de inserir a sociedade (municípios, Estados e Distrito Federal) na elaboração.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

O produto final das discussões realizadas na CONAE deu origem a um projeto de lei que, após várias modificações e um processo de tramitação demorado e disputado, levou à aprovação do PNE (Lei nº 13.005) em 25 de junho de 2014.

Plano Nacional de Educação: possibilidades e limites para educação brasileira

Além da Lei nº 13.005 de 2014, foi divulgado um documento do novo PNE 2014-2024, organizado em três partes: apresentação; histórias e desafios; e a própria Lei nº 13.005 (BRASIL, 2014). Na apresentação, deixa-se claro que foram definidas metas para todos os níveis de ensino e que elas devem ser cumpridas em dez anos. Em seguida, salientam-se algumas diretrizes e esclarece-se quais os órgãos cabíveis de monitorar o cumprimento dessa lei. O documento se dedica ainda a desenredar a história e os desafios da nova lei, um texto escrito por Paulo Sena, consultor legislativo da Câmara dos Deputados. Nessa parte, é descrita toda a história dos planos anteriores e são apontadas as polêmicas que circundam esse novo PNE, por exemplo, o financiamento ou a superação das desigualdades educacionais. Enfim, Sena expõe, em suas considerações finais, que a aprovação desse plano pode ser considerada uma vitória à sociedade brasileira (BRASIL, 2014).

Na sequência, na terceira e última parte do documento, apresenta-se então a lei que aprovou o PNE, em 14 artigos, um anexo com 20 metas e as estratégias a serem desenvolvidas até o final do decênio para alcançar essas metas estabelecidas. Entre os 14 artigos encontra-se o que deve ser feito em relação ao plano, como a necessidade de um monitoramento, a proposta de um próximo plano que deve ser apresentado e as diretrizes do PNE, que constam no artigo 2º. Entre essas diretrizes destacam-se a erradicação do analfabetismo, a superação das desigualdades educacionais, a melhoria da qualidade de educação, a valorização dos profissionais da educação, entre outras (BRASIL, 2014).

Embora todas as 20 metas estabelecidas para atender às diretrizes estabelecidas possam ser consideradas, de alguma forma, relevantes, nesta análise destacam-se algumas por compreender que têm grande potencial de avançar em questões importantes na educação brasileira.

Assim, as metas estabelecidas de 1 a 6 se direcionam ao acesso ao ensino e à permanência nele, voltando o olhar para minorias. A busca pela garantia de um ensino gratuito e de qualidade para todos é apresentada em todo o PNE. As metas 15, 16, 17 e 18 trazem a valorização do profissional da educação, pensando em formação continuada e planos de carreira. E a meta 20 se volta ao financiamento da educação e foi, sem dúvida, a mais disputada, por prever o direcionamento do repasse de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação até o final da vigência desse PNE. Essa meta é importante, pois a ampliação dos recursos destinados à educação é elemento fundamental para garantir, inclusive, o cumprimento das demais metas.

Apesar das possibilidades de avanço estabelecidas pelas metas do PNE e ainda que algumas delas impliquem limites importantes, acredita-se que a principal dificuldade para que o PNE atual se torne um mecanismo de melhoria da educação brasileira se dá em função da aprovação da PEC 241/55, que limita os gastos públicos por 20 anos e, com isso, impossibilita o cumprimento das metas do PNE. Amaral (2016) aponta que, com essa PEC, a possibilidade de alcance da meta 20 se torna irreal.

Outro ponto que configura um limite para o PNE é a mudança da composição do Fórum Nacional da Educação (FNE), que tem como finalidade organizar as conferências ocorridas nos Estados,



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



municípios e Distrito Federal, com vistas ao acompanhamento do PNE. Sobre essas alterações, Freitas (2017) sinaliza que se faz perceptível a intenção de restringir a participação das minorias com a exclusão de unidades representativas.

Conclusão

No decorrer desta pesquisa, notam-se dois pontos a serem salientados. O primeiro, conforme Bauer e Severino (2015) apontam, é que o PNE é um símbolo de luta histórica em defesa da educação pública de qualidade. E o segundo é que planejar é um ato importante, conforme descreve Paulo Sena (BRASIL, 2014).

É possível destacar que, se o PNE atual trouxe possibilidades de avançar no sentido de alcançar uma educação de qualidade no Brasil, observa-se, após sua aprovação, retrocessos que implicam limites que parecem ser ainda maiores que as possibilidades. A superação desses limites parece ser possível somente por meio da luta. Assim, cabe mais uma vez à sociedade se mobilizar na busca por uma educação gratuita de qualidade.

Referências

AMARAL, Nelson Cardoso. PEC 241/55: a “morte” do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 32, n. 3, p. 653-673, 21 dez. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/70262>. Acesso em: 11 jul. 2019.

BAUER, Carlos; SEVERINO, Antônio Joaquim. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024: compromissos, desafios e perspectivas. **Eccos – Revista Científica**, n. 36, p. 11-15, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5585/eccos.n36.5691>. Acesso em: 11 jul. 2019.

BRASIL. **Plano Nacional da Educação**. Brasília: INEP, 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

FREITAS, Luis Carlos de. Governo muda composição do FNE. **Blog do Freitas**, 2 maio 2017. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2017/05/02/governo-muda-composicao-do-fne/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Direito à educação? O caso de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto

Aline Fávaro Dias

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL), unidade de Americana
E-mail: alinefavarogmail.com

Murilo Florência Fabiano

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL), unidade de Americana
E-mail: mu.florenciogmail.com

Palavras-chave: Adolescente em conflito com a lei. Liberdade assistida. Educação formal.

Introdução

A legislação brasileira assegura a todos os cidadãos o direito à educação, não se restringindo apenas ao acesso ao sistema escolar por meio da efetivação da matrícula. A legislação nacional defende que reconhecer o direito à educação significa oferecer condições de permanência na escola e uma educação escolar de qualidade.

Entretanto, apesar dos avanços legais, constatam-se dificuldades das ações políticas em garantir a democratização do acesso à escola e a permanência nela de adolescentes autores de atos infracionais, já que a trajetória escolar deles é marcada por muitas desistências, evasões e incompletude do ensino. Dessa forma, o acesso à educação e a permanência no sistema escolar têm sido um dos maiores desafios no trabalho com adolescentes que cometeram atos infracionais, evidenciando um impacto significativo na vida deles.

Sendo assim, este projeto teve como objetivo realizar um levantamento da situação escolar dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, em uma cidade de porte médio da Região Metropolitana de Campinas, analisando-a e discutindo-a à luz de dados nacionais.

Desenvolvimento

Este estudo foi desenvolvido ao longo do ano de 2018 como parte do estágio supervisionado em Educação, obrigatório para conclusão do curso de Psicologia. No momento do levantamento dos dados, 159 adolescentes estavam cadastrados no sistema de controle do Programa de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, de uma cidade de porte médio da Região Metropolitana de Campinas. Desses adolescentes, foram retirados todos os que não possuíam informações acerca da escolarização, de modo que restaram 104 adolescentes entre 13 e 18 anos. Além disso, desse total, foram analisados com mais detalhes a história e a situação escolar de 15 adolescentes, por meio do acesso a seus prontuários.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Verificou-se que todos os adolescentes eram provenientes de escolas públicas e que, dos 104 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, 64 (61,5%) estavam fora do ambiente escolar e 40 (38,4%) estavam devidamente matriculados na escola.

Observou-se que os adolescentes matriculados na escola cometeram menor quantidade de atos infracionais quando comparados com aqueles que estavam fora do ambiente escolar. Ademais, 31 adolescentes inseridos na escola cometeram ato infracional relacionado ao tráfico de drogas, enquanto, dos que estão fora da escola, 44 participantes estavam inseridos no tráfico de drogas. Além disso, os adolescentes que estavam estudando apresentavam menor reincidência de outros atos infracionais, cujas gravidades eram mais leves. Esses dados sinalizam que a escola pode funcionar, de alguma forma, como um fator de proteção ao envolvimento de adolescentes em atos infracionais. Dado parecido foi encontrado em uma pesquisa realizada por Gallo e Williams (2008), indicando também que a escola, apesar do seu sistema controverso, pode ser um fator de proteção ao comportamento infracional do adolescente.

Considerando o total de 64 adolescentes fora da escola, 42 (65,6%) abandonaram o sistema educacional no ensino fundamental, 8 (12,5%), no ensino médio, e 14 adolescentes (21,8%) não dispunham dessa informação na planilha informatizada. No que concerne às informações dos 40 adolescentes matriculados na escola, 31 (77,5%) estavam no ensino fundamental, e apenas 9 (22,5%), no ensino médio. Esses dados deixam evidente a defasagem entre idade e série, considerando que maioria dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto na cidade estudada apresentava em torno de 15-16 anos.

Dos 15 prontuários analisados com mais detalhes, 11 (73,3%) adolescentes já haviam sido reprovados no ensino fundamental, 2 (13,3%), no ensino médio, e apenas 2 (13,3%) não reprovaram nem desistiram. Dados parecidos também foram encontrados por Borba, Lopes e Malfitano (2015), que observaram que, do total dos adolescentes em conflito com a lei de sua pesquisa, 83% eram repetentes em algum ciclo de ensino e só 17% nunca reprovaram.

Os dados apresentados até o momento indicam que a baixa escolaridade, as dificuldades na escola, as repetências e a evasão são fenômenos comuns na vida de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, e parte significativa dessa população encontra-se fora das escolas. Informações muito semelhantes ao município estudado foram trazidas pela pesquisa de Gallo e Williams (2008), que apontam que 61,8% dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto tinham apenas o ensino fundamental completo, 27%, até a 4ª série, e o somente 10,6%, o ensino médio completo.

Outro aspecto muito significativo é a relação da escolaridade entre pais e filhos. Dos 15 prontuários analisados, o grau de estudos foi bem parecido, ou seja, os pais com até o ensino fundamental tiveram filhos que também desistiram no mesmo ciclo; do mesmo modo, aqueles responsáveis com ensino médio possuíam filhos que também chegaram ao mesmo nível.

Dias (2011, p. 103) menciona a relação da pouca escolaridade dos parentes mais próximos ao adolescente e traz uma reflexão sobre a ambiguidade entre o discurso que coloca a escola como fator importante, concomitantemente com o abandono da escola pelos pais e/ou familiares próximos, e complementa: “esses jovens teriam que romper com o estigma da pouca escolarização de seus pais e familiares e isso não parece um processo fácil, pois trata-se de romper com um modo de viver e de se relacionar com o mundo”.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Conclusão

A partir da realização deste estudo, é possível verificar dados nacionais muito semelhantes aos do município estudado e chamar a atenção para a responsabilidade e o desafio do ensino formal em conseguir democratizar, de fato, o acesso à educação, não apenas possibilitando a efetivação da matrícula do adolescente em conflito com a lei, mas também oportunizando sua permanência na escola e uma educação de qualidade e emancipadora. É importante relembrar que a população aqui estudada é composta, em sua totalidade, de adolescentes provenientes das camadas sociais mais pobres, que estudavam em escolas públicas. Nesse sentido, cabe questionar quais ações estão sendo tomadas para garantir o direito à educação de parte dos adolescentes das camadas populares, em situação de bastante vulnerabilidade, considerando o evidente recorte social presente aqui.

É possível dizer que cometer um ato infracional pode implicar negativamente na vida escolar do sujeito, principalmente se já estava fora do ambiente escolar quando da infração, pois suas chances de retorno ao sistema educacional são mais remotas, visto que a escola, muitas vezes, recusa-se a recebê-lo e apresenta discursos e práticas marcados pelo preconceito. Sabe-se que o cumprimento da medida implica no acesso ao sistema de ensino formal, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente; todavia, isso não acontece de fato.

Ao mesmo tempo que se defende a garantia do direito à educação aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, pode-se questionar em que escola e sistema de ensino esses adolescentes serão inseridos. O caráter seletivo e excludente da escola capitalista se manifesta de forma mais contundente em relação aos adolescentes em conflito com a lei, e o faz de diversas formas: por meio da atualização de concepções desse segmento como objetos de proteção e de controle, de sua criminalização, das profecias autorrealizadoras acerca do fracasso escolar e do tratamento discriminatório que lhes dirige. Por sua vez, os adolescentes apresentam-se desmotivados e, diversas vezes, reagem ao processo escolar excludente de forma agressiva. A violação do direito à educação de adolescentes autores de atos infracionais pode representar a dificuldade em se conjugar as ideias de responsabilização do adolescente com as de manutenção e garantia de seus direitos. Além disso, a violação de um direito tão fundamental pode levar a questionar: quem viola a lei primeiramente, o adolescente ou o Estado? E mais, quais são as consequências da violação do direito à educação desses adolescentes a longo prazo?

Referências

BORBA, Patrícia Leme de Oliveira; LOPES, Roseli Esquerdo; MALFITANO, Ana Paula Serrata. Trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei: subsídios para repensar políticas educacionais.

Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 23, n. 89, p. 937-963, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v23n89/1809-4465-ensaio-23-89-0937.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

DIAS, Aline Fávoro. **Jovem autor de ato infracional e a educação escolar:** significados, desafios e caminhos para permanência na escola. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFSCar, São Carlos, 2011.

GALLO, Alex Eduardo; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti Albuquerque. A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 133, p. 41-59, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n133/a03v38n133.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

A crise no mundo do trabalho e o fetiche do novo ensino médio

Ricardo Agnelo

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

E-mail: ricardo_agnelo@ig.com.br

Palavras-chave: Ensino médio. Estado nacional. Mundo do trabalho. Neoliberalismo.

Introdução

Com o advento das discussões sobre o ensino médio, difundidas no meio educacional por intermédio da Medida Provisória nº 746/2016, transformada na Lei nº 13.415/2017, é conveniente realçar as características dessa lei que introduz mudanças substantivas no ensino médio, como a escola de tempo integral, a qual atribui a responsabilidade para os jovens “escolherem” os seus itinerários formativos, e a restrição do acesso às disciplinas da grade curricular, uma vez que somente Língua Portuguesa e Matemática serão obrigatórias durante o percurso educacional dos jovens. Além disso, existe a possibilidade de fazer cursos complementares fora da unidade escolar, por exemplo, por meio de plataformas de ensino a distância ofertado pela iniciativa privada.

Seja como for, as alterações no ensino médio cristalizam a supremacia dos interesses do atual estágio de acumulação capitalista flexível – termo é utilizado no livro “A condição Pós-Moderna”, do geógrafo marxista Devid Harvey –, que explicita a subordinação da educação a dinâmica econômica. Isso posto, coloca-se em xeque os direitos universais consagrados na Constituição Federal de 1988, na LDB nº 9.394/96, entre outros documentos consolidados para ampliar os direitos das classes subalternas – utilizado por Florestan Fernandes em suas obras para descrever a classe trabalhadora – ao acesso à educação articulada com os conhecimentos científicos, tecnológicos e humanísticos, condição arrazoada para a plena formação cidadã e o exercício profissional com consciência.

Feitas essas considerações preliminares, floresceram algumas indagações: quais são os princípios norteadores para a formação do aluno no ensino médio nos dias hodiernos? De que forma os jovens do ensino médio estão sendo inseridos no mercado de trabalho? A proposta do “novo” ensino médio não seria um fetiche no que diz respeito à sua ideologia que garante a liberdade de “escolhas” e o preparo para ingressar no mercado de trabalho?

A reforma do ensino médio materializou a luta de classes

No livro do filósofo marxista húngaro István Mészáros (2005), o prefácio foi escrito pelo sociólogo Emir Sader, que asseverou com propriedade intelectual e profunda sensibilidade.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



“Ao pensar a educação na perspectiva da luta emancipatória, não poderia senão estabelecer os vínculos – tão esquecidos – entre educação e trabalho, como que afirmando: diga-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação” (SADER, 2005, p. 17).

Não parece ser por outro motivo que, após o golpe judicial e político denominado impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, observa-se o enfraquecimento da débil democracia brasileira. Os “senhores” do bloco conservador que assumiram o governo de forma orquestrada iniciaram várias contrarreformas, a citar: a reforma trabalhista, com a cínica promessa de gerar mais empregos; a PEC 55, que congelou os recursos financeiros para os segmentos sociais durante 20 anos; a aprovação do novo ensino médio, cuja propaganda foi relacionada com a modernização, assegurando a garantia de escolhas dos alunos, uma vez que, no ensino médio, por possuir muitas disciplinas obrigatórias, a taxa de evasão e de reprovação é elevadíssima, e os resultados são pífios na aprendizagem etc.

No que concerne ao novo ensino médio e guardadas as devidas proporções, significa a retomada da obra inacabada no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) durante a década de 1990, cristalizadas por meio de conceitos do mundo empresarial, com ênfase na formação profissional imbricada com as competências, a consolidação do capital humano, o discurso versando sobre a empregabilidade, como a chave para conquistar um emprego; portanto, era consenso para a burguesia a elevação das taxas de escolaridade e a qualificação dos trabalhadores para tornar as empresas mais competitivas no cenário global (FRIGOTTO, 2004, 2011).

[...] desmontaram a face social do Estado e ampliaram a sua face que constituía como garantia do capital. Seu fundamento é o neoliberalismo conservador redutor da sociedade a um conjunto de consumidores. Por isso, o indivíduo não mais está referido à sociedade, mais ao mercado. A educação não mais é direito social e subjetivo, mas um serviço mercantil (FRIGOTTO, 2004, p. 240).

Entretanto, a passividade da burguesia autóctone e dos governos mudou de forma radical os rumos do país nos anos 1990, pois se fez a opção da integração subserviente do Brasil na globalização financeira evidenciada pela especialização produtiva regressiva, ou seja, criou-se a dependência da produção em larga escala das commodities, a indústria perdeu espaço e o governo iniciou o Estado mínimo para os interesses da classe trabalhadora.

Os retrocessos e as ambiguidades do novo ensino médio

O desafio que se coloca no umbral do século XXI perpassa pela capacidade de o Estado-nação engendrar as condições para o satisfatório desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, critérios imprescindíveis para sustentar a concorrência entre os países para se tornarem mais atrativos na globalização financeira neoliberal.

Em outras palavras, é nesse contexto que o governo brasileiro, com o apoio da elite, enceta a reforma do ensino médio. Assim sendo, ocorre a restrição da responsabilidade do Estado, que propõe parcerias com a iniciativa privada interessada em acessar os fundos públicos e preencher as vagas ociosas na rede particular. Concomitante com esse processo, o novo ensino médio reforça os princípios do individualismo neoliberal, quando afirma que os jovens terão o direito de “escolha” do itinerário formativo, sem levar em consideração as precárias estruturas da rede pública de ensino.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



“A oferta de quantos e quais itinerários formativos será definida pelos sistemas de ensino, segundo as suas condições concretas, o que levará à restrição das possibilidades de escolhas dos alunos, ou seja, o enrijecimento [...]” (KUENZER, 2017, p. 335).

O que se acaba de sublinhar a respeito das transformações no ensino médio promovidas pela Lei nº 13.415/2017, em tese, vislumbra subverter a educação pública como um direito do cidadão e um dever do Estado, em uma lógica da acumulação capitalista flexível, de acordo com Kuenzer (2017). O atual ensino médio associa-se à pedagogia flexível com a finalidade de formar a classe trabalhadora com subjetividades flexíveis.

O lugar do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) é como exportador de commodities e bens de baixo valor agregado, ou seja, a pauta de exportação expressa a ausência de empresas voltadas para a produção de mercadorias e serviços com elevado componente tecnológico típico da Terceira Revolução Industrial. Diante dessa conjuntura, a maioria dos empregos gerados está vinculada ao setor terciário (comércio e serviços), caracterizado pela informalidade e pela baixa remuneração. O baixo dinamismo econômico não proporciona um cenário favorável para a constituição de empresas que incorporem tecnologia de ponta combinada à geração de trabalho que exija qualificações mais sofisticadas (POCHMANN, 2012, 2016).

O motivo para a digressão na educação com destaque para o atual ensino médio é formar mão de obra de maneira aligeirada, milhões de jovens das classes subalternas para ficar à disposição do capitalismo flexível, como exército de reserva, visto que o segmento que mais cresceu são os trabalhos por meio dos aplicativos com padrão Uber e McDonald's.

Considerações finais

À guisa de conclusão, as transformações no ensino médio são restritivas para os jovens filhos da classe trabalhadora, visto que enxugam essa modalidade de ensino com a redução da grade de várias disciplinas, comprometendo a formação integral do jovem que deve ir muito além do mundo do trabalho, pois dever-se-ia direcionar a educação para ampliar a capacidade de os sujeitos tornarem-se cidadãos autônomos. Entretanto, conforme o marketing do governo amalgamado com os capitalistas, propala-se o fetiche da formação com caráter tecnicista para o mercado de trabalho, em uma sociedade que não consegue articular crescimento econômico de longo prazo, para gerar empregos suficientes com o objetivo de absorver os aproximadamente 2 milhões de jovens que necessitam inserir-se no mundo do trabalho anualmente; portanto, a presença do Estado-nação é determinante para assegurar crescimento e inclusão dos jovens.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 4 mar. 2019.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Parecer nº 5/2011. Sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Relator José Fernandes de Lima. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 24 jan. 2012. Seção 1, p. 10.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



_____. Casa Civil. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 23 set. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm. Acesso em: 4 mar. 2019.

_____. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 7 fev. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. *In*: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). **Juventude e sociedade**. Trabalho, educação e cultura e participação. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004. p. 180-216.

_____. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 46, p. 235-274, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a13>. Acesso em: 7 jan. 2019.

KUENZER, Acacia. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 331-334, abr./jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00331.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2019.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

POCHMANN, Marcio. **Inserção ocupacional e o emprego dos jovens**. São Paulo: ABET, 1998.

_____. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Brasil sem industrialização:** a herança renunciada. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

SADER, Emir. Prefácio. *In*: MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Projeto político-pedagógico: a busca pela qualidade social em duas escolas públicas do município de Hortolândia

Tatiane Aparecida de Menezes Amador

Professora mestre em Educação do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: tatiane_menezes@hotmail.com

Antonio Carlos Miranda

Professor doutor no PPGE e na graduação em Pedagogia do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: antonio.miranda@unisal.br

Palavras-chave: Pedagogia Social. Gestão democrática. Projeto político-pedagógico. Autonomia da escola. Qualidade social da escola.

Introdução

Nas últimas décadas, a escola pública enquanto instituição social tem sido solicitada a atender exigências constitucionais, em conformidade ao disposto nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada no ano de 1996. A partir de então, a escola pública passou a assumir níveis mais consistentes de autonomia pedagógica, política e administrativa, passando para uma condição de núcleo gestor do seu próprio projeto (CARIA, 2011).

O projeto político-pedagógico (PPP) foi escolhido para este estudo por se tratar de um documento em que estão contidas as ideias do coletivo escolar, que almeja a melhoria do trabalho educativo de forma progressiva e contínua, com vistas à autonomia da comunidade escolar e à descentralização do poder público.

Nessa perspectiva, trouxe-se para a discussão nesta pesquisa a pergunta: quais as ações registradas pela escola (PPP, planos de ação, projetos) que impactam a qualidade social da comunidade escolar?

Para Severino (*apud* CARIA, 2011, p. 30), “[...] o projeto da escola deve ser impregnado por uma intencionalidade significadora e é caracterizado como processo capaz de vincular a escola a um projeto histórico e social mais amplo”. Discute-se, para tanto, uma reflexão sobre o PPP, pautada em uma construção sociopolítica evidenciada pelo caráter ativo desse documento no contexto escolar.

Os PPPs das instituições educativas atualmente atendem à prerrogativa de uma proposta pedagógica advinda do princípio da gestão democrática, estabelecido pela Constituição Federal de 1988, ratificada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96). Desde então, muitas foram as discussões sobre essa temática, por exemplo, na legislação recente do Plano Nacional de Educação (PNE) e, por conseguinte, nos Planos Municipais de Educação (PME), nos quais “tais projetos são definidos como um instrumento importante na efetivação da gestão democrática” (BREDA, 2015, p. 9).



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Assim, com a disseminação das ideias e discussões acerca do PPP, o tema ganhou notoriedade, e muitos foram os ensaios metodológicos e roteirizações em torno da realização desse projeto escolar.

O PPP teve grande repercussão entre estudiosos e na legislação por se apresentar como instrumento democrático, e não uma receita, em que apenas serão cumpridas etapas de elaboração, sem que ao menos se possa refletir sobre o contexto, suas reais necessidades, avanços e retrocessos. Para tanto, o PPP deve responder a perguntas levantadas pela comunidade escolar, sendo instrumento de reflexão coletiva.

O presente estudo trata de algumas temáticas que envolvem a educação pública, tais como: a qualidade social da escola, o aproveitamento em proficiência dos educandos e seus respectivos dados censitários da base de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), por meio da Prova Brasil (2015) e informações do censo do respectivo ano, que constituem a nota do IDEB. Além de considerar os dados apresentados pelo INEP, foram analisados projetos escolares em duas unidades de ensino do município de Hortolândia.

Nesse sentido, o INEP se apresenta como avaliador externo do processo educativo, organizando informações obtidas por meio de testes de proficiência e declaradas via censo da unidade escolar. Nesta pesquisa, foram utilizados os dados do INEP como referência para a escolha das escolas, considerando, pois, as escolas com menor IDEB do município de Hortolândia – critério para a seleção delas.

Apesar de citar o INEP como avaliador externo nesse contexto, entende-se neste estudo que o PPP nasce de uma política pública educacional que visa à autonomia da escola e, contudo, à descentralização do Estado.

Em se tratando de uma pesquisa documental, investiga-se, nesse contexto, a realidade social, tendo um enfoque crítico e, portanto, um referencial teórico que favoreça essa reflexão. Não serão apenas críticas isoladas dos documentos; afinal, a análise pretende responder às questões levantadas na pesquisa. Reitera-se, sobretudo, que, a partir das relações estabelecidas entre os documentos de análise e seu contexto, seja possível elaborar hipóteses e chegar a conclusões.

Desenvolvimento

A pesquisa se desenvolveu a partir do pensamento de Luckesi (2011), o qual acrescenta que o PPP configura tanto os direcionamentos da prática educativa quanto os critérios da avaliação, oferecendo uma direção para a ação pedagógica, ao mesmo tempo que é guia para a ela e para os critérios de avaliação.

Este estudo foi realizado na cidade de Hortolândia, Região Metropolitana de Campinas (RMC), interior de São Paulo. Trata-se de uma análise documental dos PPPs de duas escolas de ensino fundamental – séries iniciais – por meio dos dados obtidos na Prova Brasil realizada no ano de 2015, e, por conseguinte, o IDEB destas.

Os critérios de seleção adotados para a escolha das escolas foram: as que tivessem participado da Prova Brasil, tendo resultado convertido em Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o IDEB, resultado esse que serviu de referência não apenas para escolha da escola, mas também para uma melhor compreensão do processo educativo das escolas referenciadas por seus PPPs.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Nesse caso, foram pesquisados documentos de domínio público, tais como: dados contidos no site do INEP e dois PPPs de escolas localizadas no município de Hortolândia. Os dados do INEP foram analisados como referência para verificar a proficiência dos alunos do 2º ciclo do ensino fundamental I (5º ano).

As escolas foram selecionadas, em um primeiro momento, pelas notas obtidas por meio do IDEB. As duas escolas selecionadas para esta pesquisa estavam entre as escolas que obtiveram as menores notas na Prova Brasil e funcionavam em tempo integral.

Conclusão

Identificou-se, por intermédio desta pesquisa documental, que existe um modelo estruturado pela Secretaria de Educação, Ciências e Tecnologia do município de Hortolândia a ser seguido como padrão para a elaboração do PPP na escola.

Assim, as escolas pesquisadas mediante os PPPs seguiram o roteiro indicado, conforme pode ser observado nos documentos analisados, porém seus conteúdos, metas e ações foram diferentes, o que sugere autonomia quanto à sua execução.

O PPP se refere a um documento ativo da escola. É por meio dele que se projeta o desejo da comunidade escolar, dando origem à sua proposta pedagógica. Sua importância consiste em orientar o trabalho a ser desenvolvido, considerando, pois, a identidade da escola e, portanto, suas características singulares.

A educação é processo de constante mutação, no qual perpassam muitos fatores preponderantes à formação dos sujeitos envolvidos nesse “todo educativo”. Não se faz educação apenas tecnicamente; educação se faz de relações, as quais se constroem por meio da educação e da convivência.

No tocante à busca pela qualidade educacional em seu aspecto social, cuja produção do conhecimento tenha caráter emancipador, faz-se necessária uma projeção do idealizado, com vistas a uma educação humanizada, edificando conceitos e reelaborando os desafios do educativo.

Assim, o PPP apresenta-se como mola propulsora de considerações singulares de um coletivo intencionalmente comprometido com a mudança social. A comunidade escolar merece compreender que as ações pedagógicas curriculares, bem como os projetos desenvolvidos em conformidade às necessidades locais, devem ser previstas em seu plano de trabalho e compartilhadas com comunidade escolar.

Entender como se dá o processo educativo na comunidade local, assim como suas necessidades sociais, alimenta a intencionalidade do trabalho a ser desenvolvido com assertividade. Não se trata apenas de garantir números ao longo do processo, mas sim de uma garantia de progressivo trabalho. Um trabalho contínuo, cujas dificuldades já foram identificadas, desenvolve-se na busca por meios de se alcançar fins pontuais para que seja possível lapidar as exigências no contexto de aprendizagens.

Referências

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. **Diário Oficial [da] União, Brasília**, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mar. 2019.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 jan. 2019.

BREDA, Mariana Roveroni. **Projeto político-pedagógico**: reflexões sobre o discurso de educadores de Rio Claro. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – USP, São Paulo, 2015.

CARIA, Alcir de Souza. **Projeto político-pedagógico em busca de novos sentidos**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011. (Educação Cidadã, 7).

INEP - Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. IDEB. **Localize a escola**. Disponível em: <http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/35216847>. Acesso em: 10 jan. 2019.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem**: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez Editora, 2011.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Educação como ato político: análise perante o direito educacional

Thabatta Janez de Freitas

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)
E-mail: thaj4nez@gmail.com

Cristiane Tranquilim Lisi

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)
E-mail: cristiane.lisi@unisal.br

Palavras-chave: Educação. Direito educacional. Direitos fundamentais.

Introdução

Atualmente, o tema educação encontra-se em alta, seja pela falta de verbas ou casos de violência, seja pelo exemplo de superação e política. A presente pesquisa possui como objetivo analisar as diversas leis do direito brasileiro, de modo a estudar tal ramo do direito público subjetivo, que encontra respaldo na Carta Magna de 1988, no art. 208, § 1º, de forma a regular o acesso ao ensino obrigatório e gratuito (BRASIL, 1988). Nesse sentido, a metodologia utilizada foi a dedutiva, aplicada a partir da organização e especificidade do conhecimento já produzido, e, com base em tais pontos, buscou-se a solução para a problemática apresentada.

Desenvolvimento

Em uma análise histórica, para Durkheim a educação é socialização. Quando se chega à sociedade, ela já pronta; então o papel de cada um não é mudar e transformar, e sim se adaptar e preparar para viver com as regras e os valores que já são vigentes. Ainda no que tange ao histórico da legislação educacional brasileira, a educação formal iniciou-se com os jesuítas. Desse período até por volta de 1759, pouco se sabe acerca das pessoas que possuíam como ofício as aulas particulares de alfabetização, uma vez que o ensino era público (MOTTA, 1997).

No âmbito constitucional, destacam-se algumas constituições, quais sejam: a Constituição Política do Império do Brasil de 1824, por delegar competência às Câmaras para inspecionar as escolas de primeiras letras e a educação em âmbito municipal; a Constituição da República dos Estados Unidos da América do Brasil de 1891, que manteve tal estipulação; a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934, na qual apareceram pela primeira vez os percentuais dedicados à educação pública pelas



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



três esferas de poder; a Constituição dos Estados do Brasil de 1937; a Constituição dos Estados do Brasil de 1946; a Constituição do Brasil de 1967; e a Emenda Constitucional nº 1 de 1969 (SILVEIRA, 2005).

A Constituição Federal de 1988 deu uma atenção um tanto quanto especial ao direito à educação, inserindo-a no âmbito da categoria dos direitos fundamentais, mostrando-se como corolário ao princípio da dignidade da pessoa humana no âmbito constitucional (FABIANOVICZ; SILVA, 2013).

No que diz respeito ao alcance em níveis infraconstitucionais, há a Lei Federal nº 4.024/61 e a Lei Federal nº 5.692/71 (SILVEIRA, 2005).

Atualmente, pode-se ainda destacar as seguintes normas quanto ao direito à educação: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Estatuto dos Servidores Públicos do Município e as normativas da Secretaria de Educação e da Diretoria Regional de Educação. A educação ainda se evidencia como um ato político, e tanto é assim que o art. 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) contempla o compromisso com a formação plena do ser humano, do educando, da pessoa, do sujeito. Essa Declaração trouxe à baila noções de suma importância no que tange ao conhecimento desse sujeito, quais sejam: liberdade, igualdade e fraternidade (ONU, 1948). No âmbito das leis de cotas para o ingresso ao ensino superior, pode-se mencionar a Lei nº 3.708, do Estado do Rio de Janeiro, que instituiu cota de até 40% para os afro-brasileiros no acesso às universidades estaduais (PANDOLFI, 2007).

Ao longo dos últimos anos, no país ocorreu um aumento significativo nas possibilidades de acesso à educação. Percebe-se que o resultado desse elevado índice é um reflexo das sociedades contemporâneas, uma vez que estas demonstram, de forma incessante, garantir aos cidadãos o acesso à educação, em especial o de nível básico, configurando-se muito mais do que apenas uma exigência, mas também um direito que irá permitir exercer a cidadania (SAVALI; TENREIRO, 2012).

Salienta-se que a educação como direito social e político é pressuposto básico para o exercício de todos os outros direitos (CURY, 2011). A Carta Magna do país inseriu, em seu corpo de normas, a educação no rol dos direitos e garantias fundamentais, devendo-se ressaltar que tal rol possui uma certa “prioridade” dentro do ordenamento jurídico brasileiro. *Prima facie* a educação possui duas características marcantes em relação aos direitos humanos: a educação como um direito humano em si (de qualidade, para todos, que respeite e valorize a diversidade) e a educação como um caminho para consolidar os demais direitos, disseminando o conhecimento sobre os direitos já assegurados e aqueles pelos quais batalhar, promovendo o reconhecimento de todos como sujeitos de direitos. Quando o legislador elencou a educação ao rol de direito fundamental, instantaneamente lhe atribuiu todas as características inerentes a essa condição de que deve ser assegurada a todos os indivíduos, ou seja, toda pessoa, independentemente de seu estado físico ou desenvolvimento mental, tem direito à educação.

Conclusão

A relevância social do tema se dá porque o direito público subjetivo se configura como um mecanismo social e jurídico para controlar a atuação do poder do Estado, pois permite ao seu titular constranger judicialmente o Estado a executar o que deve. O presente trabalho preocupou-se em analisar o tratamento conferido ao direito à educação pela Constituição Federal de 1998 e demais leis presentes no ordenamento jurídico brasileiro, desde sua origem histórica, marcada por períodos de resistências e de lutas, especialmente no que refere à condição de fundamental, bem como o papel da educação como

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



fator de inclusão social. Os direitos possuem características iguais do direito de liberdade, uma vez que se originaram deles, de modo a ser derivativos, dando um enfoque na educação, pois, sem ela, não haveria a compreensão, o entendimento, do significado do direito fundamental de liberdade. Pois bem, todo o regramento analisado tem por finalidade última priorizar a formação humana, intelectual e cultural do cidadão brasileiro, de forma plena e eficaz. Tem-se que a grande problemática atual não mais diz respeito à chamada fundamentação e ao reconhecimento da exigibilidade individual do direito à educação, mas à interpretação de sentido atualizado de uma figura jurídica, que, apesar de ter se originado com o intuito de salvaguardar valores individualistas (de modo a resguardar a população contra interferências abusivas estatais em sua liberalidade), encontra-se inserida em um moderno contexto.

Referências

AFONSO, Maria Lúcia Miranda; ABADE, Flávia Lemos. **Jogos para pensar: educação em direitos humanos e formação para a cidadania**. Belo Horizonte: Autêntica; Ouro Preto: UFOP, 2013. (Série Cadernos da Diversidade).

ANDRADE, José Domingos de. O consumidor e o direito educacional. **Revista Eletrônica de Direito Educacional**, Itajaí, n. 2, set. 2002.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Moderna, 1996.

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

BOAVENTURA, Edvaldo Machado. **Introdução ao direito educacional**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, 2004.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 22 nov. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm. Acesso em: 10 mar. 2019.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

CARBONARI, Paulo César. Sujeito de direitos humanos: questões abertas e em construção. *In*: SILVEIRA, Rosa Maria *et al.* (Orgs.). **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: UFPB, 2007. p. 169-186. Disponível em: www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos. Acesso em: 10 mar. 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O direito à educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola**. Brasília: MEC, 2011.

DEMARCHI, Clovis. Autonomia do direito educacional. **Revista Eletrônica de Direito Educacional**, Itajaí, n. 2, set. 2002.

DIAS, Adelaide Alves. Da educação como Direito humano aos direitos humanos como princípio educativo. *In*: SILVEIRA, Rosa Maria *et al.* (Orgs.). **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: UFPB, 2007. p. 441-456. Disponível em: www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos. Acesso em: 10 mar. 2019.

DI DIO, Renato Alberto Teodoro. **Contribuição à sistematização do direito educacional**. 1981. Tese (Livre-docência em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

DUARTE, Clarice Seixas. A educação como um direito fundamental. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 691-713, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0428100>. Acesso em: 10 mar. 2019.

FABIANOVICZ, Ana Cristina; SILVA, Cássia Cristina Moretto. A Educação como direito fundamental e a socioeducação como fator de inclusão. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11., 2013, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUC-PR, 2013.

FÁVERO, Osmar. **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988**. Campinas: Autores Associados, 2001.

FERREIRA, Dâmares (Coord.). **Direito educacional em debate**. Vol. I. São Paulo: Cobra Editora, 2004.

LIMA, Maria Cristina de Brito. **A educação como direito fundamental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

MANUAL DINÂMICO DO ESTUDANTE. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 1998.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

MOTTA, Elias de Oliveira. **Direito educacional no século XXI**: com comentários à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: UNESCO, 1997.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. O direito à educação na Constituição Federal de 1988 e seu restabelecimento pelo sistema da justiça. **Revista Brasileira de Educação**, n. 11, p. 61-74. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277056425_O_Direito_a_Educacao_na_Constituicao_Federal_de_1988_e_seu_restabelecimento_pelo_sistema_de_Justica. Acesso em: 10 mar. 2019. 1999.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 10 dez. 1948.

PANDOLFI, Sandro. As cotas raciais para o acesso à universidade e o princípio da igualdade na constituição brasileira. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, n. 10, p. 183-2016, jul./dez. 2007.

PEIXOTO, Fabiano Hartmann. **Direito educacional**. Curitiba: IESDE, 2004.

SAVELI, Esméria; TENREIRO, Maria Odete. A educação enquanto direito social: aspectos históricos e constitucionais. **Teoria e Prática da Educação**, v. 15, n. 2, p. 51-57, 2013.

SILVEIRA, Vicente de Paula. **Direito educacional e municipalização**. São Paulo: Lemos e Cruz, 2005.

VILANOVA, Lourival. O direito educacional como possível ramo da ciência jurídica. **Revista do Conselho de Educação do Ceará**, Fortaleza, p. 47, 1982.

Eixo 3 - Formação de Professores e Trabalho Docente

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Dom Bosco e Paulo Freire: uma educação baseada no amor e na empatia

Ana Beatriz Luciano Silva

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: anabeatrizlucianosilva@gmail.com

Valéria Maria Fusch Ferreira

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: valeria.ferreira@unisal.br

Resumo: Atualmente, observa-se que vem crescendo a procura por uma educação de melhor qualidade voltada para a formação de cidadãos críticos, que sejam capazes de analisar a realidade social e criar possibilidades para transformá-la, atuando de maneira positiva em sociedade. Esse modelo educacional almejado pode ser alcançado por meio da valorização do trabalho do professor, que, ao ser motivado, pode se engajar na busca e disponibilização de conteúdos que despertem o interesse dos alunos e contribuam de maneira efetiva para uma formação crítica. Nesse sentido, o papel do professor como mediador do conhecimento é de suma importância, considerando que ele, em muitos casos, é visto como adulto de referência para seus alunos. Depreende-se que os jovens, principalmente na fase da adolescência, em que se descobrem cheios de dúvidas, muitas vezes procuram apoio nas pessoas que estão ao seu redor e podem encontrar na figura do professor um aliado para passar por esse período. Por esse motivo, acredita-se que uma educação de qualidade se faz com a participação ativa de docentes comprometidos com uma formação que privilegie a construção da criticidade e valorize a relação entre alunos e professores. Os objetivos deste trabalho foram analisar as propostas educacionais de Dom Bosco e Paulo Freire, bem como contribuir com os professores para que conheçam essas ideias e façam uso delas em seu cotidiano escolar, enriquecendo seu desempenho em sala de aula com mais amor e empatia, buscando compreender a realidade de seu aluno. Este trabalho reuniu, por meio da pesquisa bibliográfica e biográfica, o conhecimento teórico de dois educadores que vivenciaram os resultados positivos de uma educação fundamentada na fraternidade e na afinidade com os alunos e por ensinar. Também se buscou a análise em documentos como a Base Nacional Comum Curricular, em livros e em sites, que contribuiriam para articular pensamentos e comprovar as atitudes que devem ser adotadas por um professor que encontra o seu lugar e está ali por amor à profissão e aos alunos. Espera-se que, a partir desta pesquisa, o educador considere as teorias estudadas por Dom Bosco e Paulo Freire e consiga realizar seu trabalho com mais amor e empatia. Além disso, que possa compreender sua importância no meio educacional, percebendo que está ali não somente para compartilhar o saber, mas também para valorizar a oportunidade de participar do crescimento pessoal de um indivíduo. Portanto, ouvir seu aluno é essencial e criar laços de amizade é significativo para a construção de seu próprio ser, influenciando diretamente sua constituição enquanto sujeito. Pretendeu-se com este estudo considerar que dois grandes autores, que viveram em épocas pas-



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



sadas, distantes uma da outra, ainda possuem ensinamentos tão atuais, interligados, sendo possível discutí-los e considerá-los úteis nos dias de hoje. Dessa maneira, confirma-se que o contexto social atual ainda precisa de profissionais engajados e valorizados no que fazem para realizar suas atividades com destreza, amor e empatia, vendo sentido no educar, tendo esperança em um mundo diferente, transformado pela real educação.

Palavras-chave: Dom Bosco. Paulo Freire. Educação. Amor. Empatia.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Notas de Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PAULO II, João. **Dom Bosco**: Um mestre para a Educação. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1988. (Cadernos Salesianos 47).

PAVANI, Pe. João Roberto. **Princípios pedagógicos do sistema preventivo de Dom Bosco através da Carta de Roma**. 1. ed. São Paulo: Palavra & Prece, 2013.

SPINOSA, Pe. Benedito Nivaldo Sapia. **Nas pegadas dos primeiros cristãos com São João Bosco**. Roteiro de meditação sobre pontos da espiritualidade salesiana. Americana: Salesiano, 2013.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Brincar, ler e escrever no primeiro ano do ensino fundamental: o que os alunos têm a dizer sobre si e sobre a escola?

Angélica Soares de Amaral Ribeiro

Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)
E-mail: angelicamaral_soares@hotmail.com

Karina Garcia Mollo

Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)
E-mail: karinagmollo@gmail.com

Agência financiadora: CNPq

Resumo: Este trabalho tem como objetivo conhecer o lugar do brincar, ler e escrever no primeiro ano do ensino fundamental sob a perspectiva dos alunos e durante as atividades que realizam, ou seja, o que eles têm a dizer sobre si e sobre a escola perante as experiências pedagógicas que vivenciam e de quais ações participam. A referência teórica é a perspectiva histórico-cultural, segundo os trabalhos de Vygotsky (1993) sobre a natureza social do desenvolvimento humano e sobre o papel fundamental dos instrumentos técnico-semióticos, constituídos na e pela cultura humana. O brincar para Vygotsky é a principal atividade que possibilita a criança operar simbolicamente para além da realidade concreta, independentemente do que vê. O trabalho de campo envolve observações do cotidiano escolar registradas em diários de campo, com vídeos (filmagens e transcrições de episódios) de situações pedagógicas buscando captar o que as crianças fazem e dizem. Uma entrevista semiestruturada em grupo também foi realizada para que as crianças pudessem dizer o que pensam sobre brincar, ler e escrever no primeiro ano, com roteiro previamente estruturado. Os registros foram analisados com apoio na abordagem microgenética de Góes (2000), buscando compreender as relações estabelecidas entre ler, escrever e brincar nessa turma, bem como o que dizem e fazem nessa direção. Os participantes são alunos do primeiro ano do ensino fundamental I de uma escola pública situada na periferia de uma cidade do interior do Estado de São Paulo. A série foi escolhida por ser o momento de transição dos alunos da pré-escola para o ensino fundamental. A preferência por essa temática justifica-se pela evidência de algumas pesquisas bibliográficas encontradas sobre o tema no SciELO apontarem que, após as crianças ingressarem na escola, há uma incongruência de ideias sobre o papel que o brincar desempenha no primeiro ano escolar, sendo que, na pré-escola, suas atividades diárias se configuravam em torno das brincadeiras, das historinhas infantis, do faz de conta. As análises em andamento apontam que as crianças demonstram em vários momentos a necessidade de brincar e o quanto isso está presente durante a realização das atividades pedagógicas, momentos em que



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



buscam estratégias para realizar brincadeiras durante as aulas, ao mesmo tempo que realizam atividades de alfabetização maciçamente memorísticas e mecânicas. Brincar e desenhar, por exemplo, são atividades que precedem à escrita, mas que são realizadas pelos alunos apenas quando as “atividades escolares” são finalizadas, não fazendo parte das próprias atividades. Esta pesquisa procura contribuir para que os professores das séries iniciais possam olhar para suas práticas pedagógicas de maneira mais sensível e crítica em relação ao brincar e às atividades imaginativas, considerando a criança em suas particularidades e potencialidades específicas.

Palavras-chave: Perspectiva histórico-cultural. Brincar, ler e escrever. Primeiro ano.

Referências

GÓES, Maria Cecília. A abordagem microgenética na matriz histórico-cultural: uma perspectiva para o estudo da constituição da subjetividade. **Cadernos Cedes**, v. 20, n. 50, p. 9-25, 2000.

VYGOTSKY, Lev [1934]. Pensamiento y lenguaje. *In*: _____. **Problemas de Psicología General – Obras Escogidas – vol. II**. Edição dirigida por Amelia Alvarez e Pablo Del Rio. Madri: Visor, 1993. p. 11-348.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

A importância do coordenador pedagógico na formação dos docentes na escola inclusiva

Betina de Araujo Caballeria

Mestranda do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: betinacaballeria@uol.com.br

Profa. Dra. Renata Cristina Oliveira Barrichelo Cunha

Docente do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: renata_bcunha@yahoo.com.br

Resumo: O ideário de uma política educacional de cunho democrático vem ao encontro das concepções de escola inclusiva inspirada nos direitos humanos e educação de boa qualidade a todos. Nessa perspectiva, a Rede Municipal de Ensino de Diadema conta com o Centro de Atenção à Inclusão Social (CAIS), que, entre outros serviços pedagógicos, oferece o Serviço de Itinerância desenvolvido por professores de educação básica especial (PEBE). Para a implementação da educação inclusiva, a interação entre PEBEs e comunidade escolar é imprescindível. A formação dos professores, sobretudo, é fundamental para possibilitar o desenvolvimento de um currículo que contemple todos os alunos. A pesquisa em andamento objetiva analisar as formas de interação entre os PEBEs e os coordenadores pedagógicos (CP) das escolas e, mais especificamente, compreender suas expectativas para que as atribuições comuns, como a formação de professores, possam ser desempenhadas de forma colaborativa. A investigação está sendo desenvolvida com base em revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas. Os sujeitos da pesquisa são seis PEBEs que atuam no CAIS e seis CPs do ensino fundamental I que atuam nas escolas de maior demanda da Rede. As entrevistas estão sendo realizadas neste 2º semestre de 2019, e a revisão bibliográfica, até então feita, permite marcar um quadro teórico acerca da importância dos CPs na formação dos professores nas escolas. A revisão de literatura permite afirmar que a ação formativa desempenhada pelos CPs deve ser entendida como processo de construção a partir das práticas cotidianas envolvendo a reflexão do trabalho do professor. Os CPs assumem uma tarefa importante no processo de inclusão ao proporcionar reflexões visando alcançar mudanças e amenizar as resistências presentes no contexto escolar. Para Souza (2011), a atuação dos CPs é fundamental para lidar com as diferentes demandas que perpassam pelo cotidiano escolar, incluindo o processo de escolarização e seus desafios. Geglio (2012) e Aguiar (2015) ressaltam que, entre as funções, existe uma contribuição no trabalho realizado para o atendimento à diversidade, embora reconheçam as dificuldades relacionadas à efetivação de um trabalho pedagógico de equidade e a falta de políticas públicas. Para Martins *et al.* (2006), o processo de inclusão deve centrar-se na revisão de concepções, estratégias de ensino, orientação e suportes de apoio, visando contemplar as reais necessidades de seus educandos.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Coordenador pedagógico. Trabalho colaborativo.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Referências

AGUIAR, Lucia Gusson. Desafios do coordenador pedagógico no processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. *In*: ALMEIDA, Laurinda; PLACCO, Vera Maria (Orgs.). **O coordenador pedagógico e o atendimento à diversidade**. São Paulo: Loyola, 2015.

GEGLIO, Paulo Cesar. O coordenador pedagógico e a inclusão. *In*: ALMEIDA, Laurinda; PLACCO, Vera Maria (Orgs.). **O coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade**. São Paulo: Loyola, 2012.

MARTINS, Lúcia de Araújo *et al.* (Orgs.). **Inclusão: compartilhando saberes**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

SOUZA, Vera Lucia. O coordenador pedagógico e a constituição do grupo de professores. *In*: ALMEIDA, Laurinda; PLACCO, Vera Maria (Orgs.). **O coordenador pedagógico e o espaço da mudança**. São Paulo: Loyola, 2011.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Formação continuada de docentes no Japão: o sistema de lesson study

Diego Marcondes

Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

E-mail: marckdiego@gmail.com

Agência financiadora: CAPES

Resumo: O presente estudo busca levantar como se dá a formação continuada (FC) de professores no Japão mediante o sistema de lesson study, prática tratada internacionalmente como bem-sucedida no aprendizado profissional docente, reconhecida como a chave do sucesso escolar do país. Para tal, serão estudadas pesquisas nacionais e internacionais que tratam do tema para entender a dinâmica desse sistema. Ao entrar no sistema de ensino japonês, o docente tem um plano de carreira delineado, com aumento salarial escalonado no decorrer dos anos, sabendo que, além de lecionar, realizará funções administrativas e aconselhamento de pais e alunos (LETENDRE, 2017). As escolas destacam um docente experiente que recebe folga das aulas por um ano para treinar o novo professor. Shimahara e Sakai (1995) entendem que a progressão de carreira é o fator que favorece o aprendizado sobre a profissão docente, crucial para o desenvolvimento profissional. Um dos métodos mais comuns de FC é a orientação em pares, realizada no e para o trabalho, voltada para resolver conflitos internos, profissionais e de desenvolvimento no longo prazo. É comum docentes lecionarem nas aulas uns dos outros para identificar e resolver os diversos conflitos. Outro sistema de FC é o de grupos de pesquisa docente: o lesson study, ou jugyou kenkyuu. Esse sistema consiste no compartilhamento de responsabilidade, sendo um processo colaborativo de planejamento de aulas. É conduzido pelas direções escolares por meio da observação de aulas dos docentes, os quais criam um plano de aulas para o conteúdo que ficaram responsáveis (MURI, 2017). O plano é apresentado em reuniões técnicas abertas de preparo do plano de ação, nas quais são decididos os objetivos e os meios de avaliação da aula e do método de ensino, bem como os responsáveis por aplicar, observar e avaliar a prática. Ainda, são preestabelecidas reuniões compostas de professores e conduzidas por eles para avaliar o andamento do processo. Assim que o plano for desenvolvido, o professor vai à prática lecionar, enquanto outros docentes observam, gravam em mídia audiovisual ou preenchem checklists. Em novas reuniões de grupo, são sugeridas melhorias com base no desempenho do docente. É considerado um modo positivo de suscitar a reflexão sobre a prática e a habilidade de replanejamento educacional. Considera-se também a personalidade dos alunos e sua curva de aprendizado no processo. Ressalta-se que o sucesso do lesson study se dá, principalmente, por ser um plano de longo prazo, que vem sendo implementado e reestruturado no decorrer dos últimos 50 anos. O corpo docente japonês tem um modelo de aprendizado contínuo de longo prazo, com um plano de carreira bem delineado e autonomia do seu próprio trabalho, tornando-o uma categoria profissional, diferente do que se é considerado na maior parte dos países.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Palavras-chave: Formação continuada. Japão. Lesson study. Jugyou kenkyuu.

Referências

LETENDRE, Gerald. Institutionalized career pathways in Japan: how roles promote professional learning. *In: INTERNATIONAL TEACHER LEADERSHIP CONFERENCE*, 3., 2017, Miami. **Proceedings...** Miami, 2017.

MURI, Andriele. **Letramento científico no Brasil e no Japão a partir dos resultados do PISA**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2017.

SHIMAHARA, Nobuo; SAKAI, Akira. **Learning to teach in two cultures**. New York: Garland Publishing, 1995.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Uma reflexão acerca das dificuldades de aprendizagem no contexto escolar

Gabriela Cristina dos Santos Souza

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: gabicristinadsouza@gmail.com

Valéria Maria Fusch Ferreira

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: valeria.ferreira@unisal.br

Resumo: As dificuldades de aprendizagem no contexto escolar podem ser consideradas grandes obstáculos para os professores, pois, em muitos casos, estes não possuem conhecimento de como proceder com os alunos que apresentam tais características, seja no conteúdo da escrita e leitura, seja no conteúdo de Matemática, presentes principalmente no ensino fundamental I. Perceber todo o contexto das dificuldades de aprendizagem é uma peça essencial para desenvolver as potencialidades de cada uma das crianças, norteando-as para o enriquecimento de conhecimentos de mundo e disciplinares, assim como culturais, históricos e psíquicos. Portanto, é necessário a informação dessas contribuições na educação, para que, dessa forma, o professor possa atribuir e valorizar os processos cognitivos de cada aluno. A presente pesquisa abordou características, definições e causas que compõem as dificuldades de aprendizagem, apontando os vários contextos que fundamentam o problema no campo educacional. Há inúmeros estudos relacionados ao tema, pois encontra-se associado a uma problemática que atinge grande parte das crianças nos dias atuais, refletindo nas avaliações e didáticas no ambiente escolar, bem como na vida familiar e afetiva de cada uma delas. A importância de se pesquisar as dificuldades de aprendizagem remete à compreensão do processo de desenvolvimento cognitivo de cada criança. Portanto, o presente trabalho teve como objetivos investigar e comparar as reflexões das dificuldades de aprendizagem feitas pelos estudiosos Osti (2012) e Sisto *et al.* (2012), verificando como esses autores compreenderam os aspectos históricos, a origem das pesquisas e os conceitos. Buscou-se também com este trabalho analisar as definições de dificuldades de aprendizagem que possam auxiliar na compreensão e na formação docente, além de, por último, identificar e discutir a individualidade de cada criança em seu contexto educacional, histórico, social, psíquico e patológico. A pesquisa de abordagem teórica foi desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica com base nos teóricos anteriormente citados, considerando a relevância deles nessa área de estudo. Dessa forma, acredita-se que o envolvimento dos docentes no campo das dificuldades de aprendizagem facilita a compreensão de fatores que possam auxiliar as crianças no contexto escolar, a favorecer suas potencialidades e a desenvolver suas dificuldades em leitura, escrita, soletração e cálculo. Assim, espera-se que o presente estudo possa influenciar professores que não sabem como ajudar seus alunos quanto às condutas e ferramentas de aprendizagem que podem



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019



**UNIDADE
AMERICANA**

Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



propor em suas didáticas. Além disso, intenta-se auxiliar na procura por novas maneiras de ensinar os discentes a superar suas dificuldades, compreendendo o contexto social, cultural, ambiental, psicológico e emocional de cada um.

Palavras-chave: Dificuldades de aprendizagem. Conceito. Docente.

Referências

OSTI, Andréia. **Dificuldade de aprendizagem, afetividade e representações sociais:** reflexões para a formação docente. Jundiaí: Paco Editorial: 2012.

SISTO, Fermino Fernandes *et al.* **Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico.** 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Narrativas pedagógicas e formação de professores

Maria Cristina G. Fortes

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: mcrisfortes@gmail.com

Profa. Dra. Renata C. O. Barrichelo Cunha

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: renata_bcunha@yahoo.com.br

Resumo: A escrita de narrativas vem sendo considerada importante para o processo de formação dos professores enquanto oportunidade de ressignificação das práticas educativas e reconstrução de identidades, revelando como os professores mobilizam seus conhecimentos, valores, vivências e expectativas. A pesquisa se apoia no conceito de narrativas pedagógicas, com base em Prado (2013), que as compreende como escritas diversificadas dos professores e profissionais da escola elaboradas com o objetivo de compartilhar as reflexões sobre a própria experiência. A pesquisa se propõe a compreender as contribuições da escrita de narrativas pedagógicas para a formação dos professores da educação básica e, mais especificamente, compreender as motivações de professores que escrevem acerca de seu cotidiano na sala de aula e os efeitos da socialização dessas narrativas nos círculos de pertencimento dos professores. A pesquisa prevê a análise das obras organizadas por Campos e Prado (2013, 2014, 2015) e Prado *et al.* (2017), que reúnem narrativas escritas por professores e entrevistas semiestruturadas com autores de algumas dessas escritas identificadas como “Pipocas Pedagógicas”. O trabalho, em andamento, está em fase de revisão bibliográfica, cujos resultados podem ser apresentados sumariamente. Prado (2013) argumenta que as narrativas pedagógicas como instrumentos de reflexão das práticas na e da escola revelam saberes e conhecimentos construídos a partir das relações e interações profissionais e sociais. A escrita dos professores, segundo Prado, Ferreira e Fernandes (2011), torna possível que a ação pedagógica seja reflexiva e fundamentada teoricamente. As narrativas produzidas na formação inicial e continuadas dos professores podem dar sentido às próprias práticas pedagógicas e, do ponto de vista da investigação, oferecer subsídios para a reflexão e a intervenção dos formadores de professores (OLIVEIRA, 2011).

Palavras-chave: Narrativa pedagógica. Formação docente. Prática reflexiva.

Referências

CAMPOS, Cristina Maria; PRADO, Guilherme (Orgs.). **Pipocas Pedagógicas**: narrativas outras da escola. São Paulo: Pedro & João Editores, 2013.

_____. **Pipocas Pedagógicas II**: narrativas outras da escola. São Paulo: Pedro & João Editores, 2014.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



_____. **Pipocas Pedagógicas III**: narrativas outras da escola. São Paulo: Pedro & João Editores, 2015.

OLIVEIRA, Rosa Maria. Narrativas: contribuições para a formação de professores, para as práticas pedagógicas e para a pesquisa em educação. **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v. 20, n. 43, p. 289-305, maio/ago. 2011.

PRADO, Guilherme. Narrativas pedagógicas: indícios de conhecimentos docentes e desenvolvimento pessoal e profissional. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 4, n. 10, p. 149-165, 2013.

PRADO, Guilherme; FERREIRA, Claudia; FERNANDES, Carla. Narrativa pedagógica e memoriais de formação: escrita dos profissionais da educação? **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 26, p. 143-153, set./dez. 2011.

PRADO, Guilherme *et al.* (Orgs.). **Pipocas Pedagógicas IV**: narrativas outras da escola. São Paulo: Pedro & João Editores, 2017.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Conscientização em Paulo Freire: o sujeito, a realidade e os níveis de consciência

Suzane Machado Baldan

Mestranda do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: suzane.machado@uol.com.br**Gildevânia Pereira da Silva**

Mestranda do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: pinkclubber@hotmail.com**Maria Fernanda Almeida Silverio**

Mestranda do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: fernandaibc@hotmail.com

Resumo: Logo no início da obra, Paulo Freire (1980, p. 58) determina a palavra “conscientização” como conceito central de suas ideias sobre educação, uma vez que a libertação é uma das finalidades da educação. Ela só acontece à medida que o sujeito consegue refletir sobre a sua realidade e estar em um processo de pensamento e ação, para que enxergue sua condição de oprimido. O autor esclarece que esse termo foi criado aproximadamente em 1964 por uma equipe de professores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, dos quais se destacam Álvaro Pinto e professor Guerreiro. Esse conceito é fundamental, visto que, para Freire, as pessoas veem o mundo por meio de sua consciência, sendo a relação desta com a realidade parte do processo de libertação e de uma educação emancipatória, e a relação do indivíduo com a realidade muda conforme se inicia o seu processo de conscientização – a mudança de mundo e a de realidade são processos interdependentes. Freire estabelece três estágios dialéticos da consciência que não são estágios mecânicos, fechados e lineares. Eles acontecem à medida que a consciência sobre a realidade de si e do mundo permite ações para mudança e vai dilatando a capacidade do indivíduo de fazer reflexões acerca de seu contexto material e social. O primeiro estágio é a consciência ingênua, em que o sujeito não consegue distanciar-se de sua realidade para traçar um olhar de análise de sua situação. Nesse estágio, o homem naturaliza os acontecimentos ao seu redor; é um estado de passividade que leva o indivíduo a não conseguir elaborar uma visão crítica de si, do seu papel no mundo e na sociedade. É o momento em que facilmente é colocado em situação de oprimido, pois ainda não tomou posse de seu lugar como sujeito, tendendo a ser utilizado por outros homens como um objeto de trabalho. A própria alfabetização pode ser utilizada como prática de dominação, e não de emancipação do sujeito, para que ele procure sua própria leitura de mundo, construindo, dessa maneira, uma visão crítica de si, do outro e da realidade. “Não posso denunciar a estrutura desumanizante se não a conheço” (FREIRE, 1980, p. 58). Nesse ponto, percebe-se que o autor levanta uma questão importante para que se possa traçar um paralelo sobre a educação como prática de manutenção das estruturas opressoras, que não visa ser um processo



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019



UNIDADE
AMERICANA

Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



emancipatório nem objetiva um sujeito pensante e atuante, transformador, mas sim mantém uma estrutura que poda os níveis de leitura e conhecimento crítico de realidade, pois, ao não conhecer as mazelas de sua própria existência, o homem não alcança parâmetros que o permitam refletir com criticidade sobre o tempo histórico em que vive. O estágio de consciência crítica pressupõe uma desocultação de questões importantes sobre o conhecimento de mundo e realidade. É nessa fase que o homem se fundamenta na criatividade para promover sua transformação, reconhecendo que está inserido em um contexto maior e que a classe opressora não tem nenhum interesse em libertar as massas, mas sim em manter o homem objetificado como força de trabalho e de manutenção de ideologias. A conscientização é o aprofundamento da tomada de consciência. Ela faz a realidade se tornar cognoscível, compreensível e, sobretudo, transformado. É quando o homem percebe que a mudança só ocorre com a ação; é; portanto, a própria práxis, a prática pensada e refletida.

Palavras-chave: Conscientização. Níveis de consciência. Transformação.

Referências

FREIRE, Paulo. **Conscientização:** teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Análise da Lei nº 13.278/16 e os impactos causados pela alteração da lei anterior (nº 11.769/08) sobre o ensino da música no Brasil: reflexões a partir de uma ótica positivista de sua relação com a Matemática e as Ciências da Natureza

André da Silva Barros

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar Sorocaba)

E-mail: andre.barros1@educacao.sp.gov.br

Palavras-chave: Auguste Comte. Música. Positivismo. Matemática. Física. Biologia.

Introdução

Esta pesquisa busca comparar a Lei nº 11.769/2008, em que a música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo da Arte, e a Lei nº 13.278/2016, que retornou a música unicamente a essa disciplina, considerando que a lei revogada é superior à vigente, seja na formação do professor, seja na aprendizagem do aluno. Ampliando essa linguagem a outros campos de conhecimento, justifica-se que a música pode ser compreendida pela proporcionalidade (Matemática), acústica (Física), audição e fonação (Biologia), além da estética (Arte).

Como referencial teórico, utiliza-se do “Curso de Filosofia Positiva”, de Auguste Comte, para quem as ciências podem ser experimentadas e classificadas como métodos, produzindo dados racionalmente empíricos, formulando a base para o conhecimento da humanidade, “uma reforma intelectual” e a “reorganização da sociedade”. A música, obedecendo a leis observáveis, poderia ser entendida dessa forma.

O estudo busca, então, resgatar a música como “elo perdido” da educação brasileira, da qual já foi seu componente, e questionar também sobre como ela, na História, foi estudada pelas suas propriedades matemáticas – na Antiguidade, por Pitágoras, Arquitas, Platão, Euclides e Ptolomeu, e na Idade Média, pelo *Quadrivium*, a partir de Boécio, para quem essa arte, “enquanto deleita os ouvidos com sons, apraz a alma com as proporções numéricas”. A pesquisa é relevante por sugerir a interdisciplinaridade entre música e Ciências Naturais.

Com a LDB de 1961, a música, um componente curricular, passou a ser conteúdo em Educação Artística, com teatro, dança e artes visuais, por meio de professores polivalentes. Com ênfase na formação visual, estes priorizaram o desenho. Com a LDB de 1996 pela publicação da Lei nº 11.769/08, a música voltaria a respirar dentro da escola: sairia da sombra das artes visuais e ganha-



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



ria espaço nos projetos escolares. Contudo, a Lei nº 13.278/16 retornou a música para o campo da Arte. Por isso, é tão singular para esta pesquisa atentar para a lei de 2008 que trata a música enquanto ensino interdisciplinar.

Desenvolvimento

A música é a arte do som e também sua própria ciência. Enquanto arte, representa a expressão humana pelo viés estético, comunicacional e cultural. Enquanto ciência, “em um piano, um violino e em uma guitarra, o som é produzido pelas vibrações das cordas; em um saxofone, pela vibração de uma palheta; em uma flauta, pela vibração de uma coluna de ar” (HEWITT, 2002, p. 345).

O som existe porque há um meio material. Em Física, a repetição da vibração é chamada frequência. Vibrações rápidas produzem frequências agudas; já vibrações lentas, graves. Sons podem ser chamados de notas musicais, contudo “nem todo som é uma nota, mas toda nota é um som” (NESTROWSKI, 2000, p. 16). A música surge quando um som é comparado ao som anterior pelo intervalo entre eles. Ora, o homem é capaz de ouvir sons entre 20 Hz a 20 KHz, sendo a frequência 440 Hz padronizada pela ISO 16/1975:

Fatores multiplicativos de frequência							
Dó	Ré	Mi	Fá	Sol	Lá	Si	Dó
1	9/8	81/64	4/3	3/2	27/16	243/128	2
264	297	330	352	396	440 Hz	495	528

A música, com suas propriedades (altura, timbre, intensidade e duração) e seus fundamentos (melodia, harmonia e ritmo), pode auxiliar outras disciplinas, como a Matemática, no estudo sobre números, conjuntos, funções e figuras geométricas e na observação da realidade, a Física, em conteúdos relativos à altura, intensidade, volume, timbre, Fourier e Doppler, e a Biologia, em pontos referentes ao canal auditivo, à captação das ondas sonoras e à percepção dos sons.

Na História, vemos a música nas artes liberais, em que, na primeira parte, ou “*trivium*, estudavam-se Gramática (latim e literatura), Retórica (estilística, textos históricos) e Dialética (iniciação filosófica). Na segunda, ou *quadrivium*, passava-se para Aritmética, Geometria (que incluía a geografia), Astronomia (astrologia, física) e Música” (FRANCO JUNIOR, 2001, p. 105). O *trivium* se refere à linguagem, e o *quadrivium*, onde está a música, aos números. Tal divisão veio dos pensadores gregos, como Pitágoras, Arquitas, Platão, Euclides e Ptolomeu na Antiguidade, e do romano Boécio na Idade Média.

Pitágoras observou as notas a partir do monocórdio; Arquitas elaborou a escala diatônica e nomeou os sons em *διαπασσον* (oitavas, razão 2:1), *διατεσσαρον* (quartas, 4:3) e *διαπετον* (quintas, 3:2); Platão considerava a música como “uma das matemáticas por se ocupar das razões e das proporções numéricas” (GUSMÃO, 2010, p. 33); Euclides, em “*Sectio Canonis*”, aprofundou o monocórdio; Ptolomeu entendia que as notas poderiam ser traduzidas em equações, e vice-versa; Boécio publicou a musicologia grega em “*De Institutione Musica*”, base da escola medieval. Para ele, o músico não é o que toca um instrumento ou escreve canções, mas o que domina e aplica os princípios especulativos da disciplina.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Tal ensino findou no Renascimento, que, “libertando-se” dos dogmas cristãos, cantou os textos greco-latinos. O *trivium* se transformou em Humanidades, o *quadrivium*, em Ciências, e a música confinou-se nos conservatórios. Comenius (1592-1670), na *Didática Magna*, dizia que a academia deveria ensinar Gramática, Física, Matemática, Ética, Dialética e Retórica (COMENIUS, 2010). Assim, a música perdia seu caráter científico.

Nascido na Revolução Francesa, Comte (1798-1857) fundou o Positivismo, propondo o estudo da Astronomia, Física, Química, Fisiologia e Sociologia, com bases matemáticas. Seguindo essa ordem, chegou-se ao progresso, e a escola deveria preparar as mentes, com a “regeneração fundamental da educação geral”, de forma multidisciplinar e sistematizada.

Para Comte (1983, p. 62), a harmonia está entre a realidade e a possibilidade de contemplar as causas e os fenômenos, “com pesquisas acessíveis à nossa inteligência”. Se, em Leibniz, a música seria o prazer da alma ao contar sem saber que está contando, para o espírito positivo o prazer está na consciência dessa percepção.

Conclusão

Tratar a música como número permite construir uma relação entre o conjunto de seus fundamentos e os das Ciências Exatas. Assim, a música obedece às mesmas leis da natureza e pode ser experimentada e classificada seguindo o método comteano. Ao tratar a música como ciência, exercita-se a descoberta de um elemento natural, o som, seguindo uma ordem lógica, revelando seu estado positivo como possibilidade do que é dado (*positum*) a conhecer. A descoberta provoca uma experiência sensível e também científica, sendo a música uma ponte entre as diversas disciplinas do currículo (ARANA, 2007).

Referências

ARANA, Hermas Gonçalves. **Positivismo**: reabrindo o debate. Campinas: Autores Associados, 2007. (Coleção Educação Contemporânea).

BRASIL. Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Música na educação básica. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 19 ago. 2008.

_____. Lei nº 13.278, de 2 de maio de 2016. Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 3 maio. 2016

COMENIUS, Jan Amos. **Didática Magna**. Introdução, tradução e notas de Joaquim Ferreira Gomes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positivista**. Seleção de textos de José Arthur Gianotti. Tradução de José Arthur Gianotti e Miguel Lemos. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

FRANCO JUNIOR, Hilário. **Idade Média: nascimento do ocidente**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GUSMÃO, Cynthia. **A harmônica na Antiguidade grega**. 2010. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – USP, São Paulo, 2010.

HEWITT, Paul. **Física conceitual**. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

NESTROWSKI, Arthur. **Notas musicais: do barroco ao jazz**. São Paulo: PubliFolha, 2000.

VÁLIO, Adriana Benetti Marques *et al.* **Ser protagonista: física, 2º ano: ensino médio**. 3. ed. São Paulo: Edições SM, 2016.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Programa “Mais Alfabetização”: implantação em uma escola do município de Limeira

Giovana Paganotti Figueiredo

Mestranda do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: giovanafigueiredo@yahoo.com.br

Palavras-chave: Alfabetização. Programa Mais Alfabetização. Saber docente.

Introdução

A atividade fundamental desenvolvida pela escola para a formação dos alunos é a leitura, por ser extensão na vida das pessoas. A maioria do que é preciso aprender na vida terá de ser conseguido por meio da leitura fora da escola, sendo ela, portanto, uma herança maior do que qualquer diploma. A escola, nesse sentido, tem o papel fundamental de promover a alfabetização e o letramento de seus alunos, buscando que sejam capazes de exercer sua cidadania de maneira ativa para além dos muros da escola. Em relação a isso, os programas educacionais de governo são lançados constantemente como estratégias do MEC após resultados insatisfatórios em avaliações externas que medem o coeficiente de alfabetização dos alunos. Diante de tais resultados, o Programa Mais Alfabetização, lançado no início do ano de 2018, surgiu para fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização, para fins de leitura, escrita e matemática, contando com a inserção de um assistente de alfabetização dentro das salas regulares de 1º e 2º anos do ensino fundamental e interação entre os profissionais quanto a um mesmo alvo.

Realizou-se o presente estudo a fim de observar *in loco* a implantação do Programa Mais Alfabetização e as influências que os professores e demais envolvidos no processo educativo podem ter para a eficácia nos resultados do Programa.

O objetivo desta pesquisa foi identificar as diferentes articulações entre a prática docente, seu discurso e as intenções que permeiam esse contexto, entendendo a postura do educador e sua influência na aprendizagem dos alunos, uma vez que alfabetizar e letrar são duas coisas indissociáveis e que fazem parte do processo educacional, ambas passando pela sua incorporação à prática docente.

Desenvolvimento

O projeto iniciou-se no mês abril do ano de 2018, estendendo-se por três meses. Mas, por estar inserido no ambiente de trabalho da autora deste artigo, continuou fazendo parte das atribuições da prática diária na escola municipal em que atua há três anos, na função de coordenadora pedagógica.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

O estudo contou com orientações a professores, conversa com a direção da escola, análise da ementa do Programa Mais Alfabetização, depoimentos dos profissionais e alunos envolvidos no programa, observação de aulas, estudo de avaliações e desempenho de alunos, integração entre professores e assistente de alfabetização, adequação de horários de aulas e aquisição de materiais pedagógicos para a escola.

Segundo o portal do MEC, dentro desse programa de alfabetização, todo professor alfabetizador, regente de turmas de 1º e 2º anos do ensino fundamental, passaria a contar com o apoio de um assistente de alfabetização, por cinco ou dez horas semanais, para o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas, considerando o planejamento do professor. O professor e o assistente de alfabetização deveriam definir, em diálogo com a equipe gestora da escola, as atividades a serem desenvolvidas nas turmas, podendo ser realizados reagrupamentos e atividades em pequenos grupos, conforme as características dos estudantes de cada turma, ou outras atividades que o professor julgasse necessárias.

O projeto foi realizado em uma escola municipal situada em um bairro pequeno do município de Limeira, no período da tarde.

Na escola, havia 26 alunos do 1º e 2º anos de escolaridade que ainda não estavam alfabetizados e que foram, portanto, cadastrados para o atendimento pelo Programa Mais Alfabetização.

Em relação aos profissionais de educação envolvidos no Programa Mais Alfabetização, havia quatro turmas e quatro professoras responsáveis. Todas elas eram bastante experientes com turmas de alfabetização e utilizavam uma metodologia de ensino tradicional, com silabação sistematizada, uso de caderno e lousa diariamente para registros, cópias e anotações. Em suas aulas, partiam das “sílabas simples” e suas “famílias”, progredindo ao longo do ano segundo a ordem alfabética.

Quanto à assistente de alfabetização contratada, ela tinha formação superior em Pedagogia, com experiência profissional em salas de 4º e 5º anos do ensino fundamental de escolas particulares.

A fim de iniciar a implantação do Programa Mais Alfabetizações na escola, foram organizados as turmas e os horários de aula, realizando-se reuniões para esclarecimento e diálogo com a equipe de trabalho.

No momento da explicação sobre o Programa e sua implantação, a equipe mostrou-se um pouco desconfortável com seu desenvolvimento, havendo diversos questionamentos das professoras, pois estavam preocupadas com a gestão de sua turma e com o excesso de trabalho que essa ação poderia acarretar.

Ao longo das aulas, percebeu-se constantemente a necessidade de orientar novamente cada professora para explicar a função da assistente de alfabetização em sala de aula, a fim de evitar “desvios” de interpretação e mal-entendidos, bem como alinhar a proposta de trabalho em sala de aula, orientando a assistente a respeito do trabalho com os alunos participantes do Programa, com uso de jogos, alfabeto móvel e materiais concretos, para que não fosse feito “mais do mesmo”, apenas reproduzindo o padrão de aula já utilizado pelas professoras.

Observando a prática de aula da assistente de alfabetização ao longo desses meses, percebe-se bastante empenho e força de vontade por parte dela, sempre disposta e paciente com os alunos, explorando as atividades planejadas da melhor maneira possível.

Durante todo o trabalho, acompanhou-se o desenvolvimento da maior parte das atividades e, semanalmente, foram feitas orientações pontuais, alinhando o planejamento e estimulando a troca de ideias entre professoras e assistente. Foi necessário discutir a respeito de avaliações e atividades de cada classe,



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



fazendo apontamentos para que fossem feitos novos agrupamentos de alunos em busca do melhor meio de atingir o objetivo do Programa Mais Alfabetização, que era o de colaborar para o trabalho de alfabetização de todos até o final do 2º ano de escolaridade.

Conclusão

Pensa-se que a introdução de novas propostas de ensino dentro das escolas passe por caminhos de aceitação dos professores, o que nem sempre ocorre com muita facilidade, pois pressupõe mudanças na prática pedagógica e tira o indivíduo de sua zona de conforto, envolvendo sua concepção de vida, de ser humano e da sociedade que espera para viver.

Verifica-se, na implantação do Programa Mais Alfabetização, em uma série de conversas com a equipe pedagógica durante os meses de trabalho, a importância da postura do professor para o sucesso de tudo que ocorre em sala de aulas. Aquilo que traz arraigado em sua prática e história de vida implica diretamente no resultado do trabalho em sala de aula. Isso pode ser confirmado no depoimento da assistente de alfabetização, transcrito a seguir:

Percebo nitidamente como o olhar do professor, o planejamento e o comprometimento modificam o trabalho em sua prática, fazendo toda diferença. Vejo um avanço significativo em uma das quatro turmas, pois a professora está levando nosso trabalho a sério. Semanalmente planejamos e modificamos as atividades já planejadas visando atender as urgências individuais. Ela conhece cada um de seus alunos e percebe seus avanços e necessidades. As demais professoras também trabalham, mas com vistas ao cumprimento de todas as obrigações e de dar conta do currículo da rede municipal.

No depoimento anterior, nota-se claramente a importância do comprometimento do professor em seu trabalho, conhecendo seus alunos e tratando a educação em sua diversidade, dando a cada um aquilo que precisa para ser bem-sucedido em seu aprendizado.

Verifica-se, ao longo do trabalho, uma melhora significativa no processo de alfabetização dos alunos de uma das turmas, na qual a professora titular esteve empenhada em planejar momentos de aprendizagem em conjunto com a assistente de alfabetização e, além disso, não mediu esforços para “replanejar” de acordo com os avanços ou as necessidades urgentes de cada aluno semanalmente.

Percebe-se nitidamente que os professores são capazes de deliberar sobre suas práticas, introduzindo inovações susceptíveis de aumentar sua eficácia e pensa-se que a falta do alcance de determinados objetivos está também, além de outros fatores, atrelada ao ato reflexivo do professor.

Referências

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & linguística**. São Paulo: Scipione, 2009.

BRASIL. Resolução nº 7, de 22 de março de 2018. Autoriza a destinação de recursos financeiros para cobertura de despesas de custeio, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, às unidades escolares públicas municipais, estaduais e distritais que possuam



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



estudantes matriculados no 1º ano ou no 2º ano do ensino fundamental regular, por intermédio de suas Unidades Executoras Próprias – UEx, a fim de garantir apoio adicional ao processo de alfabetização, no que se refere à leitura, escrita e matemática, no âmbito do Programa Mais Alfabetização. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 23 mar. 2018.

GAUTHIER, Clermont *et al.* **Por uma teoria da pedagogia**: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. Tradução de Francisco Pereira de Lima. Ijuí: UNIJUÍ, 1998.

KRAMER, Sonia. **Alfabetização, leitura e escrita**: formação de professores em curso. São Paulo: Ática, 2010.

MICOTTI, Maria Cecília de Oliveira (Org.). **Alfabetização**: os caminhos da prática e a formação de professores. Rio Claro: UNESP, 2004.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Estudo sobre metodologias de ensino e metodologias ativas no ensino superior: dificuldades e potências

Jessica Aparecida Paulino Freitas

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

E-mail: freitasjap@gmail.com

Maria Silvia Pinto de Moura Librandi da Rocha

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

E-mail: silrocha@uol.com.br

Palavras-chave: Metodologia de ensino. Metodologia ativa. Teoria histórico-cultural. Práticas pedagógicas.

Introdução

Nesta pesquisa, buscou-se realizar um estudo sobre as metodologias de ensino (aula expositiva e seminário) e metodologias ativas (estudo de caso, sala de aula invertida e PBL), a fim de compreender como se dá cada uma delas ao olhar do docente e do discente, conforme problemática já identificada por Masetto (2003, p. 16).

Docentes de Educação Superior atualmente devem estar ocupados, sobretudo em ensinar seus estudantes a aprender e a tomar iniciativas, ao invés de serem unicamente fontes de conhecimento. Devem ser tomadas providências adequadas para pesquisar, atualizar e melhorar as habilidades pedagógicas, por meio de programas ao desenvolvimento pessoal.

A metodologia de ensino, conhecida no senso comum por ser a “tradicional”, é definida por Masetto (2003, p. 52) como a forma que “o professor ministra suas aulas, [decide quais] estratégias utilizadas para atingir os objetivos propostos. O professor descreve os meios escolhidos para facilitar a aprendizagem dos alunos. Por exemplo: aulas expositivas, seminários, dramatização, debate, etc.”.

O docente não deve ser única fonte de conhecimento, por isso a importância também das metodologias ativas, nas quais o docente deixa de ser o “transmissor” e passa a ser o mediador. Vygotsky (1991) considera que o sujeito é determinado pelo social e que transformações ocorrem no sujeito e no ambiente, havendo uma troca; portanto, para isso, não há idade a ser selecionada para a aprendizagem, mas o processo de conhecimento se perpetua por toda a vida.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Desenvolvimento

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de natureza quali-quantitativa, desenvolvida por meio de pesquisa sistemática, cujo objetivo foi analisar se e como as produções científicas investigam as metodologias de ensino e as metodologias ativas no ensino superior.

A proposta consiste em levantamento de trabalhos encontrados nos periódicos CAPES e SciELO, conforme será apresentado posteriormente.

Buscou-se, entre os trabalhos retornados, aqueles que se desenvolveram nos cursos de Engenharia, Administração e Tecnologia, por mais se aproximarem do curso de Sistemas de Informação.

O levantamento de trabalhos para o processo de pesquisa bibliográfica se deu no período de 12 a 15 de março de 2019 nas bases de dados já citadas.

Os descritores utilizados foram: Metodologia de ensino, Metodologia ativa, Aula expositiva, Seminários, Sala de aula invertida, PBL e Estudo de caso. A partir dos primeiros levantamentos demonstrados no Quadro 1, observa-se também metodologias, destacadas por sombreado nas células, que foram selecionadas para pesquisa.

Quadro 1 - Descritores, booleanos e quantidades.

Descritor	Quant. primária	Quant. refinada	Booleanos utilizados
Metodologia de ensino	17	1	AND Ensino superior = 1 AND Graduação = 0
Metodologia ativa	3	0	AND Ensino superior = 0 AND Graduação = 0
PBL	81.530	28	AND Ensino superior = 14 AND Graduação = 47 AND NOT Médica = 24 AND NOT Enfermagem = 9
Sala de aula invertida	45	11	AND Ensino superior = 7 AND Graduação = 4
Estudo de caso	72.261	74	AND Ensino superior = 27 AND Graduação = 47
Seminário	40.065	30	AND Ensino superior = 21 AND Graduação = 9
Aula expositiva	649	1	AND Ensino superior = 0 AND Graduação = 1

Fonte: elaborado pelas autoras.

Em função das características do trabalho de campo, entende-se ser pertinente escolher cinco metodologias a serem aplicadas. Nessa escolha, levou-se em consideração o fato de que a pesquisa de campo se dará em dois semestres, de agosto a dezembro de 2019 e de fevereiro a junho de 2020. Desta forma, será possível distribuir equitativamente uma metodologia por mês, aplicando as cinco em cada um dos semestres citados.

Após a escolha da quantidade, houve a necessidade de escolher quais seriam as estudadas, e a escolha se deu pelo campo a ser investigado, ou seja, utilizou-se de metodologias que já são aplicadas na



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



instituição (aula expositiva, seminário, estudo de caso, sala de aula invertida). A opção do PBL se deve ao fato de que a própria instituição vem estudando os processos de implementação e fornecendo cursos.

Dos 526 artigos da base de dados SciELO, foram selecionados 66, enquanto, na CAPES, dos 194.024 artigos capturados, foram selecionados 127. O processo de exclusão se deu de acordo com a utilização de operadores booleanos contidos no Quadro 1, em que buscas refinadas foram feitas com a metodologia aplicada ao “ensino superior” e “graduação”. Destes, foram mantidos os trabalhos relacionados às áreas de Engenharia, Administração e Tecnologia, conforme já mencionado.

Todos os dados levantados foram consolidados em planilha Excel (em arquivo externo) a fim de organizar as informações para o desenvolvimento desta pesquisa.

Resultados e discussões

A fim de clarear as informações a respeito da busca por metodologias, foi elaborado o Quadro 2, de modo a verificar com mais clareza as metodologias e suas respectivas quantidades de trabalhos elegidos.

Quadro 2 – Metodologias consolidadas.

Metodologia	Número de trabalhos
Estudo de caso	74
Seminário	30
PBL	28
Sala de aula invertida	11
Aula expositiva	1
Total	144

Fonte: elaborado pelas autoras.

Analisando os números apresentados no Quadro 2, faz-se necessário elucidar as razões.

Em ordem de maior frequência, tem-se o estudo de caso como primeiro colocado, porém, dos resumos lidos, em sua maioria, muitos trabalhos se enquadravam nessa categoria, mas não estavam dentro da metodologia ativa denominada estudo de caso.

Em segundo lugar, há a metodologia denominada seminário. Embora tenham sido aplicados filtros de ensino superior e graduação, algumas buscas retornaram seminário enquanto local de formação presbiterial religiosa.

Em terceiro lugar, tem-se o PBL, metodologia com muita ascensão em termos de estudos. Mesmo eliminadas das buscas as áreas da saúde (esta se apoia muito nessa metodologia), é importante ressaltar que o PBL pode ser direcionado a qualquer curso e possui grande foco nas áreas de Engenharia e Tecnologia.

Em quarto lugar, há a sala de aula invertida, outra metodologia ativa. Os trabalhos que se dedicam a essa metodologia apresentam sua fundamentação teórica e o processo de sua aplicação com o objetivo de analisar a proposta na construção do conhecimento. Entretanto, não foram encontrados trabalhos apresentando pesquisas empíricas.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Por fim, há a aula expositiva, que chama muito a atenção por carecer de estudos que a coloquem no centro de pesquisas enquanto metodologia a ser estudada.

A docência universitária traz muitos desafios, os quais nem sempre são levantados e/ou discutidos. Porém, se tudo estivesse com total aprovação, por que haveria de se estudar novos métodos de ensino e aprendizagem para aplicação na universidade? Esse também é um dos principais questionamentos de Masetto (2012, p. 13): “Então, perguntam o porquê de debater novas exigências ou possíveis modificações na sua ação docente. É a esta primeira questão que se deseja responder. Para isso, serão apresentadas três considerações”.

Essas considerações foram sintetizadas por Paulo Campos, que elaborou uma resenha da obra “Competência Pedagógica do Professor Universitário”, de Marcos Masetto.

A primeira: porque no Brasil há pouco se atentou para a necessidade de capacitação pedagógica específica para atuar no Ensino Superior. [...] A segunda: o impacto da revolução tecnológica (tecnologia da informação) sobre a produção e a socialização do conhecimento fez com que a universidade não tivesse exclusividade nessa tarefa. Consequentemente, novas exigências profissionais emergiram dessas transformações, como novas habilidades e competências, as quais têm impacto sobre a atuação do professor, que deixa de ser um transmissor de conhecimentos e passa a ser um orientador de seus alunos no seu progresso intelectual. A terceira: a declaração da Unesco, de 1998, no sentido de se desenvolver, no século XXI, uma formação cidadã, permanente, responsável, contemplando valores, exercício da pesquisa e da interdisciplinaridade na universidade (CAMPOS, 2011, p. 148).

Em razão de toda a discussão a respeito das metodologias, a partir daqui também foram trabalhados os resultados da pesquisa bibliográfica por meio de gráficos com sequenciadas explicações, porém são dados a ser apresentados futuramente por se tratar de um estudo maior.

Conclusão

A partir desta análise, observou-se que há uma dificuldade conceitual referente às metodologias estudo de caso e seminário. Além disso, o PBL tem sido aplicado, já que houve o relato de experiência em todos os trabalhos, embora nos resumos não tenham sido mencionadas dificuldades sobre a metodologia. Ainda se observou que a metodologia da sala de aula invertida, assim como o PBL, tem sido aplicada, em sua maioria, em pesquisa de campo. Por fim, a aula expositiva é pouco discutida enquanto trabalho de pesquisa, o que incentiva a cada vez mais aprofundar os estudos sobre tais metodologias aplicadas no cotidiano educacional.

Referências

CAMPOS, Paulo Tiago Cardoso. MASETTO, Marcos Tarcísio. Competência pedagógica do professor universitário. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 3, n. 16, p. 147-153, out. 2011. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/1267/891>. Acesso em: 21 abr. 2019.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**. 3. ed. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2012.

UNISAL – Centro Universitário Salesiano de São Paulo. **Projeto Pedagógico**: Sistemas de Informação (Bacharelado). Americana: UNISAL, 2017.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Oficina pedagógica no curso de Pedagogia: o encontro entre teoria e prática nos fazeres discentes em um projeto extensionista

Lilian Rosária Gonçalves de Freitas

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)
E-mail: lilian_rosaria@hotmail.com

Valéria Maria Fusch Ferreira

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)
E-mail: valeria_fusch@yahoo.com.br

Palavras-chave: Formação de professores. Docência. Pedagogia.

Introdução

No Brasil, são grandes as desigualdades e as oportunidades enfrentadas por famílias que desejam ver seus filhos em um ambiente familiar saudável e atendidos por uma escola de qualidade. Porém, essa situação não se dá de maneira igualitária a todas as famílias. A educação é, conforme Serrão e Baleeiro (1999), um meio de transformação social, que permite ao indivíduo sentir-se parte integrante da sociedade e elevar sua condição social. Complementado essa ideia, Silva (2007) diz que a baixa escolaridade é um dos motivos principais que leva a sociedade à pobreza e à vulnerabilidade social.

Refletindo sobre essas questões e a necessidade de que o curso de Pedagogia aproximasse ao máximo os alunos à realidade de sua profissão e que o fio condutor e o pilar de sustentação dessa instituição, a saber, a Educação Salesiana, pudessem ser sentidos e experienciados pelos alunos e estendida à comunidade de Campinas, nasceu o Projeto “Oficina Pedagógica” no seio do curso de Pedagogia do UNISAL Campinas, em meados de 2016, tendo como mentoras as professoras do curso na época Lilian Freitas, Patrícia Cortelazzo e Rosemary Cabral.

Um dos propósitos desse projeto de extensão, por meio da oficina pedagógica, é poder contribuir para que crianças que enfrentam problemas de vulnerabilidade social possam ter, mediante encontros na oficina, oportunidades de aprendizagem que supram suas dificuldades e as tornem protagonistas de uma história mais justa e igualitária.

Assim, por intermédio de parcerias com escolas públicas de regiões carentes dessas propostas e dessa ajuda, próximas às do UNISAL Campinas, que, em encontros semanais, acontece o Projeto da Oficina.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Sonhos que se encontram: crianças e adultos em processos de ensino e aprendizagem

Nos encontros de formação proporcionados pela oficina, encontram-se casos de crianças que, além das condições sociais desfavoráveis, enfrentam problemas escolares em razão da desestruturação familiar. Há um grande número de crianças que, quando seus pais estão em processo de separação ou já separados, acabam por praticar atos de alienação parental, prejudicando a aprendizagem e os relacionamentos sociais.

Estudos atuais sobre o fracasso escolar apontam o fracasso da família como uma de suas causas principais. Muitos educadores afirmam ser a falência da família um fenômeno ou um problema contemporâneo e alegam, principalmente, que os pais já não sabem como educar seus filhos e recorrem a especialistas, delegando tal responsabilidade a professores, psicólogos, médicos (BOSSA, 2015, p. 69).

De acordo com estudos de Vygotsky (RAPOPORT; SARMENTO, 2009), crianças que vivem em ambientes desfavoráveis tendem a apresentar um desenvolvimento prejudicado, e, o mais importante, aquelas que vivem em situação de vulnerabilidade social tendem a demonstrar na escola comportamentos iguais ao que vivenciam em casa; portanto, o baixo rendimento escolar é maior quando comparado às crianças que se desenvolvem em um ambiente familiar estável. Além disso, outros fatores de ordem biológica, psicológica e emocional podem influenciar no baixo rendimento escolar.

É evidente que esses outros fatores contribuem para o baixo desempenho escolar, porém, cuidando daqueles que, por questões econômicas, sociais ou familiares, apresentam dificuldades de aprendizagem, está-se proporcionando condições para que essas crianças consigam prosseguir seus estudos e, quem sabe, futuramente, elevar sua condição social. Na missão salesiana, o trabalho preventivo é o melhor caminho para evitar problemas futuros, mas também se deve olhar e recuperar aquelas crianças que já demonstram dificuldades de aprendizagem, com um olhar acolhedor e fraterno, em prol do desenvolvimento integral dos alunos.

Dessa forma, parte do presente projeto justifica-se por oferecer às crianças em situação de vulnerabilidade social e de alienação parental um ambiente adequado à aprendizagem, complementando e reforçando as aprendizagens desenvolvidas na escola de origem, por meio de atividades voltadas para trabalhar as dificuldades específicas de cada aluno.

O conceito de educação como mediação vem sendo construído ao longo dos séculos. [...] Rousseau, John Dewey, Vygotsky e muitos outros atribuíam à natureza, ao sujeito ou ao grupo social o encargo da aprendizagem, funcionando o professor como organizador, estimulador, questionador, aglutinador. O professor mediador é tudo isso (BARBOSA; COUTINHO, 2009, p. 13).

Outra questão importante que justifica esse projeto é oferecer às alunas do curso de Pedagogia do UNISAL – *campus* Liceu – um contato direto de aprendizagem e aplicabilidade dos conteúdos apreendidos desde o primeiro semestre, como forma de estimular o exercício da profissão, tomar contato com situações reais de ensino e aprendizagem e proporcionar às alunas um ambiente rico



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



para o desenvolvimento da pesquisa acadêmica, pautado nos estudos de caso, inspiradores para trabalhos que proporcionem a maior compreensão das possibilidades de atuação do futuro pedagogo.

Para embasamento metodológico, foram utilizados como referência a Base Nacional Comum Curricular, as pesquisas da arte-educadora Ana Mae Barbosa e também os modelos de aprendizagem autorregulada de Rosário e Boruchovitch. Além desses pesquisadores, outros educadores estudados durante o curso de Pedagogia podem ser aplicados, como Jean Piaget e Lev Vygotsky, além de modelos de atividades de escolas como as construtivistas, da Ponte (Portugal) ou da Reggio Emília (Itália).

Dessa forma, o projeto e o espaço da oficina pedagógica foram criados para contemplar crianças carentes da cidade de Campinas/SP, entre 6 a 10 anos de idade, que apresentem dificuldades de aprendizagem na alfabetização em português e matemática, possibilitando aos alunos do curso de Pedagogia do UNISAL a integração da teoria com a prática dos conteúdos estudados no curso, visando à prática pedagógica por meio de atividades voltadas para questões do ensino e da aprendizagem e, assim, propiciando a oportunidade de desenvolver competências e habilidades para atuar em sua vida profissional.

O intuito é ampliar as possibilidades dessas crianças de pensar, conhecer e compreender o mundo.

O aprendizado é mais do que a aquisição da capacidade para pensar; é a aquisição de muitas capacidades especializadas para pensar sobre várias coisas. Uma palavra que não representa uma ideia é uma coisa morta, da mesma forma que uma ideia não incorporada em palavras não passa de uma sombra (VYGOTSKY, 1991, p. 78).

O projeto tem como objetivos atender crianças carentes com dificuldades de aprendizagem e estimular nos alunos do curso de Pedagogia do UNISAL a integração entre os estudos teóricos e práticos, promovendo a intersecção ensino-pesquisa-extensão em atividades capazes de suprir as necessidades de melhoria da prática pedagógica dos profissionais da educação em consonância com o mundo do trabalho.

O projeto é desenvolvido no Núcleo Integrado de Práticas Acadêmicas do UNISAL Campinas, formado por espaços interdependentes, porém em atividades de parceria com os cursos de Direito e Psicologia.

Na oficina pedagógica, espaço do curso de Pedagogia, são realizados atendimentos individuais e/ou em pequenos grupos, no total de 12 crianças entre 6 a 10 anos por horário, às quartas-feiras e aos sábados, encaminhadas pelas escolas públicas da cidade de Campinas.

Os atendimentos são feitos por alunos voluntários (todos os semestres) ou alunos estagiários (8º semestre) do curso de Pedagogia, orientados e supervisionados pelas professoras responsáveis pelo projeto. As propostas de trabalho são planejadas semanalmente conforme as necessidades das crianças, sendo utilizados materiais ludopedagógicos, técnicas e atividades artísticas e teatrais, materiais pedagógicos e jogos confeccionados pelos alunos, entre outras.

Atualmente, estão sendo atendidas 34 crianças – sendo a capacidade máxima no semestre 36 vagas – por 38 alunos voluntários ou estagiários do curso de Pedagogia de todos os semestres. Busca-se sempre que as crianças consigam superar suas dificuldades e que os alunos de Pedagogia reflitam sobre suas práticas aprendentes à luz dos conceitos e teóricos estudados nas aulas, além de desenvolverem suas pesquisas a fim de que contribuam para a sociedade.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Os temas centrais são as dificuldades de aprendizagem (não transtornos de) e o processo de alfabetização como janela para o conhecimento, como oportunidade que se pode oferecer às crianças que chegam à oficina.

[...] o reconhecimento de que tanto a alfabetização quanto o letramento têm diferentes dimensões, ou facetas, a natureza de cada uma delas demanda uma metodologia diferente, de modo que a aprendizagem inicial da língua escrita exige múltiplas metodologias, algumas caracterizadas por ensino direto, explícito e sistemático – particularmente a alfabetização, em suas diferentes facetas – outras caracterizadas por ensino incidental, indireto e subordinado a possibilidades e motivações das crianças; em quarto lugar, a necessidade de rever e reformular a formação dos professores das séries iniciais do ensino fundamental, de modo a torná-los capazes de enfrentar o grave e reiterado fracasso escolar na aprendizagem inicial da língua escrita nas escolas brasileiras (SOARES, 2006, p. 16).

Conclusão

O atendimento tem sido ampliado a cada semestre, desde a implantação do projeto em 2016, para atender a um número maior de crianças, respeitando-se os limites tanto do espaço físico para o atendimento como dos recursos humanos. Tem-se buscado também continuamente a ampliação de novas parcerias com redes de ensino públicas e Centros de Atendimentos Especializados (Fonoaudiologia, Psicologia etc.) para que o desenvolvimento das crianças aconteça e os alunos do curso de Pedagogia possam vivenciar práticas inovadoras no processo de ensino e aprendizagem, capacitando-os ao trabalho docente e enfrentamento dos desafios da vida profissional.

“Embora muitos esforços sejam despendidos em nosso país na busca do entendimento da vulnerabilidade infantil, ainda são escassos os estudos no Brasil e na América Latina” (ZAVASCHI, 2009, p. 26); assim, a oficina tem se mostrado um espaço acolhedor e de superação de aspectos que levam as crianças à vulnerabilidade social.

Referências

BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane. **Arte/Educação como mediação cultural e social**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

BOSSA, Nadia. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

RAPOPORT, Andrea; SARMENTO, Dirleia. Desenvolvimento e aprendizagem infantil: implicações no contexto do primeiro ano a partir da perspectiva Vygotskiana. *In: RAPOPORT, Andrea et al. (Orgs.). A criança de seis anos no ensino fundamental*. Porto Alegre: Mediação, 2009.

SERRÃO, Margarida; BALEEIRO, Maria Clarice. **Aprendendo a ser e a conviver**. 2. ed. São Paulo: FTD, 1999.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019



**UNIDADE
AMERICANA**

Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

SILVA, Algéria. Vulnerabilidade social e suas consequências: o contexto educacional da juventude na Região Metropolitana de Natal. *In*: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE NORDESTE, 13., 2007, Maceió. **Artigo apresentado...** Maceió, 2007.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ZAVASCHI Maria Lucrécia. **Crianças e adolescentes vulneráveis**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Análisis del trabajo docente frente a la educación inicial desde las políticas establecidas en el Plan Decenal de Educación (2016-2025)

María José Carranza Chávez

Universidad Politécnica Salesiana (UPS)

E-mail: mcarranzac@est.ups.edu.ec

Daniel Gustavo Llanos Erazo

Universidad Politécnica Salesiana (UPS)

E-mail: dllanos@ups.edu.ec

Palabras clave: Trabajo docente. Plan decenal. Educación inicial.

Introducción

Este trabajo investigativo tiene como fin establecer las pautas y antecedentes que vive la educación inicial, además, de contextualizar y explicar ciertas condiciones que han dado paso nuevos planteamientos curriculares en el Ecuador, por medio del Plan Decenal de Educación 2006 - 2016 y en la nueva propuesta del Plan Decenal de Educación (PDE) del año 2016 - 2025. Esta actualización nos permite en primera instancia, contextualizarnos en los cambios educativos que ha vivido el nivel inicial.

El problema parte desde la inexistente coherencia en la educación inicial y su reciente propuesta en el Plan Decenal de Educación, ¿qué pasa realmente? En la actualidad la educación es tema de debate en diferentes sectores de la población, pues el gobierno considera que la calidad educativa y el trabajo docente son base y prioridad de mejora en la sociedad ecuatoriana.

A pesar de las evaluaciones estandarizadas realizadas a los profesores y los datos expuestos en el Ministerio de Educación (MinEduc) se han revalorizado y globalizado aspectos como calidad y eficiencia. Esto de cierta manera se relaciona de forma directa con resultados obtenidos de un periodo y con el costo implementado, más no con logros o experiencias en los niños y niñas del nivel inicial.

En esta indagación nos acercamos a los cambios y transformaciones de los últimos años en el sistema educativo para poder contrastar con la realidad educativa actual, donde se pretende analizar la realidad del trabajo docente en el nivel inicial partiendo desde testimonios y prácticas educativas ejecutadas durante tres años.

En efecto, para esta investigación la metodología cualitativa nos guía y aproxima a una descripción e interpretación sobre las variables, datos o hechos visualizados en la práctica educativa. Strauss e Corbin

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



(2002, p. 20) afirman “el análisis cualitativo, nos remite al proceso no matemático de interpretación, realizado con el propósito de descubrir conceptos para organizarlos en un esquema explicativo teórico, los datos pueden consistir en entrevistas y observaciones”.

Considerando que el objetivo de esta investigación es describir el trabajo docente frente a la educación inicial desde el PDE (2016 – 2025), bajo la particularidad de estudio de caso, es decir, de carácter explicativo, pues las investigaciones a través de este método son descriptivas, si lo que se procura es identificar y describir las distintas variables y factores que ejercen influencia en el fenómeno estudiado (LÓPEZ GONZÁLEZ, 2013).

Para este análisis nos validamos de diarios de campo de tres años de observación y ejecución docente realizadas en centros de educación inicial de carácter público y privado. Además, se aplicaron entrevistas a seis docentes y cuatro auxiliares de educación inicial, para ello se tomó en cuenta su trayectoria laboral siendo esta mayor a 10 años. Este acercamiento nos permitió obtener información y datos adicionales que permitieron describir la situación educativa.

Del mismo modo, en los diarios de campo registramos la dinámica de trabajo, interacción, actividades y creencias de educadores desde el año 2016 hasta la presente fecha. En consecuencia, esta investigación toma al docente como agente principal en su proceso pedagógico en función de los estudiantes de nivel inicial, esto con la finalidad de conocer y exponer la realidad de forma directa y desde múltiples perspectivas. En sí, los resultados obtenidos nos permiten expresar que los aspectos docentes en el proceso educativo se caracterizan por la particularidad, institución, formación y experiencia, llegando a la acción educativa y sus estudiantes de formas diversificadas.

Desarrollo

Sabemos que el trabajo docente envuelve un dinamismo que está presente y se manifiesta de forma gradual en los distintos espacios de la educación. Nos hemos enfocado en la Propuesta para el nuevo Plan Decenal de Educación 2016 – 2025, mismo que evalúa acciones del Plan Decenal de Educación 2006 – 2015 (PDE), para ello las ocho políticas admitidas en la consulta popular realizada en noviembre 2006 aprobadas con el 66% de la población ecuatoriana plantean simultáneas actualizaciones que fortalecen y dan prioridad en el Sistema Nacional de Educación. Ello nos acerca a diversos cambios que según datos expuestos en la nueva propuesta del PDE 2016 – 2025 se ha llegado a su cumplimiento.

Los aciertos en el PDE y las políticas establecidas se conjeturan en dos de ellas “Universalización de la Educación Inicial de 0 a 5 años” y la “Revalorización de la profesión docente y mejoramiento de la formación inicial, capacitación permanente, condiciones de trabajo y calidad de vida”.

Esta política uno establecida y alcanzada según resultados expuestos el PDE 2006 a 2015 en proporción a niños y niñas en el sistema educativo fiscal fue del 100%. No obstante, si analizamos a partir del año 2008 la educación obligatoria era a partir de los 5 años, pero con estas propuestas educativas ejecutadas se han estandarizado, es decir, en estos 11 años se ha garantizado e incrementado la cobertura en la educación inicial en los distintos sectores de la población.

Entonces vale cuestionarnos y plantearnos en el escenario educativo que vive la educación inicial, si bien dichas políticas nos aproximan a la concepción de una “cierta modernización” en el sistema edu-

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



cativo, teniendo en cuenta el trabajo docente del antes, durante y después. En el PDE 2006 – 2015 se propone la política uno haciendo alusión a la “Universalización de la Educación Inicial de 0 a 5 años”.

Esta política en sí, ha procurado generar calidad en la enseñanza inicial y mejorar el perfil escolar de niñas y niños de cero a cinco años. De acuerdo a la transformación educativa y las demandas que exige el sector laboral, se han hecho cambios pedagógicos, que de cierta manera toman criterios de organización y gestión en las instituciones educativas para su evolución.

Al realizar esta indagación distinguimos en múltiples espacios de educación inicial cómo el trabajo docente y su aplicación determina situaciones frente a los estudiantes y muchas veces no responde a esta política, pero cabe cuestionarnos, reformular y analizar ¿Qué tipo de docentes laboran en la educación inicial? ¿Por qué aún se mantiene el concepto y prácticas asistenciales? ¿Qué prácticas o modalidades docentes se efectúan en la educación inicial?

Estas interrogantes nos dan apertura para responder de manera diversificada las diferentes necesidades que viven los niños y niñas en el sistema educativo ecuatoriano y el significativo rol que cumple la formación y el trabajo docente en el nivel inicial. Según Villagómez (2012, p. 6) “Los desafíos para la formación docente se ubican ya no únicamente desde la perspectiva del docente como ejecutor de un currículo sino como actor fundamental del proceso educativo.

Partiendo de esta concepción que genera un replanteamiento personal, profesional e historial, nos vienen a la mente un sinnúmero concepciones de la acción pedagógica. Pero ¿por qué decir esto? pues si regresamos en el tiempo el educador antes únicamente enseñaba a leer, escribir y contar de manera sistematizada; por el contrario el pedagogo era el “esclavo” que trasladaba al niño a la escuela y lo regresaba a su casa, este hecho se tornó significativo, pues implicaba la guía moral de ese educando, adquiriendo de manera paulatina las facultades del profesor (CARPY, 2011).

Tomando en cuenta lo antes expresado podemos continuar a explicar cómo se mantiene esta concepción de cuidado, pero ¿a quién atribuir ciertas aplicaciones y acciones en la educación que se siguen manifestando en la actualidad? Esta pregunta nos lleva a divagar y enfrentarnos a la situación educativa en niñas y niños. Sabemos que la educación inicial no fue tema de investigación, es ahora y con varias reformas educativas que se han visto progresos a favor del sistema educativo inicial.

Por otro lado, debido a las concepciones de cuidado y servicio que se han venido implantando en el tiempo se logra poder transcribir situaciones educativas en la educación inicial misma que contempla a niños y niñas de 0 a 5 años de edad. Según la Estrategia Nacional Intersectorial para la Primera Infancia: Infancia Plena (ECUADOR, 2012) menciona que los niños y niñas deben tener estimulación temprana, educación, nutrición y afecto.

La educación inicial y los diferentes contextos educativos se han modificado de tal manera que se visualizan complejidades en el trabajo docente. Ante esta realidad, la preparación y desempeño del docente adquiere una relevancia única en vista de las exigencias o requerimientos de los nuevos lineamientos que regulan el Sistema Educativo. A decir verdad, la práctica nos permite contrastar dichos datos y ver la condición docente frente al alumnado, donde analíticamente un docente se destaca bajo acciones organizadas, a través de los cuales se construyen saberes, valores, creencias, modos de enseñar y razonamientos sobre el aprendizaje (PÉREZ-RUIZ, 2018).

Ahora bien, no se trata únicamente de resultados, sino de cuestionarnos sobre la acción del profesorado; se requiere descubrir aquello que aplica cada educador en sus actividades diarias para no limitar



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



el aprendizaje de los niños, sean estos medios, recursos, técnicas o procedimientos según Bobadilla Goldschmidt *et al.* (2009, p. 3) “la formación inicial docente debe potenciar conocer y comprender la acción pedagógica, entendiéndolas como verdaderos esquemas de pensamiento, de acción e interacción”.

En vista, de esta concepción es preciso tener en cuenta las características específicas de cada uno de los docentes e inclusive la cultura institucional de la cual proceden o son parte actualmente influye positiva o negativamente en el alumnado, porque todo tiene una intención en los educandos. Esto supone considerar diferentes aspectos de la acción didáctica en el nivel inicial, entendiendo que cada acción aporta en la enseñanza.

Es incuestionable no relacionar la formación inicial, carrera y el desempeño profesional, como también es indiscutible la correlación entre desempeño docente y calidad de los aprendizajes. Pues la calidad educativa viene de la mano con la formación docente y la valoración del rol social docente y las políticas de desarrollo profesional (VILLAGÓMEZ, 2012).

Esto nos acerca a múltiples desafíos que experimenta un educador en los distintos aspectos formativos, las prácticas educativas nos lleva a replantearnos y ver la docencia desde otra perspectiva, es decir, nos conduce a pensar desde el campo académico y social, pues al exponer los aspectos docentes desde las realidades sociales y praxis pedagógicas se ocultan condiciones y tipologías que se generan en las aulas de clase.

En sí, el trabajo docente nos concede un gran número de experiencias que llegan a concretarse cada día. Sin embargo, debemos tener en cuenta la idoneidad didáctica de un proceso de instrucción, ya que, dicho proceso reúne ciertas características que permiten calificarlo como óptimo o adecuado, teniendo en cuenta significados institucionales pretendidos o implementados (BELTRAN-PELLICER; GODINO; GIACOMONE, 2018).

En otro punto, cuando hablamos de docencia nos vinculamos en la política 7 que establece el PDE “Revalorización de la profesión docente y mejoramiento de la formación inicial, capacitación permanente, condiciones de trabajo y calidad de vida” (ECUADOR, 2007, p. 6). Según datos de PDE 2006 – 2015 se ha alcanzado el 100% con el cumplimiento en revalorización docente, esta política hasta el año 2015 fue de 114,6%. Sin embargo, en la actualidad a pesar de experimentar cambios estructurales y de accesibilidad, no se puede hacer a un lado la organización y condiciones laborales que viven las y los docentes.

Adicional a esto también palpamos situaciones de docentes que cumplen posiblemente con un perfil acorde para trabajar con niños y niñas del nivel inicial, pero que son mal remunerados, cumplen con más horas laborales y no tienen de un seguro. Esto deja ver que se necesita de un seguimiento y evaluación de docentes de inicial durante en el proceso educativo, pues este actor principal debe contar con un salario digno y suficiente.

Son varios los alegatos y acciones que dejan entre ver a este problema académico y profesional, pues al parecer no es suficiente proponer, sino también realizar una coordinación para que se cumpla con los lineamientos establecidos y fortalecer la educación en los primeros niveles, pues como se había comentado anteriormente la valoración docente, su trabajo y los estudiantes son la base para que el sistema educativo empiece a cambiar y exista una mejora.

Al entablar diálogo con cada docente denotan como sus derechos en cada institución de una manera u otra han sido quebrantados. Ciertamente, muchas veces en las escuelas hemos sido testigos de culpabilidad entre los niveles de educación inferior, que ¿por qué no aprende? O ¿acaso no te enseñaron



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



eso? es así que la Universidad hace responsable al Bachillerato el Bachillerato acusa las falencias a la Educación Básica y en la Educación Básica se incrimina a la Educación Inicial y se da que en Educación Inicial se llega a culpar a los Padres; esta larga lista busca culpables y no soluciones hacia los estudiantes (BARRERA ERREYES; BARRAGÁN GARCÍA; ORTEGA ZURITA, 2017).

Nos preguntamos ¿existe coherencia entre los perfiles docentes y la practica educativa? A decir verdad, en la educación inicial no podemos detenernos en el pasado, pero es existe aún esa práctica asistencial que delimita el aprendizaje en los niños y niñas de inicial. En vista de ese proceso se ve afectado el aprendizaje, en este caso el trabajo docente revela de manera específica en las estrategias y metodologías que aún aplican los educadores acciones que limitan acciones de aula y aprendizajes.

Por otro parte, es innegable la poca formación existente de los y las docentes de inicial, no dejamos de observar situaciones de aula con educandos pasivos, pues consideramos que la docencia es parte principal del contexto educativo y forma una pieza fundamental para la calidad educativa. Posiblemente, los múltiples esfuerzos realizados tanto públicos como privados han ambicionado dar un rol trascendental al profesorado reconociendo el valor y esfuerzo que demanda la educación, esto a través de políticas, capacitaciones y mejoras salariales.

En este sentido, podemos decir que la acción en las aulas se gestiona según las situaciones dadas, estos análisis sobre el trabajo docente conllevan esencialmente a una búsqueda, construcción de métodos y planificaciones empleadas. Hasta la fecha no existe una verdadera aplicación ni evaluación de la docencia en la educación inicial o quizá el proceso no es el correcto, pero el problema no parte ahí, al parecer no existe un efectivo diagnóstico sobre la calidad educativa en la infancia.

Esta política sin duda implica rediseñar y aplicar intervenciones al profesorado y en el nivel educativo inicial, este análisis parte de datos que expone el MinEduc y a su vez de registros de campo que explican la realidad. Entonces se entiende que el PDE pretende revalorizar la docencia en las diferentes instituciones públicas y privadas. Este estudio procura dar conocer la gestión educativa y el trabajo docente desde múltiples perspectivas, misma que es guiada de forma continua y regularizada por el sistema educativo.

Indudablemente un desafío que emerge en la educación inicial es la calidad del trabajo docente y su proceso educativo. Lógicamente responder ante estas reestructuraciones pedagógicas en la actualidad debe ser ante realidades expuestas en la sociedad. Por ello, debemos reconocer la importancia de educadores y su preparación ante la educación inicial. Frente a esto, los docentes deben saber que necesita trabajar en contextos diversos, porque al tener en cuenta la realidad que acontece a cada niño y niña de la sociedad ecuatoriana se podrá decir que se toma prioritariamente su progreso, independientemente de su contexto familiar y social.

Esta vinculación del trabajo docente frente a la educación inicial es prioritaria, pues los y las docentes deben estar preparados para aquellas transformaciones que surgen en el campo educativo. Pues las diferentes circunstancias, que se han venido dando en el Ecuador debido a cambios económicos, políticos, sociales y culturales nos envuelven realidades que determinan las situaciones académicas.

Es decir, muchas veces las y los docentes no aplican estrategias pedagógicas acordes al proceso educativo, pero en la educación inicial los diferentes contextos se modifican de tal manera que se visualizan complejidades en el trabajo docente, ante esto la preparación y desempeño del didacta adquiere una relevancia única en vista de las exigencias o requerimientos que se vive en el sistema educativo ecuatoriano.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Entonces, debemos entender que el trabajo docente gira en torno a los educandos, a los determinados saberes, valores, creencias que exige la sociedad, pero es el trabajo docente el que hará perceptible cambios únicos en el aprendizaje. A decir verdad, las deficiencias en la preparación inicial se logran visualizar cuando tenemos contacto directo en estos ambientes, es propio que en la propuesta del PDE 2016 -2025 se han ido logrando resultados que a largo plazo y según la ejecución marcaran inicios de progreso en la educación inicial.

Desde esta perspectiva, nos preguntamos ¿Cómo se cumple el trabajo docente en el nivel inicial? Al parecer el ser docente, hoy en día es estar en un escritorio, pasando horas, escribiendo, planificando y evaluando, la metodología que se aplica no cumple con la calidad que requiere la educación ecuatoriana (BARRERA ERREYES; BARRAGÁN GARCÍA; ORTEGA ZURITA, 2017). Esta interrogante abre muchas concepciones que nos deja ver que no existe cambio en las aulas, que no se logran ver algunos docentes como agentes transformación.

Desde tal óptica, podemos entender que el trabajo docente gira en torno a los educandos y los determinados saberes, valores, creencias que exige la sociedad, pero es el proceso continuo de trabajo colaborativo y que forja efectos positivos en todo proceso de formación y estos deben ser firmemente vinculados a la educación, pero no de manera global, sino enfocándonos en los niños y niñas de cero a cinco años, pues el desempeño profesional es parte y base la superación inicial educativa.

Sin duda vemos que la educación debe ir más allá, y fraccionar patrones tradicionales para formular un modelo educativo multidireccional, mostrando al educador como un sujeto participativo y democrático capaz de transformar la realidad educativa. El enseñar en el país durante los primeros años de vida de los niños y niñas del Ecuador ha generado incertidumbre, trayendo consigo cambios en la enseñanza.

En otro punto, es importante saber que la educación inicial se subdivide en inicial I que abarca niños y niñas de (0 a 3 años) y el subnivel II comprende niños y niñas de (3 a 5 años). Según la Ley Orgánica de Educación Intercultural (ECUADOR, 2011, art. 40) en el capítulo quinto:

El nivel de educación inicial es el proceso de acompañamiento al desarrollo integral que considera los aspectos cognitivo, afectivo, psicomotriz, social, de identidad, autonomía y pertenencia a la comunidad y región de los niños y niñas desde los tres años hasta los cinco años de edad, garantiza y respeta sus derechos, diversidad cultural y lingüística, ritmo propio de crecimiento y aprendizaje, y potencia sus capacidades, habilidades y destrezas.

Acorde a datos generales emitidos por el Instituto Nacional de Evaluación Educativa (INEVAL) existe en la educación inicial 427. 909 estudiantes de los cuales el 20% pertenecen a educación privada, el 77,3% es pública y finalmente el 2,7% es mixto, esto conforme al tipo de financiamiento. También, a nivel ecuatoriano la educación inicial en el área urbana trae consigo un 83,6% de estudiantes y en el área rural 34,1%.

En la educación inicial bien sabemos actualmente que consta como nivel educativo obligatorio, pues el mismo se enlaza con Educación General Básica (EGB), esta transición enlaza etapas y desarrolla de manera apropiada y ordenada el aprendizaje en los niños y niñas. Actualmente, en el nivel inicial según el PDE en el periodo 2015 –2016 el número de estudiantes ascendió 854.380, es decir, la cifra aumentó asegurando cobertura, accesibilidad y generando una corresponsabilidad entre la comunidad educativa y la familia.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Teniendo en cuenta esta situación y las realidades vividas durante las prácticas vemos que existe una correspondencia entre educador - educando. No obstante, debido a los cambios educacionales y pragmáticos en el contexto escolar los y las docentes han convertido los procesos de aula y metodologías en acciones pasivas y poco participativas.

Lo que resulta intrigante, pues debemos como profesorado aportar a aquella capacidad de reflexión y crítica, pero ¿cómo? Esta pregunta en las diversas entrevistas a docentes deja espacios y vacíos, pues muchos de ellos, piensan casi de manera unánime que se debe atender al alumnado y conducirlo hacia el aprendizaje, percibiendo sus necesidades e intereses.

Entonces existe la necesidad de romper esos esquemas que impone la escuela, es decir, esos momentos de obediencia y poca participación, pero para ello es necesario que docentes apoyen en el discurso, diálogo, la igualdad, en procesos democráticos y no autoritarios, para que fomenten el desarrollo de políticas educativas que viabilicen la formación de un sistema educativo de calidad (RODRÍGUEZ, 2014).

De esta manera, entendemos que educadores y educandos deben poner en marcha prácticas auto crítica, para el fortalecimiento de la cooperación, colaboración y participación activa en diferentes procesos sociales. Es difícil realmente saber si el profesorado está preparado, pues cada educador aplica las condiciones necesarias para generar aprendizaje.

Una particularidad del trabajo de aula sin duda es la intención comunicativa entre docente y el estudiante, pues esta relación pone en manifiesto sentimientos, valores, emociones y condiciones que van más allá de prácticas curriculares, que de una forma u otra sistematizan acciones. Desde este punto, el docente es un agente decisivo en la orientación de actividades y enseñanza, porque se rodean de juicios, motivaciones e inquietudes de diversa índole.

En la Educación Inicial, según varios autores los primeros cinco años son prioritarios, pues se trabajan en beneficio y desarrollo del niño tanto social, personal como afectivo. Bien sabemos que el enfoque del Currículo de Educación Inicial (ECUADOR, 2014, p. 5) menciona:

Todos los niños son seres bio-psicosociales y culturales, únicos e irrepetibles y los ubica como actores centrales del proceso de enseñanza aprendizaje. En consecuencia, son sujetos de aprendizaje desde sus necesidades, potencialidades e intereses; por lo tanto, el documento reconoce y da valor a los deseos, sentimientos, derechos y expectativas de los niños, considerando y respondiendo a sus especificidades (nivel de desarrollo, edad, características de personalidad, ritmos, estilos de aprender, contexto cultural y lengua), atendiendo a la diversidad en todas sus manifestaciones, respondiendo a criterios de inclusión en igualdad de oportunidades.

Es decir, según este enunciado comprende todos los aspectos de un infante, el currículo también trabaja por ejes como: desarrollo personal y social, descubrimiento del medio natural cultural y expresión comunicación. Estos a su vez se subdividen para trabajar por edades, mismos que en cada aplicación docente se debe proponer actividades y experiencias.

Pero las condiciones nos muestran otra situación ¿Se han preguntado si realmente los docentes aplican estas actividades o acciones, considerando lo que propone el Currículo de Educación Inicial 2014? Realmente se están formando nuevos conocimientos a partir de la experiencia, manipulación o de los conocimientos ya adquiridos.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



La experiencia es otra, durante las prácticas se escuchan quejas, murmullos que nos acercan primero a escenarios en la educación inicial, lo que viven, lo que sienten y poca participación, ahora esto no podemos limitarnos a pensar en situaciones únicas, pues esto se vive en el sistema público y privado. Otro punto es que nos llevan a ver a las educadoras o educadores con modelos asistenciales, con baja remuneración e inestabilidad laboral.

En varios testimonios no encontramos que los títulos de los y las educadores son técnicos o universitarios, pero entre más nivel educativo tengan su salario sube, pero preguntando un poco más, este no sube al promedio general de un salario docente. El desempeño docente sin duda requiere de procesos sistemáticos, valores, calidad, cumplimiento y de responsabilidades en la enseñanza y aprendizaje, por medio de un seguimiento permanente.

Pero para ello se necesita de una corresponsabilidad de la institución como del cumplimiento de las políticas establecidas, mismas que se han venido ejecutando durante estos años. Esto nos deja encallados, pues el trabajo docente de acuerdo a sus competencias pedagógicas orienta, guía, y evalúa el proceso de los estudiantes, para lo cual se debe tener el dominio de tareas y funciones específicas para la función docente (MIRANDA, 2016).

El profesorado y la actuación del educando pone en evidencia que existen diversas formas de responder, esto supone concebir el conocimiento práctico de un docente ante una realidad activa que vive el país en diferentes contextos y para ello es necesario responder a los procesos educativos (PÁRAMO-IGLESIAS; MARTÍNEZ-FIGUEIRA; RAPOSO RIVAS, 2017). Ello supone indicar que la aplicación de un contenido en la educación va ligada a la relación dialógica y a la docencia porque esta intervención permitirá ampliar conocimientos por medio de intervenciones y experiencias pertinentes frente a los estudiantes.

Este progreso en la actualidad vemos como la docencia toma importancia en las distintas áreas de la educación, donde el proceso formativo es parte de una realidad intersubjetiva y en ocasiones contradictoria, esto por las diversas formas y mecanismos de organización institucional o dinámica individual. Entonces, nos conduce a considerar que existe un vínculo entre los contenidos y la acción educativa que implica tener diferentes pensamientos ante las acciones dirigidas a los educandos.

Esta formación y trabajo docente en la educación inicial es un punto focal, pues los sujetos de la educación nos exponen y sabemos que no se puede enseñar igual, al decir esto, sabemos que tampoco aprendemos ni educamos de manera paralela, por eso y debido a las circunstancias vividas y estudiadas se presenta que cada docente ejecuta su momento práctico acorde a sus conocimientos, habilidades, metodologías y estrategias aprendidas.

Al analizar los testimonios de las docentes de Educación Inicial resulta de un proceso largo, porque nos llevó a un análisis descriptivo que posteriormente nos demostraron que aún se vive prácticas asistenciales durante las jornadas escolares. Las diversas entrevistas reúnen numerosas categorías que nos vinculan al trabajo docente. En una entrevista realizada a una docente de clase social media alta de una escuela de la ciudad de Quito se logran obtener datos diferentes conforme a la experiencia profesional y su formación como docente, donde ella menciona que en inicios su preparación didáctica, lo realiza en una institución pública y prestaban “servicio de guardería”

Entonces tomando en cuenta primero los años de experiencia que son 27 años y 6 meses se logra verificar que antes la Educación Inicial solo se vinculada a prestar un servicio de cuidado y atención al infante. Esto posiblemente debido a las horas laborales que tenían los padres. Sabemos que en el pasado



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



se experimentaron transformaciones, es decir, los roles cambiaron, una guardería pasaba a formar parte de la vida del niño o niña, porque la mayor parte del tiempo transitaban con las “docentes”. Esto se relacionó con la vinculación familiar, pero en la actualidad existen centros que hacen llamar a una educadora “tía” con el propósito de generar ese lazo familiar.

Es indiscutible el interés y preocupación de la Educación Inicial, pues en la actualidad aún se mantiene aquella concepción de “cuidado” donde se busca que se atienda al infante desde proveer servicio de atención y siendo el primer contacto social. En sí, la educación en la infancia debe trabajar por cambiar muchos factores, entre ellas su currículo oculto. Porque las vivencias, la forma como aprendió, tanto en su vida escolar como en el hogar, las presiones que ejercen los padres de familia, la comunidad en general y las instituciones, muestran que las exigencias e innovaciones curriculares, se ven envueltas en la dinámica de una clase.

También, en las siguientes entrevistas se logra tener una coincidencia al ver que las docentes mencionan “metodologías” o “estrategias pedagógicas”. Si bien sabemos que las metodologías dan paso y apertura a las actividades escolares, pues estas hacen de las clases una configuración de acciones diferentes. Por ello en los siguientes testimonios confirmaremos lo previamente dicho. “Yo trabajo metodologías activas, sin enfocarme en una en especial, porque tú al conocer vas cogiendo y vas diciendo un poquito puede ser esto, esto no me parece de esta metodología” (Educatora de Inicial II 2b).

La docente según el testimonio se guía con metodologías activas que se centra en el niño, en el aprendizaje, de modo que las actividades y contenidos que se prepararen deben ser direccionados hacia ellos. Ahora haciendo una comparación con el registro en el diario de campo (2019) pongo en evidencia que existe similitud entre lo que se dice y lo que se ejecuta. La educadora propone como principal actividad el arte, dejando ver en primera instancia como los niños crean, imaginan y utilizan diversos materiales sin tener restricción por algún medio o recurso. También, se logra demostrar mediante el diario campo que la docente utiliza al juego como principal instrumento de ayuda en el aprendizaje.

Esto supone que en la Educación Inicial la docente ha optado por tomar esta metodología como principal eje de enseñanza. Pero no sin antes vivir y cuestionar a la educación tradicional que se viene manejando hasta la actualidad en todo contexto escolar, pero a ello se le atribuye los métodos que se caracterizan por transmitir y repetir hasta memorizar.

Se puede interpretar que la docente toma en consideración el “interés” y cuando digo esto me refiero aquello que caracteriza a los niños, pues no todos desean trabajar con el mismo material o hacer la misma actividad. A lo mejor una docente no puede tomar en cuenta a cada niño o niña, pero si ver diversas actividades para gestionar el aprendizaje, ya sea de manera individual o en grupos. Este análisis reflexivo nos hace ver que el trabajo docente va más allá de técnicas, exige un proceso en base a las necesidades de los niños y niñas.

Por otro lado, en entrevistas realizadas surgen los términos estrategias o técnicas mismas que se toman en consideración como procesos y elementos que sirven para “ayudar” al alumnado teniendo como testimonio el siguiente: “Me encanta la actividad con los niños, el estar aplicando estrategias para poder sacar adelante a un niño que de pronto tenga dificultad, o sea eso es lo más bonito porque una profesora o un educador con eso se le ve la excelencia” (Educatora de Inicial II).

Esto nos indica que las acciones planificadas de la docente tienen y deben cumplir con el objetivo. Es decir, que los estudiantes logren el aprendizaje según los objetivos planteados. O sea que una estrategia



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



para la educadora da sentido organizado y orientado a las actividades para un fin establecido. Entonces, se entiende que se requiere de procedimientos y un diseño para tener una gama de decisiones reflexivas en relación a los estudiantes; con técnicas que alcancen a responder los objetivos de aprendizaje.

Este argumento se vincula indudablemente a las diferentes metodologías que permiten transmitir y socializar con los demás. No obstante, este proceso se modula según la adquisición de diversos procedimientos, técnicas y metodologías que se han ido modulando. Uribe (2013, p. 190) afirma: “El método hace alusión a un planteamiento general de la acción pedagógica de acuerdo con unos criterios determinados y teniendo en cuenta determinadas metas educativas”.

En fin considerando el argumento se llega a esclarecer que las estrategias son un medio que utilizan los docentes para apoyar a los niños y niñas en el transcurso de su aprendizaje. Aquella construcción se deriva de las actividades y objetivos de aprendizaje, pero es el criterio propio el que da sentido a su desarrollo y dinamismo escolar.

En otro punto, en el diario de campo se transcriben actividades que la docente pone en práctica teniendo en cuenta cada ritmo de los niños y niñas. Mientras voy registrando surgen las palabras “cada sujeto de la educación es único”, “no todos aprenden igual” entonces podemos decir que la docente toma conciencia de aquello que vivió. También, debido a su práctica entiende que todo sistema educacional requiere cambios para crear personas independientes, seguras y creativas. El siguiente testimonio afirma: “Porque cada grupo y los niños son diferentes porque uno como maestra tenemos que aprender a ver el camino para yo a ese niño guiarle porque nadie es igual a nadie, nadie aprende igual a nadie, su aprendizaje de unos será visual, de otro será escuchando, de otro será táctil” (Educatora de Inicial II 2b).

La educadora toma en cuenta los ritmos de aprendizaje de cada niño y está totalmente en contra de las formas típicas de enseñanza de los profesores que se rigen al sistema educativo tradicional, que modifica, esquematiza e impone reglas. Ella señala que la formación de un docente reflexivo, crítico e investigador constituye actualmente una alternativa para educar, ya que se quiere contar con profesionales que incorporen en la Educación Inicial habilidades y conocimientos que diseñen y desarrollen actividades lúdicas pertinentes para la diversidad de aula existente.

A esto se puede decir que la docente promueve la participación, el diálogo en estudiantes. Es decir, esto se remite a la gestión democrática, participativa y dialógica con relación a los contenidos escolares, considerando que la persona debe ser sujeto y no objeto, y en este caso debe ser un sujeto activo, que piense, dude e investigue. Por ello, cuando un docente considera estos aspectos, dan aporte y solución a los desafíos que nos plantea la vida.

También por medio del diario de campo (2019) se pudo registrar algunas dinámicas de clase que se repiten constantemente como la categorización de género y valores en el registro se identificó claramente que en ciertos momentos pedagógicos algunas docentes siguen manteniendo ese pensamiento arcaico y cerrado en cuanto a la conservación o manejo de preconcepciones sobre el género masculino y femenino clasificándolos por su naturaleza.

Otra entrevista demuestra como el nivel académico importa, pues al mencionar las clases magistrales que se mantienen en la actualidad la docente alude lo siguiente:

Querían subir el nivel académico, entonces la mejor manera que ellos vieron, era que yo baje con mi experiencia de enseñar a leer y escribir, que baje a primero de básica y es así



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



que los niños de primero de básica salen escribiendo y leyendo súper bien, están bien, los papas están muy contentos, los directivos también, entonces estamos súper bien, trabajo doce años (Educatora de Inicial II 2).

La docente al parecer considera que, en la actualidad, las planificaciones exigen un cumplimiento, pero ciertas normativas de desempeño no permiten focalizar a los diversos grupos de niños, pero que está en el trabajo docente la excelencia de sacar adelante a un niño. Estas realidades ante situaciones emergentes nos llevan a múltiples interrogantes sobre: ¿Cómo se percibe a sí mismo el educador? ¿Cómo los perciben los demás? Según la educadora un buen docente es sacar adelante a un estudiante independientemente de su ritmo de aprendizaje.

Las respuestas a los anteriores interrogantes indican que no bastan las buenas intenciones. El docente en el nivel debe estar bien preparado para asumir la tarea de educar, ello implica no solo la responsabilidad de transmitir conocimientos, sino también tener el compromiso de consolidar en los niños valores o actitudes necesarias para que puedan vivir y desarrollar sus potencialidades acorde a su ritmo de aprendizaje.

Al trasladar estas ideas a la situación educativa concreta encontramos que en las planificaciones micro curriculares van más allá de ser un plan de conocimientos e instrucciones elaborado por los docentes, es decir se debe tener ese elemento propicio para el desarrollo profesional docente, a partir del cual los educadores estén en posibilidad de comprender y participar en una realidad social compleja (PÉREZ-RUIZ, 2018). Otro testimonio que alude la segunda docente entrevistada es:

Evaluamos mínimo dos veces por quimestre, yo también entro a las clases de primero y de segundo de básica a evaluar, entonces si es frecuente, te califican todo, te califican cuadernos, como están llevados los cuadernos, la letra, la organización, el orden, presentación, o sea califican todo (Educatora de Inicial II 2).

La docente se ve influenciada por la evaluación, pues siendo ella evaluada encuentran dificultades didácticas que deben mejorar y cuando ella evalúa considera las mismas expectativas, por tanto, se ven envueltas por un sistema que exige excelencia. Al tener tantos años de experiencia reevaluar significa ver y volver a los viejos modelos de escuela que lo señalaban y separaban por el que sabe y el que no. Reconocer o revivir esto es seguir viendo al mismo sistema tradicional de antes en las aulas de niños y niñas de inicial.

Los resultados de esta investigación mediante análisis de campo demuestran que aún se mantiene hechos y prácticas docentes antiguas, se visualizan roles de asistencia y guardería, queriendo acercar al niño o niña al lazo familiar. Es por estas circunstancias de “cuidado”, limitaciones metodológicas, dinámicas de aula y preparación docente que se generan presiones en el sistema escolar; que en efecto buscan cambios e innovaciones curriculares que generen en la educación inicial cambios a favor de los niños y niñas, haciendo que las políticas establecidas se cumplan en el profesorado como en el proceso escolar.

Conclusiones

Finalmente, vemos que los protagonistas directos son los educando y el profesorado, pues no existe una desconexión entre ambos sujetos de la educación, es decir, existe una articulación entre políti-

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



cas establecidas en PDE, la comunidad educativa y la institución familiar. No podemos negar la falta de conexión y pertinencia dentro de los diferentes ambientes de aprendizaje entre las mallas curriculares y el profesorado en la Educación Inicial.

Sabemos también que en el nivel inicial existen falencias al no poder llegar al perfil de salida, pues se están omitiendo rasgos, particularidades y procesos secuenciales, dentro del aprendizaje. En sí, tenemos claro que un seguimiento debe existir para docentes de educación inicial, pues debe cumplirse lo que propone el Currículo de Educación inicial 2014 y el Plan Decenal de Educación junto a sus políticas para la mejora de la calidad educativa.

Es substancial replantearnos como docentes y nos vemos en la obligación de trabajar activamente por el desarrollo y pensamiento de los niños y niñas del sistema educativo ecuatoriano. Teniendo claro esta situación vivida no podemos delegar la responsabilidad a un grupo, sino que el trabajo es un conjunto de acciones colaborativas, pues se debe exigir un trabajo que englobe al gobierno para un verdadero cambio trascendental y coherente en la educación.

En síntesis a la sociedad ecuatoriana le corresponde interesarse y empaparse por todo lo que ocurre en la vida de niños y niñas durante su proceso formativo, pues muchas veces no consideramos alternativas que pueden dar solución para optimizar el trabajo docente y la calidad de la educación. Esto es más que pensar, es solucionar, es vincularnos al acto educativo y ver un procedimiento para los problemas profesionales que vienen enfrentando las y los docentes.

Esta transformación de la educación demanda interés y una corresponsabilidad social, de esa manera se puede ampliar un sinnúmero de oportunidades que con equidad y calidad educativa. Esta multiplicidad de concepciones en el trabajo docente señala que hemos encontrado significados sobre la realidad educativa ecuatoriana desde el aspecto docente, teniendo como escenarios su propia experiencia y dando como resultados sus prácticas educativas en el nivel inicial, es desde la docencia que se puede estructurar el sistema educativo ecuatoriano, para ellos los perfiles de ingreso de los y las docentes de inicial deben tener un compromiso permanente en la educación y en la sociedad, para cumplir con los estándares de calidad que exige la educación inicial.

Referencias

BARRERA ERREYES, Helder; BARRAGÁN GARCÍA, Teresa; ORTEGA ZURITA, Grace. La realidad educativa ecuatoriana desde una perspectiva docente. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 75, n. 2, p. 9-20, 2017.

BELTRAN-PELLICER, Pablo; GODINO, Juan; GIACOMONE, Belén. Elaboración de indicadores específicos de idoneidad didáctica en probabilidad: aplicación para la reflexión sobre la práctica docente. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, v. 32, n. 61, p. 526-548, 2018.

BOBADILLA GOLDSCHMIDT, Marcela *et al.* Los rodeos de la práctica: representaciones sobre el saber docente en el discurso de estudiantes de pedagogía. **Estudios Pedagógicos**, v. 35, n. 1, p. 239-252, 2009.

CARPY, Clara Isabel. **Miradas históricas de la educación y de la pedagogía**. Madrid: Ediciones Díaz de Santos, 2011.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



ESPINOZA, Maria Elena. Currículo y competencias. **Alteridad**, v. 7, n. 1, p. 50-57, 2012.

ECUADOR. Ministerio da Educación. **Plan Decenal de Educación del Ecuador 2006 - 2015**. Quito: ME, 2007.

_____. Ministerio de Educación Gobierno del Ecuador. **Ley Orgánica de Educación Intercultural**. Quito: MINEDUC, 2011.

_____. Ministerio Coordinador de Desarrollo Social. **La Estrategia Nacional Intersectorial para la Primera Infancia: Infancia Plena**. Quito: MCDS, 2012.

_____. Ministerio da Educación. **Currículo Educación Inicial 2014**. Quito: ME, 2014.

LÓPEZ GONZÁLEZ, Wilmer. El estudio de casos: una vertiente para la investigación educativa. **Educere**, v. 17, n. 56, p. 139-144, ene./abr. 2013.

MIRANDA, G. **La gestión educativa y competencia institucional**. 2016. Tesis (Maestría) - Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo de México, 2016.

PÁRAMO-IGLESIAS, Maria Beatriz; MARTÍNEZ-FIGUEIRA, Maria Esther; RAPOSO RIVAS, Ma-nuela. Caap-Ap: un cuestionario para evaluar la práctica docente a favor de la atención y planificación en educación infantil. **Profesorado**, v. 21, n. 2, p. 127-148, 2017.

PÉREZ-RUIZ, Abel. Práctica docente y currículo: Un marco de análisis construccionista. **Revista Electrónica Educare**, v. 22, n. 3, p. 1-15, 2018.

RODRÍGUEZ, Estella. Pedagogía crítica , una propuesta educativa para la transformación social. **Rei-docrea**, v. 3, n. 21, p. 147-171, 2014.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Bases de la investigación cualitativa**. Técnicas para desarrollar la teoría fundamentada. Medellín: Editorial de la Universidad de Antioquia, 2002.

URIBE, María Alexandra. Hacia una conceptualización de los estilos de enseñanza - Rumo una conceptualização dos estilos de ensino. **Revista Colombiana de Educación**, v. 64, p. 175-195, 2013.

VILLAGÓMEZ, Maria Sol. Nuevos desafíos para repensar la formación del profesorado ecuatoriano. **Alteridad**, v. 7, n. 2, p. 116, 2012.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



A formação continuada de professores: do percurso inflexivo para o reflexivo

Marinete Aparecida Martins

Universidade de Sorocaba (UNISO)

E-mail: marinete.martins@prof.uniso.br

Leonardo Mendes Bezerra

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Universidade de Sorocaba (UNISO)

E-mail: leonardobezerra@professor.uema.br

Agência financiadora: CAPES

Palavras-chave: Formação docente. Escola laica. Ensino consciente.

Introdução

São apresentadas nesta produção algumas reflexões fundamentais para a formação de professores com foco na valorização dos saberes das experiências e vivências enquanto docentes do ensino superior. Reflete-se acerca das vivências docentes e percepções sobre a atual conjuntura político-social brasileira.

Entende-se que a formação do professor não se arquiteta por acumulação de informações, de cursos ou de técnicas, e sim por meio de um trabalho reflexivo e crítico sobre as práticas e uma (re)construção cotidiana da identidade pessoal/profissional. Assim, destaca-se a relevância em investir no estatuto dos saberes vivenciados, sentidos e experienciados no fluxo dinâmico de transformações enquanto docentes (NÓVOA, 1995).

Considera-se de grande valia a leitura das reflexões dialógicas para a compreensão do processo formativo docente, observando os aspectos pessoais, acadêmicos, políticos, sociais e culturais da atualidade.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica mesclada com reflexões críticas sobre a formação continuada de professores no viés da conjuntura político social, levando em conta as experiências vivenciadas durante mais de 10 anos no ensino superior e os tentames no curso de doutorado em Educação na Universidade de Sorocaba.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário**Resultados e discussão**

Percorrer os ambientes das universidades desvelam que as narrativas do cotidiano educativo se apresentam multiculturalmente, assim como podem ser duras e com força e poder, no qual “os professores se colocam como autoridades juristas decidindo regras do que é melhor para o andamento da aula” (NOGUEIRA, 2012). Nessa perspectiva, reflete sobre própria prática docente em cursos presenciais e a distância.

O professor universitário precisa compreender a existência de “mundos” e dos saberes locais e globais para que a prática educativa seja mais representativa e ultrapasse os saberes instrumentais rígidos e para que possam ser considerados os conhecimentos empíricos na tentativa de entender o funcionamento do mundo, da cultura e de todos os sistemas sociais que circundam a vida dos professores.

A união dos diversos saberes contribui para a formação identitária do profissional/professor. Assim, Nóvoa (1995) destaca que não se pode ignorar o desenvolvimento pessoal em detrimento do profissional, pois a lógica da atividade educativa coincide com as dimensões pessoais e formativas.

É necessário que os professores reforcem a compreensão de que não existe apenas uma forma de educação; é preciso reinventar-se corriqueiramente nas cadeiras universitárias, revelar caminhos antagônicos da formação humanizada, entender a ecologia como uma escolha que se faz para viver daquilo de que se necessita; é romper com os totalitarismos e poderios econômicos e bélicos dos conglomerados liberais e, na presença dessas ideias, revisar os ideais ecologistas, conforme Reigota (2012).

Na atual conjuntura político-econômico-social, reflete-se sobre a relevância dos estudos das disciplinas sociais e humanas para a educação básica e percebe-se que muitos brasileiros não compreenderam o percurso histórico e/ou até mesmo não conseguiram valorizar os estudos da história, para que não se repetissem os erros do passado. Isso implica destacar a relevância do papel dos professores enquanto profissionais que sensibilizam os discentes para a (re)construção de consciências críticas-reflexivas. Coadunamente, Freire (1996) e Goergen (2018) salientam que educar é ato de conscientizar e de buscar superação das diferenças por meio da educação e da cultura.

São vários os desafios postos aos professores, seja na formação inicial ou continuada, seja na prática pedagógica em sala de aula, por exemplo: ensinar sujeitos que não querem aprender, violência contra as diferenças culturais e posicionamentos políticos e filosóficos. É atribuição dos professores favorecer aos alunos a elaboração de um posicionamento interpretativo, reflexivo e crítico das informações atuais. Não se pode acatar a tentativa de convencimento da população que caminha para solucionar as mazelas nacionais, a fundação do Estado mínimo e de uma escola sem partido.

Do mesmo modo, no âmbito acadêmico, é necessário entender que “nossas relações justificam nossa presença no mundo, na vida, na nossa existência” (SOBREIRA; NISTA-PICCOLO; MOREIRA, 2016, p. 74). Isso indica que, na formação de professores, deve-se considerar a construção humana que transcorre pela cultura, valores, hábitos, condutas e decisões sem desembocar em filosofias envoltas em ódio enquanto política.

A formação docente deve transcender a transmissão de conteúdos e valorizar as experiências cotidianas por meio de conhecimentos holísticos que passam pela experiência, política, inovação e necessidade do trabalho pedagógico capaz de proporcionar formação pessoal, profissional, pensamentos e ações politicamente conscientes.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Os professores são profissionais capazes de auxiliar na transformação por meio do exercício reflexivo do pensamento e das ações sociais, políticas e pedagógicas. Para isso, é necessário o fortalecimento da escola pública, gratuita e laica afastada de ideologias de “vigilância e punições”, favorecendo a autonomia de ações pedagógicas, da diversidade cultural e da liberdade de pensamento, por meio de uma educação de qualidade (MARASCA; BOSCHETTI, 2016).

Os professores, na sua constituição, na autoformação e na construção de saberes e conhecimentos advindos da prática cotidiana, precisam destacar práticas pedagógicas para que suas atribuições possam ir além da transmissão de saberes instrumentalizados e técnicos (algo bastante valorizado na postura do Estado mínimo). Eles devem inspirar as pessoas para que a justiça social seja consolidada por meio da tomada de decisões equitativas e justas, considerando as diversidades em seus múltiplos contextos.

Para isso, faz-se necessário que os professores não estacionem, não se afundem em teorias ultrapassadas e não detenham a capacidade de formar cidadãos em um mundo bastante dinâmico. Para isso, a simples transmissão de informação não é eficaz; é necessário que o conhecimento seja construído em todos os ambientes educacionais que proporcionam que as pessoas sejam autônomas.

Conclusão

Foram apresentadas, neste trabalho, ponderações elementares que perpassam a formação docente, tendo-se como cerne a apreciação do conhecimento e a prática dos autores na educação superior.

O labor meditativo e crítico, principalmente no atual contexto socioeconômico-político brasileiro, é de fundamental importância para os docentes, pois levam os discentes a conhecimentos sólidos e informações de qualidade, proporcionando a oportunidade de não serem pessoas autômatas em um mundo (que o atual Estado pretende estabelecer) de faz de conta, de “copia e cola”.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOERGEN, Pedro Laudinor. O que Paulo Freire tem a nos dizer. **Quaestio**, Sorocaba, v. 20, n. 2, p. 357-369, ago. 2018. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/3344>. Acesso em: 2 fev. 2019.

MARASCA, Elaine; BOSCHETTI, Vania Regina. Primeiro o primário: a educação elementar no Brasil, no ideário de Anísio Teixeira. **Série-Estudos**, Campo Grande, v. 21, n. 43, p. 179-192, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/969/pdf>. Acesso em: 2 fev. 2019.

NOGUEIRA, Eliete Jussara. A construção de subjetividades nas práticas de disciplinamento: narrativas sobre o cotidiano escolar. **Série Estudos**, Campo Grande, n. 34, p. 205-215, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/viewFile/94/52>. Acesso em: 2 fev. 2019.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

NÓVOA, Antônio (Coord.). **Os professores e a sua formação**. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

REIGOTA, Marcos. Educação ambiental: a emergência de um campo científico. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 30, n. 2, p. 499-520, mai./ago. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2012v30n2p499/23328>. Acesso em: 2 fev. 2019.

SOBREIRA, Vickele; NISTA-PICCOLO, Vilma Leni; MOREIRA, Wagner Wey. Do corpo à corporeidade: uma possibilidade educativa. **Caderno de Pesquisa**, São Luís, v. 23, n. 3, p. 68-77, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/5799/3535>. Acesso em: 2 fev. 2019.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Uso das ferramentas Google for Education na formação de educadores da cidade de Americana/SP

Rodrigo Fukugauti

GEG Americana

E-mail: rodrigo.fuku@gmail.com

Giuliano Paulino Coan

GEG Americana

E-mail: giuliano.coan@gmail.com

Palavras-chave: Formação continuada. Tecnologias educacionais. Google for Education.

Introdução

Ao longo da história da humanidade, as sociedades e o mercado de trabalho vêm evoluindo acompanhando o desenvolvimento tecnológico e o aprimoramento dos processos produtivos. O que antes era manual e demorado, hoje é automatizado e instantâneo, o que tem levado ao surgimento de novas gerações em períodos de tempo cada vez menores.

Embora todas essas mudanças estejam acontecendo rapidamente, a educação não tem caminhado nesse mesmo ritmo. Em muitas instituições ainda prevalece o modelo tradicional de ensino que não atende às novas demandas.

Nesse sentido, se a educação é responsável por formar cidadãos para atuar na sociedade e novos profissionais para atuar no mercado de trabalho, então é preciso repensar e reorganizar o espaço, o tempo e o trabalho pedagógico.

Na busca por contribuir nesse processo é que surgiu a ideia de iniciar o GEG Americana, para que os educadores tenham um espaço adequado de discussão, experiência, compartilhamento, formação, produção acadêmica e científica, com vistas à construção de uma cultura de mudança na educação.

A sigla GEG significa Grupo de Educadores Google, que são comunidades de educadores que coexistem ao redor do mundo, nas quais o lema é “Aprenda, Compartilhe, Inspire, Capacite”. Essas comunidades contam o apoio do Google, que ajudou a iniciá-las acreditando que os educadores são a melhor inspiração para outros educadores por meio da paixão, por levar os benefícios das tecnologias a escolas, salas de aula e comunidades do mundo todo (GEG BRASIL, 2019; GOOGLE FOR EDUCATION, 2019).

Desse modo, os GEGs proporcionam uma plataforma de colaboração para trocas de ideias entre os educadores e um melhor atendimento às necessidades dos alunos, promovendo o letramento digital para professores por professores. Porém, são totalmente independentes da empresa Google (GEG BRASIL, s/d; GOOGLE FOR EDUCATION, s/d).



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



As atividades são organizadas pelos líderes de cada grupo que são voluntários locais (líderes GEG) e podem acontecer on-line ou off-line, e qualquer pessoa pode participar: diretores, professores, alunos, administradores de escolas ou outras pessoas interessadas (GEG BRASIL, s/d; GOOGLE FOR EDUCATION, s/d).

O GEG Americana iniciou oficialmente suas atividades com a realização do evento de lançamento no dia 27 de novembro de 2018 e, até o presente momento, foram realizados quatro encontros de formação no ano de 2019.

Desse modo, o objetivo deste trabalho é analisar as ações do GEG Americana desenvolvidas no período de 27 de novembro de 2018 a 25 de agosto de 2019.

Desenvolvimento

Este trabalho é um estudo de caso estruturado a partir de: a) registros coletados por meio de documentação indireta com a realização de uma pesquisa bibliográfica e documental; b) registros efetuados mediante documentação direta com a realização de uma pesquisa de campo exploratória, especificamente um estudo exploratório-descritivo combinado, composto de observação direta intensiva – observação sistemática, participante, em equipe e efetuada na vida real – e observação direta extensiva – questionários de avaliação formados por quatro perguntas de estimativa ou avaliação e uma pergunta aberta (MARCONI; LAKATOS, 1982; SEVERINO, 2007; THIOLENT, 1986).

A amostra foi composta de amostragem não probabilística por tipicidade. Os dados coletados são de natureza qualitativa e quantitativa, organizados em tabelas e gráfico de colunas. As informações quantitativas foram analisadas por meio de estatística descritiva (MARCONI; LAKATOS, 1982).

Antes da realização dos eventos, os líderes fizeram algumas reuniões, elaboraram os objetivos gerais e específicos do GEG Americana e a proposta de parceria, pois verificaram também a importância de estabelecer parcerias com alguns setores fundamentais para a viabilidade do projeto.

Foram estabelecidas as seguintes parcerias: a) Infraestrutura - UNISAL unidade de Americana, Colégio Salesiano Dom Bosco de Americana e Diretoria de Ensino Região de Americana; b) Recursos materiais - Panda Print; e c) Institucionais - Síndreams Aceleradora Startups e Coan Gestão + Inovação.

Durante o período de 27 de novembro de 2018 a 25 de agosto de 2019, foram realizados cinco eventos do GEG Americana. Os temas e os conteúdos abordados em cada evento estão descritos no Quadro.

Quadro. Temas e conteúdos abordados nos eventos.

Evento	Tema/Conteúdo
Lançamento	Apresentação do GEG Americana para a comunidade
1º Encontro	Google Classroom e Google Drive
2º Encontro	Formulários Google e Planilhas Google
3º Encontro	Google Sites
4º Encontro	Google Agenda

Fonte: arquivos do GEG Americana.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



No evento de lançamento, os líderes demonstraram a motivação que levou à constituição do GEG Americana, apresentaram-se para o público e divulgaram os objetivos do grupo. O evento contou com a participação de alguns dos líderes do GEG Campinas, a representante da dirigente regional de ensino de Americana, o diretor de operações e o diretor financeiro do UNISAL, unidade de Americana.

No primeiro e no segundo encontros, os líderes planejaram trabalhar com dois aplicativos, porém a prática mostrou que o tempo de duração para esse volume de informação não estava adequado. No terceiro e quarto encontros, os líderes decidiram trabalhar com apenas um aplicativo, o que possibilitou a adequação do volume de informações ao tempo de duração, fazendo com que houvesse mais tempo para tirar dúvidas e auxiliar os participantes.

Entre uma a duas semanas antes de cada encontro, são realizadas as inscrições dos interessados em participar dos eventos. No total, foram registradas 236 inscrições, na qual 137 compareceram aos eventos (58,05%), conforme a Tabela 1.

Tabela 1. Relação entre inscritos e participantes nos eventos.

Evento	Inscritos	Participantes	P (%)
Lançamento	117	59	50,43%
1º Encontro	50	31	62%
2º Encontro	36	26	72,22%
3º Encontro	18	13	72,22%
4º Encontro	15	8	53,33%
Total	236	137	58,05%

Fonte: arquivos do GEG Americana.

Analisando essas informações, houve uma diminuição crescente tanto no número de inscritos quanto no número de participantes ao longo do tempo, o que revela a necessidade de entender melhor esses resultados e investir esforços para atrair mais educadores para os eventos.

Entre os participantes, 85 responderam ao questionário de avaliação no final dos eventos (62,04%). Esse indicador também precisa de maior atenção, pois é importante que todos os participantes avaliem os eventos para que os líderes possam atuar na sua melhoria (Tabela 2).

Tabela 2. Participantes que responderam ao questionário.

Evento	N	N (%)	Comentários	Comentários (%)
Lançamento	17	28,81%	11	64,71%
1º Encontro	26	83,87%	17	65,38%
2º Encontro	25	96,15%	15	60%
3º Encontro	9	69,23%	7	77,78%
4º Encontro	8	100%	4	50%
Total	85	62,04%	54	63,53%

Fonte: arquivos do GEG Americana.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Além disso, entre os que responderam aos questionários, 54 fizeram um comentário sobre os eventos, compostos de agradecimentos, sugestões e críticas. O resultado mais importante está ligado às críticas positivas, que somaram 31 comentários, que corresponde a 57,41% dos comentários registrados pelos participantes.

Segundo um dos participantes, o evento que participou: “Foi muito bom. Trouxe um monte de ins-tigação para aprender, permitindo visualizar novas possibilidades para o uso em sala de aula. Foi ótimo”.

Outros critérios de avaliação foram requisitados dos participantes nos questionários, como o local, o tema e a duração dos eventos, que deveriam ser avaliados em uma escala de 1 a 5 (Tabela 3).

Tabela 3. Critérios de avaliação dos eventos.

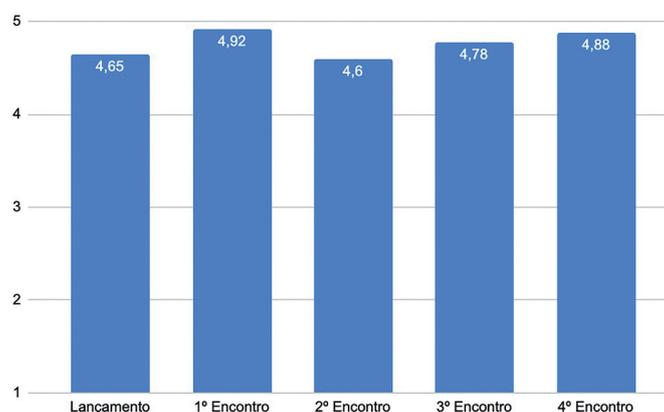
Evento	Avaliação do local	Avaliação do tema	Avaliação da duração
Lançamento	4,76 ± 0,44	4,53 ± 0,62	3,76 ± 0,83
1º Encontro	4,88 ± 0,33	4,96 ± 0,20	3,50 ± 0,95
2º Encontro	4,96 ± 0,20	4,84 ± 0,47	3,44 ± 0,77
3º Encontro	4,89 ± 0,33	4,89 ± 0,33	3,89 ± 0,93
4º Encontro	4,75 ± 0,46	4,88 ± 0,35	3,25 ± 0,71
Média	4,85 ± 0,35	4,82 ± 0,39	3,57 ± 0,84

Fonte: arquivos do GEG Americana.

Todos os critérios obtiveram resultados positivos: a) as médias da avaliação do local e do tema estão próximas do valor máximo da escala; e b) as médias do tempo de duração do evento estão próximas de 3, indicando que está adequado, pois valores menores indicariam pouco tempo, e valores maiores indicariam um tempo muito longo.

Corroborando os resultados anteriores, a avaliação geral dos eventos é extremamente positiva, pois as médias também se aproximam do valor máximo da escala (Gráfico).

Gráfico. Avaliação geral dos eventos.



Fonte: arquivos do GEG Americana.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Conclusão

Embora tenha ocorrido a diminuição do número de participantes e pouco mais da metade respondeu ao questionário de avaliação, os resultados obtidos durante o período foram positivos, uma vez que os líderes promoveram mudanças em relação ao formato e ao conteúdo dos encontros de formação de acordo com o que fora observado nas primeiras experiências, e as avaliações registradas demonstraram a aprovação dos participantes em relação aos critérios de avaliação solicitados.

Por outro lado, o GEG Americana contribuiu para a formação continuada de mais de uma centena de educadores, com o potencial de gerar impacto no cotidiano do trabalho docente e nas atividades desenvolvidas em sala de aula.

Referências

GEG BRASIL. **Olá.** s/d. Brasil. Disponível em: <https://sites.google.com/saladeaula.org/gegbrasil/home>. Acesso em: 25 ago. 2019.

GOOGLE FOR EDUCATION. **Encontre um Grupo de Educadores Google perto de você.** s/d. Disponível em: https://edu.google.com/intl/pt-BR/latest-news/communities/?modal_active=non. Acesso em: 25 ago. 2019.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1982.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2007.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

Eixo 4 - Educação, Cultura e Artes

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

A dança como um instrumento das ações socioeducativas: um olhar a partir do serviço social

Jéssica de Lima da Cruz

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: jessicalimaa@live.com

Ana Maria Giusti Barbosa

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: prof.anagiusti@yahoo.com.br

Palavras-chave: Criança e adolescente. Política de assistência social. Educação. Serviço social.

Introdução

Este estudo analisa a dança como uma atividade socioeducativa no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), voltada para o desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e pessoal, e busca compreender a contribuição da dança para a formação para a cidadania, o desenvolvimento do protagonismo, o estímulo à socialização e a autonomia dos participantes.

Crianças e adolescentes nem sempre foram compreendidos como pessoas em desenvolvimento que demandam atenção diferenciada. Apesar de algumas iniciativas anteriores, foi por meio da Constituição Federal de 1988 que as crianças e os adolescentes efetivamente foram reconhecidos como sujeitos de direitos. Essa Constituição estabelece, no art. 6º, que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988, s/p) e também, no art. 205, que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, s/p).

Esses aspectos estão reafirmados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura a proteção integral à criança e ao adolescente, garantindo “todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (BRASIL, 1990, s/p). Tendo o ECA como referência, organizações governamentais e não governamentais implantaram programas e projetos levando em consideração as características próprias do desenvolvimento pessoal e social de crianças e adolescentes em diferentes espaços, favorecendo o alcance de objetivos e oportunidades para formação pessoal e transformação de realidades.

Na esfera da política de assistência social (BRASIL, 1993), os serviços vinculados à proteção social básica têm recorrido às atividades socioeducativas, principalmente no SCFV, que tem como caracterís-

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

tica as atividades grupais para favorecer o desenvolvimento pessoal e social dos participantes, apoiar as famílias na prevenção de situações de risco social, valorizar a convivência familiar e comunitária e o desenvolvimento de capacidades pessoais e coletivas que favoreçam o enfrentamento da vulnerabilidade social (BRASIL, 2009).

Esse serviço organiza atividades adequadas às faixas etárias, embora recomende a realização de ações entre gerações e composição dos grupos de forma a contemplar diferenças de sexo, pessoas com deficiência e etnias, estímulo ao protagonismo, uso de recursos lúdicos, culturais, esportivos e continuidade dos estudos (BRASIL, 2009). É realizado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e/ou instituições parceiras, por meio de ações socioeducativas que contemplem a articulação da educação com a proteção social, buscando desenvolver as habilidades com foco na formação cidadã. O trabalho deve ser desenvolvido em conjunto com a escola, a família, a comunidade e, quando necessário, o Sistema de Garantia de Direitos (SÃO PAULO, 2007).

Entre as atividades culturais, a dança tem sido um recurso que, ao mesmo tempo que possibilita o prazer durante sua realização, também permite o acesso a outros conhecimentos e habilidades, favorecendo a proteção e o desenvolvimento. Para Fux (1983), ao experimentar a liberdade de expressão, crianças e adolescentes descortinam novos caminhos, convertendo o movimento e a criação em realidade, melhorando suas relações consigo mesmos e com o mundo, descobrindo seu próprio corpo, adquirindo confiança em si mesmo, equilibrando as emoções e melhorando as relações interpessoais. Assim, a dança pode ser uma força de transformação ao criar laços entre educadores, crianças, adolescentes e suas famílias e possibilitar relações de aprender, ensinar e expressar identidades.

Referendado por tais compreensões é que foi realizado um trabalho socioeducativo com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, em uma instituição socioassistencial em Santa Bárbara D'Oeste, por meio de oficina de hip hop. A transformação observada nos participantes despertou o interesse em realizar uma pesquisa com o objetivo de compreender a contribuição da dança na formação para a cidadania, desenvolvimento do protagonismo, estímulo à socialização e autonomia dos participantes.

A pesquisa seguiu orientação qualitativa e contou com a participação de 11 pessoas nas entrevistas, sendo duas crianças, seis adolescentes, uma mãe, o professor de dança e a assistente social que acompanha a programação, observando os procedimentos éticos para pesquisa com seres humanos.

A opção pela modalidade hip hop, entre as demais oficinas disponibilizadas pela instituição, revelou que a oportunidade de optar atende às características intencionais das atividades socioeducativas, como a autonomia e a liberdade de escolha com o que se identifica, incluindo seus atributos lúdicos e oportunidade de expressão desses sujeitos.

Os participantes escolheram a modalidade porque se identificam com o ritmo que permite inúmeros passos e coreografias e por ser, como expressou Mariana, uma boa forma de movimentar o corpo. O adolescente Rodrigo disse que na oficina “aprende mais educação” e Marina revelou que também treina em casa, na frente do espelho.

Para Fux (1983), movimentar o corpo por meio da dança, para além do desenvolvimento físico, também é uma possibilidade de olhar para si próprio e para a relação que cada um estabelece consigo e com o ambiente, e os depoimentos ratificam a proposta socioeducativa do projeto.

As mães são as principais apoiadoras, comparecendo nas apresentações, e com quem eles conversam a respeito. O papel da família é importante para o desenvolvimento da criança e do adolescente.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE AMERICANA
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Teresa, mãe de uma das crianças participantes, considera que a dança é uma “modalidade [que valoriza] o respeito, saber trabalhar com os amigos, saber diferenciar cada um no jeito de ser”, compreensão que está em sintonia com a proposta da dança, que, além de trabalhar as questões física e intelectual, permite aprender a se relacionar com diferentes personalidades.

Esse acompanhamento dos pais permite também identificar as mudanças que as atividades provocam no comportamento dos filhos, como relatado por Teresa: “ajuda bastante com a disciplina, saber trabalhar em grupo, de saber ficar junto em grupo [...] participar em grupo fica mais desenvolvida, [...] e agora participando com mais crianças, [...] tem uma outra visão [...] e melhorou no relacionamento com os irmãos”.

As colocações dessa mãe confirmam que a prática de atividades grupais favorece mudanças importantes, que contribuem para o desenvolvimento da própria criança na sua relação com os outros. Essas mudanças potencializam as características individuais e ampliam suas perspectivas sobre sua realidade, o desenvolvimento físico, intelectual e social, revelando a importância das políticas sociais para a garantia da efetivação dos direitos de crianças e adolescentes à educação, ao esporte, à cultura e à proteção social.

O professor Tiago e a assistente social Luciana destacaram que, como a dança requer trabalho em grupo, participação e disciplina, as mudanças logo se fazem notar, contribuindo para que a criança perca a inibição, conheça o próprio corpo, envolva-se nas atividades do grupo, exerça o protagonismo, solicitando informações, sugerindo as músicas, opinando sobre a coreografia, a responsabilidade e o comprometimento com o resultado.

Na aproximação com as famílias, Luciana obteve feedback quanto ao comportamento “mais responsável” dos filhos após ingresso na oficina de dança e atribuiu esse novo comportamento às características da atividade que requer regras, envolvimento e empenho para que a apresentação a ser feita no final do período agrade suas famílias e convidados.

Os depoimentos dos profissionais revelaram também que os processos educativos que ocorrem na oficina de dança contribuem para a aquisição e/ou o fortalecimento de valores, reduzem a exposição às situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social existentes no território onde residem.

Conclusão

A proposta de compreender a contribuição da dança para a formação para a cidadania, o desenvolvimento do protagonismo, o estímulo à socialização e a autonomia de crianças e adolescentes que participam de ações socioeducativas do SCFV foi, ao mesmo tempo, desafio e contentamento.

As conversas com os participantes permitiram confirmar que as atividades da oficina de dança estimularam de forma lúdica o aprendizado e o desenvolvimento. Também favoreceram o protagonismo, a responsabilidade, a aquisição de conhecimentos, a socialização e a centralidade da participação de crianças e adolescentes no processo socioeducativo, reafirmando a proposta das ações socioeducativas de que combinar a educação e a proteção social contribui para o desenvolvimento de crianças e adolescentes e concorre para a redução das vulnerabilidades pessoais e sociais, bem como desperta o desejo de sonhar outras possibilidades para suas vidas.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 jun. 2019.

_____. Lei nº. 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 7 jun. 2019.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 8 dez. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em: 7 jun. 2019.

_____. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 25 nov. 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf. Acesso em: 7 jun. 2019.

FUX, María. **Dança, experiência de vida**. 3. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1983.

SÃO PAULO (Estado). Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC). **Parâmetros socioeducativos: proteção social para crianças, adolescentes e jovens. Igualdade como direito, diferença como riqueza: Caderno 3: O trabalho socioeducativo com crianças e adolescentes – 6 a 15 anos**. São Paulo: SMADS/ CENPEC/ Fundação Itaú Social, 2007.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

O papel da estética dos objetos lúdicos para o desenvolvimento e a construção da identidade

Leonardo Zarpellon

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: lzarpellon@terra.com.br**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Estética. Representatividade.

Introdução

Esta pesquisa explora alguns dos impactos negativos que a estética presente nos jogos pode promover em determinados sujeitos e no seu desenvolvimento. A representatividade feminina nos jogos é utilizada aqui como exemplo, mas não esgota o tema. No campo da Educação, a discussão é relevante, pois: 1) a compreensão ampla dos elementos estéticos que o docente explora em sala de aula pode ajudar a diminuir o risco de marginalizar, ainda mais, determinados alunos; 2) os jogos como suporte ao ensino estão se popularizando, demandando um uso mais consciente.

Desenvolvimento

Pode-se dizer que os jogos têm um papel fundamental para a formação e o desenvolvimento de uma sociedade (HUIZINGA, 2000; CAILLOIS, 2001). Atualmente presente de várias maneiras no cotidiano, ele é um evento sociocultural enraizado na realidade material (podendo incorporar todo um imaginário preexistente presente nas imagens, histórias, folclore, cantigas etc.), cujo significado é uma produção coletiva (STENROS, 2015).

Jogo pode ser definido como atividade voluntária, limitada por tempo e espaço, imprevisível, sem interesses materiais (improdutiva) e governada por regras (HUIZINGA, 2000; CAILLOIS, 2001). Aqui, considera-se que o jogo que se populariza e adquire valor e beleza em função do que representa e agrega para uma comunidade, sendo, portanto, simultaneamente, forma de expressão e de construção do ser. Quanto mais belo e espetacular para um grupo ele se torna, mais seu valor cultural se exalta.

O valor estético de um jogo se deve em função do aspecto sagrado ou competitivo que lhe é atribuído (sua importância social e cultural), e, quanto mais valor adquire, mais facilmente é absorvido (e consolidado) pela civilização. Assim, o caráter lúdico do jogo vai negociando significados e evoluindo com a religião, a arte, a filosofia, a política etc. (HUIZINGA, 2000; FORTUNA, 2013).

Seu aspecto estético está intrinsecamente relacionado com sua materialidade, e, para Kishimoto (1994), a função material do jogo é estimular a imaginação (imersão) dos sujeitos e também propiciar



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE AMERICANA
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



condições de ser jogado. São considerados objetos lúdicos (e estéticos) que servem como alegorias para elementos reais presentes na cultura, cuja beleza e prazer estão associados com sua utilidade e qualidade.

A materialidade (imagens, textos, estética etc.) possibilita a interação e a geração de sensações e experiências, que se transformam em pensamentos e em memória. São as lembranças que alimentam a imaginação, por meio da associação entre o que o objeto lúdico sugere e aquilo que é familiar (MACHADO, 2016). Para a imaginação fluir, é imperativo haver um arcabouço de conhecimentos e experiências que permita assimilar os signos presentes na estética (VYGOTSKY, 1994). Não havendo tal arcabouço, a experiência lúdica será comprometida, afetando de forma negativa a capacidade de imergir, envolver-se, fantasiar e também sentir prazer, algo que afeta negativamente a integração social do sujeito e sua disposição para se engajar e progredir (STENROS, 2015).

Se a compreensão de arte for a de que ela deve promover reflexão, desenvolver um sentimento de identidade e ser deliberadamente um registro histórico de uma sociedade, muitos jogos não serão arte. Ainda assim, eles refletem artisticamente valores, crenças e percepções de seu criador (e seu contexto). Para que um jogo seja considerado arte, ele deve flertar com a contracultura, o ativismo ou algo que seja impopular, por conta do estranhamento que tende a gerar e da promoção da crítica (BITTENCOURT, 2017).

A estética envolve a percepção de um objeto ou fenômeno e quais sensações ela instiga. Compreende o belo (conjunto das propriedades estéticas), o sensível (sensação, imaginação e gostos) e a arte (criação, imitação, inspiração e valor artístico) (TALON-HUGON, 2008). É por ela que o sentimento moral se configura, tal como o refinamento da percepção do sujeito sobre ele e sua sociedade (SANTOS FILHO, 2009). No capitalismo, o conceito de esteticismo representa o esvaziamento da arte em função de seu utilitarismo mercadológico (PAREYSON, 1997).

A indústria dos jogos tem crescido ao longo do tempo, movimentando quantias bilionárias de receita nos últimos anos. Só no Brasil a estimativa é que há cerca de 110 milhões de jogadores, sendo a maioria mulheres. E, embora ocupem espaços como jogadoras, desenvolvedoras de conteúdo e produtoras de jogos, o público-alvo masculino ainda é considerado o maior consumidor; logo, os jogos buscam satisfazer mais esse grupo (BRISTOT; POZZEBON; FREIGO, 2017).

O tratamento diferenciado em função do gênero tem uma herança histórica, que se reflete também no fomento de estereótipos, como as “coisas de menino” e as “coisas de menina”. A construção desses padrões atende aos interesses dominantes e acaba afetando como a própria mulher se vê, como se vê representada e também como as jogadoras são vistas pela comunidade (geralmente são menosprezadas e assediadas pelos homens, dentro e fora dos jogos) (BRISTOT; POZZEBON; FREIGO, 2017).

Isso reforça o conceito estético do jogo como uma forma de linguagem e do processo de socialização que, embora seja mercadologicamente focado em alguns grupos, tem um impacto social bem amplo, prejudicando o desenvolvimento de muitos sujeitos, pois o jogo (e a comunidade ao redor dele) acaba fomentando certos signos e estereótipos, afetando negativamente, nesse caso, as mulheres (FORTUNA, 2013; BITTENCOURT, 2017).

Embora o empoderamento e o protagonismo feminino sejam lutas que, entre outras coisas, visem à quebra de paradigmas negativos relacionados com a imagem e o comportamento das mulheres, as figuras femininas nos jogos geralmente não promovem a representatividade: quando existem, costumam focar no prazer masculino. A maioria das personagens femininas é descartável, superficial e com personalidade unidimensional nos jogos, geralmente aparecendo como donzelas frágeis, dóceis e/

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

ou hipersexualizadas (curvas surreais, pouca ou nenhuma roupa, comportamento totalmente incoerente com o contexto). O problema se acentua em função do jogo ser uma mídia que proporciona muita interação e grande poder de influência, uma vez que o jogador possui substancial controle sobre o que acontece (BRISTOT; POZZEBON; FREIGO, 2017).

Conclusão

Conclui-se que a indústria cultural dos jogos pode prejudicar o desenvolvimento dos sujeitos, também por meio de sua estética, em função de quais valores, crenças e percepções eles carregam de seus criadores e de sua comunidade. Isso, muitas vezes, representa uma depreciação da figura feminina e a alimentação de estereótipos que contribuem para a hostilização delas por parte dos homens. Embora o conceito da representatividade feminina nos jogos tenha sido escolhido, nada impede que se amplie a discussão para outros grupos sociais, visando à maior conscientização sobre o problema.

Referências

BITTENCOURT, João R. Criação de jogos arte: da teoria à prática. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE JOGOS E ENTRETENIMENTO DIGITAL, 16., 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba: SBC, 2017.

BRISTOT, Paula; POZZEBON, Eliane; FRIGO, Luciana. A representatividade das mulheres nos games. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE JOGOS E ENTRETENIMENTO DIGITAL, 16., 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba: SBC, 2017.

CAILLOIS, Roger. **Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem**. Lisboa: Cotovia, 2001.

FORTUNA, Tânia R. Brincar é aprender. *In*: GIACOMONI, Marcello; PEREIRA, Nilton. **Jogos e ensino de história**. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p. 64-99.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2000.

KISHIMOTO, Tizuko. O jogo e a educação infantil. **Perspectiva**, Florianópolis, n. 22, p. 105-128, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/10745/10260>. Acesso em: 9 jul. 2019.

KOSTER, Raph. **A theory of fun for game design**. Scottsdale: Paraglyph Press, 2004.

MACHADO, Maria. **Estudo sobre a imaginação e a imagem mental**. 2016. 121f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade do Porto, Porto, 2016.

PAREYSON, Luigi. **Os problemas da estética**. Tradução de Maria Helena Nery Garcez. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019



**UNIDADE
AMERICANA**

Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

SANTOS FILHO, Alexandre S. dos. **A dimensão estética do brinqueado**: contributos críticos à educação estética da criança. 2009, 107f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

STENROS, Jaakko. **Playfulness, play, and games**: a constructionist ludology approach. 2015. 373f. Tese (Doutorado em Estudos da Informação e Mídia Interativa) – University of Tampere, Tampere, 2015.

TALON-HUGON, Carole. **A estética, história e teorias**. Tradução de António Maia da Rocha. Lisboa: Texto & Grafia, 2008.

VYGOTSKY, Lev. Imagination and creativity of the adolescent. *In*: VAN DER VEER, Rene; VALSINER, Jaan (Eds.). **The Vygotsky reader**. Oxford: Blackwell Publishers, 1994. p. 266-288.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Haicai: gênero poético como prática interdisciplinar pedagógica

Maria Isabel Baptista Barbosa de Oliveira

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: belgift@globo.com

Palavras-chave: Linguagem. Gênero poético. Simetria.

Introdução

O trabalho feito com as imagens das fotografias de Sebastião Salgado tem o objetivo de mostrar interações artísticas e culturais em práticas pedagógicas, usando gêneros, como no caso o haicai, forma de poesia japonesa surgida no século XVI, que significa brincadeira e harmonia – ainda hoje em uso –, composta de três versos, com cinco, sete e cinco sílabas, que habitualmente tem como tema a natureza ou as estações do ano. Haicai valoriza a concisão e a objetividade. Utilizando os formatos poéticos em diversos processos educacionais, possibilita-se sua inclusão no currículo de língua portuguesa, assim como licença para a ação interdisciplinar no estudo de matemática, no conteúdo de simetria, no fundamental I e II.

Para tornar essa prática exequível, foi ressaltada a importância da pesquisa teórico-metodológica, que fez com que o objetivo educacional fosse pleno. Tal introdução à prática, também chamada de repertorização de elementos, foi recepcionada com entusiasmo pelos educandos, culminando com o sucesso de interação e assimilação, além do conhecimento por parte dos alunos envolvidos e pela comunidade escolar.

Vale ressaltar que a pesquisa com novas práticas educativas é vital para a formação dessa nova geração do século XXI.

Cabe ao professor instigar o interesse dos alunos e motivá-los a buscar mais conhecimento, utilizando, desde os primeiros anos do ensino fundamental, metodologias de ensino que abordam educação, cultura e arte como temas transversais e que se respeitem os conhecimentos prévios de cada educando para uma formação de valor.

O poeta mais conhecido do haicai japonês foi Matsuo Bashō, ou simplesmente Bashō. Nascido em 1644, na província de Iga, era samurai e abandonou a função para se dedicar à poesia haicai. Sua morte ocorreu em 28 de novembro de 1694, em Osaka. O poeta que escreve haicais é denominado “haijin”. Muitas vezes, há uma pintura para acompanhar o haicai (chamada de haiga) e deve conter sempre uma kigo (palavras ou frases que têm uma associação com uma estação do ano). No Brasil, o escritor e poeta Paulo Leminski traduziu Bashō e divulgou o trabalho do mestre japonês.

Há uma forma específica que distingue a poesia haicai ocidental. São 17 sílabas poéticas em três versos (5-7-5), e sua forma mais comum é o verso livre.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

O velho tanque
 Uma rã mergulha
 Barulho de água

A delicada poesia haikai coloca em poucas palavras toda a força e a beleza das imagens além do alcance do olhar. O poeta busca inspiração para fazer haikai na natureza e utiliza palavras simples. Haikai captura o momento; não precisa explicar, não precisa concluir, é um instantâneo. Mestre Bashô, em sua peregrinação pelo Japão, ensinava a arte haikai como a síntese poética: “Na composição não vá compor demais”.

Apesar da polissemia do termo, a interdisciplinaridade pode ser traduzida na tentativa de o homem e a mulher conhecerem as interações entre mundo natural e sociedade, criação humana e natureza, e em formas e maneiras de captura da totalidade social, incluindo a relação indivíduo-sociedade e a relação entre indivíduos. Consiste, portanto, em processos de interação entre conhecimento racional e conhecimento sensível, e de integração entre saberes tão diferentes e, ao mesmo tempo, indissociáveis na produção de sentido da vida.

No cenário brasileiro, pode-se dizer que abordagens sobre interdisciplinaridade se intensificaram a partir da promulgação da atual LDB de 1996 e quando o Ministério da Educação (MEC) elaborou e publicou os PCNs em 1997 (voltados para o ensino fundamental e médio), para possibilitar um guia curricular por disciplinas, levando a um melhor aproveitamento dos métodos de aprendizagem para formar um cidadão mais crítico. Dispõe dos temas transversais, que vêm apresentar assuntos da sociedade brasileira, completando, assim, os conteúdos escolares.

Assim sendo, a forma escolhida para concretizar essa prática pedagógica utilizando a interdisciplinaridade surgiu como um princípio de integração entre atividades e conteúdos aparentemente distintos, porém, quando unidos, tornaram o ensinar mais assertivo para as crianças, sobretudo no ano inicial escolhido, o 4º ano do ensino fundamental I. Agregar o estudo da poesia haikai ao estudo das simetrias (reflexão, rotação e translação) aproximou as duas formas de estudo bem distintas, apesar do conceito semelhante.

A forma escolhida para concretizar essa prática pedagógica, utilizando a interdisciplinaridade com o gênero poético haikai, surgiu como um princípio de integração entre atividades e conteúdos aparentemente distintos, porém, quando foram unidos, tornaram o ensinar mais assertivo para as crianças, sobretudo no ano inicial escolhido, o 4º ano do ensino fundamental I. Agregar o estudo da poesia haikai ao estudo das simetrias (reflexão, rotação e translação) aproximou as duas formas de estudo bem distintas, apesar do conceito semelhante.

A poesia, ou texto lírico, é uma das sete artes tradicionais pela qual a linguagem humana é utilizada com fins estéticos ou críticos, ou seja, ela retrata algo em que tudo pode acontecer, dependendo da imaginação do autor e do leitor. Poesia, segundo o modo de falar comum, quer dizer duas coisas: a arte, que a ensina, e a obra feita com a arte; a arte é a poesia, a obra, o poema, o poeta, o artífice. A poesia aparece também identificada com a própria arte, o que tem razão de ser, já que qualquer arte é também uma forma de linguagem (ainda que não necessariamente verbal).

Para que serve a poesia? Transformar a razão em emoção. Colocar em uso o lado intuitivo e emocional do ser humano, sempre relegado a segundo plano. O poeta é capaz de colocar em palavras o que sente e, muitas vezes, não consegue expressar; daí o prazer ao ler um poema e reconhecer nele os anseios e as próprias emoções retratadas.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Para o aluno de ensino fundamental I, o haicai aliou o gênero poético à capacidade de síntese. Com apenas três versos, o aluno escolheu o objeto (substantivo/referência), avaliou o contexto (característica da referência - optativa) e escreveu um resumo daquilo que anotou visualmente. Dessa forma, sentiu-se capaz de explorar e, ao mesmo tempo, criar, além de visualizar o objeto escolhido, compor sua descoberta, escolher e optar pelas melhores palavras.

A sonoridade das palavras é tão importante quanto o seu significado, pois um bom arranjo das palavras pode levar o leitor a perceber a música, a sonoridade e a brincadeira de um haicai.

A poesia atuou sobre a sensibilidade dos alunos de maneiras diversas. Chamou a atenção para as surpresas que eles descobriram no texto poético. Assim, a poesia promoveu uma ampliação nos modos de leitura. Como o haicai é um gênero discursivo, ampliou o conhecimento relacionado aos gêneros textuais e ao ensino gramatical contextualizado às práticas de leitura e à produção textual.

Para facilitar o estímulo dos educandos, foram utilizadas imagens de fotografias. Nessa prática, foi tomada como base imagens de Sebastião Salgado, fotógrafo brasileiro, com sua obra firmada em preto e branco, em que os alunos tiveram a oportunidade de visualizar para buscar algum detalhe chamativo.

O trabalho com poesia, empregando atividades que oportunizaram momentos lúdicos, fez com que os alunos percebessem a natureza. Eles usaram a criatividade e expuseram sua criação para seus familiares e amigos de escola. Nesse momento, foi usado o espaço na Semana Cultural, evento habitual no espaço escolar. Ampliou o repertório deles, serviu para expressar emoções, sentimentos ou impressões, e favoreceu a reflexão sobre a escrita e a oralidade. Possibilitou também a liberdade de escrita, tanto na escolha das palavras quanto na forma gráfica da apresentação do texto e na abertura para atribuir novos significados às palavras, favorecendo a escrita autoral. Se traçar um paralelo entre as principais características tecnológicas deste século e o haicai do século XVI, é possível se surpreender com as semelhanças. A linguagem haicai responde ao apelo contemporâneo, breve e econômico de múltiplos sentidos.

Haicai é a representação do mundo real, seus versos não possuem rimas e sua forma é simples e rica em mensagens.

Referências

ANTUNES, Celso. **Um método para o ensino fundamental**: o projeto. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

GEBARA, Ana Elvira Luciano. **A poesia na escola**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

SILVA, Vera Maria Tietzmann. **Leituras literárias e outras leituras**. Belo Horizonte: RHJ Editora, 2009.

SORRENTI, Neusa. **A poesia vai à escola**: reflexões, comentários e dicas de atividades. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Memória-escrita. Memória-imagem. Educação-arte

Renata Sieiro Fernandes

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: renata.fernandes@unisal.br

Palavras-chave: Educação. Memória. Pesquisa de si.

Introdução

Fazer de uma disciplina oportunidade para experimentação da linguagem escrita e imagética, que proporcione campos de experiência de si, o que é chamado de pesquisa de si, menos do que uma ementa para constar em um documento de programa de curso de Pós-Graduação em Educação, é mais um mergulho em si, nos outros, no mundo a partir da noção de memória e da arte da memória. Talvez uma jornada que interconecta um eu a muitos outros. Uma tentativa motivada por um desejo de arriscar.

O objetivo deste artigo é apresentar e analisar, sob à luz de conceitos de memória e de escrita como construção de si, algumas produções textuais e imagéticas realizadas durante o percurso de formação, estas últimas tomando o conteúdo de cartas de tarô de Marselha como inspiração. Desta forma, trata-se de um estudo exploratório, de cunho qualitativo no campo da Educação, sendo descritivo e analítico quanto aos objetivos.

Desenvolvimento

Ao entender que se é passado por tudo que se vive e experimenta, a lembrança é o que atualiza esse tempo sob a forma de imagem neste presente que não é mais do que uma duração, pois sempre já-foi. Imagem-lembrança.

As imagens exteriores movimentam o corpo por afecção, e este, em ação, devolve os movimentos às imagens, sendo impossível definir o limite entre elas. O cone invertido, metáfora bergsoniana, serve para demonstrar quando o passado (uma base imensa) toca o presente (a ponta, o vértice) em um plano de imanência, em que a imagem encontra o mundo. É quando o espírito toca a matéria.

Assim, o passado se atualiza e pressiona o presente e cria o futuro, indeterminado, em instantâneos, em continuidade, em fluxos, em interpenetração.

Lembrar é entendido, então, como um novo modo, a cada vez, de colocar em relação; logo, de interpretar as imagens, os signos (que contêm símbolos, letras e números) que participam dos repertórios pessoais e coletivos. E, assim, o passado se atualiza.

Essa atualização acontece, por exemplo, quando se manuseiam as cartas do tarô e se atua sobre elas.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



A memória se expande e se contrai por um trabalho perceptivo e reflexivo, não sendo cronológica nem espacializada, mas temporal. Esse trabalho sobre objetos, imagens e símbolos de um passado se atualiza no presente e se refere a imprimir atenção e percepção para partes e para o todo, extraindo elementos, indícios que se conectam a outros e costuram possíveis sentidos e significados, criando interpretações que sustentam os modos de ser, existir e viver nos agrupamentos humanos e não humanos.

Escrever também participa desse ato que coloca em relação e interpretação os repertórios e um ato de criação sobre as coisas, o mundo e sobre si. Ao fazer isso, o sujeito se faz, se cria, se inventa, ou ensaia novas formas de subjetivação. Escrever é uma prática, entre outras, que age sobre a memória e que forja subjetividades.

Pode-se incluir também a produção de imagens, como em um trabalho com intenções artísticas, como forjadora de subjetividades, pois tanto a escrita quanto a colagem – no caso específico da proposta de oficinas de que trata este artigo – são linguagens; logo, discursos verbais e não verbais.

Trata-se de um estudo exploratório, de abordagem qualitativa, no campo da Educação – as abordagens metodológicas utilizadas obedeceram aos procedimentos éticos estabelecidos para a pesquisa científica em Ciências Humanas.

A partir de um percurso de formação teórico e prático, desenvolvido em uma disciplina de Pós-Graduação em Educação em um centro universitário localizado no interior do Estado de São Paulo, com 11 alunos/as, por 4 meses, totalizando 15 aulas de 3 horas e 30 minutos cada, busca-se apresentar e analisar a produção textual e imagética dos alunos participantes sob à luz de conceitos de memória e de escrita como construção de si, tomando o baralho de tarô de Marselha como inspiração.

O percurso consistiu de uma parte inicial teórica e literária, desenvolvida nos três primeiros meses, e de uma parte prática, desenvolvida no mês seguinte, constituindo-se em oficinas de colagem. A produção textual, prática pós-colagem, ocorreu como trabalho doméstico.

Motivados por esse desafio, foram construídas, inicialmente, 10 cartas inspiradas nos seguintes arcanos sorteados: O Louco; O Mágico; A Roda da Fortuna; O Enforcado; A Morte; A Temperança; O Diabo; A Torre; A Estrela; O Mundo, embora alguns alunos tenham produzido todo o conjunto.

Na sequência, serão vistos trechos dos textos escritos, das narrativas, feitos pela autora deste artigo, a partir do original, de modo a dar visibilidade para os modos experimentados pelos/as alunos/as da escrita-pensamento e da escrita-fluxo.

Por fim, serão apresentados alguns aprendizados proporcionados pelas experiências no percurso da disciplina extraídos de autoavaliações.

As imagens-carta

Na composição da figura, aparecem as cartas com referência direta aos arcanos O Enforcado, A Morte, O Louco, O Mundo, O Mágico (chamado de O Mago), A Estrela. Uma é denominada Gêmeos, fazendo alusão à dualidade (presente na carta A Lua).

Mostram um exercício de criação, envolvendo imaginação, criatividade, composição de narrativa não verbal, trabalho artístico (com colagem manual ou digital e, excepcionalmente, desenhos) e apreço estético.

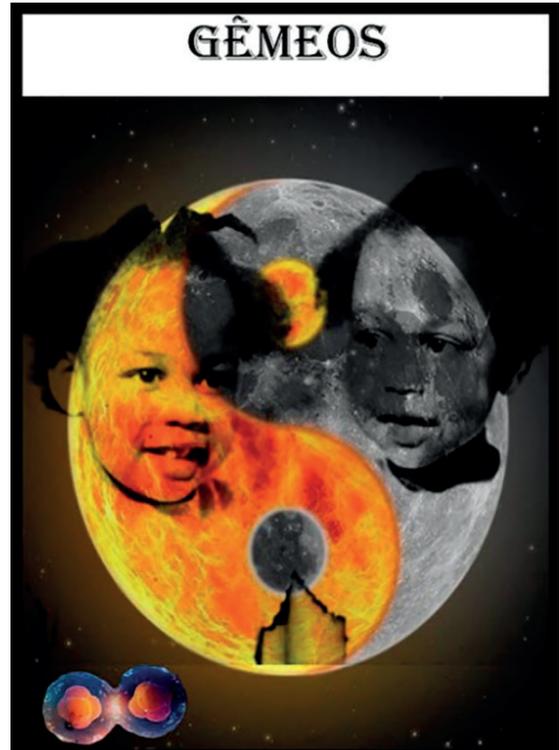
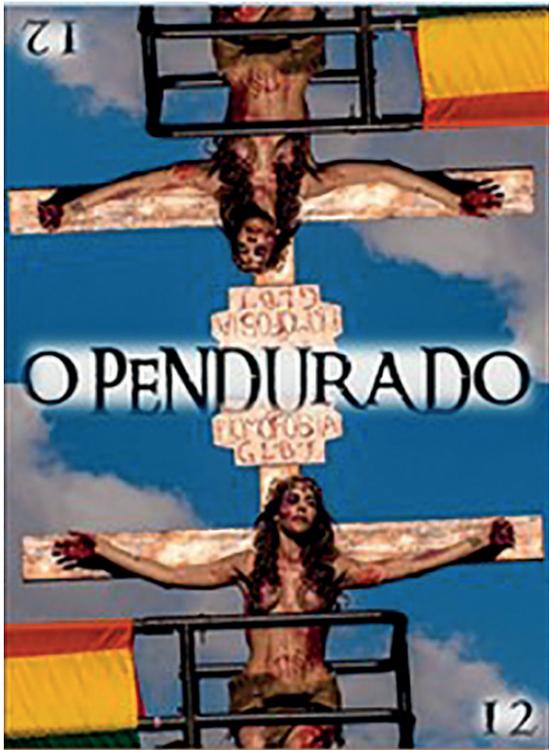


IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



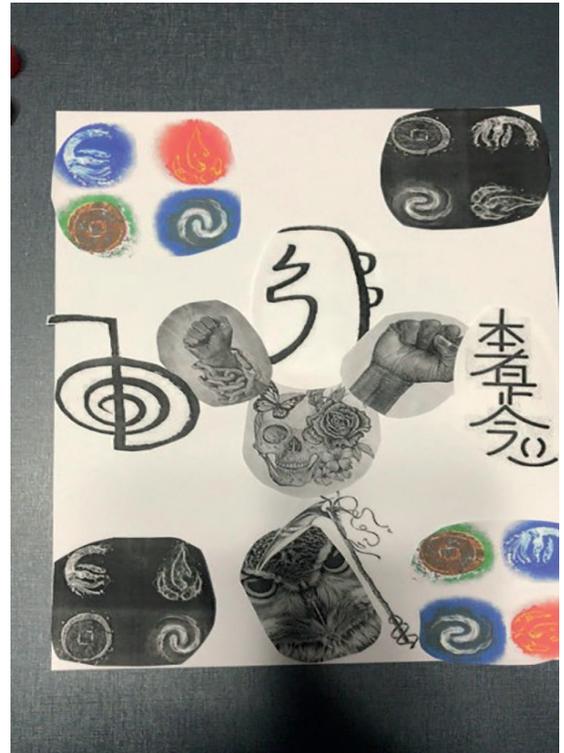


IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário





IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Os textos-narrativas

Nos exercícios de escrita, há evocações e ressignificações pelo trabalho da memória sobre algo localizado no tempo passado e que se atualiza no presente, no momento da lembrança, da escrita, da leitura em voz alta, da escuta. Mesmo que cada história lembrada e reescrita seja particular, é possível lançar projeções emotivas e empáticas, pois, se em cada parte se reflete o todo, os efeitos das palavras, das sensações, das imagens construídas remetem a algo universal.

E mais do que guiar o processo reflexivo por meio de tentativas racionais ou controladoras, deve-se permitir ser guiado pela intuição e pelo inconsciente que se manifesta imagetivamente, em palavras, sinais e símbolos que constituem os discursos verbais e não verbais.

Conclusões

Proporcionar o trabalho com a memória e com a escrita sob os moldes apresentados neste artigo implica provocar, direta e praticamente, a experimentação e a correlação entre a teoria e a ação, visando articular percepção, atenção e reflexão.

Por fim, acredita-se que fazer conversar o campo da Educação com a arte, bem como trazer as narrativas e memória sob novas abordagens de entendimento, dá sua contribuição na formação de alunos/as, assumindo a responsabilidade de abrir horizontes e tencionar modos habituais de interpretação do mundo e de enfrentamento de problemáticas históricas, sociais, culturais, artísticas, educativas e políticas na atualidade.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário**Referências**

ANDRADE, Bruno Oliveira de. Imagem e memória - Henri Bergson e Paul Ricoeur. **Revista Estudos Filosóficos**, São João del-Rei-MG, n. 9, p. 136-150, 2012. Disponível em: <http://seer.ufsj.edu.br/index.php/estudosfilosoficos/article/view/2208/1503>. Acesso em: 7 jan. 2019.

BARTLETT, Sarah. **A bíblia do tarô**: o guia definitivo das tiragens e do significado dos arcanos maiores e menores. São Paulo: Pensamento, 2011.

COELHO, Jonas G. Ser do tempo em Bergson. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu-SP, v. 8, n. 15, p. 233-246, mar./ago. 2004. Disponível em: <http://seer.ufsj.edu.br/index.php/estudosfilosoficos/article/view/2208/1503>. Acesso em: 7 jan. 2019.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361>. Acesso em: 7 jan. 2019.

LISPECTOR, Clarice. **Água Viva**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

_____. **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

MARQUES, Silene T. Memória e criação em Bergson. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 40, n. 2, p. 71-88, abr./jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/trans/v40n2/0101-3173-trans-40-02-0071.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2019.

NICHOLS, Sallie. **Jung e o tarô**: uma jornada arquetípica. São Paulo: Cultrix, 1995.

NOBRE, Renarde F. Nietzsche e a escrita artística do pensamento. **Trans/Form/Ação**, Marília-SP, v. 41, n. 3, p. 57-78, jul./set., 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/trans/v41n3/0101-3173-trans-41-03-0057.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2019,

NOVAES, Adauto. **Utópico**: o novo espírito. Rio de Janeiro: Artepensamento, 2015.

PAZ, Otávio. **A dupla chama do erotismo**. São Paulo: Siciliano, 2001.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 318-325, ago. 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101995000400010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8 jul. 2019.

SANTOS, Marcelo R. dos. **Tarô de Marselha**: o rosto divino. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2018.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



No chão da educação infantil: o desenvolvimento da cultura oral nos bebês

Rosemeire Alves Lima

Mestranda do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: rosemeirealveslima@yahoo.com.br

Palavras-chave: Cultura do ouvir. Contação de histórias. Bebês. Educação infantil. Educação Sociocomunitária.

Introdução

O tema de pesquisa se dá em razão de se perceber que ainda são incipientes os estudos e a pesquisa com bebês no berçário, na educação infantil, no que se trata da contação e da leitura de histórias. A problemática da pesquisa trata da cultura do ouvir e da construção da escuta pela oralidade na educação infantil com os bebês de 0 a 2 anos, uma vez que para essa faixa de idade é muito importante esse trabalho, para assim propiciar e desenvolver a linguagem mediante o gosto pela leitura por meio da cultura do ouvir. A investigação é de abordagem qualitativa, descritiva e analítica.

Desenvolvimento

Há, recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que vem trazendo mudanças e perspectivas acerca do desenvolvimento da criança como um todo e no que diz respeito à linguagem:

Desde o nascimento as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário de mais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação (BNCC, 2018, p. 42).

A contação e a leitura de histórias mediadas por livros são formas de conhecimento inerentes ao ser humano e abrem momentos de brincadeira, de faz de conta, de fabulação, de imaginação e de aprendizado. “Quem escuta uma história está em companhia do narrador mesmo quem a lê partilha dessa companhia” (BENJAMIN, 1987 p. 213).

Pela narrativa, as pessoas vão se formando, mergulhadas no universo da cultura. Contar histórias todos podem fazer a partir de suas vivências anteriores. Ler histórias em livros necessita de leitores letrados



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



e que saibam fazer boas escolhas de material a ser ofertado para os pequenos. As crianças, ao ouvirem a voz humana desde pequenas, já reagem e começam a interagir com o meio e com a cultura em que estão inseridas.

Conforme estudos:

[...] Pesquisas recentes das primeiras formas de comportamento das crianças e das suas primeiras reações das crianças à voz humana (efetuadas por Charlotte Buehler e o seu grupo) mostraram que a função social da fala já é aparente durante o primeiro ano, isto é, na fase pré-intelectual do desenvolvimento da fala. Nessa fase encontramos um rico desenvolvimento da função social da linguagem. O contato social relativamente complexo e rico da criança leva a um desenvolvimento sumamente precoce dos “meios de comunicação (VYGOTSKY, 2001, p. 130).

A linguagem, dessa forma, é evidente nas crianças com menos de 1 ano de idade, e, por isso, ouvir histórias é uma maneira de explorar o sentido da audição pelas ondas sonoras que percorrem a pele, pela sonoridade das frases e entonação vocal na interpretação do que se conta, pelo repertório cultural que se veicula na narração, pelo estabelecimento e contato social. Isso é rico e de suma importância para a vivência das crianças.

Parreiras (2012) relata que a produção de livros carece de uma necessidade de estudos sobre as publicações, a divulgação dessas obras para os bebês e o acesso a elas, e que nem todo livro é adequado para uma boa leitura no berçário. Por essa razão, faz-se necessário um bom planejamento para escolher o que se ler e como ler para os pequenos.

Nesse sentido, a problemática da pesquisa trata da cultura do ouvir e da construção da escuta pela oralidade na educação infantil com os bebês. As perguntas orientadoras são as seguintes:

- Os professores contam histórias pessoais e de vida para os bebês?
- O que eles leem para si mesmos?
- Como propiciam a contação de histórias para os bebês?
- Como selecionam as histórias a serem contadas ou lidas?
- Como articulam na rotina o tempo para isso?
- Onde organizam os livros de modo a poder utilizar com os bebês?
- Que livros ou histórias são propícios à faixa etária?
- Quais recursos e materiais são usados para a contação de histórias a eles?
- O que os bebês aprendem ao ouvir histórias?
- Como os bebês mostram que gostam de ouvir histórias?
- O que lhes chama a atenção no momento da mediação de leitura?
- Com quais histórias os bebês mais se identificam?

A partir da problemática, tem-se como objetivo geral apresentar e analisar aspectos da cultura do ouvir e da construção da escuta nos bebês na educação infantil pela leitura e contação de histórias. Já os objetivos específicos são: a) analisar as necessidades afetivas e cognitivas dos bebês descritas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC); b) compreender as contribuições da contação de



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



histórias e da mediação por livros para bebês; c) conhecer e compreender as reações dos bebês às leituras e contações de histórias; d) conhecer e analisar as práticas de leitura das professoras de bebês.

O referencial de ancoragem envolve Baitello, Benjamin, Vygotsky, Parreiras e outros. A pesquisa faz parte da linha denominada Conhecimento e Análise das Intervenções na Práxis Educativa Sociocomunitária (CAIPE), do mestrado em Educação, e se aproxima da Educação Sociocomunitária, na medida em que toda prática e processo educativo assumem uma dimensão social, que se relaciona à cultura da qual se toma parte e a qual se acessa e se reinventa pela linguagem, e uma dimensão comunitária, visto que ela acontece nos ambientes e locais em que os sujeitos se encontram. Assim, as práticas e os processos educativos contribuem para a manutenção ou a transformação de aspectos culturais, reinventando modos de ser, viver, existir e se relacionar.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo participante, descritiva e analítica em relação aos seus objetivos.

A primeira parte da pesquisa em andamento é a fundamentação teórica por meio de estudo bibliográfico-documental. A segunda é de campo teórico e conta com observações participantes em espaços de educação infantil (creche/escola de período integral) em momentos de leituras e contação de histórias para bebês, dirigidas pelas professoras.

Nesse momento, a técnica presente é com uso de máquina fotográfica para registro dos materiais e recursos que as professoras utilizam para os momentos de leitura e contação de histórias sem focar nos bebês em respeito à não veiculação de imagens dos pequenos.

Na sequência, as demais técnicas são: questionário para uma amostra com um grupo de mais ou menos de 20 professoras da educação infantil integral e entrevista com duas professoras para uma amostragem menor com gravação em áudio e transcrição. Em todos os momentos haverá uso de diário de campo para anotações pessoais.

As categorias de análise são a princípio: a) presença da linguagem oral; b) estímulo ao sentido da escuta; c) mediação por livros; d) histórias de vida; e) relação afetiva positiva entre professoras e bebês por meio da leitura e contação de histórias. Ao final da pesquisa, haverá apresentação de resultados aos participantes por meio de relato oral.

Conclusão

Até o momento estão sendo feitas observações, e o questionário já foi entregue, devolvido e tabulado. As análises estão em fase de desenvolvimento, e para essa comunicação foi escolhido apresentar os dados referentes a uma das questões do questionário: o que os bebês aprendem ao ouvir histórias?

A partir das respostas, é possível perceber que as professoras elencam um rol de aprendizados provenientes da contação e da leitura de histórias para os bebês, como: relacionamento entre figuras e palavras; aprendizagem de tudo o que for proposto e adequado à faixa etária; escuta, concentração, imaginação, fantasia, aprimoramento da linguagem etc.; sons diferentes, músicas; repertório de novas palavras para se comunicar; compreensão do mundo que os cerca e contribuição para o desenvolvimento



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



da linguagem; estímulo ao desenvolvimento das habilidades, trabalhando com o conteúdo que o professor planejou, como animais, cores, frutas etc.; atenção, concentração, desenvolvimento das percepções e aprendizagem do assunto de que trata o livro (valores, curiosidades, cuidados com o corpo etc.)

Ao pensar a cultura em relação com a educação, no caso a educação infantil, percebe-se que práticas e processos educativos ajudam na imersão dos bebês nos aspectos culturais dos grupos de que participam, assim como tratar da cultura do ouvir implica pensar em uma pedagogia da escuta e da oralidade.

Compreende-se que as práticas das professoras na sala de aula com os bebês na leitura e na contação de histórias acontecem de um jeito prazeroso, de forma simples e com materiais do dia a dia.

Referências

BAITELLO JUNIOR, Norval. A cultura do ouvir. *In*: ZAREMBA, Lílian; BENTES, Ivana (Orgs.). **Rádio Nova**. Constelações da Radiofonia Contemporânea 3. Rio de Janeiro: UFRJ, ECO, Publique, 1999.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas, magia, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base/>. Acesso em: 1 mar. 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Método de pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

PARREIRAS, Nífa. **Do ventre ao colo, do som à literatura**. Livros para bebês e crianças. Belo Horizonte: Editora RHJ, 2012.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

A música e a musicoterapia no desenvolvimento do portador do transtorno do espectro autista (TEA)

Wana Carcagnolo Narval Cillo

Mestranda do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: wanabackvocal@hotmail.com

Miris C. Parzzi Folster

Faculdade Dom Bosco Piracicaba

E-mail: miriscris@yahoo.com.br

Palavras-chave: Música. Musicoterapia. TEA.

Existem teóricos que defendem e afirmam que a música é uma ferramenta imprescindível e ao mesmo tempo auxiliadora e de grande valia nos processos de desdobramento da linguagem verbal e não verbal das crianças com transtorno do espectro autista (TEA).

Diante dessa problemática, buscou-se encontrar pistas e caminhos que possibilitem o acesso e a socialização desse indivíduo que é singular e necessita de diferentes recursos para construir seu conhecimento. Segundo a teoria das inteligências múltiplas de Howard Gardner (1995), coloca-se em discussão o fato de que cada sujeito possui uma maneira diferente de aprender, a qual pode ser canalizada por meio das diferentes “inteligências humanas” que ele propõe.

Gardner (1995, p. 22) identifica, a princípio, sete “inteligências humanas”, que são: inteligência linguística; inteligência lógico-matemática; inteligência visual-espacial; inteligência corporal-cinestésica; inteligência musical; inteligência interpessoal; e inteligência intrapessoal. Posteriormente, foram adicionadas outras duas: naturalista e existencialista (GARDNER, 1999).

No entanto, para o presente artigo, ater-se-á à inteligência musical, já que o ponto de interesse trata a questão da música e da musicoterapia para crianças com TEA.

A inteligência musical pode ser estimulada a ponto de ser um elo que favorece e estabelece vínculos de amizade e cooperação, que é uma das dificuldades comuns encontradas nos autistas, e pode-se considerar que o desenvolvimento musical não acontece de forma isolada.

As reações suscitadas pela música, tanto no fazer musical, em que são descobertos a ludicidade e o prazer de tocar instrumentos melódicos e rítmicos, quanto nas reações despertadas nos indivíduos quando ouvem melodias que muitas vezes não estão habituadas, dão a certeza de que há a necessidade de mediação nesse processo. Essa interação não seria possível sem o papel do mediador para conquistar a confiança da criança autista e criar laços estreitos para que o desenvolvimento aconteça. Em lembrança a Vygotsky (1989 *apud* ORRÚ, 2016, p. 54), ressalta-se “que é por meio das relações sociais com o outro que as transformações no desenvolvimento são promovidas”.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

A educação musical em sua caracterização é parte essencial na formação humana e um excelente instrumento para a transformação e disseminação de saberes culturais. O fazer é o que importa, nesse sentido pode-se afirmar que pensar com sons e explorar a paisagem sonora são fatores essenciais.

Sendo assim, o fazer musical proporciona a tão desejada psicomotricidade que pode ser utilizada pedagogicamente, e, mesmo que a musicoterapia e a educação musical acabem por proporcionar os mesmos benefícios, elas se distinguem em sua aplicação.

Projeto “Uma Sinfonia Diferente”

A musicoterapeuta Ana Carolina Steinkopf, do Instituto Steinkopf, de Brasília, é idealizadora do projeto “Uma Sinfonia Diferente”, que possui uma iniciativa bem interessante, recebendo até mesmo o Prêmio de Tecnologia Social em 2017, da Fundação Banco do Brasil, na área de saúde e bem-estar, por estar alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU (Organização das Nações Unidas), e foi amplamente divulgado na mídia¹.

Entrou-se em contato com a musicoterapeuta Ana Carolina Steinkopf, que concordou prontamente em responder a algumas questões sobre sua prática com indivíduos portadores de TEA.

Foram elaboradas, então, quatro questões sobre o “projeto premiado” e enviadas por e-mail para a musicoterapeuta, que respondeu utilizando esse mesmo canal de comunicação. A seguir, o leitor encontrará as perguntas e as respostas:

1- Como funciona o projeto Uma Sinfonia Diferente? As famílias vão até o Instituto ou você as encontra em algum local?

R: O projeto Uma Sinfonia Diferente é realizado na sede do Instituto Steinkopf em Brasília-DF e consiste em quatro etapas: 1- inscrição e seleção de pessoas com autismo e voluntários; 2- ensaios em pequenos grupos de pessoas com autismo; 3- apresentação pública; e 4 - retorno aos ensaios em pequenos grupos para devolutivas sobre a evolução da pessoa com autismo durante o processo. O objetivo é promover um espaço de protagonismo para pessoas com autismo. Todo o processo tem duração de 12 meses. Hoje, atendemos 82 pessoas com autismo e seus irmãos, e os pais também participam do processo.

2- A metodologia multidisciplinar a que se refere está embasada em quais critérios? É aplicável a autistas diagnosticados em todos os níveis?

R: A metodologia foi pensada para utilizar vários olhares e saberes para o desenvolvimento da pessoa com autismo, e os principais critérios são a complexidade do indivíduo e a subjetividade. Sabemos que uma só disciplina não dá conta da complexidade do ser e, por isso, temos uma equipe interdisciplinar que consegue de forma respeitosa trabalhar com o foco no desenvolvimento da pessoa com autismo. A cultura que deve ser seguida por qualquer pessoa do Instituto Steinkopf ao trabalhar em uma equipe dis-

1 Veja a reportagem sobre o projeto “Uma Sinfonia Diferente” de Ana Carolina Steinkopf exibida na Rede Globo em 30 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7264564/>.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



ciplinar segue os seguintes parâmetros: respeito; subjetividade; acreditar na pessoa com autismo; comunicação clara; todos nós sabemos algo que pode ajudar o desenvolvimento do indivíduo com autismo; os olhares se complementam; as pessoas com autismo são pessoas antes de ter o diagnóstico de autismo. A metodologia é aplicável a todas as pessoas com autismo que se sintam à vontade para estar e participar do programa. Nós acreditamos que o programa não é para todos os autistas, muitos têm outros interesses, e está tudo bem. Mas, dentro do programa, temos realmente o espectro se manifestando de várias formas, e isso não impede o bom desenvolvimento do grupo.

3- Como você trabalha a hipersensibilidade auditiva e a dificuldade de comunicação e interação com a musicoterapia?

R: Existem mil maneiras de se trabalhar cada uma delas, e a primeira coisa que penso é a subjetividade do grupo e da pessoa com hipersensibilidade. Não trabalhamos dentro do programa de forma individual e, por isso, precisamos pensar no sujeito dentro do grupo. Para a hipersensibilidade auditiva, eu utilizo a dessensibilização sistemática e, com isso, começo a introduzir no grupo regras de convivência social, pois, no mesmo grupo, temos uma pessoa com hiper e outra com hiposensibilidade auditiva. Antes de trabalhar e criar meios para acontecer a dessensibilização, eu sempre estudo e reviso cada um dos parâmetros de alteração sensorial das pessoas com autismo, e ter uma T.O. na nossa equipe nos ajuda muito a entender como isso funciona e como podemos trabalhar essa questão. Quando nos referimos ao programa Uma Sinfonia Diferente, é um pouco difícil falar da prática da musicoterapia isoladamente, pois trabalhamos com várias disciplinas. O objetivo do programa é o desenvolvimento da comunicação e da interação social, são objetivos gerais que precisam de objetivos específicos para chegar a cada um deles. Também para entender a dificuldade de comunicação, eu preciso entender que comunicação eu quero dessa criança, ela consegue se comunicar verbalmente? Ela tem recursos para iniciar uma comunicação com o seu par? Precisamos dar um input para iniciar a comunicação? Esse grupo precisa de suporte visual? O trabalho da Sinfonia foi se refinando ao longo dos anos, e hoje eu posso dizer que o embasamento que norteia a nossa prática é a análise do comportamento, a utilização do embasamento teórico para desenvolver as atividades. Só quero ressaltar que comunicação não é apenas resposta verbal e oral. Então criamos situações dentro das nossas atividades para que naturalmente a interação ocorra. Temos músicas que estimulam a interação e a comunicação e também usamos direcionamentos verbais para estimular a comunicação e a socialização. Mas, antes de qualquer intervenção, é necessário saber o que a pessoa precisa, quais são os meus objetivos, quais são as demandas do grupo e quais caminhos são mais eficientes.

4- De que maneira você acredita que a musicoterapia pode fazer a diferença na qualidade de vida e no desenvolvimento do portador de TEA?

R: A musicoterapia é um campo muito rico para o desenvolvimento de qualquer pessoa. As pessoas com autismo se beneficiam de uma maneira extraordinária, os principais aspectos que eu consegui perceber na prática foram: aumento do nível de atenção; regulação sensorial (principalmente dos que têm alteração no sistema vestibular que conseqüentemente afeta a linguagem); melhora na socialização; melhora na estrutura de comunicação; aumento das respostas espontâneas; diminuição da ecolalia e estereotipia;

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

organização; melhora o enfrentamento à frustração; melhora o nível de interação entre os pares; melhora o nível de interação entre familiares; aumento do nível de percepção espacial; melhora a autopercepção. Poderia listar muitos mais, mas esses são os mais evidentes quando é trabalho de forma sistemática e com embasamento teórico dentro da musicoterapia aliado ao embasamento da análise do comportamento.

Deste modo, conclui-se que a música, pelo seu aspecto lúdico, educativo e de entretenimento, já é muito conhecida e usual, porém teóricos do mundo todo têm pesquisado sobre sua aplicação terapêutica. A musicoterapia pode agregar valor à existência desse indivíduo, dando-lhe melhor qualidade de vida, mais serenidade, mais atenção para realizar suas tarefas diárias e conviver melhor em sociedade, ajudando-o a se expressar melhor e a ser mais bem compreendido pelos demais.

Referências

GARDNER, Howard. **Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas**. 1. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

_____. **Inteligências múltiplas: a teoria na prática**. Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

_____. **Inteligência: um conceito reformulado**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

GLOBO. **Histórias de realização de pessoas que doam seu tempo para ajudar o próximo**. 30 dez. 2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7264564/>. Acesso em: 30 jul. 2019.

LOURO, Viviane dos Santos. **Educação musical e deficiência: propostas pedagógicas**. São José dos Campos: Edição Do Autor, 2006.

ORRÚ, Silvia Ester. **Aprendizes com autismo: aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes**. Petrópolis: Vozes, 2016.

STEINKOPF, Ana Carolina. **Projeto Uma Sinfonia Diferente [mensagem pessoal]**. Mensagem recebida em 5 ago. 2019.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Psicologia da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Eixo 5 - Educação, História e Oralidades

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Memória, espaço escolar e narrativas de estudantes da EJA

Fabio Rodrigues Lemes

Mestrando do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)
E-mail: fabiorlkafka@gmail.com.br

Profa. Dra. Renata C. O. Barrichelo Cunha

Docente do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)
E-mail: renata_bcunha@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa que tem como objetivo analisar o processo de construção da memória coletiva da Escola Municipal de Educação Básica (EMEB) Cora Coralina por um grupo de estudantes da Educação de Jovens de Adultos (EJA). A pesquisa implica o resgate de memórias do espaço escolar no intuito de ampliar as relações dos estudantes com o saber histórico e com a própria escola. Em decorrência da falta de conhecimento histórico das instituições, a comunidade, muitas vezes, não compreende o valor que o nome de um espaço escolar possui, sua trajetória, os processos de mobilização para interesses coletivos que foram fundamentais para a constituição daquele espaço que hoje a comunidade usufrui ou usufruirá. A investigação está apoiada em revisão bibliográfica e análise de narrativas escritas pelos estudantes da escola. Caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, uma vez que se propõe a conhecer e interpretar informações presentes no ambiente em que se constituem relações sociais, além de estar interessada na maneira como os sujeitos ressignificam o espaço onde convivem. Foram convidados para participar da pesquisa 12 estudantes que compõem o 8º ano B da EJA. Os encontros com os estudantes, em andamento, envolvem rodas de conversas e pesquisas bibliográficas sobre a história da escola, seguidos de narrativas sistematizando as informações, visando à organização de narrativas escritas e visuais para criação de um memorial com a história da escola. Nessa etapa do trabalho, a revisão bibliográfica sobre memória e narrativas já permite a socialização de alguns resultados. A revisão bibliográfica sustenta que a prática dialógica e o incentivo à elaboração de narrativas no espaço escolar oferecem possibilidades para promover a autonomia dos estudantes, formando-os como sujeitos críticos no tocante a seus comprometerimentos com a realidade em que se encontram inseridos, em particular com a escola que frequentam. Para Alves (1997), ao resgatar a historicidade do espaço escolar, resgatam-se também as práticas sociais próprias da comunidade como produtora de cultura, o que possibilita o enriquecimento cultural. Nas intrincadas relações entre memória e produção do saber histórico, Nora (1993) aponta a importância da memória para o saber histórico. Bosi (1994) ressalta a relevância de o projeto de pesquisa dar voz aos sujeitos históricos, em que os estudantes são ao mesmo tempo sujeitos e objetos de pesquisa: sujeitos enquanto indagam e procuram saber acerca das histórias do espaço escolar; objetos enquanto registram e resgatam suas vivências como instrumentos de captação e transmissão de suas lembranças, transformando-as em narrativas.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Palavras-chave: Narrativas. Memória. EJA.

Referências

ALVES, Luis Roberto. Comunidade e escola, memória e produção cultural. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 10, p. 24-32. 1997.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras escolhidas, v. 1).

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Memórias das brincadeiras da infância e diálogos dos saberes na prática docente

Janaina Baladaez Cava Sanches

Mestranda do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: janainabaladez@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem como tema as memórias das brincadeiras da infância de professores da Rede Municipal de Diadema. Seu objetivo foi ressignificar as memórias das experiências vividas na infância para verificar se existe um diálogo de saberes com a prática docente. Trata-se de um relato de experiência de uma formação docente e uma atividade realizada no horário de trabalho pedagógico coletivo da EMEB Evandro C. Esquível, buscando delinear uma ligação entre o passado e o presente por meio do uso de memórias narradas por professores da educação infantil. Para Benjamin (1984), narrar as histórias vividas traz muitas lições que se tornam um patrimônio cultural, e essa ligação da memória entre passado e presente é uma relação complexa, pois, ao mesmo tempo que é oculta, tem potencial de interpretar determinados fatos, quando esclarecida por desafios presentes, como o dia a dia em sala de aula. No desenvolvimento da experiência, foi proporcionada uma formação docente, elaborada e ministrada pela equipe de coordenadores pedagógicos, com o tema “O papel do professor no brincar”. Foi feita uma dinâmica inicial para sensibilização dos professores, em que puderam rememorar as brincadeiras que realizaram na infância, trazendo à tona os sentimentos e as aprendizagens que estas proporcionaram em sua vida. No HTPC, foi realizada uma atividade com o intuito de incentivar narrativas dos professores sobre as memórias das brincadeiras vividas na infância, criando um acervo de memórias e estimulando a reflexão sobre os saberes das experiências vividas com a prática docente. Para Von Simson e Giglio (2001, p. 159), faz-se importante “utilizar-se do presente para reconstruir vivências e experiências pretéritas, o que nos propicia pensar nossas futuras ações com base muito mais sólidas e realistas”. Finalizou-se com a proposta de um diálogo reflexivo entre as memórias narradas e a prática docente, o que resultou no planejamento das ações pedagógicas para o segundo semestre. A realização dessas atividades permitiu concluir que as experiências vividas na infância refletem a ação docente e tornam os professores mais sensíveis aos aprendizados dos alunos. Larrosa (2014) define que a realidade narrada pode ferir e obrigar a buscar outra realidade e que o valor das experiências pode ser comunicado de forma qualitativa. Isso foi possível observar nas narrativas da pesquisa, pois cada professor expôs suas vivências acrescentadas de sentimentos e aprendizados que, atualmente, buscam proporcionar aos alunos em sua prática. Cada história é única, e a experiência apresenta um significado na vida profissional dos professores. Foi possível concluir que esses saberes dialogam com os saberes dos alunos.

Palavras-chave: Memórias. Brincadeiras. Diálogo de saberes.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Referências

BENJAMIN, Walter. **Reflexões**: a criança, o brinquedo e a educação. São Paulo: Summus, 1984.

LARROSA, Jorge. **Tremores**: escrito sobre experiências. Tradução de Cristina Antunes e João Wanderley Geraldi. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2014.

SIMSOM, Olga Rodrigues de Moraes Von; GIGLIO, Zula Garcia. A arte de recriar o passado: história oral e velhice bem-sucedida. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Desenvolvimento e envelhecimento**: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. Campinas: Papirus, 2001. p. 141-161.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

A importância dos avós na construção da identidade dos indivíduos através da educação informal

Graziela Giberti

Mestranda do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)
E-mail: grazigiberti@hotmail.com

Profa. Dra. Lívia Morais Garcia Lima

Doutora em Educação e docente do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)
E-mail: livia.lima@unisal.br

Palavras-chave: Memória. Educação informal. Educação intergeracional. Identidade. Aprendizagem.

A presente pesquisa tem como objetivo identificar e analisar a presença da educação intergeracional e informal nas falas de um grupo de dez senhoras, pertencentes ao mesmo núcleo familiar, com idades variantes entre 45 e 67 anos. O estudo em curso também busca compreender como essas educações corroboraram a construção da identidade do grupo estudado. Os dados serão analisados e se dividirão em três categorias de análise: resgate de memórias, transmissão de valores, pertencimento social e identidade. Para que sejam contemplados os objetivos desta pesquisa, será utilizada a metodologia de caráter qualitativo do tipo participante, apoiada na entrevista semiestruturada. Com o trabalho ainda em andamento, as entrevistas serão realizadas em local de caráter privado: na residência dos participantes, com horários pré-agendados. Além das lembranças que serão dadas por meio da memória das participantes, também serão analisados registros fotográficos e históricos que compõem a narrativa da trajetória de vida dos membros da família.

Segundo John Dewey (1959), a educação é um processo de reconstrução e reorganização de experiências, pela qual se percebem mais agudamente os sentidos; com isso, habilita-se a melhor dirigir o curso das experiências futuras. Entendendo educação como um processo de trocas de experiências entre indivíduos, esta pesquisa busca traçar sistemas explicativos entre educação informal e intergeracional. Para Mannion (2012), a educação intergeracional acontece quando há o envolvimento entre pessoas de duas ou mais gerações na participação de uma prática comum que acontece em lugares comuns e que geralmente se dão fora do ambiente escolar. Essa prática também é entendida como educação informal.

De acordo com Gaspar (2002), para que a prática da educação informal aconteça, não há lugar, horários ou currículos. Os conhecimentos são partilhados em meio a uma interação sociocultural cuja única condição necessária e suficiente é a existência de quem saiba e quem queira ou precise saber. Entende-se, portanto, que o ensino e a aprendizagem não se dão apenas dentro das escolas, mas em todos os lugares onde alguém esteja disposto a ensinar e outro tenha interesse em aprender.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Para entender como a educação informal e intergeracional se dão, esta pesquisa buscou analisar um grupo de senhoras de uma mesma família e se apoiou na história de vida de cada uma delas, amparando-se na metodologia qualitativa, com a entrevista semiestruturada, que dá ao pesquisador a possibilidade de fazer os questionamentos de acordo com a trajetória das perguntas e respostas.

As ações de educação informal e intergeracional, bem como a pesquisa qualitativa, são fundamentais para compreender o processo de formação da identidade dos indivíduos, e, segundo Castells (1999), a identidade é dada pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e pelas revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados por indivíduos, grupos sociais e sociedades, que organizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social.

Amparada pelos referenciais teóricos, esta pesquisa buscou entender a história familiar dos sujeitos e, para isso, procurou informações sobre a imigração dos pioneiros da família, nos registros históricos nacionais, no acervo digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo, e encontrou dados que os membros do grupos desconheciam e/ou tinham informações erradas, como a data de saída e chegada do navio, registros digitalizados dos livros de saída do porto espanhol e o registro de chegada no porto brasileiro. A pesquisa encontrou também o nome do vapor que trouxe os imigrantes para o Brasil.

O grupo, que é objeto deste estudo, encontra-se uma vez por mês com o objetivo de manter o contato familiar e deixar o registro escrito e fotográfico dos encontros. Para isso, foram criados dois cadernos: o primeiro é sobre o registro escrito de quem participou da reunião e o que foi realizado nela; o segundo caderno é sobre o apontamento fotográfico das reuniões.

Dessa forma, a pesquisa em questão busca compreender sistemas explicativos entre educação formal e educação informal e como elas atuam de forma significativa na formação da identidade dos indivíduos.

Referências

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. vol. 2. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DEWEY, John. **Democracia e educação: introdução à filosofia da educação**. 3. ed. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1959.

GASPAR, Alberto. A educação formal e a educação informal em ciências. *In*: MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro; BRITO, Fatima (Orgs.). **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência/Centro Cultural de Ciência e Tecnologia/UFRJ, 2002. p. 171-184.

MANNION, Greg. Intergenerational Education: The significance of reciprocity and Place. **Journal of Intergenerational Relationships**, v. 10, n. 4, p. 386-399, 2012.

TRILLA, Jaume. **La educación fuera de la escuela**. Ámbitos no formales y educación social. Barcelona: Ariel Educación, 2011.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Mulheres e cegueira: sexualidade e educação sexual

Lais Baptista Marim

Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

E-mail: laisbmarin@gmail.com

Palavras-chave: Gênero. Cegueira. Sexualidade. Educação sexual.**Introdução**

A educação é fundamental para o desenvolvimento da autonomia e da cidadania humana e ainda para a quebra de estigmas sociais. Contudo, algumas questões ainda carregam grande resistência de abordagem, e uma delas é a sexualidade. Foucault (1998) justifica esse caráter histórico, uma vez que o tema foi caracterizado no passado por órgãos de poder como passivo de recriminação. Conquanto, tal preconceito permanece até os dias atuais, visto os obstáculos de se discutir temas sobre a sexualidade nas escolas e em espaços sociais.

A questão torna-se ainda mais crítica quando se alia esse tabu à deficiência. Como resultado, tem-se a perpetuação de estigmas recaídos sobre esse grupo, bem como a ausência de informações quanto a infecções sexualmente transmissíveis, abusos, estupros e gravidezes, sendo as mulheres as mais afetadas.

Visando auxiliar nos campos de pesquisa quanto à sexualidade e à educação sexual, este trabalho buscou analisar os dizeres de mulheres cegas, tentando conhecer os sentidos construídos por elas acerca da sexualidade e da educação sexual. Por fins metodológicos, serão apresentados os relatos de apenas uma das mulheres, Isabela (nome fictício), 42 anos, cega congênita. É válido ressaltar que este trabalho se encontra ainda em fase de desenvolvimento.

Para análise das entrevistas, foram utilizados os preceitos da história da sexualidade de Foucault (1998) e da sexualidade e deficiência de Maia e Ribeiro (2010). Associado a esse arcabouço teórico, propôs-se compreender os discursos das mulheres com cegueira a partir dos conceitos de linguagem e ideologia precedidos por Bakhtin (2006).

Já como metodologia, foi utilizada a pesquisa qualitativa por meio da entrevista semiestruturada, apoiando-se em Minayo (1992) e Haguette (1987). Essas informações foram coletadas a partir de um roteiro de entrevista pré-elaborado para guiar o desenvolvimento da prática.

Por fim, o presente projeto foi dividido e executado em cinco etapas: i) escolha das participantes; ii) elaboração das perguntas para a entrevista; iii) entrevista semiestruturada; iv) escuta e levantamento das frentes de análise; v) análise.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Desenvolvimento

Michel Foucault (1998) aponta que a sexualidade passou a ser uma interdição por volta do século XIX, visto os preceitos vitorianos relacionados à religião e aos “bons costumes”. Foi então que a prática sexual e os assuntos dela decorrentes se tornaram reclusos, transformando-se em um tabu.

A questão torna-se ainda mais crítica quando relacionada à deficiência, outro tema interdito. Prova disso é a ausência, quando não nulidade, de discussões e estudos quanto à sexualidade da pessoa com deficiência. Maia e Ribeiro (2010) apontam que, apesar de ser uma característica humana ao decorrer da vida, a sexualidade, atrelada à pessoa com deficiência, desencadeia uma série de preconceitos e a nulidade desta em relação a esses grupos. Porém, ao anular-se esse assunto, impossibilita-se também o acesso à informação quanto às práticas sexuais, gravidezes e às infecções sexualmente transmissíveis.

Ademais, visando analisar os discursos das mulheres entrevistadas, utilizou-se dos conceitos de ideologia e linguagem de Bakhtin (2006), com o objetivo de compreender como os discursos representam e perpetuam socialmente os valores e os preconceitos estabelecidos em determinados grupos sociais.

Com apoio de pessoas conhecidas e das redes sociais (Facebook e Instagram), buscaram-se mulheres com cegueira que se interessassem em participar deste projeto. Os critérios iniciais para a participação foram faixa etária (maioridade), residência em São Paulo e conclusão ou ingresso no Ensino Superior. Tais tópicos pautaram-se na acessibilidade para a realização das entrevistas e no esclarecimento quanto à sua importância.

A tarefa não foi fácil, e, após muita busca, teve-se o aceite de três participantes, dentre elas Isabela, de 42 anos, cega congênita, formada em Pedagogia e com doutorado em Educação Especial, professora infantil de Educação Especial e residente em São Paulo.

Para a etapa de entrevistas, foram elaboradas dez perguntas semiestruturadas, buscando guiar o diálogo e atingir a proposição deste estudo. Para o encontro, acontecido em 29 de maio de 2019, Isabela optou pela residência da entrevistadora, visando sentir-se mais à vontade.

A entrevistada teve tempo livre para as respostas, as quais levaram cerca de 2h40 e foram gravadas com auxílio de um smartphone.

Conclusão

A partir das questões norteadoras, pode-se identificar a recorrência de três eixos temáticos principais: i) o preconceito social; ii) a escassez da educação sexual para pessoas com deficiência; e iii) a limitação sofrida pelo sujeito em razão dessa conjuntura.

A começar, Isabela relembra que, no passado, já se achou feia por causa das avaliações de seus colegas de classe: “Eu me achei muito feia quando criança porque ninguém me paquerava, eu paquerava os meninos e eles nem tchum pra mim; aí teve um na sétima série que falou pra mim: ‘eu só não namoro você porque você é cega’. [...] Eu chorei muito, fui chorando para casa, até porque eu gostava muito dele” (Isabela).

Bakhtin (2006, p. 29) aponta em seus estudos que, a partir dos discursos, é possível identificar as ideologias presentes em determinada época ou tema, pois “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo”. Assim, o discurso de Isabela remonta os preconceitos vivenciados por essas pessoas por conta de suas deficiências, a destacar pelo trecho “só não namoro você porque você é cega”.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Outro preconceito identificado é o estigma que recai sobre a pessoa com deficiência ser assexuada, ou seja, não ser capaz de relacionar-se sexualmente: “Quando eu estava na sétima série eu perguntei: ‘o que é masturbação?’; aí minha amiga falou ‘ai, é um negócio que a gente faz com a boca’. Ela não me contou o que era, porque como eu era cega, ela achou que né... o cego é assexuado, o cego não tem sexualidade” (Isabela).

Maia e Ribeiro (2010) justificam esse preconceito mediante os ideais de sexualidade comumente compartilhados, os quais estão associados a corpos saudáveis e bonitos. Sendo assim, a deficiência fere esses valores: “essas ideias são baseadas em estereótipos sobre o deficiente mantidos por crenças errôneas que o colocam como alguém incapaz e limitado” (MAIA; RIBEIRO, 2010, p. 160).

Isabela também fala sobre a ausência de informação quanto à sexualidade. Ela relembra as dúvidas e as curiosidades tidas durante sua juventude, e a ausência de livros, internet ou pessoas para sanar suas dúvidas. Foucault (1998) aponta o desconforto em se dialogar a respeito do sexo a partir das restrições históricas inseridas por órgãos de poder, como a igreja e o Estado. Como resultado, há a ignorância, condição propícia para manifestação de qualquer preconceito.

Por fim, outra questão recorrente no discurso da entrevistada é como a ausência de informação ou educação sexual interferiu em suas experiências quanto à sexualidade. Isabela menciona o medo recorrente que tinha em relação às práticas sexuais, primeiramente por não enxergar e ainda por não as saber o que poderia acontecer.

Nota-se, a partir de relatos de mulheres como Isabela, a importância do acesso à informação, do diálogo e da educação para a produção da autonomia no que se refere às decisões e experiências, limitadas, sobretudo, por preconceitos.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 16, n. 2, p. 159-176, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v16n2/a02v16n2.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Quanto vale ou é por quilo: o que o sebo de livros tem a oferecer à Educação Não Formal

Leonardo Francisco Scalisse

Mestrando do PPGGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)
E-mail: leonardo.scalisse@gmail.com

Priscilla Siomara Gonçalves

Mestranda do PPGGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)
E-mail: priscilla.siomara@gmail.com

Palavras-chave: História oral. Educação Não Formal. Educação. Sebo.

Introdução

O presente trabalho visa apresentar pesquisa em andamento que mapeia (mediante o recurso de história oral de expoente social) a situação das lojas de comércio de livros usados da cidade de Americana, popularmente chamadas de sebos, para poder preencher uma lacuna acadêmica de tais estabelecimentos, bem como evidenciar o papel importante que o mais antigo sebista de Americana tem na cidade. Esse último item foi a problemática do trabalho: o conhecimento da história de vida do primeiro sebista da cidade de Americana. Os objetivos primários foram: a) reconstruir a trajetória histórica dos sebos até a atualidade e, especialmente, do sebo mais antigo de Americana; e b) reconstruir a trajetória de vida do sebista Sr. Luis Sanajote, do sebo Sapiente, da cidade de Americana. Os objetivos secundários foram: apresentar historicamente o surgimento e a permanência dos sebos na atualidade, estabelecer relação de aprendizagem e processos educativos contidos no sebo, bem como estabelecer relação do sebo com o campo da Educação Não Formal. O referencial teórico será a partir de Darnton (2010), Chartier (2002), Trilla-Bernet (1997), Fernandes (2012) e Mészáros (2008), e para a história oral, Fernandes e Lima (2018), Santhiago (2015), Alberti, (2005) e Bosi (1994), entre outros, que serão buscados ao longo da pesquisa. A metodologia será a abordagem qualitativa, descritiva e analítica no campo da Educação e irá usar a história oral, tendo como ferramenta a entrevista e utilizando a forma de história de vida.

Desenvolvimento

O sebo é o nome dado a livrarias que compram, vendem e trocam livros usados e outras produções fora de catálogo, muitas vezes a preços populares, sendo um importante meio de aprendizagem por práticas e processos educativos que envolvem socialização e formação dentro do campo da Educação Não Formal.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

A possível origem dos sebos encontra-se na Europa do século XVI, a partir de mercadores que levavam e traziam de várias localidades documentos impressos. Estima-se que os sebos tenham chegado ao Brasil em meados do século XIX.

Americana é um município da região de Campinas, com população estimada, em 2018, em 237.112 pessoas (IBGE, 2018). Entretanto, não há livrarias no comércio local, e apenas o sebista oferece produtos ligados à leitura. Dessa forma, justifica-se a motivação pessoal para a realização de uma pesquisa qualitativa na linha da história oral, sendo do tipo história de vida, de modo a conhecer a relação dele com a educação e a contribuição para a cidade.

Para desenvolver a presente pesquisa, foi criado um blog diferenciado no espaço PADLET, no qual está sendo postado o que foi pesquisado até agora: o histórico da venda de textos usados desde a queda do Império Romano e como isso evoluiu do Oriente para o Ocidente, até chegar ao Brasil. A pretensão é conseguir chegar à situação atual dos sebos no Brasil, fazendo um levantamento pelo site Estante Virtual, que congrega a grande maioria dos sebos em uma grande máquina de venda.

Foi feita somente uma das quatro entrevistas propostas com o sr. Luis, e, por meio dela, começou-se a inferir a dificuldade de se trazer cultura a uma cidade que não possui livrarias: mesmo em um ambiente de sebo, as pessoas acham caros os livros, pois eles são usados, não se dando ao trabalho de verificar sua qualidade, uso ou raridade. Por outro lado, o sebo possui uma característica ímpar, de incomformidade com certas regras capitalistas, pois o escambo é prática comum, em que nenhum dinheiro é trocado, apenas mercadorias, tanto nos livros como nos demais artigos envolvidos nesse estabelecimento comercial, como CDs e LPs. Também é habitual que as pessoas cheguem e iniciem uma roda de música, principalmente aos sábados, com os instrumentos que estão ali para venda, sem quaisquer restrições por parte do sr. Luis, além de estar sempre à disposição a quem entrar na loja uma garrafa de café e um bebedouro de água.

Considerações finais

A pesquisa contribuirá para sanar uma lacuna no campo da pesquisa acadêmica sobre o tema dos sebos, bem como colaborará para a produção teórica do campo da Educação Não Formal, ainda em construção nos meios universitários. E a metodologia da história oral valoriza e oferece escuta à história de pessoas comuns, como é o caso do sujeito desta pesquisa, no seu cotidiano e local de trabalho, trazendo suas versões e memórias que ajudam a compor o universo da história da cidade de Americana, principalmente no que tange à cultura ou à falta dela.

Referências

ALBERTI, Verna. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 7. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



DARNTON, Robert. **A questão dos Livros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FERNANDES, Renata Sieiro; LIMA, Livia Maria. A metodologia da história oral ou da história falada na pesquisa em educação não formal ou sociocomunitária. *In*: BISSOTO, Maria Luisa; MIRANDA, Antonio Carlos. **Metodologia em educação sociocomunitária**. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 93-120.

FERNANDES, Renata Sieiro; GROPPPO, Luis Antonio; PARK, Margareth Brandini. **Cidade: patrimônio educativo**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: EDUSP, 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil. São Paulo. **Americana**. IBGE, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/americana/panorama>. Acesso em: 16 jul. 2019.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa. **História oral na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

TRILLA-BERNET, Jaume. Ciudades educadoras: bases conceptuales. *In*: ZAINKO, Maria Amelia. **Cidades Educadoras**. Curitiba: Editora UFPR, 1997. p. 76-97.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Cidade como espaço educativo: o distrito de Barão Geraldo em Campinas/SP

Lívia Morais Garcia Lima

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: livia.lima@unisal.br

Palavras-chave: Educação Não Formal. História oral. Cidade.

Introdução

O objetivo geral da presente pesquisa resume-se a identificar, apresentar e discutir problemas teóricos, metodológicos e conceituais sobre a trajetória da Educação Não Formal no Brasil a partir do caso específico do distrito de Barão Geraldo, em Campinas-SP.

A Educação Não Formal é entendida como um campo conceitual e como possibilidades práticas e reflexivas de formação de sujeitos e de grupos humanos, bem como de processos diferenciados de socialização que acontecem nas inter-relações e nos espaços-tempos institucionais e não institucionalizados, sendo a pesquisa científica sobre o tema explicitamente defendida por diversos autores, como Brembeck (1978), Afonso (1989), Trilla (1996), Brennan (1997), Gohn (2006), Garcia (2009), Palhares (2009) e Fernandes (2017).

O distrito de Barão Geraldo pertence ao município de Campinas, que possui iniciativas coletivas de difusão, fruição e construção de cultura, apesar da baixa produção acadêmica sobre o distrito. Barão Geraldo possui esse nome por causa do Barão Geraldo de Rezende, um barão da época do Império do Brasil, que possuía uma grande fazenda com plantações de café na região, durante o século XIX. Atualmente, o distrito possui um sub-prefeito e cerca de 45 mil habitantes.

O distrito fica a aproximadamente 12 km do centro de Campinas e está, principalmente, conectada à Rodovia Campinas-Paulínia. Barão Geraldo é famoso por sediar o *campus* principal da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), o qual é cercado por bairros, como a Cidade Universitária, assim chamada porque muitos professores e um grande número de estudantes residem lá, bem como por condomínios fechados de alto padrão, como o Rio das Pedras, o Barão do Café e a Santa Eudoxia, e muitas fazendas antigas, como Pau D'Alho, Santa Eudóxia, Rio das Pedras e Santa Genebra. A própria universidade e as comunidades residenciais vizinhas foram construídas em uma antiga plantação de café e cana-de-açúcar.

Em 1966, houve a inauguração da UNICAMP. Atualmente, o distrito abriga grandes centros tecnológicos, universidades, hospitais e residências de alto padrão, reduto principalmente de intelectuais, professores, estudantes e pesquisadores, construindo, dessa forma, uma identidade de moradores e um dos territórios com maior relevância na produção artística para fora das capitais brasileiras, justificando, assim, a importância de avançar no debate sobre a trajetória da Educação Não Formal no Brasil a partir da ocupação do espaço público urbano, como defende Fernandes (2017).

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

**História oral e Educação Não Formal**

Isso se dará, metodologicamente, de forma qualitativa, envolvendo experiências sociais e comunitárias de ocupações, como modos de mobilização e manifestação coletiva contra o instituído ou o esvaziamento dos espaços que educam, independentemente da participação do Estado, configurando-se como microações políticas no cotidiano à revelia das políticas públicas. Dessa forma, em que medida essas práticas de educação sustentam a manutenção de determinada cultura ou a transformam para onde e como? Qual é o projeto político da cidade ou do distrito?

A metodologia da história oral vem contribuir para a construção do *corpus* da pesquisa, porque trata a entrevista com os participantes como um momento de troca entre o pesquisador e o pesquisado, permitindo, assim, novas reflexões sobre o imaginário e o espaço urbano do distrito de Barão Geraldo.

A análise dos dados permitirá visibilizar alcances e limites de processos de aprendizagem nesses diferentes contextos, bem como defender a ideia da cidade educadora em suas diferentes dimensões. A rede de entrevistados está sendo formada a partir da entrevista realizada com a moradora de Barão Geraldo, Tiche Vianna, diretora e pesquisadora teatral fundadora do Barracão Teatro, espaço cultural existente no distrito desde 1998.

Conclusão

A Educação Não Formal, portanto, campo não exatamente novo – anteriormente já chamado de educação ao longo da vida ou educação permanente –, encontra-se em absorção recente no universo acadêmico e de pesquisa, constituído por reflexões, processo e práticas que ocorrem em espaços ampliados de educação, de forma institucionalizada ou não, atendendo a diferentes públicos e em interface com diferentes áreas do conhecimento em interdisciplinaridade. Dessa forma, a educação lança mão da cultura, das artes, do patrimônio etc., com seus repertórios de saberes elaborados ao longo do tempo e que provocam aprendizagens, mesmo quando não se ocupa de ensino.

Referências

AFONSO, Almerindo. Sociologia da educação não formal: reatualizar um objecto ou construir uma nova problemática? *In*: ESTEVES, Antonio Joaquim; STOER, Stephen. **A sociologia na escola**. Porto: Afrontamento, 1989. p. 83-96.

BREMBECK, Cole S. **Formal education, non formal education and expanded conceptions of development**. Occasional papers non formal education. East Lansing: Michigan State University, 1978.

BRENNAN, Barrie. Reconceptualizing non-formal education. **International Journal of Lifelong Education**, London, n. 16, n. 3, p. 185-200, 1997.

FERNANDES, Renata Sieiro. **Abordagens teórico-metodológicas nas pesquisas em educação não formal**. Holambra: Editora Setembro, 2017.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



GARCIA, Valéria. **A educação não formal como acontecimento**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2009.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, na Pedagogia Social. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006, São Paulo. **Proceedings online...** São Paulo, 2006.

PALHARES, José. Reflexões sobre o não escolar na escola e para além dela. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 22, n. 2, p. 53-84, 2009.

SUBIRATS, Joan. Educação: responsabilidade social e identidade comunitária. *In*: GOMEZ-GRANELL, Carmen; VILA, Ignacio (Orgs.). **A cidade como projeto educativo**. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 67-84.

SMITH, Warney. Barão Geraldo: história e identidade local. **Revista de História Geral**, v. 7, n. 2, p. 207-230, 2002

TRILLA, Jaume. Ciudades educadoras: bases conceptuales. *In*: ZAINKO, Maria Amelia S. (Org.). **Cidades educadoras**. Curitiba: Ed. UFPR, 1996. p. 13-34.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Educação Não Formal e assistência social: história oral das mulheres usuárias do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Americana/SP

Patrícia Cristina Antonietto

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)
E-mail: paty.antt@gmail.com

Lívia Morais Garcia Lima

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)
E-mail: liviamglima@gmail.com

Palavras-chave: Educação Não Formal. Assistência social. História oral. Política social.

Introdução

Este trabalho buscou conhecer e analisar os significados que os(as) usuários(as) atribuem às ações educativas desenvolvidas nos serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), desenvolvidos pela Prefeitura Municipal e uma entidade assistencial de Americana, na região da Praia Azul. Também, identificar os tipos de ação e método utilizados na intervenção educativa, além da percepção dos sujeitos acerca de sua autoimagem, sua comunidade e das políticas públicas a eles dirigidas, utilizando-se para tal da metodologia de história oral, na modalidade de depoimento oral.

Desenvolvimento

A questão social é um efeito do desenvolvimento capitalista e se expressa em diversas dimensões, como o colonialismo, o patriarcado e as questões étnicas. Ela é perigosa ao pôr em xeque a viabilidade do capital como sistema social e econômico. Nesse contexto, a política social surge para dar resposta às problemáticas, e não enfrentá-las. Assim, a proteção social é construída conforme a necessidade de o capital lidar com a pressão das classes subalternas, especialmente nos momentos de crise estrutural do sistema (IASI, 2013; BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

A assistência social historicamente tem realizado essa ação de amortecimento das tensões sociais e, enquanto política social, não pretende romper com essa atuação. Todavia, também é espaço para reivindicação de demandas, em uma relação de avanços e retrocessos. A Política Nacional de Assistência Social



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE AMERICANA
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



(PNAS) trouxe como inovação a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), garantindo continuidade, recursos e diretrizes em âmbito nacional, porém a política neoliberal visa à desconstrução de direitos e do Estado (BEHRING, 2010)

Para Brandão (2007) e Charlot (1986), a educação ocorre por meios informais, não formais e formais com igual validade, ou seja, com métodos e objetivos diversos. A educação não é neutra e serve para firmar a hegemonia – de um padrão cultural da classe dominante – e criar distinção – de saberes e de funções sociais.

A Educação Não Formal oferece técnicas e métodos que favorecem a formação crítica de indivíduos e grupos, podendo ser uma estratégia contra-hegemônica, já que não tem a chancela e o controle estatal, além de se desenvolver em outras esferas e contextos, como a Educação Sociocomunitária, que visa a ações educativas que mobilizem a comunidade para mudanças sociais (FERNANDES, 2017; GOMES, 2008).

A assistência social tem sido um espaço de interseção entre o campo da Educação Não Formal e o Estado, mediada pela ação do terceiro setor, o qual tem atuado como agente executor de políticas sociais na conjuntura neoliberal (GROPPO; MARINHO; COSTA, 2013). É notável o desafio da participação social da classe subalterna e de como a educação, enquanto cultura, influi nesse processo, e a relação das mulheres com a política social: o capital as nomeou cuidadora da família; são elas que buscam os serviços públicos e deles recebem a missão de reproduzir os objetivos das políticas sociais. Contudo, essa é a figura que o patriarcado obliterou e desqualificou no desenvolvimento capitalista. Destaca-se ainda o espaço de moradia como esfera de igualdade e conflito, com barreiras e potencialidades (FEDERICI, 2017; BAUMAN, 2009; TRILLA, 2008)

A pesquisa de campo contou com a participação nas reuniões do SCFV e PAIF e entrevista individual com cinco mulheres participantes desses serviços. As vozes das mulheres revelam a importância dos espaços de fala e escuta e indicam transformações em sua visão de mundo e interação com ele. A existência de relações afetivas é o fator principal para a formação de vínculo – são as pessoas mais que os espaços. Obteve-se também que assistência social é uma política social isolada, que ainda não é concebida como um direito efetivamente.

No grupo, elas se percebem como gênero, com problemáticas coletivas em vez da “tragédia pessoal”. A adesão ao grupo denota a relevância de práticas que remetam aos interesses reais das participantes; logo, a concepção das atividades deveria ser compartilhada com elas, o que ainda não ocorre efetivamente. Apontam ganhos pela convivência intergeracional. Os aprendizados identificados pelas participantes são proeminentes no âmbito do relacionamento interpessoal, mas tímidos enquanto coletividade. Conclui-se que o fazer junto que a animação sociocultural promove pelas atividades culturais favorecerá a autonomia do grupo.

A metodologia de história oral privilegia a escuta, valorizando a visão singular que cada pessoa atribui aos fatos narrados, revelando outras interpretações da realidade, pouco divulgadas pela mídia de massa – no caso em tela, Praia Azul como lugar tranquilo e solidário em vez da periferia marcada pela criminalidade e prostituição. As memórias das entrevistadas revelam, a elas e a todos, que há um saber próprio delas, capaz de ensinar coisas a quem “tem estudo”, reforçando o pensamento de Boaventura Santos (2007) sobre uma ecologia de saberes, para além do acadêmico.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

**Conclusão**

A Educação Não Formal e a assistência social podem contribuir para o fortalecimento dos grupos populares, unindo a capacidade de alcance da assistência social, enquanto política social, com as novas possibilidades metodológicas da Educação Não Formal, em favor de um projeto societário que emane dessas classes subalternas.

Embora haja um longo caminho para um efetivo fortalecimento comunitário, a pesquisa indicou potencialidades importantes dos espaços coletivos e das práticas do campo da Educação Não Formal para autonomia dos grupos sociais. Todavia, elas demandam a iniciativa e o compromisso pessoal dos atores envolvidos na execução das práticas educativas, já que, via de regra, essa não é a função da política social em sua essência.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. Confiança e medo na cidade. *In*: _____. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. p. 13-51.

BEHRING, Elaine Rossetti. Trabalho e seguridade social: neoconservadorismo nas políticas sociais. *In*: BEHRING, Elaine Rossetti; ALMEIDA, Maria Helena Tenório de (Orgs.). **Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2010. p. 152-174.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos, n. 20).

CHARLOT, Bernard. **A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

FEDERICI, Silvia. A acumulação do trabalho e a degradação das mulheres. *In*: _____. **Calibã e a bruxa**. São Paulo: Elefante, 2017. p. 113-234.

FERNANDES, Renata Sieiro. Educação não formal, projetos e o exercício da formação: por uma educação sem bússolas. *In*: AIDAR, Gabriela; CHIOVATTO, Milene; AMARO, Danielle (Coord.). **Entre a ação cultural e a social**. Museu e educadores em formação. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2016. Disponível em: <http://museu.pinacoteca.org.br/wp-content/uploads/sites/2/2017/05/entre-a-acao.pdf>. Acesso em 16 jul. 2019.

GOMES, Paulo de Tarso. Educação Sócio-comunitária: delimitações e perspectivas. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 2., 2008, São Paulo. **Proceedings**



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



online... São Paulo: USP, 2008. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092008000100013&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 7 maio 2019.

GROPPO, Luís Antônio; MARINHO, Elaine, COSTA; Débora Luci da. O campo das práticas socioeducativas e a Assistência Social: o caso do município de Americana/SP. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 22, n. 2, p. 30-60, 2013. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/2460>. Acesso em 20 mai. 2019.

IASI, Mauro Luis. Configurações da crise capitalista e suas incidências no mundo do trabalho. *In*: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 3., 2013, Belo Horizonte. **Palestra...** Belo Horizonte, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 79, p. 71-94, nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/04.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2019.

TRILLA, Jaume. Concepto, discurso y universo de la animación sociocultural. *In*: _____. (Coord.). **Ani-mación sociocultural**. Teorías, programas y âmbitos. Barcelona: Editorial Ariel S.A., 2008. p. 13-38.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



As (des)vantagens de ser invisível: como anda o protagonismo autista no Brasil

Priscilla Siomara Gonçalves

Mestranda do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: priscilla.siomara@gmail.com

Leonardo Francisco Scalisse

Mestrando do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: leonardo.scalisse@gmail.com

Lívia Moraes Garcia Lima

Docente do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: liviamglima@gmail.com

Palavras-chave: Educação. Autismo. História oral. Protagonismo. História de vida.

Introdução

O presente trabalho visa apresentar uma pesquisa em andamento que mapeia, mediante o recurso de história oral de expoentes sociais, a situação do protagonismo dos autistas no Brasil. Para discorrer sobre esse tema, objetiva apresentar as histórias de vida de jovens e adultos autistas, analisando aspectos de heteronomia e autonomia deles. A pesquisa se dará por meio da metodologia de caráter qualitativo e analítico, de cunho teórico-prático com a metodologia de pesquisa da história oral, bem como revisão bibliográfica, tendo como instrumentos o depoimento temático e a história de vida, contando também com o acesso ao acervo de documentos, objetos e fotografias que os próprios síndromicos trouxeram. A análise do conteúdo dos depoimentos e do acervo pessoal deles será organizada de modo a gerar subsídios para um aprofundamento dos processos que culminaram em seu protagonismo.

Desenvolvimento

Mais que um grupo invisibilizado, a parcela da sociedade autista – estimada em cerca de 2 milhões de brasileiros, em estatísticas conservadoras, e em 5,4 milhões, em números mais abrangentes, conforme Kim *et al.* (2011) – também é um grupo que foi trabalhado até ser inaudível: aos autistas não é permitido, na grande maioria das vezes, nem que se comuniquem com seus médicos, sendo isso feito por seus pais ou responsáveis, que “inferem” o que eles sentem, pensam e necessitam, e então “decodificam”, isso conforme seu entendimento.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



A grande pergunta é: como se chegou a isso? Como se sonega a individualidade e amordaça uma parte tão grande da própria sociedade? A partir de uma verificação histórica de como se definiu a síndrome autista, seus erros e acertos desde os primórdios – com direito a vários desvios e becos sem saída –, consegue-se estabelecer um curso traçado no qual a invisibilização de tal população foi – e continua sendo – uma constante no meio médico, educacional e social.

Os mitos que cercam essa população praticamente a impedem de mostrar-se como realmente é; suas peculiaridades são rechaçadas e caçadas em nome de uma socialização que implica perdas pessoais, muitas vezes tornando impraticável a essas pessoas a vida em sociedade. Para efetivar tal verificação, foi necessário o estudo dos primeiros textos que geraram as explicações sobre o autismo, sua validade conforme critérios apropriados de pesquisa, verificação da alteração – intencional ou não – de dados visando criar métodos e dar respaldo e notoriedade a algumas teorias em detrimento de outras; enfim, foi necessário percorrer os primórdios dessa descoberta para verificar o porquê da situação atual em que se encontra hoje: dificuldade de diagnóstico, principalmente em virtude da baixa quantidade de profissionais habilitados para tal, o que gera diretamente alto custo de diagnóstico e, obviamente, extrema dificuldade de acesso às camadas mais baixas da população; todo esse universo inferindo uma situação de, no Brasil, ser estimado que apenas 10% dos autistas têm diagnóstico laudado.

Assim, buscou-se analisar desde os primeiros escritos sobre a síndrome, tendo consultado Ssucharewa (1926), Kanner (1972), Asperger (1944/1991), Bettelheim (1987) e Frith (1991) para melhor compreender como o diagnóstico e o tratamento dos autistas enovelaram-se a ponto de se tornar quase mítico, gerando essa situação de “não fala” do sujeito e de “não escuta” por parte da sociedade como um todo.

Com uma ideia inicial do que estava envolvido nos critérios diagnósticos – que, aliás, mudam radicalmente ao longo do tempo, desbancando teorias consideradas inatacáveis até então –, passou-se a buscar eventuais soluções sociocomunitárias para essa situação, indo além do protagonismo de pais – que é bastante forte na criação de entidades, por sinal –, dirigindo a atenção diretamente aos maiores interessados, os síndromicos. Após pesquisa em redes sociais e sites especializados, deparou-se com indivíduos e/ou grupos de autistas que dão palestras e participam do congresso nacional brasileiro, e com uma presidente de entidade autista com diversas intervenções, inclusive em fóruns internacionais. A esses sujeitos foram solicitados depoimentos visando clarificar a todos que lerem este trabalho a inconveniência de não permitir uma escuta sensível a essas personalidades, por si sós bastante intrincadas, porém repletas de agudez e inteligência.

Até o momento da escrita, efetivaram cinco dos dez depoimentos agendados, e há preliminarmente alguns dados a repartir com os leitores. Dotados de uma argumentação lógica e coerente, os depoentes colocam-se sem restrições, além de tecerem comentários sobre os denominados mitos do autismo, explicando de uma forma clara, porém sem ser rasa – inclusive com embasamento de artigos científicos –, como tais mitos se iniciaram e persistem ao longo do tempo, gerando um desserviço a toda uma sociedade que anseia por aceitação de como é, sem capacitismo envolvido, à luz da neurodiversidade que explica que autismo não é doença, e sim uma forma diferenciada de pensar.

Considerações finais

Acredita-se ser de suma importância veicular, de todas as formas possíveis, a palavra “autista” pelos autistas, bem como sua inconformidade com o roubo de suas vozes, mesmo que por motivos considera-

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



dos adequados. Urge que se tenha uma escuta sensível para com essa população que tem muito a oferecer à sociedade brasileira por meio de sua visão diferenciada de mundo, seu enfoque alternativo que encontra soluções diversas para situações por muitas vezes consideradas insolúveis. Enquanto pesquisadores de uma educação diferenciada, é necessário trazer a público essa visão considerada díspar (porém tão lógica quando devidamente estudada), que busca, na grande maioria das vezes, algo que está em falta atualmente: o bem comum. E somente se conseguirá que todos saibam o que os autistas pensam se, e somente se – condição matemática, social e pedagógica inequívoca –, os deixarem falar, do jeito que quiserem e do jeito que puderem. Afinal, os especialistas em autismo são eles.

Referências

ASPERGER, Hans (1944). 'Autistic psychopathy' in childhood. *In*: FRITH, Uta. **Autism and Asperger Syndrome**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p. 37-62.

BETTELHEIM, Bruno. **A fortaleza vazia**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1987.

FERNANDES, Renta Sieiro; LIMA, Livia Maria. A metodologia da história oral ou da história falada na pesquisa em educação não formal ou sociocomunitária. *In*: BISSOTO, Maria Luísa; MIRANDA, Antonio Carlos. **Metodologia em Educação Sociocomunitária**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 93-120.

FRITH, Uta. **Autism and Asperger Syndrome**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

GADIA, Carlos; TUCHMAN, Roberto; ROTTA, Newra. Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento. **J. Pediatr.**, v. 80, n. 2 supl., p. 83-94, 2004.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. s/d. Disponível em: http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php. Acesso em: 7 jan. 2019.

KANNER, Leo. **Psiquiatria infantil**. 4. ed. Buenos Aires: Ediciones Siglo Veinte, 1972.

KIM, Young Shin *et al.* Prevalence of autism spectrum disorder in a total population sample. **The American Journal of Psychiatry**, v. 168, n. 9, p. 904-912, 2011.

MISÉS, Roger. **A criança deficiente mental: uma abordagem dinâmica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

PAULA, Cristiane *et al.* Brief report: prevalence of pervasive developmental disorder. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 41, n. 12, p. 1738-1742, 2011.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

SACKS, Oliver. **Um antropólogo em Marte**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa. **Memória e Diálogo**: escutas da Zona Leste, visões sobre a história oral. Belo Horizonte: Letra e Voz/FAPESP, 2011.

_____. **História oral na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SILVA, Otto Marques. **A epopéia ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1987.

SSUCHAREWA, D. G. Die schizoiden Psychopathien im Kindesalter. **Monatsschrift für Psychiatrie und Neurologie**, v. 60, p. 235-261, 1926.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Memória e imagem: história oral dos integrantes da Banda União Operária da cidade de Piracicaba/SP

Wana Carcagnolo Narval Cillo

Mestranda do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)
 E-mail: wanabackvocal@hotmail.com

Lívia Morais Garcia Lima

Professora doutora no PPGE e na graduação em Pedagogia do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)
 E-mail: liviamglima@gmail.com

Palavras-chave: História oral. Imagem. Memória.

Toda a glória da Corporação Musical, seus sucessos e seus desgostos vividos durante mais de cem anos de história serão revisitados por meio da memória de seus integrantes atuais mais velhos. A metodologia escolhida para a investigação desta pesquisa foi a história oral, que visa à conexão entre diversas fontes de dados para a pesquisa, a relação entre oralidade, fotografias e documentos, tornando o trabalho significativo, pois fundamenta-se na experiência humana, que é: “A parte central do trabalho desse método de pesquisa histórica, cujo propósito inclui a ampliação, no nível social, da categoria de produção dos conhecimentos históricos” (AMADO; FERREIRA, 1998), e a subjetivação da experiência humana é o diferencial desse método. A pesquisa conta ainda com a tecnologia QR Code¹ para a escuta de trechos de ensaios da Banda.

A Corporação Musical Banda União Operária

A Corporação Musical Banda União Operária foi fundada em 1906 e formou-se da junção de algumas outras bandas existentes em Piracicaba. Para adentrar nessa história de mais de um século, foi necessário recorrer a recortes de jornais do acervo do IHGP – Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba. Na época de sua fundação, a cidade contava com os jornais “A Gazeta de Piracicaba” e “O Jornal de Piracicaba” e, posteriormente, com “O Diário de Piracicaba”.

¹ QR Code ou códigos de resposta rápida: códigos que consistem em quadrados pretos e brancos legíveis por uma câmera em um smartphone. Um aplicativo de leitura é necessário para um smartphone reconhecer e usar um código QR. Aplicativos gratuitos estão disponíveis na Web e alguns modelos de celulares já vem com o leitor (OLHAR DIGITAL, 2019).

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Uma figura importantíssima para compor esse mosaico formado por textos, fotografias e depoimentos foi o historiador jornalista, dramaturgo, escritor, autor de radionovelas, diretor da Biblioteca Municipal de Piracicaba, Leandro Guerrini (1995). Ele participou da Banda e era um apaixonado por música, por isso realizou entrevistas com ex-participantes da Banda em 1956 e, já naquele ano em que a Corporação comemorava seu cinquentenário, foi difícil para Guerrini definir exatamente a origem do nome União Operária, pois os depoimentos foram contraditórios. Esses integrantes da Banda contaram que ela foi formada pela cisão de outras bandas da época, a banda “Azarias de Mello”, regida por Luiz Dutra e conhecida como a banda dos italianos, e a “Carlos Gomes”, regida por Pedro Buttera, que era um maestro muito rígido e austero (PAULILLO, 2006).

Os músicos descontentes formaram a “Lyra Piracicabana”, o que foi fácil, pois a maioria deles já possuía seus instrumentos musicais. No entanto, faltava um maestro. O músico e maestro recém-chegado de Capivari, Antonio Mombuca, já havia se apresentado para compor as “bandas dos italianos”, mas a “Azarias de Mello” já estava com seu número de músicos completo e a “Carlos Gomes” rejeitou-o por ser negro.

Essa prática lamentável é sentida até os dias atuais e, “mesmo após o cessamento do tráfico negreiro, entraram no País mais de 50.000 escravos; em 1870, o elemento escravo constituía 40% da população total de Constituição” (MARCONDES, 2008, p. 43). Desse modo, o país carrega uma triste colocação no ranking abolicionista, pois foi o último país no mundo ocidental a abolir a escravidão (MELLO, 1978).

No início do século XX, a discriminação racial era bastante acirrada, por isso é importante ressaltar que nos idos de 1º de maio de 1907, a “Lyra Piracicabana” convidou o maestro Antonio Mombuca, que era negro, para ser seu regente.

Iniciando seu percurso vanguardista e inter-racial, a Banda ficou sob a batuta do maestro Antonio Mombuca e ainda teve seu nome alterado para Corporação Musical Banda União Operária, nome que permanece até hoje. Segundo relatos dos entrevistados de Leandro Guerrini, “a mudança se deu por causa da assimilação do nome de uma das várias sociedades beneficentes existentes na cidade no período” (PAULILLO, 2006).

A Corporação Musical se situava próxima ao prédio da Sociedade Beneficente Operária, o que facilitou a entrada de operários como aprendizes de músicos. A denominação “União Operária” simboliza também “a forma de organização e nascimento da banda, uma vez que o termo ‘União’ significaria a reunião de vários músicos por amor à música, enquanto o termo ‘Operária’ representaria o dia de seu nascimento, 1º de maio - dia do trabalhador, do operário” (PAULILLO, 2006).

Em seu cerne já estava a vocação da Banda União Operária em contribuir para a sociedade piracicabana, quebrando paradigmas e se afirmando como um espaço onde a música une, aplaca os preconceitos e constrói mais que melodias, educa os cidadãos com seu exemplo muito à frente de seu tempo.

História oral: memória e imagem

A metodologia escolhida para a investigação desta pesquisa foi a história oral, que visa à conexão entre diversas fontes de dados para a pesquisa, a relação entre oralidade, fotografias e documentos, tornando o trabalho significativo, pois está fundamentado na experiência humana, que, para Amado e Ferreira (1998), é: “A parte central do trabalho desse método de pesquisa histórica, cujo propósito inclui

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



a ampliação, no nível social, da categoria de produção dos conhecimentos históricos”. Para as autoras, a subjetivação da experiência humana é o diferencial desse método. A pesquisa conta ainda com a tecnologia QR Code para a escuta de trechos de ensaios da Banda.

Segundo Simson (2003), memória é a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações por meio de diferentes suportes empíricos (voz, música, imagem, textos etc.). “O conhecimento do passado é coisa em progresso, que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa” (TOGNON, 2003). Nessa perspectiva, dá-se conta da importância das memórias materializadas em bens tangíveis e culturais, que cumprem seu papel social na diagramação das memórias, não pelo valor monetário, mas pelo valor simbólico agregado.

Os informantes utilizam a memória para responder a questões que, muitas vezes, nem são perguntadas, mas que estão em seu inconsciente, pois suas lembranças são um poderoso modo de acessar o passado e transportá-lo para o presente. Por isso, é tão importante considerar os fatos do passado pelo viés dos mais velhos, que foram testemunhas oculares do pretérito.

Até o momento, foram ouvidos o Sr. Romildo de Souza, 80 anos, sax alto; o Sr. Jaime Oliveira, 67 anos, sax alto; o Sr. José Paixão, 51 anos, trombone; e o maestro Jonatas Dionísio. O Sr. Romildo é o integrante que está a mais tempo tocando na Banda; são 62 anos como músico na União Operária. As falas dos informantes são carregadas de orgulho por integrar esse grupo e fazer parte da história de Piracicaba. Eles colaboram para a reconstrução da história, quando contam sua vivência e citam fatos ocorridos em determinada época, que podem ser atestados em fotografias e documentos do passado, agregando valor ao ilustrar as narrativas dos informantes da pesquisa.

Referências

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coords.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BATUTA. In: AULETE DIGITAL, s/d. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/batuta>. Acesso em: 10 mar. 2019.

GUERRINI, Leandro. **A semana da história**. Piracicaba: Equilíbrio, 2010.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MARCONDES, Neide. **Na trilha do passado paulista**: Piracicaba século XX. Piracicaba: Degaspari, 2008

MELLO, Pedro Carvalho de. Aspectos econômicos da organização do trabalho da economia cafeeira do Rio de Janeiro, 1850-88. **Revista Brasileira de Economia**, v. 32, n. 1, p. 19-67, 1978. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/207/6458>, Acesso em: 18 jun. 2019.

OLHAR DIGITAL. Você sabe o que é QR Code? **Olhar digital**, 2019. Disponível em: https://olhardigital.com.br/fique_seguro/noticia/voce-sabe-o-que-e-o-qr-code-a-gente-explica/90319. Acesso em: 5 jun. 2019.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



PAULILLO, Livia Carvalho. **O passar da banda: 1906-2006.** A história dos 100 anos da Banda União Operária de Piracicaba. Piracicaba: Ed. Los 3 gatos, 2006.

REZENDE, Murilo Silva. Compreendendo relações de sociabilidade quando se ensina/aprende música na Banda Corporação Musical Nossa Senhora do Carmo-MG. XII *In: ENCONTRO DE HISTÓRIA ORAL*, 13., 2016, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

SIMSON, Olga R. Moraes Von. **Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

TOGNON, Marcos. Patrimônio: entre o presente e o passado. *In: PARK*, Margareth Brandini (Org.). **Formação de educadores: memória, patrimônio e meio ambiente.** Campinas: Mercado de Letras, 2003. p. 163-176.

Eixo 6 - Educação, Tecnologias e Linguagens Multimídias

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Gamificação no processo educativo: estratégias de implementação no ensino fundamental

Adriana Balestero Monteiro Nogueira

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL), unidade de Campinas
E-mail: adribalestero@gmail.com

Lilian Rosaria Gonçalves de Freitas

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL), unidade de Campinas
E-mail: lilian.freitas@unisal.br

Resumo: Atualmente, a humanidade está vivenciando o que chamam de uma cultura digital, com o uso de smartphones, computadores e relógios com acesso à internet, redes sociais, aplicativos, jogos, vídeos, entre outras centenas de opções que se tornaram parte importante no dia a dia do ser humano, tanto no trabalho quanto nos momentos livres, sendo assim essencial para o funcionamento da sociedade. Nesse contexto, as crianças não ficam à margem; pelo contrário, já nascem inseridas na cultura digital, vivendo intensamente esse aspecto, sendo mais fácil para elas a comunicação com essa linguagem tecnológica, mantendo-se conectadas por meio de aplicativos e jogos on-line. Partindo dessa análise, nota-se que, com a popularização dos jogos, foi possível a criação de um fenômeno chamado “gamificação”, (do inglês, gamification), que é entendido como a utilização de elementos e mecanismos de jogos, porém fora do seu contexto, por exemplo, no ambiente de trabalho ou na escola. Uma definição mais completa, traduzida por Marcelo Fardo (2013, p. 202), do professor e analista de gamificação Karl Kapp, em uma de suas principais obras, “The gamification of learning and instruction: game-based methods and strategies for training and education”, contextualiza a gamificação como “um sistema em que os jogadores se engajam em um desafio abstrato definido por regras, interatividade e feedback, que resulta em uma saída quantificável e frequentemente provoca uma reação emocional”, apresentando, dessa forma, um significado mais profundo e completo do tema. Este artigo utiliza-se da metodologia de pesquisa qualitativa por meio de uma revisão bibliográfica que procura entender quais as contribuições e os desafios que a introdução da gamificação nos anos iniciais do ensino fundamental poderá trazer, bem como seu conceito e as formas de sua inserção no contexto escolar, mediante a análise das obras de autores pesquisadores do assunto. Busca-se promover conhecimento desse fenômeno da atualidade, a fim de entender as estratégias para sua implementação nas salas de aula regulares, bem como apontar seus benefícios aos estudantes e ao processo de ensino e aprendizagem. O intuito de utilizar a gamificação na educação é trabalhar com os alunos a solução de problemas, os momentos de cooperação, competição, sucesso e fracasso, além de fornecer aprendizagens e motivação no ambiente escolar. O artigo aborda uma perspectiva teórica acerca do tema, com foco em apontar caminhos e estratégias para aplicação e implementação da gamificação em ambientes de aprendizagem, visando à melhoria do ensino para crianças de 6 a 10 anos no Brasil. Desse modo, foi possível constatar benefícios da prática, tornando o aluno inserido nas competências do

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

mundo moderno e da cibercultura, onde os estudantes são protagonistas de seu aprendizado, trabalhando a motivação, a interação, o ensino lúdico, as experiências desafiadoras e significativas, trazendo a escola para um âmbito envolvente e menos autoritário. O grande desafio relaciona-se à capacitação de professores e gestores escolares nessa nova perspectiva.

Palavras-chave: Gamificação. Educação. Ensino e aprendizagem. Tecnologias. Jogos.

Referências

FARDO, Marcelo. KAPP, Karl M. The gamification of learning and instruction: game-based methods and strategies for training and education. San Francisco: Pfeiffer, 2012. **Conjectura:** Filosofia e Educação, Caxias do Sul, v. 18, n. 1, p. 201-206, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/2048/1210>. Acesso em: 17 mar. 2019.

MARTINS, Cristina; GIRAFFA, Lucia. Gamificação nas práticas pedagógicas em tempos de cibercultura: proposta de elementos de jogos digitais em atividades gamificadas. *In: SEMINÁRIO JOGOS ELETRÔNICOS, EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO*, 11., 2005, Porto Alegre. **Artigo publicado...** Porto Alegre, 2005. Disponível em: http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8683/2/Gamificacao_nas_praticas_pedagogicas_em_tempos_de_cibercultura_proposta_de_elementos_de_jogos_digitais_em_atividades_gamificadas.pdf. Acesso em: 17 mar. 2019.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



ChatBot no ensino-aprendizagem: um exemplo de aplicação

Adriana Morais da Silva

Mestranda do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: adrianam@ifsp.edu.br

Fabio Santos Cardoso

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), *campus* Capivari

E-mail: fabio garantia@gmail.com

Gustavo Matarazzo Rezende

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), *campus* Capivari

E-mail: gustavo.matarazzo@ifsp.edu.br

Palavras-chave: ChatBot. Educação. Ensino-aprendizagem

Introdução

O presente trabalho se preocupou inicialmente em contextualizar o termo ChatBot. Nota-se o aumento do interesse na temática, com eventos relacionados e aplicações em diferentes áreas. ChatBot pode ser definido como “um agente de conversação, que interage com usuários que usam linguagem natural” (ABUSHAWAR; ATWELL, 2010, p. 1). Com a disseminação e, conseqüentemente, a popularização das tecnologias de comunicação, em especial os celulares e seus aplicativos de trocas de mensagens, os ChatBots passaram a ser aplicados como soluções em diferentes segmentos. Sendo assim, a pergunta de pesquisa se constitui da seguinte forma: como um ChatBot pode ser aplicado em um contexto de uma escola técnica e tecnológica, no apoio aos processos de ensino-aprendizagem?

Com o presente estudo, objetivou-se: uma revisão sistemática de tecnologias que propiciassem o desenvolvimento de um ChatBot. Posteriormente, buscou-se identificar componentes curriculares que contavam com uma alta de taxa de reprovação; portanto, maior dificuldade por parte dos discentes ingressantes. Em especial, este estudo se limitou ao curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, para que, por fim, fosse avaliada e proposta uma solução de aplicação.

Desenvolvimento

Segundo Paz *et al.* (2017), o surgimento dos ChatBots foi marcado pelo lançamento de ELIZA no ano de 1966, a fim de simular uma psicoterapeuta. Em 1995, Dr. Richard Wallace criou a Artificial



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE AMERICANA
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Intelligence Markup Language (AIML), marco para desenvolvimento e aprimoramento dos ChatBots. De forma geral, simulam o diálogo entre duas pessoas; entretanto, em um dos polos da conversa há um programa de computador, que busca se aproximar do comportamento e da estrutura comunicativa de um ser humano. Nesse contexto, a perspectiva da inteligência artificial (IA) tem apresentado diversas possibilidades. Gomes (2010) salienta que a IA é uma subdivisão da área da Ciência da Computação e tem como objetivo central fazer com que os computadores apresentem pensamento e comportamento inteligentes.

O processo de ensino-aprendizagem pode se constituir como um campo de aplicação de ChatBots, já que apresentam possibilidades para quebrar paradigmas. Prensky (2012) discute sobre as necessidades na educação, sobretudo ao refletir a respeito da presença de alunos expostos a um fluxo intenso de interatividade advindo de uma grande diversidade de aplicações, em especial videogames e dispositivos móveis, que se caracterizam por instigar o protagonismo dos indivíduos.

Ao se dar centralidade ao protagonismo e nas suas possibilidades a fim de tornar o ensino-aprendizagem uma relação mais dialógica, colaborativa e autônoma, enxerga-se o ChatBot como uma tecnologia capaz de atender a um vasto e variado número de indivíduos, localizados em diferentes espaços físicos. Ao colocá-los integrados e envolvidos em uma área de conhecimento específica, há a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas, bem como de habilidades específicas, contribuindo para a constituição de uma forma de rompimento da relação tradicional entre professores e alunos. Porto (1995, p. 30) vai ao encontro dessas considerações ao afirmar que a escola tem “que se fazer real e dinâmica e ouvir as necessidades dos sujeitos da educação”.

A partir da perspectiva descrita, passou-se então a estudar tecnologias que propiciassem a criação de ChatBots e funcionassem em dispositivos móveis, bem como fossem compatíveis com aplicativos de troca de mensagens, tornando-se, assim, capaz de atender a uma comunidade com interesses e necessidades de aprendizagem em uma área de conhecimento específica.

Dito isso, o presente estudo foi subsidiado por uma pesquisa bibliográfica a fim de explorar os temas: ChatBots, tecnologias educacionais e inteligência artificial. Posteriormente, a partir do estudo de tecnologias, propõe-se uma estrutura tecnológica capaz de materializar um ChatBot de apoio ao processo de ensino-aprendizagem, no contexto de uma instituição de ensino técnico e tecnológico.

O estudo foi desenvolvido em uma escola da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Constatou-se, nos anos de 2017 e 2018, que os alunos ingressantes nesse curso apresentavam maior índice de reprovação e dificuldades na relação ensino-aprendizagem, mais especificamente no componente curricular “Algoritmos e Programação de Computadores”. Ressalta-se que a oferta se dá no primeiro semestre e que as mulheres, proporcionalmente, eram o maior grupo.

Após análises de viabilidade, a plataforma IBM Cloud (Watson) foi escolhida para o desenvolvimento. Em complemento, o Node-RED, ferramenta de desenvolvimento fundamentada em fluxo para programação visual, possibilitou a comunicação entre o ChatBot e o aplicativo de troca de mensagens instantâneas (Telegram) (Figura 1).

A Figura 2 é um exemplo que demonstra o fluxo de desenvolvimento do diálogo dentro da aplicação. Pode-se perceber como os nós se constituem a respeito de um termo e/ou temática em específico.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



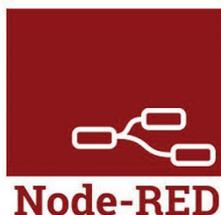
Figura 1 - Tecnologias utilizadas para criação do ChatBot.

IBM Cloud (Watson)



O Watson Assistant permite que você construa interfaces de conversação em qualquer aplicativo, dispositivo ou canal.

Node-RED



O Node-RED é uma ferramenta de programação para conectar dispositivos de hardware, APIs e serviços online de maneiras novas e interessantes.

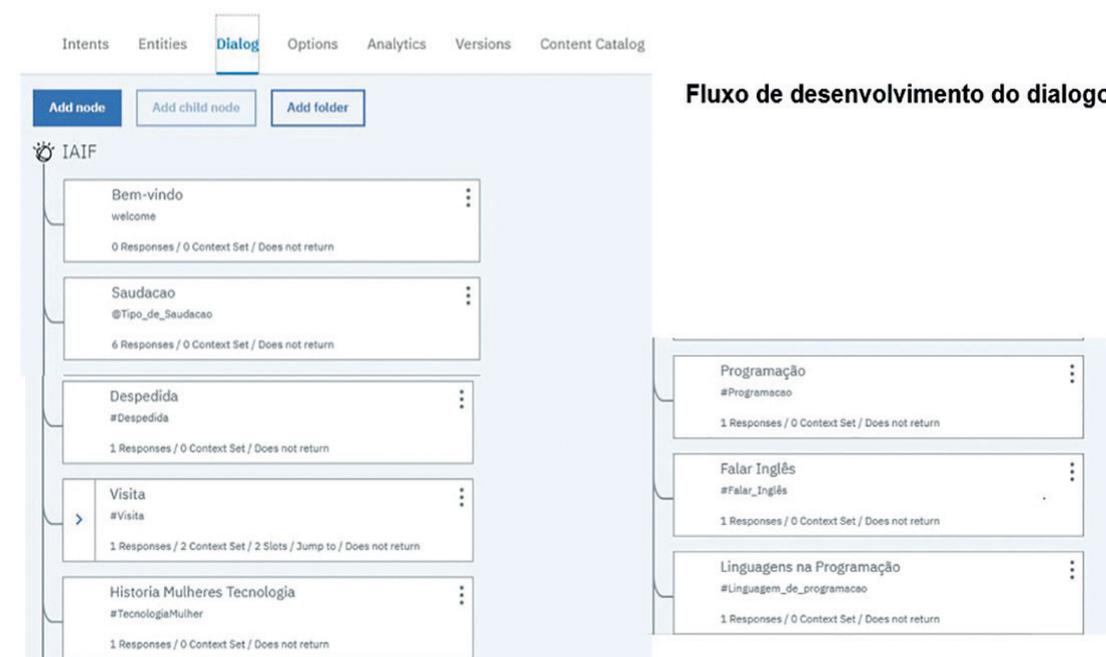
Telegram



Telegram é um aplicativo para troca de mensagens, considerado um dos principais concorrentes do WhatsApp

Fonte: elaborada pelos autores com base em IBM Cloud (Watson) (2019), Node-RED (2019) e Telegram (2019).

Figura 2 - Fluxo de desenvolvimento do diálogo



Fonte: elaborada pelos autores com base em IBM Cloud (Watson) (2019).



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

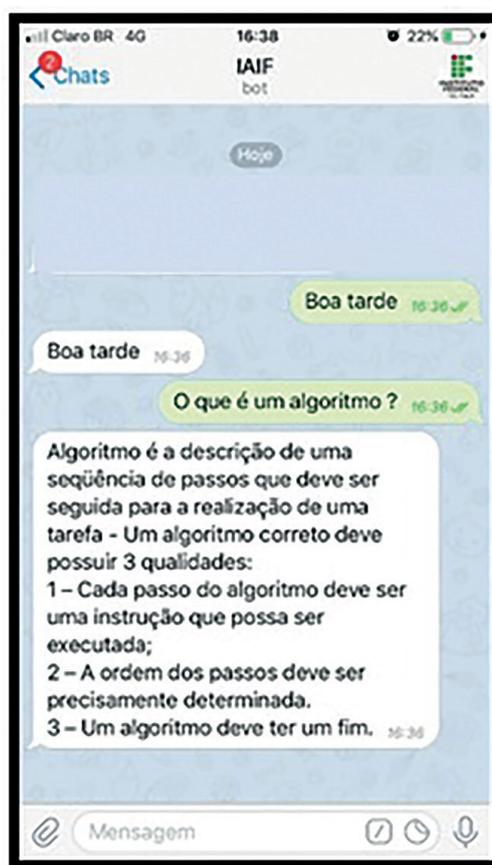
26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Na Figura 3, tem-se uma imagem que demonstra o ChatBot em funcionamento. Permite aos usuários acesso prévio e introdutório a conteúdos específicos. Com isso, espera-se uma experiência facilitadora para os docentes e os discentes, quebrando determinadas barreiras comunicacionais, como a relação entre timidez e as dúvidas que surgem.

Figura 3 - Funcionamento do ChatBot.



Fonte: elaborada pelos autores.

Conclusão

Conclui-se que aplicações como os ChatBots vão ao encontro das demandas contemporâneas da educação e que, portanto, podem ser exploradas como apoio ao processo de ensino-aprendizagem em diferentes conteúdos. Neste artigo, a aplicação se deu a partir da relação das seguintes tecnologias: IBM Cloud Watson, Telegram e Node-Red.

A criação de uma solução envolvendo o uso de dispositivos móveis pode ser vista como um fator positivo, já que estão presentes na vida da maioria das pessoas. Nesse sentido, a escolha do aplicativo

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Telegram apresenta a vantagem de estar disponível para diferentes plataformas, o que aumenta as possibilidades de interação. Por fim, ressalta-se que se trata de um trabalho em desenvolvimento e que tem o intuito de ser implementado para outras temáticas. Como estudos futuros, propõe-se a aplicação para a resposta de dúvidas de cunho administrativo-burocrático dos discentes, como o local a que ele deve se destinar para retirar determinada declaração.

Referências

ABUSHAWAR, Bayan; ATWELL, Eric. ALICE Chatbot: Trials and Outputs. **Comp. y Sist.**, México, v. 19, n. 4, p. 625-632, dic. 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-55462015000400625&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 5 ago. 2019.

GOMES, Denis. Inteligência artificial: conceitos e aplicações. **Olhar Científico**, v. 1, n. 2, p. 234-246, 2010. Disponível em: <http://www.olharcientifico.kinghost.net/index.php/olhar/article/view/49/37>. Acesso em: 5 ago. 2019.

IBM. **Watson**. 2019. Disponível em: <https://www.ibm.com/watson>. Acesso em: 13 ago. 2019.

NODE.JS (Estados Unidos). **About**. 2019. Disponível em: <https://nodejs.org/en/about/>. Acesso em: 13 ago. 2019.

PAZ, Fábio J. *et al.* Perspectivas tecnológicas para o aprimoramento de chatbots educacionais em AIML. **Rev. iberoam. tecnol. educ. educ. tecnol.**, La Plata, n. 20, p. 7-15, dic. 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-99592017000200002&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 5 ago. 2019.

PORTO, Tania Maria Esperon. Televisão e escola: escolas paralelas? **Comunicação e Educação**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 25-36, set./dez. 1995.

PRENSKY, Marc. **Aprendizagem baseada em jogos digitais**. São Paulo: Senac, 2012.

TELEGRAM MESSENGER LLP (Dubai). **Telegram**. 2019. Disponível em: <https://telegram.org>. Acesso em: 13 ago. 2019.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Os aspectos transformadores de novas tecnologias no contexto da prática educativa

Diogo Sandret da Costa Fonseca

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: advsandret@gmail.com

Palavras-chave: Educação. Aluno. Tecnologias.

Introdução

O presente estudo tem o objetivo de abordar uma síntese da influência dos recursos tecnológicos como forma de contribuição à educação, uma vez que estimula o interesse e a aprendizagem do aluno.

Para a realização do trabalho, foi utilizado um método dedutivo, além de uma metodologia voltada ao levantamento bibliográfico de livros, revistas e sites especializados.

Existe uma problemática se o manuseio de novas tecnologias pode contribuir para o comodismo, ao deixar eventualmente o aluno desenvolver habilidades de criatividade, raciocínio e autonomia.

As novas tecnologias representam um papel fundamental para um melhor desempenho do aluno em sala de aula

Interligação das novas tecnologias com a educação

A sociedade pós-moderna está inserida em um contexto informacional, com novas formas de agir, pensar e comunicar-se, proporcionando um melhor desenvolvimento social, cultural e econômico.

No trabalho pedagógico desenvolvido com o uso da tecnologia, o professor é o profissional que vai ajudar na compreensão, utilização, aplicação e avaliação crítica das inovações, em um sentido amplo. Assim, o professor, em relação às novas tecnologias, tem o papel de utilizá-las de maneira criativa, por meio de atividades que podem colaborar para tornar suas aulas dinâmicas e atrativas. Assim, o aluno terá condições de entrar em contato com material diversificado e construir novos conceitos (MOREIRA; MASINI, 2006, p. 33).

Cabe apontar que o entrelaçamento entre a tecnologia e a educação é fundamental para uma aprendizagem mais contextualizada e significativa em relação à formação do cidadão.

As tecnologias em geral, das mais simples às mais sofisticadas, ampliam o potencial humano, seja físico, seja intelectual. As tecnologias empregadas com um fim educacional colaboram nesse sentido, ampliando as possibilidades de o professor ensinar e de o aluno aprender. Da lousa e giz a computadores ligados à internet, muitas são as tecnologias que, se utilizadas adequadamente, podem auxiliar no processo educacional (KAMPPFF, 2012).



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Acredita-se que a implementação de novas tecnologias no mundo acadêmico influencia positivamente a sala de aula, uma vez que viabiliza uma transmissão de conhecimento mais dinâmica, eficaz e atrativa.

Os vínculos entre práticas educativas e processos comunicativos estreitaram-se consideravelmente no mundo contemporâneo, ao menos por duas fortes razões: os avanços tecnológicos na comunicação e informática e as mudanças no sistema produtivo envolvendo novas qualificações e, portanto, novas exigências educacionais (LIBÂNEO, 1998).

O desenvolvimento de novas práticas pedagógicas cabe ao professor, visando despertar, com isso, uma maior interação do aluno em sala de aula.

A prática pedagógica do professor, ao utilizar as novas tecnologias no meio educacional, precisa considerar o interesse do aluno, bem como a liberdade para que este possa criar, escolher e fazer suas próprias produções. Cabe ao professor desenvolver sua prática pedagógica visando estimular seu aluno a querer aprender, a conhecer, enfim, a buscar (FREIRE, 2002).

Em outro momento, cabe destacar o posicionamento de Mercado (1999, p. 20):

Na formação de professores, é exigido dos professores que saibam incorporar e utilizar as novas tecnologias no processo de aprendizagem, exigindo-se uma nova configuração do processo didático e metodológico tradicionalmente usado em nossas escolas nas quais a função do aluno é a de mero receptor de informações e uma inserção crítica dos envolvidos, formação adequada e propostas de projetos inovadores.

A introdução de novos aspectos metodológicos em sala de aula é de suma importância no contexto educacional, uma vez que fomenta um ensino de qualidade diante das novas realidades sociais.

As velozes transformações tecnológicas da atualidade impõem novos ritmos e dimensões à tarefa de ensinar e aprender. É preciso que se esteja em permanente estado de aprendizagem e de adaptação ao novo. Não existe mais a possibilidade de considerar-se alguém totalmente formado, independentemente do grau de escolarização alcançado (KENSKI, 1998).

É possível perceber que os avanços tecnológicos de informação e comunicação, bem como a educação, caminham conjuntamente em nosso Estado democrático de direito.

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) oferecem recursos para favorecer e enriquecer as aplicações e os processos, principalmente na área de educação. A adoção dos recursos das TICs para a aprendizagem abre novas possibilidades para complementar a educação formal (CARITÁ; PANDOVAN; SANCHES, 2011).

No que tange à comunicação e à informação, deve-se trazer à baila o entendimento de Moran (1995, p. 26):

Na comunicação, as tecnologias não substituem o professor, mas modificam algumas das suas funções. O professor transforma-se agora no estimulador da curiosidade do aluno por querer conhecer, por pesquisar, por buscar a informação mais relevante. [...]. Transforma informação em conhecimento e conhecimento em saber, em vida, em sabedoria – o conhecimento com ética [...] o processo de ensino-aprendizagem ganha, assim, um dinamismo, inovação e poder de comunicação inusitada.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Com o advento das novas tecnologias na seara da educação, é possível perceber que existe um auxílio para uma melhor performance do professor nas salas de aula, podendo trazer novas didáticas estimuladoras.

Conclusão

Com os avanços tecnológicos contemporâneos, verifica-se a necessidade de o professor avaliar e conhecer o potencial das diversas mídias disponíveis, com o intuito de uma construção efetiva do conhecimento.

O valor da tecnologia na educação é derivado inteiramente da sua aplicação. Saber direcionar o uso da internet na sala de aula deve ser uma atividade de responsabilidade, pois exige que o professor preze, dentro da perspectiva progressista, a construção do conhecimento, de modo a contemplar o desenvolvimento de habilidades cognitivas que instigam o aluno a refletir e compreender, conforme acessam, armazenam, manipulam e analisam as informações que sondam na internet (ARAÚJO, 2005).

As novas tecnologias criam novas chances de reformular as relações entre alunos e professores e de rever a relação da escola com o meio social, a diversificar os espaços de construção do conhecimento, ao revolucionar os processos e as metodologias de aprendizagem, permitindo à escola um novo diálogo com os indivíduos e com o mundo (MERCADO, 1999).

Diante das ponderações trazidas, salienta-se que a introdução de novas tecnologias no contexto da prática educativa representa um grande avanço na sociedade, contudo deve ser empregada pelo professor uma dosimetria na utilização de recursos tecnológicos para evitar um comodismo do aluno.

Referências

ARAÚJO, Rosana Sarita de. Contribuições da metodologia WebQuest no processo de letramento dos alunos nas séries iniciais no ensino fundamental. *In*: MERCADO, Luís Paulo Leopoldo (Org.). **Vivências com aprendizagem na internet**. Maceió: EDUFAL, 2005.

CARITÁ, Edilson Carlos; PADOVAN, Victor de Toni; SANCHES, Leandro Manuel Pereira. Uso de redes sociais no processo ensino-aprendizagem: avaliação de suas características. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL ABED, 17., 2011, Manaus. **Apresentação oral...** Manaus, 2011. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2011/cd/61.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KAMPPFF, Adriana Justin Cerveira. **Tecnologia da informação e comunicação na educação**. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

KENSKI, Vani Moreira. Novas tecnologias: o redimensionamento do espaço e do tempo e os impactos no trabalho docente. **Revista Brasileira de Educação**, n. 8, p. 58 -71 maio/ago. 1998.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MERCADO, Luiz Paulo Leopoldo. **Formação continuada de professores e novas tecnologias.** Maceió: EDUFAL, 1999.

MORAN, José Manuel. Novas tecnologias e o reencantamento do mundo. **Tecnologia Educacional**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 126, p. 24-26, set./out. 1995.

_____. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.

MOREIRA, Marco Antonio; MASINI, Elcie Aparecida Fortes Salzano. **A teoria da aprendizagem significativa e sua implementação em sala de aula.** Brasília: UnB, 2006.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Ética, tecnologias sociais e sustentabilidade

Enrique Viana Arce

Faculdade de Tecnologia de Americana (FATEC)

E-mail: enriquevianaarce@gmail.com

Palavras-chave: Sustentabilidade. Tecnologias sociais. Razão tecnológica.**Introdução**

As pesquisas que serão relatadas foram realizadas ao longo de 10 anos, dentro do programa de Regime de Jornada Integral (RJI), oferecido pelo Centro Paula Souza, para as diversas FATECs de São Paulo – neste caso FATEC de Americana.

Um dos pontos desse programa é a exigência que as pesquisas estabeleçam uma relação entre teoria e prática com a educação, tecnologia e políticas públicas nas localidades onde estão sendo desenvolvidos os estudos, assim alinhados como pesquisa, ensino e extensão.

A primeira inquietação começa com a reflexão dos desafios que a fundação da ciência moderna no século XVII trouxe consigo com as descobertas científicas e tecnológicas que doravante irão ocorrer, notadamente, nas relações entre o homem e a natureza, e que vão redefinir, nos séculos seguintes, a conduta da ciência, sociedade, economia e política.

O itinerário da razão tecnológica

O momento inaugural da primeira pesquisa abordou duas grandes áreas da razão e da prática: a ética e a tecnologia. Ambas foram contextualizadas no âmbito da filosofia da tecnologia, campo que se preocupa com a questão da inserção cada vez maior do mundo das coisas no mundo da vida.

A ética foi apresentada a partir dos fundamentos do ethos, instituído na civilização grega e ampliado de sentido e significação na Idade Média a partir da intersecção com o ethos cristão, condição que, historicamente, formou a definição e a compreensão da categoria da pessoa como ser humano pleno. Esse conjunto é denominado ethos tradicional.

Em seguida, esse contexto foi confrontado com as discussões que ocorreram após o século XVII, quando os parâmetros da ciência moderna e suas possibilidades, agora vinculadas exclusivamente ao fazer técnico, retiraram os principais valores, significados e direção, que procuravam nortear o sentido da essência e existência do homem na vigência do ethos tradicional no Ocidente.

A nova morada do homem, doravante conduzida pela ciência e técnica, será o ethos tecnológico. Nesse segmento, fez-se a exposição de um cenário de esvaziamento do ser em detrimento do

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

fazer e sua concentração no ter, pois esse novo ethos estará cada vez mais vinculado ao industrialismo. Notadamente após o século XVIII, ele terá como principal objetivo o mercado, regido por valores estritamente econômicos. Para análise, o horizonte ético escolhido foi o da ética filosófica já visitada e frequentada durante o doutorado.

O segundo momento desta pesquisa tratou das questões relacionadas aos significados da tecnologia e seus campos de aquisição e atuação. Nesse sentido, a primeira possibilidade de adquirir tecnologia é a direta, que parte da educação direcionada para a ciência e permite a ampliação e o aprimoramento dos campos de pesquisa e o desenvolvimento para a aquisição de tecnologia, que é utilizada na economia industrial. A segunda maneira é a indireta, que é promovida a partir dos problemas e das necessidades que surgem durante os processos de criação e desenvolvimento de produtos nas indústrias e, em virtude disso, vão buscar ideias e soluções nas universidades (educação), o que permite o aprimoramento da tecnologia, a qual retorna para a indústria desenvolvendo a inovação nos produtos.

Para a explanação e a ampliação desse quadro, filiou-se a definição que considera a tecnologia uma ciência social aplicada – campo que trata da gestão organizacional como uma tecnologia social. Uma vez levantadas essas questões, o passo seguinte buscou identificar as percepções de tecnologia social, pois acredita-se ser possível uma intersecção com a educação tecnológica, que, em conjunto, pode contemplar a necessidade de uma prática ética, desde a formação do tecnólogo até a sua atuação nas organizações.

No segundo estudo, desenvolveu-se a “teoria relacional”, que visou estabelecer um nexo de associação entre a tecnologia social, a logística reversa e a gestão de resíduos sólidos como tecnologias da sustentabilidade, contexto que surge a partir dos problemas decorrentes do crescimento da atual sociedade de consumo.

Demonstrou-se que as bases do modelo sociocultural contemporâneo, que tornou compacto o solo da logística reversa e a gestão de resíduos sólidos como tecnologias sociais, estão fincadas no aumento desenfreado do consumo, lastreado por um modelo industrial linear com base no extrair, produzir e descartar, condição que levou à saturação da natureza por resíduos de todos os tipos e tamanhos e permitiu, por sua vez, a possibilidade da escassez de recursos, fazendo surgir, desse modo, a necessidade de desenvolver soluções práticas como respostas estratégicas e tecnológicas às ameaças desse modelo sociocultural.

A terceira pesquisa se fundamentou nos resultados de uma iniciação científica que buscou as razões de ser e existir das hortas urbanas de Americana, detectando que estas não tinham participação nos campos da agroecologia, empreendedorismo social e gestão comunitária. A partir dessa constatação, buscou-se, de maneira ampliada, identificar as causas de uma possível resistência à inserção desses temas.

Para isso, abordou-se o estado da arte das hortas da cidade de Americana e sua relação com a agroecologia, o empreendedorismo social e a gestão comunitária, a questão da resistência a mudanças, com a elaboração de um histórico do surgimento dessas hortas na cidade.

O objetivo principal da parte teórica foi entender para sumarizar os principais assuntos que movimentam esses três campos, para, assim, fazer uma divulgação entre os plantadores, a comunidade acadêmica e a comunidade em geral, com a colaboração da administração pública da cidade, condição que foi alcançada. O segundo objetivo, observado a partir de uma pesquisa empírica, foi a constatação de que

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



há, sim, uma resistência aliada a um desconhecimento e desinteresse desses assuntos, fundamentados na mesma característica cultural das organizações brasileiras, detectada na pesquisa anterior que é, entre outras, a busca imediata de resultados.

A pesquisa atual em andamento trata da questão do consumo consciente entre jovens em idade escolar, que será feita em duas escolas particulares e duas públicas. O referencial teórico não parte de uma definição do que é o consumo consciente, mas de esse conceito ser, por definição, ambivalente e, por isso mesmo, difícil levar a resultados favoráveis no sentido de impedir o consumismo e suas consequências que desafiam os campos visitados nos estudos anteriores.

Considerações finais

Em síntese, pode-se afirmar que o modelo industrial e cultural vigente carrega consigo, de maneira dialética, suas próprias ameaças e contradições que inviabilizam as propostas de solução criadas pelo próprio modelo para sua condição de sobrevivência.

Referências

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARTHOLO JR., Roberto; BURSZTYN, Marcel. Prudência e utopismo: ciência e educação para a sustentabilidade. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **Ciência, ética e sustentabilidade**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 159-188.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**. São Paulo: Editora 34, 2010.

BOETTINGER, Henry M. O impacto da tecnologia. In: DRUCKER, Peter. **Formação de dirigentes**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1970.

BORNHEIM, Gerd. **Dialética teoria e práxis**. Porto Alegre: Globo, 1997.

BUNGE, Mario. **Epistemologia**. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1980.

BURTT, Edwin Arthur. **As bases metafísicas da ciência moderna**. Brasília: Editora UnB, 1991.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar (Org.). **Fronteiras da ética**. São Paulo: Senac, 2002.

CUPANI, Alberto. A tecnologia como problema filosófico: três enfoques. **Scientia Studia**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 493-518, 2004.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flavio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE JR., Antonio *et al.* **Tecnologia social: estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 15-64.

ELLUL, Jacques. **La edad de la técnica**. Barcelona: Octaedro, 2003.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernidade**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FEENBERG, Andrew. **O que é filosofia da tecnologia**. 2003. Disponível em: https://www.sfu.ca/~andrewf/Feenberg_OQueEFilosofiaDaTecnologia.pdf. Acesso em 28 out. 2010.

KHATOUNIAN, Carlos. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Pedagogía crítica, mediación pedagógica y aprendizaje en modalidad virtual: estudio de caso sobre la capacitación de docentes de educación intercultural bilingüe

Ivonne López Cepeda

UPS, Ecuador

E-mail: ilopez@ups.edu.ec

Palabras clave: Educación intercultural bilingüe. Interculturalidad crítica. Pedagogía crítica. Mediación pedagógica. Modalidad virtual.

Introducción

Este trabajo parte de la investigación sobre las dinámicas de enseñanza aprendizaje implementadas en el Programa de Formación Continua en Conocimientos Ancestrales para la Educación Intercultural Bilingüe-EIB, ejecutado en modalidad virtual, entre junio y octubre de 2016, dirigido a docentes del Sistema de EIB en Ecuador, ofertado por la Universidad Politécnica Salesiana (UPS) y coordinado con el Ministerio de Educación. El curso consistió en cuatro módulos con autoría de la Dirección Nacional de Educación Intercultural Bilingüe (DINEIB). En esta presentación se explican exclusivamente los hallazgos sobre los principios pedagógicos y las formas de mediación pedagógica y comunicacional en el entorno virtual derivadas de la estrategia de aprendizaje experiencial aplicada en el módulo Cosmovisión de los Pueblos y Nacionalidades del Ecuador.

Se trató de una investigación socio-pedagógica (NEUSER, 2014, p. 95), y consistió en la sistematización de datos obtenidos en las aulas virtuales, sobre el nivel de actividad de docentes y cursantes, las formas de participación y su contenido; mientras que, el acercamiento al contexto se hizo mediante entrevistas a docentes de la UPS y a cursantes con mayor población en el programa y ubicados en la comunidad San Lucas en la provincia de Loja.

Desarrollo

Fundamentos teóricos del estudio

En primera línea se parte de la interculturalidad crítica como proyecto político de la EIB de base, que pretende ser “estrategia, acción y proceso permanentes de relación y negociación, en condiciones de respeto, legitimidad, simetría, equidad e igualdad” (WALSH, 2010, p. 79). Así mismo, las políticas de la EIB, en una de sus líneas, se orientan hacia una transformación y reivindicación cultural (GRANDA,



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



2016) y epistemológica (DE SOUSA-SANTOS, 2009), pues se contraponen a las lógicas del pensamiento occidental monocultural que otorga rango superior al conocimiento científico moderno frente a otras formas del saber. En complemento, la educación propuesta por Freire es un quehacer pedagógico-político para una lectura crítica del mundo, ampliada a todos los contextos sociales y con participación de los oprimidos, racializados y colonizados (WALSH, 2013).

En segunda línea, se considera la mediación pedagógica basada en el modelo constructivista, donde el conocimiento científico es una construcción de múltiples realidades individuales organizadas en esquemas mentales teóricos (DE ZUBIRÍA, 2006). En este marco es útil el concepto de aprendizaje experiencial que Kolb propone como secuencia de cuatro etapas: experiencia concreta, observación-reflexión, conceptualización abstracta y experimentación activa, que favorecen la construcción social del conocimiento (CAPACHO, 2011).

Por otro lado, el proceso de mediación virtual implica: interacción-colaboración entre sujetos, interactividad sujeto-pantalla (CAPACHO, 2011), otras formas educativas y comunicativas implementadas en espacios físicos y digitales (APOLO; BAYÉS; HERMANN, 2016) Todo esto hace necesarios el uso de narrativas digitales transmedia y la alfabetización mediática (SCOLARI, 2016), para esto, el audiovisual opera como estrategia de retroalimentación de las experiencias, genera metarreflexión, resulta herramienta de investigación del contexto comunitario y favorece al aprendizaje integral compartido entre educador y educando (PONCE, 2006).

Resultados de la actividad de práctica y experimentación

Se presentan los resultados de la actividad que consistió en el registro audiovisual de un ritual de limpiezas energéticas y su publicación en YouTube; luego, entrega en el aula virtual de un informe donde se interpretaran los principios de la cosmovisión estudiados en el módulo; debía incluirse el enlace al video para conocimiento de los docentes-tutores.

Pedagogía crítica y educación intercultural

Se cumple parcialmente la EIB como forma política y estrategia de negociación entre el pensamiento científico académico y las epistemologías que se abordaron en el curso, debido a que el diseño del mismo fue coordinado por un equipo tecno-pedagógico de la UPS-Quito y autores de la DINEIB, sin participación de todos los docentes-tutores, quienes en las entrevistas expresaron dificultad para apropiarse de las finalidades del curso y para conciliar el lenguaje académico con la comunicación escrita de los cursantes que presentaron bajo desarrollo de competencias de lectoescritura del español. Otro aspecto es que no se entregaron contenidos propios ni en lenguas originarias, lo que contradice al propósito de la reivindicación epistémica de la EIB.

De todos modos, la experiencia motivó a varios docentes-tutores para realizar la sistematización y el estudio de los rituales compartidos por los participantes. Esto podría interpretarse como una reivindicación epistemológica de los otros saberes, pues de esta forma ingresaron a la producción académica. Sin embargo, ratifica la política contradictoria de la EIB institucionalizada, ya que no se profundizó en verificar la apropiación de los conocimientos ancestrales en el territorio.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Pedagogía crítica y mediación pedagógica

Las instrucciones de la actividad y la rúbrica de evaluación detallaron las pautas de reflexión de la experiencia y su relación con los contenidos del módulo, sin embargo fue fundamental la mediación docente para que las realidades individuales se organicen en esquemas mentales compartidos.

De esta mediación, en un solo grupo se observó un rol docente alineado con el enfoque de la educación como quehacer pedagógico-político, ya que en la retroalimentación fomenta la reflexión crítica del participante, motiva a profundizar, incita a tomar postura teórica y política. Este enfoque fue confirmado durante la entrevista al docente.

Finalmente, el aprendizaje experiencial situado al contexto resultó significativo para los cursantes entrevistados, pues manifestaron que esta actividad permitió la construcción de conocimientos, debido a la reflexión de lo observado y la conceptualización abstracta mediada por los docentes; en cambio, la experimentación activa posibilitó la alfabetización transmedia que ha sido fundamental para capacitaciones virtuales posteriores.

Conclusiones

La EIB como institución toma los principios de la interculturalidad crítica como proyecto político, sin embargo, requiere de procesos de sistematización y divulgación de los conocimientos ancestrales en las lenguas originarias, de manera que se reivindicuen las otras epistemologías.

El aprendizaje experiencial en modalidad virtual permite concretar una educación coherente con la pedagogía crítica y la construcción social del conocimiento en comunidad.

El uso de la narrativa transmedia facilita la mediación pedagógica y ayuda al diálogo entre el lenguaje académico y el propio de la vivencia comunitaria.

Referencias

APOLO, Diego; BAYÉS, Marc; HERMANN, Andrés. Cambios educativos en los procesos de lectura digital: la pedagogía del ciberespacio como estrategia de procesamiento de contenidos en la era de internet. *Redes*, Sevilla, n. 12, p. 223-239, mar. 2016.

CAPACHO, Jose. **Evaluación de Aprendizajes en Espacios Virtuales-TIC**. Bogotá: Universidad del Norte, 2011.

DE SOUSA-SANTOS, Boaventura. **Una epistemología del Sur**: la reinención del conocimiento y la emancipación social. Buenos Aires: CLACSO/Siglo XXI Editores, 2009.

DE ZUBIRÍA, Julian. **Los modelos pedagógicos**: hacia una pedagogía dialogante. Bogotá: Cooperativa Editorial Magisterio, 2006.

GRANDA, Sebastian. Estado, educación y pueblos indígenas en los Andes ecuatorianos. *Alteridad*, v. 11, n. 2, p. 221-230, 2016.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



NEUSER, Heinz. Problemática de los métodos cualitativos de investigación en el campo socio-pedagógico. **Paideia**, n. 55, p. 71-96, jul./dic. 2014.

PONCE, Malvina. Pedagogía social, un desafío contemporáneo en la acción educativa. *In*: CHACÓN, Gerardo. **Pedagogía social latinoamericana**: nuevas perspectivas didácticas y metodológicas para la formación de pedagogos sociales. Riobamba, EC: Servicio Académico Alemán, DAAD, Lapso, 2006. p. 76-87.

SCOLARI, Carlos. Alfabetismo transmedia. Estrategias de aprendizaje informal y competencias mediáticas en la nueva ecología de la comunicación. **TELOS**, Madrid, n. 103, p. 12-23, feb./may 2016.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y educación intercultural. *In*: VIANÑA, Jorge; TAPIA, Luis; WALSH, Catherine. **Construyendo interculturalidad crítica**. La Paz: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, 2010.

_____. **Pedagogías decoloniales**. Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito: Abya-Yala, 2013.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Letramento digital: contribuição para a formação empreendedora e para a avaliação do ensino superior tecnológico

Maria Auxiliadora de Freitas Bastos Matias

Faculdade de Tecnologia de Cruzeiro - “Prof. Waldomiro May” (FATEC)

E-mail: maria.matias@fatec.sp.gov.br

Regiane Souza Camargo Moreira

Faculdade de Tecnologia Estadual de Guaratinguetá (FATEC)

E-mail: regianecamargo@fatecguaratingueta.edu.br

Vanessa Cristhina Gatto Chimendes

Faculdade de Tecnologia Estadual de Guaratinguetá (FATEC)

E-mail: vanessa@fatecguaratingueta.edu.br

Palavras-chave: Metodologias ativas. Plickers. Kahoot. Empreendedorismo. Avaliação.

Introdução

A maneira de desenvolver o processo de ensino e aprendizagem vem sendo modificado ao longo dos anos. A comunidade escolar investiga, de forma minuciosa e incansável, novas práticas pedagógicas e recursos atraentes. Hoje, para o novo estudante, faz-se necessário utilizar várias metodologias no processo de aprendizagem. Para este estudo, o questionamento central foi de que modo a gamificação pode contribuir como instrumento avaliativo para o ensino superior tecnológico.

Considerando o desenvolvimento das habilidades sociais trabalhadas com a gamificação, elas vão ao encontro das habilidades necessárias na formação empreendedora, tais como: assertividade, comunicação, criatividade, persistência, entre outras. As atitudes e as posturas empreendedoras devem ser estimuladas. Todas as habilidades trabalhadas no curso são características empreendedoras fundamentais no pensamento das escolas de empreendedorismo, por exemplo: habilidade para lidar com pessoas, capacidade de comunicação, trabalho em equipe, liderança, negociação, busca de informações, tomada de decisão em contextos econômicos, políticos, culturais e sociais distintos.

A evolução das tecnologias digitais de comunicação tem transformado a sociedade, inclusive a educação. Em decorrência dessa explosão tecnológica, busca-se a inovação do ensino superior tecnológico por meio de ferramentas de trabalho digital, em especial dos jogos interativos que oportunizam ao aluno o desenvolvimento da metodologia ativa e, por conseguinte, o papel de protagonista na construção do seu processo de ensino e aprendizagem.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE AMERICANA
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



A era da informação começou a ceder espaço à era da inovação, ou seja, a um novo panorama repleto de possibilidades, conexões e ampliação do potencial humano, a qual traz consigo profundas transformações e, conseqüentemente, novos desafios. Nesse cenário, esta pesquisa pretende observar como o conectivismo surge para responder às limitações das teorias de aprendizagem anteriores à aprendizagem da era digital.

Desenvolvimento

A pesquisa tem como objetivo discorrer sobre a relevância do ensino por meio da gamificação, utilizando como ferramenta de trabalho alguns jogos interativos como Plickers e Kahoot!, a fim de refletir sobre as estratégias e as ações que contribuem para a avaliação e a reestruturação do processo de ensino e aprendizagem.

Para Gabriel (2013), é fundamental que o olhar do educador esteja voltado para os impactos das mudanças causadas pela disseminação e inserção das plataformas e das tecnologias na sociedade. Dentro dessa perspectiva, o professor não é o provedor de conteúdo, e sim um catalisador de reflexões e conexões para os seus estudantes nesse ambiente complexo, rico e poderoso.

De acordo com Bacich e Moran (2018), uma integração é necessária, a de prever processos de comunicação mais planejados, organizados e formais com outros mais abertos. Os jogos de criação digital na escola funcionam como espaços de afinidades, com um engajamento das habilidades e competências necessárias, já que se constituem como locais nos quais os estudantes têm interesses comuns e se autorregulam ao longo do trabalho, a partir dos objetivos específicos negociados com o professor.

Padrão semelhante pode ser observado por Siemens (2004), que aborda uma teoria de aprendizagem para a idade digital. Nela o conectivismo apresenta um modelo que reconhece as mudanças tectônicas na sociedade, em que a aprendizagem não é mais uma atividade interna, individualista. O modo como o aluno nativo digital estuda é alterado quando se utilizam novas ferramentas.

Desse ponto de vista, Siemens (2004) acredita que o campo da Educação tem sido lento em reconhecer tanto o impacto das novas ferramentas de aprendizagem como as mudanças ambientais, no qual tem significado a aprendizagem. O conectivismo fornece uma percepção das habilidades e tarefas de aprendizagem necessárias para os estudantes florescerem na era digital.

No que tange à metodologia ativa como ferramenta de trabalho no processo de ensino e aprendizagem, pode-se inferir os jogos interativos Plickers e Kahoot! como uma novidade na avaliação em relação ao ensino superior tecnológico, porque o grau de integração e motivação dos estudantes por intermédio de um dispositivo de aprendizagem móvel é mais significativo (embora configure uma metodologia “antiga”), além de proporcionar momentos de afinidade entre os estudantes.

Tanto o Plickers quanto o Kahoot! são plataformas de criação de questionário, pesquisa e quiz. Fundamentados em jogos com perguntas de múltipla escolha, permitem aos educadores e estudantes investigar, criar, colaborar e compartilhar conhecimentos. As presentes ferramentas digitais funcionam em qualquer dispositivo tecnológico modo off-line (Plickers) e on-line (Kahoot!), são gratuitos na web, o que permite o uso de quiz na sala de aula para a ativação e o envolvimento os estudantes em diversas discussões no espaço escolar, inclusive como instrumento avaliativo.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

O professor pode usar ambos os jogos interativos de muitas guisas, dependendo dos seus objetivos avaliativos educacionais. O quiz é o tipo mais comum; nele cada questão pode ter uma imagem associada ou vídeo e duas a quatro respostas de múltipla escolha.

Entre as características dessas plataformas estão: apps que aliam a vertente do jogo à aprendizagem; uso no modo on-line e off-line; autonomia do professor em determinar o tempo de resolução para cada questão; a atividade no datashow em que é mostrado o desempenho dos estudantes; download dos resultados em uma planilha Excel, um possível documento avaliativo.

A aplicação dos jogos interativos como instrumentos avaliativos foi realizada durante o segundo semestre de 2018 e o primeiro semestre de 2019. A intervenção se deu durante meia hora (uma vez a cada 15 dias) com as turmas de Espanhol I e Espanhol II, nos cursos superiores tecnológicos de Eventos, na FATEC “Prof. Waldomiro May”, e de Gestão Empresarial, na FATEC Guaratinguetá. Os estudantes de cada turma vinham de uma sequência de aulas que abordaram conceitos morfossintáticos, lexicais e interpretações textuais com diferentes gêneros.

Os dados coletados foram de caráter quantitativo e qualitativo, buscando analisar a opinião dos estudantes quanto ao uso das ferramentas digitais durante a implementação de um conteúdo. Dessa forma, as informações referentes à aplicação do conteúdo, de cunho quantitativo, foram realizadas por meio das ferramentas Plickers e Kahoot!. Já os dados qualitativos, que dizem respeito à opinião dos estudantes no que se refere à utilização das ferramentas como instrumentos avaliativos, foram registrados em diário de campo, tendo sido considerados os discursos e as reações à metodologia desenvolvida.

Foram utilizadas dezenas de questionários avaliativos com testes conceituais e interpretativos. Cada questão foi projetada no quadro a partir do site, mostrando o enunciado e as opções de maneira clara. Os dados avaliativos foram coletados e armazenados automaticamente durante a realização da intervenção pedagógica por intermédio dos aplicativos Plickers e Kahoot!. Esses dados avaliativos foram então exportados para planilhas e analisados quanti-qualitativamente, considerando o aumento ou a diminuição no número de respostas corretas dadas pelos alunos ao longo das atividades.

Conclusão

O desenvolvimento da pesquisa permitiu responder ao questionamento inicial e alcançar os objetivos propostos. A análise dos dados evidenciou que letramento digital é ter autonomia em tecnologia, não apenas em relação ao uso de ferramentas digitais, mas também pela busca constante por caminhos organizacionais do conhecimento, que, por ser um organismo vivo, não existe controle absoluto.

Para efetivamente trabalhar com tecnologia, o professor não precisa ter o pleno domínio em termos de uso de ferramentas digitais, mas é recomendável que ele entenda a usabilidade delas.

Ao abordar atividades com gamificação, em especial os jogos interativos Plickers e Kahoot!, é visível o entusiasmo dos alunos com as propostas de trabalho, mesmo com aplicabilidade avaliativa. Tal envolvimento ocorre pelo motivo de estarem completamente conectados ao ambiente virtual. Os jogos promovem a aprendizagem por meio da experiência, fundamental para a formação da educação empreendedora.

As instituições de ensino precisam caminhar juntas com a tecnologia; nesse sentido, é preciso repensar a metodologia, entender que os estudantes necessitam de novidade e velocidade, mas também de direcionamento. A partir desta pesquisa, fica claro que tal temática, no entanto, ainda tem espaço para

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



novas investigações e novas reflexões, pois são poucos os teóricos que se dedicam a analisar o uso de novas ferramentas digitais voltadas para avaliação e um melhor desenvolvimento do aluno no seu processo de ensino e aprendizagem, no qual ele passa de simples espectador a protagonista em potencial.

Referências

BACICH, Lilian; MORAN, José (Orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello (Orgs.). **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**, Porto Alegre: Penso, 2015.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília: MEC, 2016, Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=44501-cncst-2016-3edc-pdf&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 19 jan. 2019.

COSTA, Giselda. **Kahoot!**: Um gameshow em sala de aula. 14 fev. 2016. Disponível em: www.giseldacosta.com/wordpress/kahoot-um-gameshow-em-sala-de-aula/. Acesso em: 19 jan. 2019.

GABRIEL, Martha. **Educ@r - a (r)evolução digital na educação**. São Paulo: Saraiva, 2013.

PETTIT, Thomas; SANTOS, Gilberto. 2013, A aprendizagem não formal da língua estrangeira usando o smartphone: por quê voltamos a metodologias do século XIX? *In*: SIMPÓSIO HIPERTEXTO E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO, 5., 2013, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife, 2013.

SIEMENS, George. **Uma breve história da aprendizagem em rede**. 2008. Disponível em: http://pt.slideshare.net/augustodefranco/uma-breve-historia-da-aprendizagem-em-rede?qid=3a4d-6029-e52c-4435-9411-9d813e15f500&v=&b=&from_search=1. Acesso em: 19 jan. 2019.

_____. **Uma teoria de aprendizagem para a idade digital**. 12 dez. 2004. Disponível em: [http://usuarios.upf.br/~teixeira/livros/conectivismo\[siemens\].pdf](http://usuarios.upf.br/~teixeira/livros/conectivismo[siemens].pdf). Acesso em: 19 jan. 2019.

SILVA, Diego; SALES, Gilvandenys; BRAGA, Juscileide. “A utilização do aplicativo plickers como ferramenta na implementação da metodologia peer instruction”. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 4, n. 12, p. 502-516, 2018.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Eixo 7 - Educação Popular e Pesquisas Sociocomunitárias



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Aprender com a pesquisa: relato de experiência a partir do diálogo

Caroline Cristine de Lima Ardrim

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: carolineardrim@gmail.com

Resumo: Como não conhecemos a nós mesmos. Como não sabemos igualmente do outro que é nosso vizinho, usuário, aluno, parceiro de trabalho. Em um estudo anterior (Serviço social e educação popular: um estudo de caso de reconhecimento e centralidade de migrantes haitianos), busquei entender melhor o tema “imigração haitiana” e como ele se dá em nossa sociedade. Tive a experiência de que, por um lado, as pessoas migrantes estão em busca de compreender melhor a língua portuguesa e nossa cultura e, por outro, de apenas conhecer a nós, brasileiras e brasileiros. Busquei entender como esses sujeitos são reconhecidos e qual sua centralidade na sociedade, além de estigmas a que estão submetidos, como o fato de serem vistos como ameaça, como portadores de doenças, como usurpadores de empregos. Na busca por saber sobre o outro, pude perceber que nos encontramos e descobrimos mais sobre nós. O ato de amor para com o outro se dá na reciprocidade: da mesma forma que amamos a nós mesmos, o fazemos em relação ao outro. Freire (1967, p. 97) me deixou marcada ao dizer que “a educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”. A educação nos fortalece e nos reergue; a partir dela, podemos ser a resistência. Pesquisar, para mim, deve ter um sentido. Na verdade, desde que decidi fazer a diferença, tudo passou a ter um sentido. Um sentido coletivo, solidário e que promova a equidade, aspectos que são defendidos pela educação popular. Não queria/quero apenas conhecer o outro como sujeito na sociedade em que está inserido; não quero apenas saber de suas fragilidades, violências, dos preconceitos sofridos, dos motivos de sua incansável luta para Ser Mais. Quero parar e me reconhecer igualmente parte desse processo. Como dar centralidade à causa de imigração? Como dar centralidade ao feminicídio, à homofobia, à desigualdade expressa na questão social? Como centralizar vivências concretas em uma sociedade em que até eu mesma, como pessoa, tenho dificuldades em me reconhecer? E me questionando percebo que a pesquisa me traz isso. E me trouxe isto: conhecer o outro me fez me reconhecer e saber melhor o meu lugar. Nos encontros com os sujeitos, falando da vida, fomos compartilhando narrativas e recuperando nossa própria memória, em uma relação que foi se consolidando por meio de trocas mais significativas e verdadeiras, capazes de acordar o potencial criador silenciado dentro de nós (PEREIRA; PEREIRA, 2010). Descobri, no processo de pesquisar, que eu sou a resistência. Eu sou os imigrantes que deixam seus países por questões relacionadas à guerra, à política, à econômica, aos desastres ambientais. Eles são eu! E eu sou eles, que não preciso sofrer sua miséria para saber que todos somos dignos de uma vida justa e humana. Direitos humanos que nos interligam, que convergem e visam garantir a equidade e um outro mundo possível.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Palavras-chave: Pesquisa. Reconhecimento. Resistência.

Referências

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1967.

PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira; PEREIRA, Eduardo Tadeu. Revistando a História da Educação Popular no Brasil: Em Busca de um outro mundo possível. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 40, p. 72-89, dez. 2010.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

A inclusão começa na escola: serviço itinerante no município de Diadema

Isabel Cristina Gobetti

Mestranda do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: isagobetti9@gmail.com

Resumo: Muito se fala em educação inclusiva, mas incluir, de fato, demanda grande sensibilidade, cuidado e profissionalismo, além, é claro, do desejo de colaborar para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa no sentido de respeito à diversidade e de igualdade de oportunidades para todas as pessoas. Algumas iniciativas pautadas nesses princípios já vêm sendo desenvolvidas no Brasil. Nesse sentido, o objetivo da presente pesquisa de mestrado em Educação, em fase inicial, é o de conhecer alguns desses espaços, mais especificamente o Centro de Atenção à Inclusão Social (CAIS); o funcionamento do serviço de itinerância realizado por professoras de educação especial circunscrito nesse serviço, dentro das escolas comuns da Rede Municipal de Diadema; quais são os impactos para a educação do município; e seus desdobramentos na criação e/ou melhoria das políticas públicas que contribuam para a inclusão escolar e social. A metodologia utilizada tem enfoque qualitativo, sendo que a coleta de dados vem sendo realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e observação participante com as professoras interessadas, de modo a conhecer a prática do serviço itinerante e seus objetivos de forma aprofundada. A pesquisa justifica-se pelo fato de haver alguns obstáculos para garantia efetiva dos direitos educacionais a todos os sujeitos, com foco em estudantes com deficiência ou dificuldades acentuadas de aprendizagem a partir de ações de acompanhamento pedagógico, bem como o sucesso e as conquistas por meio das orientações aos professores, gestores escolares e responsáveis legais desses alunos. Os resultados esperados são o delineamento das demandas recebidas pela equipe da educação especial, quais os obstáculos enfrentados, as ações, a superação e o sucesso obtido no trabalho. Os resultados surgirão a partir de relatos das professoras do CAIS, professores e gestores das escolas comuns e também das famílias que passam a buscar direitos não apenas em educação, mas também nas áreas de saúde, de mobilidade, de esporte e lazer, ou seja, de seus direitos enquanto cidadãos.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Educação Popular. Itinerância.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **A educação popular na escola cidadã**. São Paulo: Editora Vozes, 2002.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019



**UNIDADE
AMERICANA**

Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



DIADEMA. Secretaria Municipal de Educação. Resolução SE nº 004, de 27 de dezembro de 2012. Estabelece normas e fixa diretrizes para a Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, modalidade da Educação Básica, para o Sistema de Ensino Municipal de Diadema. **Diário Oficial**, Diadema, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 35. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GLAT, Rosana; PLETSCH, Marcia. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do rio de Janeiro, 2012.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Mujeres indígenas y educación superior en Ecuador

José Ignacio Guamán A.

Universidad Politécnica Salesiana (UPS)

E-mail: josenacho3467@gmail.com

Resumen: En América Latina y Ecuador existen pocas investigaciones sobre mujeres indígenas y educación superior, así este trabajo presenta los aportes de la educación superior intercultural a la formación de maestras indígenas graduadas de la Carrera de EIB por la UPS. Los datos e información son parte del proyecto de investigación desarrollada por el Grupo de Investigación sobre Educación e Interculturalidad (GIEI) de la UPS, titulado: “Mujer indígena y educación superior: empoderamiento, autonomía y emancipación”. El objetivo principal de esta investigación es analizar el papel de la educación en el empoderamiento, autonomía y emancipación de las mujeres indígenas de las provincias de Cotopaxi, Pichincha e Imbabura y referenciar la reconstrucción de las trayectorias educativas de las mujeres indígenas para comprender como incide la educación superior a la formación de maestras indígenas en su contexto profesional, laboral, social y comunitario. Dentro de la metodología para la realización de esta investigación se ha tomado el enfoque cualitativo, de esta forma se trabajó a partir de entrevistas a profundidad y dos grupos focales a mujeres indígenas graduadas de la Carrera de EIB. A partir de esto se presenta teóricamente la idea de educación escolarizada como demanda prioritaria para los pueblos indígenas y una herramienta importante en el proceso organizativo y la inserción positiva de la estructura social, cultural, política y económica de las sociedades nacionales. La demanda educativa López (2001) para los pueblos indígenas estaba centrada en educación básica, con conocimientos básicos de la lengua escrita e idioma hegemónica. En las décadas de 1970 y 1980, en respuesta a la participación política de la población indígena se responde con una ampliación de la demanda educativa, desde la educación básica hacia la educación superior, en respuesta al aumento de bachilleres indígenas, los procesos acelerados de urbanización y la necesidad de sujetos profesionales para gestionar las organizaciones indígenas (ÁVILA; GRANDA; VILLAGÓMEZ, 2018). Por otro lado, en Ecuador las cifras de acceso a educación superior, muestran situaciones precarias el 26.7% de las mujeres indígenas son analfabetas. La población ecuatoriana con título profesional de grado, representa el 53.1% de mujeres y solamente el 1.15% son mujeres indígenas (INEC, 2010). Tomando en cuenta Villagómez (2019) la formación de profesoras en la UPS, ha tenido un recorrido histórico desde las primeras escuelas indígenas promovidas por Dolores Cacuango en 1940. En la década de 1990, surgen demandas de educación superior, creándose el Programa Académico Cotopaxi PAC, que se convertiría en la Carrera de EIB de la UPS (VILLAGÓMEZ, 2019). El acceso y la permanencia de las mujeres indígenas es muy limitada, el factor económico y la falta de políticas gubernamentales que propicien el acceso a la educación gratuita conllevan a las mujeres a acceder a la profesionalización en universidades de carácter particular, así también, otra barrera de acceso, es el modelo patriarcal que impera y se reproduce en las familias y en las comunidades indígenas. En el acceso a la educación superior



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



ha sido central apoyo la iglesia y organizaciones civiles y el tipo de oferta académica de la Carrera de EIB que incluye becas de estudio, modalidad de estudios a distancia y existencia de centros de apoyo en territorio.

Palabras clave: Educación superior. Población indígena. América Latina.

Referencias

ÁVILA, Diana; GRANDA, Sebastián; VILLAGÓMEZ, María Sol. Pueblos indígenas y educación superior en América Latina: estado del arte. **Revista de Ciências da Educação**, Americana, ano XX, n. 41, p. 37-58, 2018.

INEC - Instituto Nacional de Estadística y Censos. **Censo 2010**: una historia para ver y sentir. Quito: INEC, 2010.

LÓPEZ, Luiz Enrique. La cuestión de la interculturalidad y la educación Latinoamericana. *In*: REUNIÓN DEL COMITÉ REGIONAL INTERGUBERNAMENTAL DEL PROYECTO PRINCIPAL DE EDUCACIÓN EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 7., 2001, Santiago. **Ponencia presentada...** Santiago: UNESCO, 2001.

VILLAGÓMEZ, María Sol. **Profesoras indígenas**: aportes de la educación superior intercultural bilingüe a la formación docente. Políticas Públicas, autonomía y participación docente en contextos de transformación y cambio. Cuenca: Abya-Yala, 2019.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Silenciados da Pedagogia Social: formadores ou formados na Pedagogia Social?

Kenian Carvalho da Silva

Mestranda do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: semearseufuturo@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa teve como enfoque principal as memórias dos docentes, buscando os condicionantes das práticas culturais estruturadas na trajetória de vida dos professores em exercício ou não e como eles relatam e retratam as experiências formativas que tiveram. Além disso, pretende-se analisar os significados atribuídos pelos professores em exercício ou não que participaram do Programa Educa Brasil (PROEB) – convênio do governo estabelecido entre os municípios e as escolas particulares) – à experiência de formação proporcionada por meio desse programa, relacionando à Educação Sociocomunitária, em uma perspectiva reflexiva referente à dimensão teórica e prática das vivências e concepções pedagógicas dos profissionais docentes, de maneira a caracterizar as expectativas desencadeadas na trama de todo processo formativo identitário do professor. Ao centralizar a pesquisa em como os docentes experienciam suas vivências de formação e como concebem a Educação Sociocomunitária, este trabalho almeja compreender a diversidade de situações formativas e as memórias percebidas e identificadas pelos professores, as quais possibilitarão construir diversos perfis identitários do magistério. Com intuito de caracterizar e identificar essas percepções, foram aplicados questionários estruturados, complementados pelas entrevistas e pelo levantamento bibliográfico sobre o perfil socioeconômico, cultural e percepções sobre a Educação Sociocomunitária de 10 professores da educação infantil participantes do PROEB. Os dados serão dispostos em tabelas e quadros com base teórica em autores como Bourdieu, Dubar, Tardif, Huberman e Nóvoa, e com apoio de outras pesquisas já trabalhadas sobre o tema, apreciando-se as trajetórias desses professores com suas posições tanto no espaço social, com suas origens sociais e econômicas e seus hábitos culturais, quanto na relação do processo de profissionalização dentro do magistério, relacionando as dimensões sociocomunitárias, nas quais serão interligados percursos profissionais, à atual posição em que se encontram na carreira. Para Catani (1991), as perguntas e as reflexões dos professores sobre sua própria trajetória profissional ou sobre a natureza e os problemas de sua profissão poderiam sugerir uma “reinvenção de si”, ou seja, do professor – reinvenção favorecida, neste caso, pela utilização de instrumentos como: reflexão sobre memórias, estudos sobre imagens dos professores, identidade profissional, gênero e trabalho docente, e trajetórias de vida pessoal e profissional percorridas. Então, faz-se importante pensar: quais são as representações que os professores têm de seus processos formativos? E daí leva-se em consideração o que Ecléa Bosi (1994) chama de representação. Para a autora, a representação enquanto percepção depende fundamentalmente e se alimenta da relação sujeito e ambiente, e a memória permite a relação do sujeito com o passado, interferindo nas representações atuais. Assim, uma identidade profissional constrói-se com base na identificação social da profissão e também por meio



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019



**UNIDADE
AMERICANA**

Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



do significado que cada professor como ator e autor conferem à atividade docente em seu cotidiano de acordo com seus valores, seu modo de situar-se no mundo, sua história de vida, suas representações, seus saberes, suas angústias e seus anseios.

Palavras-chave: Educação Sociocomunitária. Percursos profissionais. Perspectiva reflexiva.

Referências

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CATANI, Denice Barbara. Pedagogia e museificação. **Revista USP**, São Paulo, n. 89, p. 22-36, fev. 1991.

CATANI, Denice Barbara *et al.* (Orgs.). **Docência, memória e gênero:** estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras. 1997.

NÓVOA, Antonio (Org.). **Vida de professores.** Porto: Porto Editora, 1992a.

_____. (Org.). **Profissão professor.** Porto: Porto Editora, 1992b.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



O evento da feira tecnológica como ferramenta estratégica de Educação Sociocomunitária e divulgação dos cursos técnicos à comunidade: estudo de caso na ETEC Benedito Storani

Maria Carolina Campanholi de Godoy Oliveira

Mestranda do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: mariacarolgodoy@gmail.com

Resumo: A comunicação é a forma de relacionamento e aprendizado entre os indivíduos e, no âmbito escolar, caracteriza-se pela natureza democrática e envolvimento da comunidade escolar com a sociedade. Quando realizada pela educação pública, oportuniza-se o estreitamento do relacionamento da escola com seu público. Entre os diversos meios destaca-se o evento da feira tecnológica como ferramenta estratégica de comunicação e divulgação dos cursos técnicos, capaz de fortalecer a imagem do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, promover vínculos e estreitar relacionamentos entre escola e sociedade, pautando-se em planejamento, organização e ações estratégicas para agregar a comunidade à vida escolar. Pode-se destacar que o evento, utilizado como meio de comunicação, é capaz de influenciar e impactar a imagem de uma instituição, privada ou pública, e propiciar relacionamentos com públicos de interesse. Segundo Melo Neto (1998), o evento é visto como uma ferramenta estratégica que busca divulgar e dar conhecimento do produto/empresa, além de provocar a consciência, a fidelidade ou a preferência de um produto. Seu diferencial, entre os outros meios de comunicação, dá-se pela capacidade de atingir de maneira exata públicos específicos no momento de sua realização, conforme afirmado por Hamam (2006, p. 130): “dificilmente qualquer outro meio de comunicação poderia atingir em cheio um público tão específico em uma só oportunidade”. Assim, partindo da ideia de que os eventos são relevantes como estratégias de transmissão de conhecimento e meio de comunicação, será questionado na pesquisa: a feira tecnológica valoriza a promoção de aprendizagem não formal e divulga à comunidade conhecimento técnico correspondente aos cursos ofertados na unidade escolar ETEC Benedito Storani, mesmo mediante escassos recursos financeiros preexistentes e pouco investimento público necessário para o evento? O enfoque deste trabalho é qualitativo, com uso da metodologia exploratória, realizando levantamento bibliográfico e busca de referenciais teóricos e análise de dados documentais, como cronograma das feiras tecnológicas durante os últimos cinco anos, bem como sua temática e seu público participante, além de observação direta de como se estabelece a relação aluno-comunidade, na busca por conexões que caracterizem a evolução das atividades e práticas de educação e comunicação. A pesquisa encontra-se em desenvolvimento, porém, em razão de minha atuação como professora e vivência com a comunidade escolar na estruturação dos eventos das feiras tecnológicas na ETEC Benedito Storani, oportunizou minha visão de quão desvalorizada e desconhecida é essa atividade com a sociedade e os órgãos públicos municipais, visto que ainda não há percepção acerca dessa ferramenta de comunicação



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



e educação como estratégia para melhoria do perfil social, intelectual e profissional da população local. Enquanto relato de experiência, reforço a relevância desse instrumento educacional como estratégia de transmissão de conhecimento e meio de comunicação para obter resultados mais efetivos com a aproximação da população e da escola, visando também ao melhor reconhecimento e investimento dos órgãos públicos locais. Dessa forma, por meio deste estudo, espera-se compreender o envolvimento entre escola e comunidade, via Educação Sociocomunitária, e apresentar os eventos das feiras tecnológicas realizados na ETEC Benedito Storani, analisando a tipologia, o porte e os saberes transmitidos por eles.

Palavras-chave: Ferramentas de comunicação. Educação Sociocomunitária. Evento da feira tecnológica. Educação Não Formal.

Referências

HAMAM, Roosevelt. O evento integrando o mix da comunicação. *In*: KUNSCH, Margarida. (Org.). **Obtendo resultados com relações públicas**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

MELO NETO, Francisco. **Marketing de eventos**. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



População de rua e seus saberes de experiência

Pamela Fernanda Rocha

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: pamelafernanda.rocha@gmail.com

Carolina Búttolo Simeoni

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: cahsimeoni@hotmail.com

Isabella Marques dos Santos

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: isabella-ms@hotmail.com

Helen Bruschi

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: helen.bruschi@gmail.com

Laís Moraes Selingardi

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: laisselingarde@hotmail.com

Afonso Henrique de Sousa Alves

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: rickalvesbear@gmail.com

Pedro Silva Martins

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: predomartins98@gmail.com

Resumo: O Brasil tem pouco mais de 100 mil pessoas vivendo nas ruas, conforme dados publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), referentes ao ano de 2015. Os grandes municípios abrigavam, naquele ano, a maior parte dessa população. Das 101.854 pessoas em situação de rua, 40,1% estavam em municípios com mais de 900 mil habitantes e 77,02% habitavam municípios com mais de 100 mil habitantes. Já nos municípios pequenos, com até 10 mil habitantes, a porcentagem era bem menor: apenas 6,63% (IPEA, 2017). São diversos os motivos que levam esses sujeitos a essa condição. Almeida e Oliveira (2015) apontam que muitas pessoas saem de sua casa por motivos de brigas familiares, preconceitos vivenciados dentro de seus lares ou por dependência de álcool e/ou substância alucinógena

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

e entorpecente. Uma vez nas ruas, esses sujeitos sofrem inúmeros impactos sociais, como a ausência de condições básicas para uma vida adequada. Muitas vezes, essas pessoas são “invisíveis” perante a sociedade, o que reforça sua vulnerabilidade e dificulta o acesso a direitos básicos como saúde, proteção social, segurança, educação etc. Para viver nessa situação, é necessário conhecer a realidade das ruas e suas armadilhas. A sobrevivência dessa população depende da capacidade de partilhar saberes. Muitas vezes, o conhecimento passado de um para o outro garante sua proteção. Em consonância com Almeida e Oliveira (2015, p. 150), entendem-se os integrantes da população de rua como “sujeitos que vivificam a rua como produtores de saberes e criadores de um jeito de viver, de trabalhar, de ser, de estar, tramadas em opções e posturas presentes em todos os âmbitos de sua participação”. Essa ação educativa encontra-se em desenvolvimento, e sua metodologia é pautada na sistematização de experiência e nas contribuições de Jara (2016). Como resultados parciais, observa-se que a população de rua não apenas produz saberes, mas também os partilha, garantindo, assim, sua sobrevivência e resistência, ao fazer amizades, ao contar com o outro em situação de riscos, ao organizar a divisão de tarefas no cotidiano das ruas etc.

Palavras-chave: População de rua. Projeto de ação educativa. Sistematização de experiência.

Referências

ALMEIDA, Sara Ferreira; OLIVEIRA, Maria Waldenez. O mundo da rua educa: processos educativos da população de rua na cidade de São Carlos-SP. **Revista da FAEEBA**, Salvador, v. 24, n. 43, p. 147-159, jan./jun. 2015.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pesquisa estima que o Brasil tem 101 mil moradores de rua**. 26 jan. 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29303. Acesso em: 16 ago. 2019.

JARA, Oscar. **Para sistematizar experiências**. Tradução de Maria Viviana Resende. 2. ed. Brasília: MMA, 2006.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



A construção da subjetividade da criança em uma escola de educação infantil

Tatiane Priscilla Caires

Universidade São Francisco (USF)

E-mail: tatiprica@yahoo.com.br

Márcia Aparecida Amador Mascia

Universidade São Francisco (USF)

E-mail: marciaam@uol.com.br

Instituição financiadora: Universidade São Francisco

Resumo: Este projeto de doutorado encontra-se inserido no Grupo de Pesquisa Estudos Foucaultianos e Educação da Universidade São Francisco e tem como objetivos: analisar discursivamente documentos sobre a educação infantil (Base Nacional Comum Curricular e projeto político-pedagógico da escola); analisar as relações de poder-saber e os regimes de verdade que transitam nos discursos de professores; apontar formas de objetivação e subjetivação das crianças em atividades lúdicas; levantar os efeitos de sentido que emergem nas falas dos professores e nas atividades lúdicas das crianças, mostrando como se manifestam linguisticamente. A pesquisa se iniciará com o estudo da Base Nacional Comum Curricular e do projeto político-pedagógico da escola de educação infantil investigada. A escola, lócus de pesquisa, situa-se em uma das maiores cidades da região metropolitana do Estado de São Paulo. Durante a pesquisa de campo, serão realizadas entrevistas abertas e semiestruturadas com seis educadoras, agendadas anteriormente e realizadas na própria escola. Haverá um roteiro de perguntas, com duração de até 1h30. As sessões serão gravadas e depois transcritas, de tal forma que as transcrições obedecerão ao método literal (*ipsis litteris*), ou seja, exatamente da forma como foram ouvidas nas gravações. Além disso, serão propostas duas atividades lúdicas (desenho da escola e dramatização de uma aula) com seis crianças, com o objetivo de propiciar o levantamento dos efeitos de sentido e das formas de objetivação e subjetivação existentes no ambiente escolar estudado. Ao término das atividades, haverá uma roda de conversa, com o intuito de ouvir o que as crianças têm a dizer sobre o assunto. A análise do *corpus* será fundamentada na análise de discurso da linha francesa e nas ferramentas propostas por Michel Foucault. Será feito também um levantamento de experiências exitosas em educação infantil no Brasil e no mundo, de modo a repensá-las e contrastá-las com os dados obtidos durante o estudo. Espera-se que os resultados possam contribuir para melhor entender o funcionamento de uma escola de educação infantil, o que possibilitará reflexões importantes sobre a área. A escola da atualidade precisa de reformulações, principalmente, para deixar de ser disciplinadora e de sujeitar a criança a uma passividade proeminente. Portanto, deve-se buscar as “coisas a saber”, de forma a compatibilizar o desenvolvimento da criança, em uma perspectiva humanizadora que seja capaz de englobar os mais variados modos de existência.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Palavras-chave: Subjetivação. Criança. Educação infantil.

Referências

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a Análise do Discurso em Educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 197-223, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo, Loyola, 1996.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. São Paulo, Vozes, 2014.

GORE, Jennifer. Foucault e educação: fascinantes desafios. *In*: SILVA, Tomas Tadeu da. **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. *In*: SILVA, Tomas Tadeu da. **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2006.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Resíduos têxteis: práxis das ONGs em relação à educação ambiental

Thailis Rodrigues Domingues

Mestranda do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: thailis.domingues@unisal.br

Resumo: O Brasil se configura como um dos maiores produtores mundiais do setor têxtil e vestuário, sendo considerado a maior cadeia têxtil completa do Ocidente. A indústria do vestuário é uma das grandes responsáveis pelo descarte de resíduos; não que outras indústrias gerem menos resíduos, mas a indústria do vestuário está crescendo cada vez mais e com uma distância de princípios para poluição ambiental (ABIT, 2019; LIPOVETSKY; SERROY, 2015). Segundo Martins, Sampaio e Melo (2011), um dos caminhos para contribuir para essa mudança de cenário é o desenvolvimento de um método de produção mais limpa e passível de ser aplicado em indústrias de pequeno e médio porte de confecção, com o intuito de melhorar seus processos produtivos, promover a responsabilidade social e impulsionar ações sustentáveis. Essa reflexão é importante, pois assim poderá surgir uma “consciência ecológica [sic] e uma nova organização social, onde o consumismo, o desperdício e a predação cedam o lugar à cooperação, à ampliação dos direitos, à afirmação da qualidade de vida e das liberdades” (MINC, 1993, p. 9-10). De acordo com a pesquisa que está sendo realizada, a intensificação da degradação ambiental se iniciou pela alteração das atividades produtivas, geradas inicialmente pela Revolução Industrial. Os reflexos desses avanços fizeram com que houvesse um aumento produtivo e, em contrapartida, uma degradação ambiental. Diante desse cenário, especialistas na década de 1960 surgiram para debater a importância da sustentabilidade e educação ambiental nas escolas (HOBSBAWM, 2012; LAGO, 2013). Para compreender o contexto da educação ambiental no Brasil nos dias de hoje, serão relatados os principais eventos relacionados ao meio ambiente e à educação, para que seja possível elucidar quais as propostas governamentais acerca desse tema ao longo dos anos. Portanto, diante desse cenário, o trabalho tem por objetivo compreender como os resíduos têxteis da indústria do vestuário estão sendo reutilizados por ONGs. Utilizando como viés a Educação Popular e Sociocomunitária, a pesquisa busca uma compreensão sobre o alcance da educação ambiental por meio do estudo das práxis das ONGs, quais são as alternativas para a sustentabilidade no setor do vestuário e como o modelo político e socioeconômico pode influenciar esse processo. Em virtude dos aspectos mencionados, espera-se obter uma compreensão de como ocorre a educação ambiental nos dias de hoje em esferas não escolares. Esta pesquisa se encontra em fase inicial, portanto o processo acerca da fundamentação científica está em desenvolvimento.

Palavras-chave: Educação Sociocomunitária. Sustentabilidade. Conscientização do consumo. Reaproveitamento têxtil. Indústrias do vestuário.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Referências

ABIT- Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção. **Perfil do setor**. s/d. Disponível em: <http://www.abit.org.br/cont/perfil-do-setor>. Acesso em: 15 jan. 2019.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das Revoluções: 1789-1848**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Conferências de desenvolvimento sustentável**. 1. ed. Brasília: FUNAG, 2013.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2014.

MARTINS, Susana; SAMPAIO, Cláudio Pereira de; MELLO, Nathalia Castilho. Moda e sustentabilidade, uma proposta de sistema de produto – serviço para o setor do vestuário. **Revista Projetica**, v. 2, n. 1, p. 126-139, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/projetica/article/view/10532/9259>. Acesso em: 16 jan. 2019.

MINC, Carlos. A consciência ecológica no Brasil. **Cadernos CEDES**, Campinas, n. 29, p. 7-10, 1993.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



A valorização da autoimagem da criança negra

Bianca de Paulo Barbosa

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: bihdepaulo@gmail.com

Dalva Karina Ferreira Pires

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: a_dalvakarine@hotmail.com

Matheus Furian

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: mfurian980@gmail.com

Rafaela Bedil

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: faela.bedil@gmail.com

Resumo: O trabalho apresenta considerações iniciais de uma ação educativa desenvolvida como parte das atividades extensionistas do curso de Pedagogia do UNISAL, a qual tem como objetivo averiguar como as crianças negras inseridas na sociedade se contemplam, principalmente dentro do âmbito escolar, analisando o seu olhar em meio a uma sociedade racista que insere ideais e padrões de beleza, social e econômico, resultando em conflitos entre a criança e sua identidade. O preparo dos educadores é questionado em meio a situações em que são manifestadas discriminações raciais, muitas vezes geradas em ambiente escolar. No entanto, alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à cultura e à identidade nacional (MUNANGA, 2005). A pesquisa, além de analisar esses aspectos, busca trazer exemplos de pessoas que fizeram a diferença no mundo, como atores, cantores, modelos, pensadores, médicos negros etc., para incentivar e valorizar a sua autoimagem, cultura e história, confrontando, assim, os padrões impostos pela sociedade. A metodologia da ação educativa tem como base a obra de Oscar Jara (2016, p. 21) e suas contribuições sobre a sistematização de experiências: “Partamos da seguinte consideração básica: quando falamos de sistematização estamos falando de um exercício que se refere, necessariamente, a experiências práticas concretas. No nosso caso, vamos nos referir sempre a experiências de educação popular, organização popular ou promoção social” Na ação, almeja-se sistematizar a experiência dentro da Educação Popular, em que serão analisadas crianças de 6 a 10 anos, identificando, por meio da observação, como as crianças negras enxergam a si mesmas e também o olhar das crianças brancas para com as negras. Por fim, deseja-se compreender com tais resultados os

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

principais e reais motivos que levam as crianças negras à rejeição do seu próprio “eu”, bem como mudar a visão negativa coagida por modelos regrados por intermédio da sociedade com referência à cor da pele. O trabalho encontra-se em desenvolvimento, e, pelos resultados parciais obtidos pela revisão bibliográfica, foi possível identificar a existência do racismo no ambiente escolar e a presença de uma cultura fundamentada em preceitos racistas, levando crianças negras ao sofrimento e ao sentimento de não pertencimento ao grupo social, com isso é desenvolvida uma fragilidade de sua autoimagem. Espera-se que os dados obtidos na ação possam favorecer as crianças negras a identificar suas raízes, resistindo a todo tipo de preconceito e ataques racistas, ajudando a sua própria aceitação e valorização.

Palavras-chave: Autoimagem. Racismo. Criança negra.

Referências

GOMES, Nilma. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 40-51, dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a03>. Acesso em: 20 maio 2019.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. Tradução de Maria Viviana Resende. 2. ed. Brasília: MMA, 2006.

KLEIN, Madalena. Literatura infantil e produção de sentidos sobre as diferenças: práticas discursivas nas histórias infantis e nos espaços escolares. **ProPosições**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 179-195, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v21n1/v21n1a12.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: MEC, 2005.

SANTIAGO, Flávio. Gritos sem palavras: resistências das crianças pequenininhas negras frente ao racismo. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 2, p. 129-153, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v31n2/0102-4698-edur-31-02-00129.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Representações sociais sobre a criança disléxica em contextos formais de educação: relatos de professores de Santa Bárbara d'Oeste/SP

Cássia Ribeiro da Costa Silva

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: cassiarcosta2000@yahoo.com.br

Palavras-chave: Dislexia. Representação social. Educação Sociocomunitária.

Introdução

Esta pesquisa foi desenvolvida no município de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, com o propósito de refletir sobre a visão de professores que atuam no ensino fundamental I, da rede educacional pública. O objetivo principal foi conhecer e analisar a representação social dos professores e como isso afeta o trabalho pedagógico deles desenvolvido em sala de aula com crianças em investigação ou com diagnóstico de dislexia. O intuito foi compreender a visão dos participantes, identificar saberes e experiências por meio da sua atuação e vivências profissionais, além de como se dá o reconhecimento de potencialidades dessas crianças. Trata-se, por isso, de uma pesquisa qualitativa, que utilizou como instrumentos técnicos a coleta de dados por meio de um questionário pré-elaborado com questões abertas. O questionário foi entregue de maneira aleatória a docentes do ensino fundamental que voluntariamente se dispuseram a participar deste estudo. A análise de dados foi realizada por meio da interpretação da trajetória acadêmica dos profissionais e de vida em sala de aula com alunos em investigação ou com diagnóstico de dislexia.

Desenvolvimento

Por meio do questionário aplicado e das análises feitas sobre as respostas fornecidas, foram observadas algumas particularidades com relação ao profissional da educação no processo de aprendizagem do aluno com dislexia ou em processo de investigação diagnóstica.

O primeiro ponto observado foi a formação acadêmica, com pouco conhecimento sobre os transtornos de aprendizagem. Os cursos universitários a que tiveram acesso os professores desta pesquisa apenas mencionam os transtornos, sem que, no entanto, sejam estudadas maneiras de se trabalhar em sala de aula com alunos que os apresentem. Estudos mais aprofundados sobre esses transtornos também foram pouco aprofundados. Isso porque poucos professores demonstraram interesse em leituras extras de artigos, reportagens ou outros materiais que tratam desse assunto.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Isso leva ao segundo ponto observado: para a maioria, o conhecimento sobre o assunto fica restrito apenas à necessidade de aprofundamento, ou seja, somente quando esse professor tiver, efetivamente, um aluno com diagnóstico de dislexia, pois, do contrário, ele não reconhecerá a criança como portadora desse transtorno.

O terceiro ponto percebido, afetado pelos anteriores, é a utilização de recursos para se trabalhar com o aluno disléxico. O professor não busca alternativas dinâmicas, como a discussão de casos com especialistas ou outros profissionais para melhoria do seu trabalho e da sua intervenção, ficando limitado somente à sala de aula e a recursos externos, sem que haja uma interação entre ambos. Essa comunicação entre externo e interno poderia ser feita por meio de um trabalho em conjunto entre uma equipe interdisciplinar, da qual o docente faz parte, e a família.

O último item, afetado direta ou indiretamente por todos os anteriores, é a representação social da maioria dos professores com relação ao aluno com investigação diagnóstica ou com dislexia. Isso se dá por conta da falta de formação acadêmica adequada, de um aprofundamento pessoal ou profissional sobre o assunto que gere um conhecimento sobre a prática e, portanto, recursos para se obter uma intervenção mais eficaz e mais próxima da realidade e da necessidade do aluno; assim, esse profissional não tem familiaridade com esse transtorno de aprendizagem, resultando na questão simbólica do conhecer e dos saberes de mundo dele.

É possível perceber, portanto, que a qualificação e o conhecimento do professor estão diretamente relacionados aos recursos utilizados e às intervenções feitas, dentro e fora do ambiente escolar, sem deixar de lado o quanto a representação social do professor em relação ao aluno com dislexia afeta o processo de ensino e aprendizagem como um todo.

Conclusão

Ao falar de educação como forma de ampliação do desenvolvimento humano, pode-se considerar que isso significa troca de saberes e conhecimentos entre educador e educando. Essa relação só é possível porque ambos trazem uma vivência de acordo com seus valores, culturas e realidades sociais e econômicas.

O professor, no tocante a esta pesquisa, é porta de entrada para identificação de possíveis transtornos de aprendizado, tornando-se um dos principais agentes de mediação de conhecimentos, pois, em geral, os educandos apresentam condições que propiciam um déficit no seu processo acadêmico, por exemplo, os alunos com dislexia ou em investigação diagnóstica, em que essas dificuldades podem refletir diretamente em sua baixa autoestima, gerando falta de motivação diante das dificuldades, principalmente linguísticas e cognitivas, que comprometem a leitura, a interpretação e a construção de produções acadêmicas. Por isso, seria importante ter prévios conhecimentos sobre o assunto, para apontamentos e encaminhamentos a outros profissionais, assim como para a construção de metodologias pedagógicas diferenciadas, com o intuito de lidar com as dificuldades que apresenta cada educando, levando em consideração suas individualidades. Esses conhecimentos profissionais podem ser construídos por meio de suas vivências e experiências pessoais, estudos acadêmicos e complementares, adquiridos, por exemplo, na Educação Não Formal, com a ampliação de seus conhecimentos mediante leituras e discussões.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Com ênfase nas representações sociais, não houve relatos de mudanças e transformações mais relevantes nas trajetórias de vida das crianças após diagnóstico e intervenção dos professores, pois os docentes não citam observações sobre o reconhecimento de potencialidades e habilidades individuais da criança em investigação ou diagnóstico da dislexia.

Conclui-se que um dos maiores desafios enfrentados pelos educadores é referente à representação social deles quanto à dislexia e outros transtornos de aprendizado, e isso se dá pelo fato de que esses profissionais têm pouco aprofundado o estudo sobre tal assunto e pouco conhecem sobre trabalhos a ser desenvolvidos em sala de aula, embora todos considerem que, independentemente do obstáculo enfrentado, os alunos têm capacidade de aprender. Ainda assim, é importante observar como a escola, como um todo, está preparada para receber esses discentes, visto que é importante que exista um grupo completo de profissionais especializados para o diagnóstico desses transtornos, composto de profissionais da educação e da saúde.

Referências

ALVES, Luciana Mendonça; MOUSINHO, Renata; CAPELLINI, Simone (Orgs.). **Dislexia: novos temas, novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento *et al.* Porto Alegre: Artmed, 2014.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lurdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2009.

CARO, Sueli Maria Pessagno. Introdução. *In*: BISSOTO, Maria Luísa; MIRANDA, Antonio Carlos (Orgs.). **Educação Sociocomunitária: tecendo saberes**. Campinas: Editora Alínea, 2012.

CIASCA, Sílvia Maria. Distúrbios e dificuldades de aprendizagem: questão de nomenclatura. *In*: _____. **Distúrbios de aprendizagem: proposta de avaliação interdisciplinar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 19-32.

COSTA, Cassia Ribeiro da. A importância da educação não formal nas políticas públicas. **Revista de Ciências da Educação**, Americana/SP, ano XIII, n. 25, p. 179-194. 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GUERRA Leila. **A criança com dificuldade de aprendizagem: considerações sobre a teoria: modos de fazer**. Rio de Janeiro: Enelivros, 2002.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

GROPPO, Luis Antonio *et al.* **Sociologia da Educação Sociocomunitária**: ensaios sobre o campo das práticas socioeducativas e a educação não formal. Holambra: Editora Setembro, 2013.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

ZORZI, Jaime Luiz; CAPELLINI, Simone Aparecida. **Dislexia e outros distúrbios de leitura-escrita**: letras desafiando a aprendizagem. São José dos Campos: Pulso, 2008.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Às margens do Lago Cuniã: da pesquisa acadêmica à produção de material didático para educação básica

Diógenes Valdanha Neto

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
E-mail: diogenesvn@gmail.com

Maria Betanea Platzer

Universidade de Araraquara (UNIARA)
E-mail: beplatzer@yahoo.com.br

Agência financiadora: FAPESP

Palavras-chave: Educação ambiental. Material didático. Amazônia.

Introdução

A problemática ambiental emerge como uma questão para a sociedade hegemônica a partir da modernidade industrial e suas diversas consequências nos modos de ser e produzir. Discussões interdisciplinares com vistas à conservação ambiental têm, paulatinamente, incorporado o reconhecimento e a valorização de povos e comunidades tradicionais como inspirações para práticas e soluções voltadas à sustentabilidade ambiental. A inclusão dessas questões na educação ambiental é ainda um caminho a ser percorrido (McCORMICK, 1992).

Nesse sentido, a educação ambiental encontra-se com a Educação Popular visando a uma relação dialógica com os sujeitos implicados nas questões socioambientais com as quais se relacionam. Caminhos para a prática nascem desse diálogo de campos com origens distintas, mas convergentes em algumas vertentes críticas e que visam à transformação da sociedade pautada na relação opressor-oprimido (VALDANHA NETO; WHITAKER; VASCONCELOS, 2018; OLIVEIRA, 2008).

Diante da necessidade do diálogo e aprendizagem compartilhada com as culturas tradicionais, este trabalho tem o objetivo de apresentar uma possibilidade de produção de material didático a partir de uma postura dialógica e de valorização de uma comunidade tradicional. Trata-se, em específico, da RESEX do Lago do Cuniã (RO), cujo histórico é representativo da ocupação cultural híbrida do território amazônico, e sua população é remanescente dos encontros étnicos e das extintas práticas de extração da seringa. Para atingir o objetivo, será relatada a experiência de produção de material didático desenvolvido a partir da realização de pesquisas educacionais nessa RESEX.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Desenvolvimento

A equipe produtora do livro foi composta de três pesquisadores de áreas distintas, mas interconectadas pela temática socioambiental, e este relato de experiência parte da visão dos pesquisadores orientadores do processo. O livro foi intitulado “Às margens do Lago do Cuniã: pensando nosso meio ambiente”. É um material de 32 páginas, que contou com parceria dos seguintes órgãos para seu desenvolvimento, publicação, divulgação e implantação: Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia.

O prefácio da obra foi escrito pela diretora da escola da Reserva, que contribuiu com ideias e apoio à iniciativa. O material foi criado a partir dos objetivos de compartilhar resultados de pesquisas de educação ambiental realizadas na Reserva e também trazer a temática ambiental para a escola de modo dialógico com o contexto de vida local. Como a escola atende ao ensino fundamental do 1º ao 9º ano, o livro foi elaborado com conteúdos voltados ao 6º ano, de modo que pudesse ser utilizado em diferentes etapas da escolarização, por meio de estratégias distintas. Cerca de 200 exemplares foram entregues pessoalmente pelos autores à escola local. Um ilustrador foi contratado e retratou a escola e o ambiente da Reserva a partir de fotografias, agregando uma proximidade realista às abundantes imagens do livro, juntamente a uma apresentação mais atrativa ao público do ensino fundamental.

O enredo expressa a vida de três estudantes (fictícios) da escola, Leonardo, Valéria e Gustavo. Ao apresentar um pouco do contexto dos personagens ao leitor, apresenta-se um mapa da RESEX em perspectiva do plano nacional, permitindo o exercício de habilidades de leitura e compreensão de mapas, legendas e escala. Também, discute-se a razão de existência das RESEX, com a dupla finalidade de conservação ambiental e cultural, visando ressaltar que duas das funções da especial proteção ao território em que vivem são a proteção e a valorização da cultura e dos modos de vida que esses estudantes e suas famílias produzem cotidianamente.

Seguindo o enredo do livro, uma professora solicita aos estudantes que façam um trabalho acerca da questão “o que é meio ambiente?”. Assim, são retratadas concepções de meio ambiente de moradores da RESEX, tal como narradas em pesquisas anteriormente realizadas. Dessa forma, pode-se comunicar resultados de investigações, ao mesmo tempo que se fomenta o desenvolvimento escolar desses estudantes. A partir dessas comunicações, os estudantes discutem a coexistência de diferentes concepções de meio ambiente em sua comunidade e a importância de se reconhecer o ser humano como parte desse meio e valorizar os modos de vida tradicionais.

Conclusão

O livro pode ser utilizado como desencadeador de programas de educação ambiental na Reserva, uma vez que expressa uma possibilidade concreta de partir das concepções de meio ambiente expressas por alguns moradores para se pensar práticas de educação ambiental – postura fundamental para ações educativas que tenham como foco a temática ambiental em determinado contexto (REIGOTA, 2001). Entende-se que essa experiência e esse material didático, produzidos a partir de práticas de pesquisa com base na educação ambiental crítica, especialmente em Paulo Freire, podem contribuir para a formação escolar desses sujeitos e fortalecer o cumprimento dos objetivos socioambientais da RESEX.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019



**UNIDADE
AMERICANA**

Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Referências

- McCORMICK, John. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- OLIVEIRA, Haydée Torres de. Popular education and environmental education in Latin America: converging paths and aspirations. *In*: GONZÁLEZ-GAUDIANO, Edgar; PETERS, Michael A. (Eds.). **Environmental Education: identity, politics and citizenship**. Rotterdam: Sense Publishers, 2008.
- REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2001.
- VALDANHA NETO, Diógenes; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta; VASCONCELOS, Valéria Oliveira de. Educação e(m) unidades de conservação: luta por direitos e direito à luta. **Revista de Educação Popular**, v. 17, n. 2, p. 51-67, 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/41518/pdf>. Acesso em: 7 jun. 2019.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Programa Melhor em Casa: análise das estratégias de humanização e contribuições do assistente social

Doraci de Fátima Conceição da Cruz Bastos

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL), *campus* Maria Auxiliadora

E-mail: doracbastos@gmail.com

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde (SUS). Programa Melhor em Casa. Serviço social.

Introdução

Atuação do assistente social sobre os usuários é de suma importância, pois é também um agente socioeducativo que atua com as famílias vinculadas ao Programa Melhor em Casa, tanto nos cuidados quanto nos seus direitos e caminhos para garantir o acesso à rede de saúde.

Há ainda que se considerar que assistentes sociais desse Programa trabalham diretamente com os cuidadores e demais profissionais envolvidos e identifica demandas relacionadas ao desgaste físico e emocional decorrente da sobrecarga desses sujeitos.

Nesse sentido, este texto visa somar-se a outros estudos na área do serviço social, bem como colaborar com um olhar crítico com os profissionais envolvidos e, se adequado, desdobrar-se em proposituras de aperfeiçoamento das ações no Programa.

Desenvolvimento

Este estudo começou por meio de uma consulta bibliográfica com o objetivo de analisar documentos do Ministério da Saúde que tratam sobre a atenção domiciliar na atenção básica à saúde, assim como a legislação pertinente a esse campo.

Para a coleta dos dados, foi utilizada entrevista semiestruturada, direcionada para cinco usuários, cinco de seus familiares e com um profissional da equipe multiprofissional do Programa Melhor em Casa e um da equipe de apoio, da qual o assistente social faz parte.

Primeiramente, foram agrupadas as respostas para perguntas iguais, dentro de cada grupo de participante. Na sequência, foram comparadas as respostas a perguntas iguais feitas para grupos distintos de participantes para proceder à análise. Também foram analisadas as respostas específicas de cada grupo de participantes. Os dados coletados foram depurados por meio do referencial teórico adotado neste estudo.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Conclusão

O apoio da família é de grande relevância no que diz respeito à estabilização do quadro de enfermidade do paciente, pois esse familiar é quem busca nas unidades básicas de saúde (UBS) o acesso ao programa, além de obter insumos e medicamentos receitados pelo médico e demais orientações feitas pela equipe.

Analisa-se, por meio da satisfação dos familiares, que sua contribuição tem sido de grande importância para o acesso ao direito à saúde no Programa Melhor em Casa.

Nota-se com esta pesquisa que a rede articulada com o Programa faz todo o funcionamento de integração com a equipe para que a terapêutica do tratamento do usuário seja garantida. À medida que as equipes e o familiar cuidador se articulam, é consolidada, além do cuidado, uma rede de informação que potencializa o acesso ao direito à saúde.

A contribuição da assistente social nessa dinâmica de atenção domiciliar faz toda a diferença, pois é a mediadora que acessa as redes de atenção à saúde e outras instituições que fazem parte desse atendimento para contribuir com a segurança e o bem-estar do paciente e familiar/cuidador. Por meio das visitas domiciliares, ela identifica o cuidador responsável, apresenta o funcionamento do Programa, orienta os usuários/familiares e cuidadores, elabora o estudo socioeconômico da família no intuito de compreender a situação social familiar, valoriza o fortalecimento de vínculo entre paciente, serviço e família, e estabelece os contatos com a rede de apoio e de proteção social do usuário, se necessário.

Identifica-se com esta pesquisa que a atribuição da assistente social dentro do Programa é de grande relevância, pois seu trabalho é articulado com a equipe multiprofissional, orientando e informando usuário e familiar/cuidador, fazendo contato com a rede e traçando estratégia com a equipe de como aplicar a terapêutica no usuário.

Porém, pode-se perceber que a assistente social do Programa está sobrecarregada, com atendimento acima da capacidade recomendada para a equipe, segundo a diretriz do Programa. Nesse sentido, pode-se afirmar que a hipótese levada a campo durante esta pesquisa, em relação ao papel e à relevância da assistente social na articulação da rede socioassistencial, à garantia de direito à saúde no Programa, bem como à consolidação de estratégias de interdisciplinaridade com a equipe, foi respondida parcialmente, pois a assistente social faz os primeiros atendimentos, mas a manutenção, o monitoramento e o acompanhamento dos usuários têm sido prejudicados em razão da demanda crescente e da carência de outra equipe.

Conclui-se que as repostas foram positivas apontando para a satisfação do usuário e familiares/cuidadores, e, a partir das informações levantadas pelos profissionais entrevistados, a atenção domiciliar prestada pelo Programa Melhor em Casa traz um tratamento humanizado para o paciente, decorrente de afeto, amor e cuidados recebidos de seus familiares dentro do seu aconchego do lar, que é seu lugar de pertencimento.

Referências

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



BARBOSA, Ana Maria Giusti. Políticas de saúde e participação social. **Profissão Docente**, Uberaba, v. 9, n. 21, p. 41-69, jan./jul. 2009.

BERTOLLI FILHO, Claudio. **História da saúde pública no Brasil**. São Paulo: Ática, 2011.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 8 jul. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso em: 5 maio 2019.

_____. Portaria MS/GM nº 2.203, de 5 de novembro de 1996. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde – NOB-SUS 01/96. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 6 nov. 1996. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0218.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2019.

_____. Ministério da Saúde. **Incentivo à participação popular e controle social do SUS**: textos técnicos para conselheiros de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 1998.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Caderno de atenção domiciliar**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRAVO, Maria Inês Souza *et al.* (Orgs.). **Saúde e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2012.

CARVALHO, Gilson. Saúde Pública no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 78, p. 7-26, 2013.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política da saúde**. Brasília: CFESS, 2010.

COHN, Amélia; ELIAS, Paulo Eduardo. **Saúde no Brasil**: políticas e organização de serviços. São Paulo: Cortez, 1998.

GOUVEIA, Roberto. **Saúde pública, suprema lei**: a nova legislação para a conquista da saúde. São Paulo: Mandacaru, 2000.

KUJAWA, Henrique; BOTH, Valdevir; BRUTSCHER, Volmir. **Direito à saúde com controle social**. Passo Fundo: CEAP, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa. São Paulo: Hucitec, 1992.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do serviço social**: cotidiano, formação e alternativas. São Paulo: Cortez, 2003.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Polifonia – rodas de conversa: democratização de ideias em espaço escolar

Felipe Gomes de Assis

Especialista em Metodologias de Ensino em História e Geografia e docente da Escola Técnica Estadual “Polivalente de Americana”

E-mail: felipe.g.assis@hotmail.com

Roberson Augusto Marcomini

Mestre em Ciências Humanas e Sociológicas Aplicadas (Interdisciplinar) pela Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e docente da Escola Técnica Estadual “Polivalente de Americana”

E-mail: roberonmarcomini@gmail.com

Wellington Aires da Cruz Pereira

Mestre em Educação pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL) e docente da Escola Técnica Estadual “Polivalente de Americana” e FATEC-Campinas

E-mail: aires.pereira@hotmail.com

Palavras-chave: Educação Popular. Interdisciplinaridade. Autonomia. Democracia.

Introdução

A pesquisa-ação “Polifonia – Rodas de Conversa”, realizada em uma escola técnica estadual da Região Metropolitana de Campinas, resulta de diálogos entre os autores e o corpo discente da instituição sobre a importância de fomentar espaços de reflexão que permitam a abordagem de problemas contemporâneos, principalmente daqueles que envolvem não somente a vida acadêmica do jovem, mas suas aspirações de futuro e seus projetos de vida. Como pesquisa-ação, entende-se o definido por Tripp (2005, p. 455): “principalmente uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos”. Para Tripp (2005, p. 445):

É importante que se reconheça a pesquisa-ação como um dos inúmeros tipos de investigação-ação, que é um termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela. Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Diante dos importantes debates sobre os papéis que os educadores e as instituições de ensino possuem na atualidade e que posicionam estrategicamente a função da educação brasileira no atual cenário, este trabalho pretende oferecer um espaço de diálogo interdisciplinar, que busca promover a convergência de diversos campos do conhecimento por meio de propostas temáticas alternativas, em um espaço livre para o diálogo, e não sistematizado com base nas pressões burocráticas e hierárquicas da sala de aula, com seus mecanismos de classificação e reprovação.

A partir dos pressupostos teóricos da Educação Popular e da Educação Sociocomunitária, são realizados encontros periódicos quinzenais, em rodas de conversa. Segundo Silva (2012, p. 54):

[...] o maior objetivo da criação da Roda de Conversa, segundo seus precursores, é a valorização incondicional do educando, o amor e o respeito a ele. É através da expressão, do exercício do argumentar, do falar, do ouvir, do participar, que se pretende contribuir para o exercício da autonomia e da democracia. É saciando a curiosidade e não matando-a.

No cerne das discussões, estão temáticas provenientes das demandas da própria comunidade escolar, estimulando a comunicação e a interação entre os participantes. Como proposta, tem-se a socialização de conhecimentos e visões de mundo. Os professores, nesse cenário, atuam como mediadores, subsidiando reflexões interdisciplinares e buscam construir coletivamente novos saberes, tanto a partir dos saberes dos participantes como por meio da disponibilização de literatura e outros materiais de apoio que possam contribuir para o diálogo e ampará-lo. Para Pereira (2017, p. 3), a Educação Sociocomunitária:

[...] fundamenta-se na ideia de uma educação que, necessariamente, promova a mudança, a transformação social. Para tanto, tem como princípios conceitos como empoderamento, emancipação e autonomia, numa perspectiva de desenvolvimento da comunidade e dos sujeitos participantes. A busca por mudanças e justiça social estaria, nesse contexto, relacionada à problematização das condições de existência dos indivíduos e ao consequente desvelamento das relações de poder e de possibilidade de solução das situações que podem ser vistas, pela própria comunidade, como problemáticas.

Abordam-se, nos encontros, as mais variadas questões e problemáticas da existência que movimentam a humanidade, da Antiguidade à Contemporaneidade, de Sócrates a Bauman. Encaminham-se, filosoficamente, inúmeras reflexões que retratam os diversos cenários de crises e angústias, marcas indeléveis e características da história e que se manifestam por meio de diversas linguagens apoiadas nos mais diversos campos da ciência. Da literatura à filosofia, o homem se propõe a refletir dialeticamente sobre si e o mundo, apontando as mais variadas contradições e contrapontos que conceberam a humanidade tal como é percebida; logo, a presente pesquisa justifica-se por construir com a comunidade escolar um espaço que oportunize democraticamente um ambiente de intercâmbio de ideias, experiências e saberes.

Conclusão

Conforme abordado por Silva (2012), as relações de ensino e aprendizagem na contemporaneidade não estão centralizadas em torno dos saberes do docente, mas devem ser frutos de igual empenho

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



crítico do aluno. Como desdobramentos, tem-se por hipótese que a flexibilidade e a contemporaneidade dos temas possibilitem aos participantes (alunos, professores e demais atores da comunidade escolar) não apenas socializar conhecimentos, mas se apropriar do espaço escolar, transformando seus tempos e espaços por meio da democratização de ideias, valores e saberes. Como consequência, pretende-se ressignificar as relações na própria instituição, nas esferas social e pedagógica, mediando novas práticas que dialeticamente modifiquem a própria instituição

Referências

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Luciano Ferreira de Souza. São Paulo: Martin Claret, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ESTEBAN, Maria Teresa; STRECK, Danilo R. (Orgs.). **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. Petrópolis: Vozes, 2013.

PEREIRA, Wellington Aires da Cruz. **Dominação (pós)burocrática, currículo por competências na Educação Profissional e Educação Sociocomunitária: uma discussão a partir da atuação de professores de Inglês**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Americana, 2017.

SILVA, Adriana da. **A roda de conversa e sua importância na sala de aula**. 2012. 74 f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/121152>. Acesso em: 20 abr. 2019

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Socioeducação e instituição de medidas socioeducativas: análise de uma experiência sob a perspectiva da Psicologia Institucional

Georgiano Joaquim Pereira Antonio dos Santos
Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)
E-mail: georgiano9@hotmail.com

Dra. Sonia Maria Ferreira Koehler
Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)
E-mail: soniakoebler@hotmail.com

Jéssica de Sousa Villela
Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)
E-mail: jessica.sousasv@gmail.com

Agência financiadora: CNPq

Palavras-chave: Socioeducação. Psicologia Institucional. Medida socioeducativa em meio fechado.

Introdução

O presente estudo apresentará a análise de uma experiência, parte do processo para o desenvolvimento de uma pesquisa intitulada “Como socioeducadores compreendem os direitos e deveres de adolescentes em conflito com a lei?”, realizada em 2017, com a finalidade de embasar reflexões à luz da análise institucional blegeriana.

De acordo com Bleger (1984), a Psicologia Institucional é o estudo dos fatores psicológicos (conscientes e inconscientes) que se encontram em jogo na instituição pelo fato de serem compostos de seres humanos e mediados por eles.

O estudo, vinculado ao Observatório de Violências nas Escolas, do UNISAL-Lorena, teve como objetivo investigar o conhecimento dos socioeducadores acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), propor momentos de discussão dos dados coletados e refletir sobre possíveis estratégias de intervenção em relação ao trabalho realizado em uma unidade da Fundação CASA do Estado de São Paulo, porém, por causa de impasses institucionais, a pesquisa foi indeferida.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



A Fundação CASA é uma instituição vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, que tem como função aplicar medidas socioeducativas a adolescentes em conflito com a lei de acordo com as diretrizes e normas previstas no ECA (1990) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2006).

Assim, este trabalho tem por objetivo refletir sobre as fragilidades em instituições que assistem adolescentes em conflito com a lei em privação de liberdade a partir da perspectiva da Psicologia Institucional.

Desenvolvimento

A análise institucional diz respeito à tentativa em realizar uma pesquisa em uma unidade masculina da Fundação CASA do interior do Estado de São Paulo, responsável pela aplicação das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade a jovens em conflito com a lei de 12 a 21 anos incompletos. Serão utilizados como base os contatos realizados com instituição entre maio de 2015 e dezembro de 2016, quando houve a notificação pela Escola de Formação e Capacitação (EFCP) da Fundação CASA de que a pesquisa não poderia ser realizada na instituição.

No primeiro semestre de 2015, foram realizados contatos via telefone e e-mail, além de reuniões presenciais, dando-se início aos procedimentos de parceria entre Observatório de Violências nas Escolas e Fundação CASA. Entre o contato inicial e a tentativa de parceria, realizada ao final do mesmo ano, ocorreu a mudança do gestor da unidade, o que contribuiu para atrasar os procedimentos. Outro fator dificultoso foi a fuga de 39 adolescentes da unidade, em outubro de 2015, variável que impossibilitou, temporariamente, os contatos.

Segundo Bleger, os contatos e as relações que o profissional mantém com a instituição devem servir, desde o primeiro momento, como material de avaliação, pois:

Isso lhe dará a possibilidade de conhecer [...] tanto situações vitais da instituição como os fatores negativos e positivos que terá que enfrentar, já que a forma como a instituição se relaciona com o psicólogo é um índice do grau de insight de seus problemas, das defesas e resistências frente aos mesmos, dos esforços e direções em que se tentou a solução ou encobrimento até este momento (BLEGER, 1984, p. 50-51).

No primeiro semestre do ano de 2016, inúmeros entraves bloquearam a aplicação da pesquisa: a falta de instrução sobre os trâmites legais para autorização; greve dos funcionários, culminando com a dificuldade em encontrar normativas; e diretrizes para homologação da realização da pesquisa.

Ressalta-se que, em todos os contatos realizados, os membros da instituição sempre expressaram a importância desse tipo de estudo como forma de aprimoramento do funcionamento institucional e, em uma das nossas visitas, uma das coordenadoras da unidade verbalizou que os pesquisadores ficariam negativamente “surpresos com os resultados encontrados” (*sic*). A respeito desse relato, Bleger (1984, p. 51, grifos ao autor) diz que: “O melhor ‘grau de dinâmica’ de uma instituição não é dado pela ausência de conflitos, mas sim pela possibilidade de explicitá-los, manejá-los e resolvê-los *dentro do limite institucional*, quer dizer, pelo grau em que são realmente assumidos por seus atores e interessados no curso de suas tarefas ou funções”.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Embora, durante todo o processo, explicitamente a instituição tenha demonstrado interesse na proposta, implicitamente notou-se um desejo oposto, ou seja, a não interferência na estrutura já existente, bem como uma grande resistência em se tornar objeto de estudo de pessoas externas à instituição.

Bleger coloca essa dissociação entre objetivos explícitos e implícitos como um dos problemas que sempre se apresentam em instituições. Segundo o autor (1984, p. 62), “a instituição tende a adquirir a mesma estrutura e o mesmo sentido que o problema que se propõe a resolver”, isto é, em vez de buscar o aprimoramento do mecanismo socioeducativo de que faz uso, a instituição rechaça qualquer interferência na estrutura existente, tendendo a minimizar a existência de problemas na socioeducação ali realizada, atitude que acaba contradizendo, por exemplo, a fala de uma das coordenadoras da unidade.

Posteriormente, no segundo semestre de 2016, os contatos com a instituição tornaram-se mais estreitos, contando com seis visitas *in loco*. No mês de setembro, em reunião presencial com o coordenador pedagógico da unidade, foram dadas aos pesquisadores as orientações para homologação da autorização para pesquisa. Foi proposta à instituição a realização de um trabalho com alguns adolescentes internados – o que foi aceito sem maiores dificuldades, com posterior agendamento –, assim como a autorização para realizar a caracterização institucional – negada depois.

O fato de propostas direcionadas ao trabalho prático com adolescentes não encontrarem grande resistência pode ser interpretada sob outro ponto de vista: conjectura-se que esse tipo de posicionamento implica atribuir os problemas e a necessidade de cuidados apenas ao adolescente em conflito com a lei. Com isso, deixa-se de lado uma das figuras mais importantes desse processo, ou seja, o socioeducador.

De acordo com Bleger, ao colocar o agente institucional em um plano secundário, adota-se um tipo de atitude que tende a dificultar o desenvolvimento de ações dentro da instituição, pois os conflitos existentes são canalizados em figuras específicas ou, neste caso, em um grupo específico. Esse fato deve ser analisado com cuidado para que essa lógica não interfira no trabalho a ser desenvolvido. Em Psicologia Institucional, “interessa-nos a instituição como totalidade; podemos nos ocupar de uma parte dela, mas sempre em função da totalidade” (BLEGER, 1984, p. 39). Para que isso ocorra, é necessário que se realize um diagnóstico próprio, sem interferência das “certezas” existentes dentro da instituição.

Em nova reunião realizada na instituição no mês de novembro, foi relatado aos pesquisadores o equívoco nas orientações já dadas. Diferentemente da primeira orientação, que colocava a unidade no lugar de mediadora entre a EFCP e os pesquisadores, a segunda orientação centralizava-se totalmente na EFCP. A pesquisa foi indeferida pela escola, em 23 de dezembro de 2016, sem a apresentação de qualquer justificativa pela comissão avaliadora.

Conclusão

Embora muitas modificações tenham ocorrido com a criação da Fundação CASA, percebe-se que ainda há muitos desafios a serem enfrentados. Conforme mostra o Conselho Nacional do Ministério Público (BRASIL, 2013), o cumprimento das medidas socioeducativas, tanto em meio aberto quanto fechado, está longe do modelo proposto pelo ECA. Assim, existe a possibilidade de que alguns pontos aqui elucidados possam também ser identificados em outras instituições de medidas socioeducativas de meio fechado e aberto.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Portanto, para que essa lógica sofra modificação, parcial ou total, deve-se compreender que algumas das problemáticas ali presentes estão estritamente ligadas às pessoas que agem na instituição e a operam (BLEGER, 1984). A elucidação dessas questões poderia ser favorecida quando pessoas externas, com habilidades e competências técnicas, debruçassem-se sobre a dinâmica institucional para colaborar para a desmitificação e a reconstrução dos saberes e do repertório de ações já instituídas.

Referências

BLEGER, José. **Psico-higiene e Psicologia Institucional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

_____. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**. Brasília: CONANDA, 2006.

_____. **Relatório da Infância e Juventude**. Resolução nº 67/2011: um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



As contribuições da Educação Popular para a análise documental da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

João Carlos Bittencourt Damasceno

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)
E-mail: jcbd@gmail.com

Valéria de Oliveira Vasconcelos

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)
E-mail: valvasc2013@gmail.com

Palavras-chave: Política nacional. Educação Especial. Educação Popular.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo principal fazer uma análise reflexiva sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI). A intenção é identificar se há no conteúdo dessa política premissas de uma educação transformadora que possa fortalecer uma Educação Popular não excludente e que quebre barreiras, limitações e preconceitos que os alunos com necessidades educacionais especiais ainda sofrem nas escolas.

Por isso, a reflexão sobre os aspectos político e ideológico da Política Nacional também é relevante para este trabalho, pois, ao considerar o contexto histórico no Brasil sobre a Educação Especial, permitiu compreender de forma mais abrangente como se deu a transição da antiga “integração” dos alunos com deficiência nas escolas para o novo processo de “inclusão” visto hoje.

As contribuições da Educação Popular para a Educação Especial

Conforme a PNEEPEI, tanto o acesso quanto a permanência desses alunos nas escolas de ensino regular devem estar fundamentados em uma educação inclusiva e igualitária, respeitando a diversidade social e cultural desses indivíduos e sem qualquer tipo de discriminação nas atividades curriculares que compõem a educação básica do país.

A ideia é permitir que alunos não deficientes ou que não tenham transtornos globais e/ou altas habilidades possam conviver com os que possuem tais condições, colocando a escola como um espaço para todos. Isso reforça a ideia da via de mão dupla que a educação inclusiva pode oferecer a todos, pois, com a inclusão, é possível um processo de ensinar-e-aprender que engloba diversas categorias e que não

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

está sendo direcionado e movimentado apenas aos alunos com deficiências, mas que contempla também todas as outras minorias que são marginalizadas e excluídas pela sociedade, como indígenas, negros, comunidade LGBTQ+, pobres e todos aqueles que sofrem discriminação. Incluir significa abrir espaços para os que não os possuem e lutar para a garantia e o fortalecimento desses espaços.

A escola tem papel fundamental para a promoção e a autonomia dos sujeitos, bem como para a inclusão dos excluídos, inclusive daqueles que possuem dificuldades em se enquadrar no sistema de ensino do país. Diante disso, a metodologia aplicada neste trabalho é a revisão bibliográfica para a realização da análise documental, pois, para construir uma análise reflexiva sobre o objeto de estudo, utilizou-se de referenciais teóricos tanto da Educação Especial, como Marcos Mazzotta (2011) e Enicéia Mendes (2014), quanto da Educação Popular, como Paulo Freire (2018a, 2019b), Carlos Brandão (2015) e Valéria Vasconcelos e Maria Oliveira (2009).

Conclusões

Com a leitura dos referenciais teóricos, pode-se traçar uma análise reflexiva da PNEEPEI, com a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento de discussões e a promoção de conhecimento na área de educação. Entende-se que a Educação Popular é uma práxis que defende a não discriminação das pessoas marginalizadas e das classes populares, que estão no limiar da sociedade.

Para uma educação transformadora, faz-se necessário que qualquer indivíduo possa participar da construção de políticas públicas educacionais, que sua autonomia não seja determinada e delimitada por grupos que detêm o poder e que as práticas de desumanização que incidem nas escolas e fora delas deixem de acontecer.

Assim, considera-se que, para se trabalhar com uma educação inclusiva, pode-se ter como base as premissas da Educação Popular, pois esta permite que os indivíduos se envolvam nos seus próprios processos educativos e, com isso, apropriem-se do conhecimento produzido a partir de suas experiências de vida, considerando seu contexto social, cultural, econômico, político e histórico. Como resultados desta análise, perceberam-se denúncias e anúncios do papel transformador que a PNEEPEI tem causado no país.

Como denúncias, o trabalho apresentou que a PNEEPEI ignora as condições desfavoráveis em que os alunos estão inseridos nas escolas, bem como a precariedade das condições de trabalho dos professores, além de perceber como a realidade das escolas estão distantes dos postulados presentes nessa Política Nacional de Educação Especial.

Como anúncios, foram vistas as possibilidades de uma educação transformadora que a PNEEPEI traz, de modo que o papel dos movimentos populares foi e é crucial para a luta de direitos e garantias das pessoas com deficiências, mostrando que a política, mesmo apresentando suas limitações, já é um documento que representa um avanço para o desenvolvimento igualitário que promulga o respeito às diferenças. Além disso, contempla em seu conteúdo a importância do convívio social dos alunos nas escolas regulares de ensino, a relevância do Atendimento Educacional Especial (AEE) e como os processos de ensino e aprendizagem devem se adequar a essa demanda, e não os alunos com necessidades educacionais especiais se adequarem a eles. Sendo assim, o trabalho versou a questão da PNEEPEI pautada nas denúncias de uma estrutura desumanizante e nos anúncios de uma educação libertadora.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

**Referências**

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 18 dez. 2018.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Aprender a saber com e entre outros. *In*: ASSUMPTÃO, Raiane (Org.). **Educação Popular na perspectiva freiriana**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. p. 9-18. Disponível em: http://projetos.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/517/1/FIPF_209_EDL_01_007.pdf. Acessado em: 7 jan. 2019.

CARRILLO, Afonso Torres. Educação Popular como prática política e pedagógica emancipadora. *In*: STREK, Danilo; ESTEBAN, Maria Teresa (Orgs.). **Educação Popular: lugar de construção social e coletiva**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 15-32.

CRIPPA, Rosimeiri Merotti. **O ensino colaborativo como uma contribuição para a educação inclusiva**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Uberaba, Uberaba, 2012.

CRIPPA, Rosimeiri Merotti; VASCONCELOS, Valéria Oliveira de. Educação Inclusiva: uma Reflexão Geral. **Cadernos da FUCAMP**, v. 11, n. 15, p. 155-176, 2012. Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/download/208/240>. Acesso em: 28 mar. 2019.

ESTEBAN, Maria Teresa. Educação Popular: desafio à democratização da escola pública. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 27, n. 71, p. 9-17, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n71/a02v2771.pdf>. Acesso em: 07/01/2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Cultura popular e Educação Popular na América Latina: um olhar trinta anos depois**. Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/4210/1/FPF_PTPF_01_0863.pdf. Acessado em: 8 jan. 2019.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Centauro: 2001.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 42. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018a.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



_____. **Pedagogia da autonomia**. 56. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018b.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A Educação Especial no Brasil – da Exclusão à Inclusão Escolar. **Pedagogia ao Pé da Letra in Educação**, 25 mar. 2011. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/mantoan.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2018.

MAZZOTTA, Marcos. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11 n. 33, p. 387-405, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2018.

MENDES, Enicéia *et al.* A formação dos professores especializados segundo os pesquisadores do observatório nacional de educação especial. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v. 5, n. 13, p. 84-95, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/download/3775/2635>. Acesso em 4 jan. 2019.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração de Salamanca**. Salamanca, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 30 out. 2018.

VASCONCELOS, Valéria Oliveira de; OLIVEIRA, Maria Waldenez. Educação Popular: uma história, um que-fazer. **Educação Unisinos**, v. 13, n. 2, p. 135-146, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/4939>. Acesso em 4 jan. 2019.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

A etnomatemática dos tropeiros e suas tecnologias: elementos da Educação Popular do Gerais

Jonas Luiz Rodrigues

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

E-mail: jonasluiz02@gmail.com

Diógenes Valdanha Neto

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

E-mail: diogenesvn@gmail.com

Palavras-chave: Educação do campo. Ensino de matemática. Povos tradicionais.

Introdução

O ser humano se desenvolve de acordo com as suas condições e necessidades em cada momento histórico. Desta forma, a cultura está sempre se modificando. A etnomatemática “surgiu da análise de práticas matemáticas em diversos ambientes culturais e foi ampliada para analisar formas de conhecimento, não apenas teorias e prática matemáticas” (D’AMBRÓSIO, 2005, p. 102).

Esse referencial tem se expandido em diferentes áreas. No campo da Educação, procura compreender as estruturas de pensamento, os modos de explicar, entender e atuar na sociedade, dentro do contexto cultural em que o sujeito vive. A etnomatemática parte da realidade para alcançar processo educativos contextualizados, por meio de um enfoque cognitivo em diálogo com aspectos da cultura dos educandos (D’AMBRÓSIO, 2005). Nesse sentido, potencializa profundo diálogo com a Educação Popular Sociocomunitária.

O norte mineiro é considerado uma região pobre do Brasil, quando referida com base em instrumentos de medicação socioeconômica tradicionais. Contudo, possui muitas riquezas naturais, culturais e vários encantos que atraem turistas. Nesse contexto do “Gerais” – apelido da região/ecossistema utilizado por moradores locais e consagrado na obra literária de João Guimarães Rosa –, o tropeirismo se caracteriza como uma forma de trabalho ligada à circulação de produtos por meio da utilização de animais para a travessia de longas distâncias, geograficamente desafiadoras. Essa prática já ocupou lugar central na economia e nos modos de vida de populações do norte de Minas Gerais, mas atualmente tem sido substituída por outros meios de circulação de produtos.

Neste trabalho, resultante de um TCC finalizado, a comunidade estudada é a Fazenda Ilha das Cabras, localizada no município de Rio Pardo de Minas, às margens do Parque Estadual de Serra Nova. A prática do tropeirismo sustentou por muitos anos a economia local, promovendo a circulação de produtos entre “o Gerais” e “a Caatinga” – região que se encontra do lado mais ocidental da



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE AMERICANA
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Serra do Espinhaço. Os principais pontos de destino desses tropeiros eram os municípios de Mato Verde (comunidade Coco, Lajes, Tanque, Pé da Ladeira) e Porteirinha. A formação geológica que separa o Gerais da Caatinga é a Serra do Espinhaço, a qual era atravessada pelos tropeiros.

O objetivo geral da pesquisa foi sistematizar as principais unidades de medidas e tecnologias envolvidas na prática social do tropeirismo. Como objetivo específico, destacou-se a necessidade de compreender como eram medidos e quantificados os produtos comercializados nessas viagens.

Desenvolvimento

Este estudo se configurou como uma pesquisa qualitativa. Yin (2016) comunica que a pesquisa qualitativa procura estudar o significado dos fenômenos na vida das pessoas, nas condições da vida real, representando opiniões e perspectivas dos participantes de um estudo e abrangendo as condições contextuais em que as pessoas vivem.

Além da pesquisa qualitativa, uma das bases que inspirou a metodologia deste estudo foi a história oral, que faz uma narrativa do trabalho histórico, sendo usada como fundamental teoria em vários trabalhos acadêmicos e tem ganhado cada vez mais espaço no meio acadêmico. A importância da oralidade serve para definir conceitos históricos implícitos e, se usado como método, afirmação desses conceitos. Seu uso tem sido defendido em trabalhos da etnomatemática que buscam evidenciar modos de contar e medir que pouco são empregados na atualidade, mas que permanecem vivos nas memórias e em algumas ações de grupos humanos (LOZANO, 2006; GARNICA, 2005).

Os principais instrumentos metodológicos utilizados foram a entrevista semiestruturada e as conversas informais. Foram entrevistados dois antigos tropeiros que aceitaram participar do estudo. Ambas foram realizadas no ano de 2018 e audiogravadas. O material foi transcrito e utilizado para embasar análises e alguns trechos mais reveladores da história da prática social do tropeirismo e lembranças a ela associadas. Outros dois participantes da pesquisa não foram formalmente entrevistados, mas, por meio de conversas informais e registro em diário de campo, auxiliaram na melhor compreensão e sistematização de informações sobre as unidades de medidas não convencionais utilizadas pelos tropeiros e também suas tecnologias.

As entrevistas realizadas foram centradas em memórias mais gerais da prática do tropeirismo e trouxeram elementos para se apreender a etnomatemática utilizada por esses sujeitos. Os entrevistados ensinam que o sistema matemático que operava nas comercializações de produtos foi se transformando ao longo do tempo.

As unidades de medida não convencionais associadas à prática do tropeirismo identificadas neste estudo são o alqueire, a chave, a légua, o palmo, a polegada, a medida/o prato e o saco. A farinha de mandioca e a goma eram medidas pelo “prato”, uma medida padrão consensuada entre aqueles sujeitos. “Prato” e “medida” são dois nomes para a mesma tecnologia e medida de capacidade, que equivale a 3 litros. Ademais, evidencia-se que 1 alqueire é igual a 48 pratos, e meio, igual a 24 pratos. Uma “quarta” equivale a 12 pratos. A referência em quilogramas é a que 24 pratos (meio alqueire) são iguais a 1 saco de 50 quilos. A noção de “meia” e “quarta” é utilizada pelos tropeiros para fracionar diversas unidades de medida, como o prato, o alqueire, a légua, a arroba e possivelmente outras.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE AMERICANA
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Destaca-se que o alqueire, convencionalmente, é utilizado como medida de área de superfície. No entanto, no contexto do tropeirismo, ele é utilizado como uma unidade de medida de capacidade, o que expressa uma originalidade na operação matemática desse grupo social.

Já com relação às tecnologias, identificou-se o uso do afofes, da buraca, da cangaia, do embornal – na fonética local, comumente é pronunciado “embornalo” – e do jacar. As três primeiras estão ligadas ao suporte de produtos nos lombos dos animais de carga; e as últimas duas, ao transporte e à comercialização principalmente de frutos. A mais específica dessas tecnologias, o jacar, é uma espécie de cesto oval produzido a partir do entrançamento de folhas de palmeiras, utilizado para armazenar, transportar e, às vezes, como unidade de medida no comércio. Um jacar tem capacidade aproximada para 3 dúzias de frutos comercializados na região.

Conclusão

De acordo com os resultados apresentados, pode-se afirmar que a etnomatemática está diretamente ligada ao contexto dos tropeiros e nas suas formas de medir e calcular, assim como ocorre com os camponeses estudados por Ferreira, Fonseca e Matos (2015). Nota-se a presença de medidas não convencionais em várias culturas e trabalhos diversificados. Assim como mostra o trabalho feito por Damasceno (2005), a valorização do corpo como tecnologia de medidas é notada na produção de farinha. Os tropeiros não fazem o uso dessas mesmas formas de medidas, como passos e braças, mas sim de chave e polegadas – que na produção de farinha não são citadas.

Por fim, destaca-se a importância da ênfase histórica deste trabalho, pois ele apresenta importantes momentos vivenciados e que agora são registrados por meio das lembranças dos participantes e do autor, indiretamente. Momentos vividos pelos tropeiros que passaram noites dentro de lapas de pedra, passaram fome e sede por esses caminhos, mas também se desenvolveram, educaram-se e criaram cultura e vida na região.

Referências

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Sociedade, cultura, matemática e seu ensino. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 99-120, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n1/a08v31n1.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2018.

DAMASCENO, Alexandre Vinícius Campos. **A cultura da produção da farinha**: um estudo da matemática nos saberes dessa tradição. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

FERREIRA, Joel Silva; FONSECA, Lúcia Maria Batista; MATOS, Maria Dulce Gonçalves. A etnomatemática na produção da farinha de mandioca: entrelaçando os saberes matemáticos utilizados por alunos agricultores e o ensino escolar do conceito de razão. **Anais da Jornada de Estudos em Matemática**, Marabá, v. 1, n. 1, 2015. Disponível em: https://jem.unifesspa.edu.br/images/Anais/CC_20150837002__Etnomatematica_na_producao_da_farinha_de_mandioca.pdf. Acesso em: 7 jan. 2019.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019



UNIDADE
AMERICANA

Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

GARNICA, Antonio Vicente Marafioti. A história oral como recurso para a pesquisa em educação matemática: um estudo de caso brasileiro. *In*: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 5., 2005, Porto. **Anais...** Porto, 2005.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

YIN, Robert. **Pesquisa qualitativa: do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Festival de dança da Escola Técnica Estadual de Hortolândia: processos educativos e construção do protagonismo juvenil

Juliana Luvizzotti

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: julianaluvizzotti@gmail.com

Palavras-chave: Educação. Festival de dança. Protagonismo.

Introdução

Este trabalho apresenta resultados de pesquisa de mestrado que visou identificar por meio de quais processos educativos os jovens que participam da organização do festival de dança da Escola Técnica Estadual (ETEC) de Hortolândia constroem seu protagonismo social. Considera-se que a participação juvenil nesse festival se consolida como experiência e vivência de educação problematizadora, contrapondo-se ao modelo de educação bancária, ainda tão presente nos currículos de instituições de ensino no Brasil.

A apresentação do festival de dança acontece em duas noites, geralmente no mês de dezembro nas dependências da instituição de ensino. Cada turma envolvida tem cerca de 40 estudantes do ensino médio integrado ao técnico (ETIM), e eles têm, aproximadamente, 15 minutos para demonstração de seu espetáculo, contemplando a dança como a linguagem e a criatividade na decoração composta do cenário. Os jovens desenvolvem a coreografia, o cenário e como se dará sua apresentação final durante todo o ano letivo.

Em razão de o horário das aulas consumir quase o dia todo, eles se reúnem em horários alternativos em espaços improvisados, por exemplo, em salões de igrejas, em academias ou ainda na casa de um dos participantes para ensaios, decisões e construção do cenário. O dinheiro necessário para a compra de figurino também é obtido por meio de ações conjuntas de vendas de rifas, pedidos de patrocínios, venda de doces e bolos aos próprios colegas da escola. Dessa forma, não é necessário que os jovens disponham de recursos próprios para a realização do evento.

Desenvolvimento

O percurso metodológico pautado na abordagem qualitativa se efetivou por meio de duas rodas de conversas realizadas no segundo semestre do ano de 2018, possibilitando a compreensão do pensamento-linguagem dos participantes, e ainda de suas ações conjuntas durante o planejamento, o desenvolvimento e a apresentação do festival de dança.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



O espaço da roda de conversa intenciona a construção de novas possibilidades que se abrem ao pensar, num movimento contínuo de perceber – refletir – agir – modificar, em que os participantes podem se reconhecer como condutores de sua ação e da sua própria possibilidade de “ser mais”. O fato de o diálogo ser posto como aberto e igualitário não significa dizer que essas negociações sejam tranquilas, visto que, nesses espaços, estão postos jogos de poderes e questionamentos às hegemonias (SAMPAIO *et al.*, 2014, p. 1301).

A primeira roda consistiu em uma aproximação entre pesquisadora e participantes, além de esclarecimentos acerca da natureza e dos objetivos da pesquisa. Na segunda roda de conversa, foram trazidas imagens/fotografias do acervo pessoal dos participantes desta pesquisa – educandos da instituição de ensino citada, bem como jovens egressos, todos com uma experiência em comum: terem participado de no mínimo uma edição do evento.

As fotografias retratavam diferentes circunstâncias e vivências do festival de dança, bem como reuniões, confecção do cenário, arrecadação de dinheiro para custear figurinos e ensaios, evento e participações dentro ou fora do ambiente escolar acerca do desenvolvimento, as quais foram dispostas no centro, e cada participante ficou livre para selecionar e tecer comentários sobre a imagem e o momento ali retratado, trazendo, assim, memórias relevantes para si ou ainda para seus amigos.

Conclusão

Com a análise dos dados, identificou-se que, ao participarem do festival de dança, os jovens desenvolvem os seguintes processos educativos: afirmar identidade, obter reconhecimento como sujeito, sentir-se parte de um grupo favorecendo o pertencimento, confiar nos outros e em si (autoconfiança), aprender com o outro a convivência e a autogestão, assumir responsabilidades, desenvolver capacidade de diálogo e comunicação. Ao participarem do festival de dança, os envolvidos aprenderam a decidir, dialogar, ceder, expor opinião, cuidar do dinheiro, poupar, pesquisar, economizar, consumir de forma consciente, fortalecer-se em grupo, respeitar as diferenças, resolver problemas, dividir tarefas, ser responsável, ter paciência, respeitar os limites do outro, reconhecer as próprias limitações, acreditar nos outros e em si mesmo, crer na união, compreender os demais, elaborar argumentos, respeitar e valorizar o outro, assumir a dependência dos outros, ver as coisas de modo diferente e criar oportunidades de fazer com o outro.

Esses processos educativos favorecem situações de protagonismo juvenil aos participantes durante o desenvolvimento do projeto ou em sua vida acadêmica e a possibilidade de atuar diretamente na sociedade e transformar sua realidade para além dos muros escolares.

Referências

ABRAMO, Helena W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, v. 5, n. 6, p. 73-90, 1997. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/442_1175_abramowendel.pdf. Acesso em: 17 jun. 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2019.

_____. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100>. Acesso em: 17 jun. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. (Série Ecumenismo e Humanismo, 16).

GROPPO, Luis Antonio *et.al.* **Juventude e práticas socioeducativas**. Alfenas, 2018.

LARROSA-BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2019.

OLIVEIRA, Maria Waldenez de *et al.* Pesquisando processos educativos em práticas sociais. *In*: OLIVEIRA, Maria Waldenez de; SOUSA, Fabiana Rodrigues de (Orgs.). **Processos educativos em práticas sociais**: pesquisas em educação. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 113-141.

SAMPAIO, Juliana *et al.* Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. **Interface**, Botucatu, v. 18, supl. 2, p. 1299-1311, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v18s2/1807-5762-icse-18-s2-1299.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2019.

ZIBAS, Dagmar; FERRETTI, Celso; TARTUCE, Gisela. Micropolítica escolar e estratégias para o desenvolvimento do protagonismo juvenil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 51-85, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n127/a0436127.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2019.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Denúncias e anúncios de jovens sobre a educação escolar

Luiza Regina Florêncio dos Santos Guerreiro

Centro Universitário Salesiano São Paulo (UNISAL)

E-mail: reginague@yahoo.com.br

Palavras-chave: Juventude. Educação escolar. Educação Popular. Diálogo.

Introdução

O presente trabalho é de um recorte de uma pesquisa de mestrado em Educação (PPGE/UNISAL), na qual se buscou compreender a percepção de jovens sobre a relação juventude e educação escolar, a partir de artigos pesquisados na SciELO, nos anos de 2010 a 2018. Os dados foram analisados de acordo com os pressupostos da Educação Popular com base em alguns temas geradores surgidos na pesquisa.

Desenvolvimento

Pautados em alguns temas identificados nos artigos encontrados, buscou-se elencar denúncias e anúncios apontados pelos jovens sujeitos das pesquisas em questão. Com isso pretendia-se discutir alguns temas presentes nas bases teóricas da Educação Popular entre as denúncias: opressão, desumanização, silenciamento, preconceito, falta de pertencimento, entre outros. Com relação aos anúncios, alguns temas geradores serviram para reflexões, tais como: diálogo, escuta, participação, partilha de saberes, fazer com, autonomia e emancipação etc.

Denúncias

✓ Bem-vindo à selva

Bem-vindo à selva! Assim fui recebido por uma professora de filosofia ao iniciar minha pesquisa de campo em uma das escolas que acompanhei entre 2006 e 2013, cujo objetivo era entender as múltiplas experiências juvenis que se estabelecem em escolas públicas de ensino médio de bairros pobres da periferia de São Paulo (PEREIRA, 2016, p. 218).

A frase demonstra o que, infelizmente, muitos professores pensam da escola: que alguns alunos são comparados a “selvagens”, como se isso fosse algo negativo e o que isso traz como resultado nas relações entre docentes e discentes.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



✓ Eu gosto mais ou menos

Da escola, eu gosto mais ou menos. Você aprende e também precisa da escola. É uma obrigação. Eu gosto um pouco. Das provas é que eu não gosto. São mais difíceis. O bom é que você faz amizades, conhece muita gente boa. Muita gente ruim também. As amizades falsas, que te levam para o buraco (Júlio, treinando) (LEÃO, 2006, p. 35).

A escola, para muitos desses jovens, é o local onde encontram amor, o qual está relacionado com uma prática mais humanizada. Segundo Freire (1987, p. 131), “para alcançar a meta da humanização, que não se consegue sem o desaparecimento da opressão desumanizante, é imprescindível a superação das situações-limites em que os homens [e mulheres] se acham quase coisificados”. Freire (1987) elabora um saber que tem o amor como potencialidade e capacidade humana, a partir do qual é possível ser e estar no mundo de maneira ética.

✓ Não quer saber de mim

O bicho não me vê, não me procura, não quer saber de mim, me esqueceu, não sabe nem que tem filho. Estragou minha vida, estragou a vida da minha mãe. Quando a gente morava junto, chegava bêbado, batia na gente, batia na minha mãe. Nós tinha que sair de casa, esperar o bicho dormir pra voltar. Era briga todo, todo, todo dia (PEREIRA; SUDBRACK, 2008, p. 156).

Percebe-se na fala desse jovem a ausência do papel afetivo, protetivo e de autoridade do pai, além de um sentimento de frustração pela falta de atenção, rejeição ou abandono. A ausência de afetividade dentro de um sistema familiar é um dos grandes responsáveis por fenômenos como drogadição e práticas infracionais, pois a única coisa impossível de ser substituída na vida das pessoas é o amor.

✓ A gente sofre de discriminação

É porque a gente vê lá na rua, a gente passa e vê muitos jovens passando sabe, então, há uma certa discriminação por quem trabalha na rua, o pessoal fala pra caramba. Então a gente sofre de discriminação porque quando a gente arruma uma namorada: Pô, você trabalha de quê? Pô, sou vendedor. Vendedor de quê? (risos). Entendeu? É uma dificuldade muito grande, com preconceito, com tudo; é bom a gente ter o trabalho da gente quando a gente terminou o segundo grau, a gente corre atrás também, mas só não tem retorno (PINHO, 2007, p. 141-142).

A perspectiva do relato desse jovem indica o que parece fundamental para pensar os diversos arranjos por meio dos quais as formas específicas de discriminação se manifestam no plano da sociabilidade. Em um mundo em que a opressão é tão emergente, latente e visível, somente uma pedagogia da esperança assinala não sucumbir ao fatalismo. A missão da Educação Popular de transformação da realidade opressora, na perspectiva da libertação dos sujeitos, é histórica, mas a forma como se dará o enfrentamento depende dos aspectos da conjuntura.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Anúncios

- ✓ Eu vou poder entrar lá com a cabeça erguida

Minha família me discriminava muito, falava que eu ia dar pra bandido, pra maconheiro. Eu dei sim. Mas, se eu dei pra bandido, pra maconheiro, creio que eu vou dar pra trabalhador. Quando eu chegar lá em casa, lá na comunidade, eu vou poder entrar lá, com a cabeça erguida e a minha família olhar lá e ver como: “Ele deu pra bandido, deu pra maconheiro, mas hoje ele tá sendo alguém na vida”. E é esse o meu sonho, chegar lá como marinheiro, eu vou ter que estudar muito pra ser marinheiro. Subir a comunidade lá, com aquela farda toda branca, maiorzão, é meu sonho (BOTELHO; MORAES; LEITE, 2013, p. 11).

Vê-se nesse relato muito do que aponta Freire em seus escritos: o encontro dos homens, o encontro com a possibilidade de pronunciar o mundo no modo de relacionar-se, de ter fé na vida, na força da esperança que os move. A esperança marca a possibilidade de sonhar com o futuro, carregado de desejos próprios, sem a interferência do outro. Quando tratados com respeito, com ética, com compromisso, como sujeitos de sua história, há uma possibilidade de vislumbrar a esperança que transforma o mundo.

- ✓ Acaba virando até meio que uma família

Aqui a gente aprende a ser mais social, a conversar com todo mundo. Aqui todo mundo se fala, todo mundo se conhece. Acaba virando até meio que uma família, porque todo mundo conhece todo mundo. A gente não é amigo só aqui. A gente é amigo em todos os cantos (Juliana, 16 anos) (CAMPOS; PAIVA, 2018, p. 25).

Aqui se ressalta mais uma vez a importância dos laços afetivos estabelecidos como um fator determinante para a permanência na escola. Sobre esse aspecto, alguns autores apontam que a sociabilidade é uma dimensão central na constituição da condição juvenil que se desenvolve nos grupos de pares, preferencialmente nos espaços e tempos do lazer e da diversão, mas também presente nos espaços institucionais como a escola. Na perspectiva juvenil, a presença de outros jovens diminui a sensação de estranheza, característica do espaço escolar, trazendo para este um clima de familiaridade com outros espaços de sociabilidade, como a rua e os clubes.

Conclusão

Importou-se, aqui, contar justamente o entrelaçamento de histórias, a fim de eternizá-las no que virá; transformá-las em pronúncias de novas realidades, menos feias do que as que se vive. Enquanto palavras, ao repensar os dados concretos da realidade, que é, também, utópico, implica-se a denúncia de como se está vivendo e no anúncio de como se poderia viver. Nas narrativas coletadas, pode-se observar que os jovens estão longe de ter uma formação humanizada. A proposta da Educação Popular sugere um novo olhar para a realidade em que se está inserido, proporcionando entender melhor a história e se identificar como ser pertencente a esse todo, possibilitando lutar para mudar o que precisa ser mudado.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

**Referências**

BOTELHO, Adriana; MORAES, Mayara Cristina; LEITE, Ligia C. Violências e riscos psicossociais: narrativas de adolescentes abrigados em Unidades de Acolhimento do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 7-16, jan. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n1/1413-8123-csc-20-01-00007.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2019.

CAMPOS, Caroline Cristina; PAIVA, Ilana Lemos. Programa Nacional de Inclusão de Jovens: possibilidades e contribuições na perspectiva dos adolescentes participantes. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 22-29, abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v30n1/1984-0292-fractal-30-01-22.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

_____. **A importância do ato de ler**: em três artigos que completam. 23. ed. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1989.

LEÃO, Geraldo Magela. Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 31-48, abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v32n1/a03v32n1.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2019.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. Outros ritmos em escolas da periferia de São Paulo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 217-237, mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v41n1/2175-6236-edreal-41-01-00217.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2019.

PEREIRA, Sandra Eni; SUDBRACK, Maria Fátima. Drogadição e atos infracionais na voz do adolescente em conflito com a lei. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 151-159, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v24n2/03.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2019.

PINHO, Osmundo. A “fiel”, a “amante” e o “jovem macho sedutor”: sujeitos de gênero na periferia racializada. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 133-145, ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v16n2/13.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2019.

VASCONCELOS, Valéria; OLIVEIRA, Maria Waldenez de. Educação Popular: uma história, um que fazer. **Educação Unisinos**, v. 13, n. 2, p. 135-146, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/4939>. Acesso em: 7 abr. 2019.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Processos educativos na classe hospitalar entre pedagogos/as e educandos/as hospitalizados/as

Miriã Martins de Brito

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
E-mail: mihmartins23@hotmail.com

Aida Victoria Garcia Montrone

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
E-mail: montroneufscar@gmail.com

Agência financiadora: CAPES

Palavras-chave: Processos educativos. Práticas sociais. Classe hospitalar.

Introdução

As práticas sociais, de acordo com Oliveira *et al.* (2014), são compreendidas como interações entre os indivíduos, desenvolvidas no núcleo de diferentes espaços, por exemplo, organizações, instituições, grupos e associações, de modo que exprimem significados e valores, repassando conhecimentos e possibilidades diante da vida, garantindo direitos, valorização e respeito de grupos sociais, por vezes, excluídos, marginalizados ou invisibilizados pela sociedade. Os processos educativos geram conhecimento, e é por meio deles que o ensino e a aprendizagem se encontram presentes nas relações existentes entre as pessoas, ocorrendo o tempo todo e em diferentes espaços. Sendo assim, a prática social escolhida para a realização da pesquisa foi a relação estabelecida entre o/a pedagogo/a e a criança hospitalizada na classe hospitalar de uma instituição de saúde.

Sabe-se que o processo de hospitalização de crianças, adolescentes ou adultos é um momento que atinge as emoções humanas, gerando ansiedade, preocupação, sensação de abandono, medo do novo e insegurança, de modo que a hospitalização e as experiências no espaço hospitalar podem deixar marcas profundas para a saúde mental da criança hospitalizada (RIBEIRO; ÂNGELO, 2005).

Compreendendo que são muitos os desafios que se encontram presentes no decorrer do processo de hospitalização de crianças e adolescentes, existe a necessidade de se pensar o hospital como um campo de trocas de conhecimentos, momento de vivenciar novas descobertas e aprender com as situações que as cerca, permitindo que signifiquem e/ou ressignifiquem a vida a partir das experiências advindas desse novo ambiente (GONÇALVES; MANZINI, 2011).

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Desse modo, além da discussão acerca da dimensão do atendimento educacional em ambiente hospitalar, a pesquisa teve como objetivo analisar e compreender que processos educativos decorrem das relações estabelecidas no interior da classe hospitalar, na relação entre pedagogo/a e educando/a hospitalizado/a.

Desenvolvimento

A pesquisa é de cunho qualitativo, e os procedimentos metodológicos para coleta de dados foram as observações participativas e conversas registradas em diários de campo. A partir das informações obtidas, foi possível confirmar que a classe hospitalar nessa instituição teve início no ano de 2017, de modo que o perfil de atendimento são crianças a partir dos 3 anos em diante e que estão em idade escolar do 1º ao 5º ano, na maioria dos casos acometidas por doenças crônicas respiratórias, passando pelo período de internação de uma semana a oito dias.

Durante o acompanhamento da rotina da pedagoga, em uma das inserções foi realizado o planejamento de uma atividade escolar para uma das crianças hospitalizadas, dando ênfase na faixa etária que era de 5 anos e, conseqüentemente, incentivando as aprendizagens de modo lúdico. Nessa interação, foi possível perceber que a criança, ao se mostrar “aberta ao diálogo”, construiu sua relação e interação social a partir de sua visão de mundo, ressignificando aquele contexto hospitalar, por meio de processos dinâmicos de sociabilidade, ao se referir à família e contar sobre sua vida.

A dialogicidade foi também um dos conceitos que apareceu ao destacar o papel do/a pedagogo/a no espaço hospitalar trabalhando com crianças em tratamento de saúde, pois é por meio de uma escuta sensível e do diálogo aberto que o profissional constrói o saber da experiência, possibilitando aos educandos/as hospitalizados/as aprenderem na troca como sujeitos dialógicos.

Porém, nem sempre a construção do diálogo se mostra viável, pois a dialogicidade exige a participação de fato das pessoas envolvidas nesse processo, como foi o caso de um atendimento em que a criança não se sentia à vontade para iniciar uma conversa. A pedagoga teve a sensibilidade de dar o tempo necessário para que a interação ocorresse a partir do momento em que a criança se sentisse confiante e desejosa para isso. De acordo com Freire (1987, p. 81), “ao fundar-se no amor, na humildade, na fé nos homens, o diálogo se faz uma relação horizontal, em que a confiança de um pólo no outro é consequência óbvia”.

Conclusão

O desenvolvimento da presente pesquisa possibilitou a identificação, a análise e a compreensão dos processos educativos que decorreram no interior do hospital, especificamente na classe hospitalar. Foi possível detectar, por meio da observação e participação, os diálogos e as interações entre a pedagoga e as crianças hospitalizadas, além dos processos educativos: a construção da expressão verbal, a sociabilidade, o compartilhamento de experiências e o diálogo. Esses processos educativos estiveram pautados em conceitos como: a confiança, o respeito, a amorosidade e a empatia entre as crianças e a pedagoga hospitalar.

Os processos educativos percebidos auxiliam na compreensão de mundo na qual essa criança e esse adolescente se encontram, de modo que não sejam e não se sintam coisificação de algo, seres sem

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

sua subjetividade no mundo. Muito pelo contrário, que a aprendizagem significativa por meio de uma educação libertadora possibilite a humanização e a atuação do/a educando/a em sua própria história de vida, de modo que a ação e a reflexão estejam presentes.

Referências

BRASIL. 1996. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 15 mar. 2019.

_____. Lei nº 13.716, de 24 de setembro de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para assegurar atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 25 set. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13716.htm. Acesso em 15 mar. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GONÇALVES, Adriana Garcia; MANZINI, Eduardo José. **Classe hospitalar: poesia, texto e contexto de crianças e adolescentes hospitalizados**. Marília: ABPEE, 2011.

OLIVEIRA, Maria Waldenez de *et al.* Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. In: OLIVEIRA, Maria Waldenez de; SOUSA, Fabiana Rodrigues (Orgs.). **Processos educativos em práticas sociais: pesquisas em educação**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 29-46.

RIBEIRO, Circéa Amado; ANGELO, Margareth. O significado da hospitalização para a criança pré-escolar: um modelo teórico. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 391-400, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/recusp/v39n4/03.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Educação e comunicação em tempos de fake news

Tiago Zanquêta de Souza

Universidade de Uberaba (UNIUBE)

E-mail: tiago.zanqueta@uniube.br

Palavras-chave: Educação Popular. Resistência propositiva popular. Investigação crítica.

Introdução

Este trabalho é fruto de um projeto de pesquisa em andamento, que tem por foco a discussão em torno da resistência propositiva popular em Paulo Freire, como possibilidade de reinventar a educação e a escola para a ética, a convivência, a esperança e a humanização.

Tem-se como objetivo problematizar a escola e a educação como prática da liberdade, na busca pela humanização de homens e mulheres e pela primazia do sonho e da esperança, na utopia pelo ser mais. Tendo em vista os diferentes ataques de fake news à escola, à educação e à comunicação nos últimos três anos, faz-se necessário fomentar o debate sobre os desafios inerentes a esse contexto, à luz da educação, com a finalidade de lutar, incessantemente, por uma educação e comunicação emancipadoras e para o fortalecimento da democracia.

A educação e a escola em tempos de fake news

Conforme Ladislau Dowbor (2013), a educação, sob o prisma do neoliberalismo, é um importante instrumento destinado à adequação de homens e mulheres para o mundo do trabalho, de modo a discipliná-los/as por meio dos conhecimentos técnicos, para que possam “obter sucesso” na vida, inserindo-os/as em um contexto egoísta, competitivo e desumanizador. O caráter vantajoso oriundo dessa visão de mundo seria capaz de garantir o reconhecimento profissional e a remuneração. De certo modo, a educação vem cumprindo um papel de “trampolim” para a vida que segue depois da escola, o que se configura como um caráter reducionista e de opressão em relação à sua real função social, uma vez que “a criança é uma realidade presente, não um projeto” (DOWBOR, 2013, p. 5).

Este paradigma de trampolim para o sucesso, amplamente dominante, gerou outra visão, contestadora, que tenta assegurar à educação uma autonomia que lhe permita centrar-se nos valores humanos, na formação do cidadão, na visão crítica e criativa, menos utilitarista, e mais rica na própria dinâmica de **apropriação do conhecimento** e de convívio social escolar (DOWBOR, 2013, p. 5, grifos nossos).

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



A apropriação e a produção do conhecimento são vitais para as pessoas, especialmente em tempos de fake news. Impõe-se à educação e, por consequência, à escola a seguinte questão: como lidar com a invasão de fake news (em escala mundial)? Primeiramente, é necessário reconhecer que, hoje, o conhecimento é muito mais importante, pois é o principal fator de produção. Segundo, porque há uma conectividade planetária.

O acervo de conhecimentos de toda a humanidade é transformado num gigantesco sistema de vasos comunicantes [...]. Inclusive, naturalmente, os órgãos de segurança como o NSA americano, através dos organizadores de informações pessoais como o facebook, Google¹ e grandes empresas de telefonia. Ferramentas mais poderosas podem ser utilizadas para o bem e para o mal, são apenas mais poderosas (DOWBOR, 2013, p. 12).

Entretanto, tais ferramentas estão a serviço da lógica opressora, dominadora e excludente, que seleciona saberes e conhecimentos que serão divulgados. Disso decorre a luta pelo acesso livre e gratuito à internet, de modo a gerar sistemas colaborativos entre escolas e universidades, na busca pelo fortalecimento da generalização de todas as formas de conhecimento, pois a mesma base que serve para a perversidade pode ser usada para o benefício das populações afetadas por essa perversidade.

Da educação imediatista à educação como processo de emancipação: a perspectiva da educomunicação

Pensar a produção do conhecimento por meio de uma rede colaborativa, na perspectiva dos oprimidos, dominados, subjugados, injustiçados, como considerava Paulo Freire (2005), pressupõe a luta contra a educação “bancária”, que condena o homem e a mulher a serem menos. É justamente pelo fato de Paulo Freire protagonizar a luta pela humanização que ele também é alvo de forte ataque das fake news.

Tal contexto remete à análise dos três modelos de educação concebidos por Juan Enrique Díaz Bordenave (1989) e problematizados por Mário Kaplún (2002), que ainda hoje estão em disputa. Primeiro, a educação com ênfase nos conteúdos: aquela que caracteriza a educação “bancária” (FREIRE, 2005), ou seja, é uma educação centrada na transmissão do conhecimento. Para Kaplún (2002), se existe educação “bancária”, existe também comunicação “bancária”. Segundo, a educação com ênfase nos efeitos: que reside em “moldar” as pessoas, seu caráter, sua conduta, sua moral, seus valores, para atingir objetivos específicos traçados por quem planeja a educação, ou seja, pela classe dominante. Nesse sentido, para Kaplún (2002), a comunicação é “persuasiva”, enquanto, para Freire (2005), a educação é domesticadora e, portanto, não emancipatória. Terceiro, a educação com ênfase no processo: aquela que transcende o saber e o fazer, ou seja, propõe o desenvolvimento de homens e mulheres por meio da práxis, de modo a se posicionarem criticamente em relação àquilo que fazem, pensam, sentem, promovendo o desenvolvi-

1 Trata-se do GAFAM, que é o acrônimo das empresas estadunidenses Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft, nascidas nos últimos anos do século XX ou início do século XXI, que dominam o mercado digital. Esse grupo controla as ações humanas, o tempo e o espaço, invade a privacidade, apropria-se de informações “roubadas” e as vende”, especialmente ao capital mercadológico e político, segundo os seus interesses, que estão intimamente associados à manutenção do *status quo*.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE AMERICANA
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



mento das suas capacidades cognitivo-intelectuais, despertando-os/as para a conscientização, com vistas à libertação, para lerem a si mesmos/as e ao mundo (FREIRE, 2005). Desse último modelo decorre a educomunicação.

Em primeiro lugar, quando fazemos comunicação educativa estamos sempre buscando, de uma forma ou de outra, um resultado formativo. Dizemos que produzimos nossas mensagens “para que os destinatários tomem consciência de sua realidade”, ou “para suscitar uma reflexão”, ou “para gerar uma discussão”. Concebemos, pois, os meios de comunicação que realizamos como instrumentos para uma Educação Popular, como alimentadores de um processo educativo transformador (KAPLÚN, 2002, p. 15, tradução nossa).

É por fazer a defesa de uma educação contra a desumanização, a favor da conscientização, que Paulo Freire, a escola e a educação têm sido alvos de constantes ataques de fake news. Nesse sentido, o trabalho de Kaplún (2002), por meio da educomunicação, incita o trabalho pedagógico que eduque para lidar com a mídia, pois quem produz fake news são aqueles/as que possuem uma visão imediatista de mundo, que olham para os efeitos de se estudar conteúdos, a fim de reproduzir e agravar o quadro de desigualdade e injustiça social vigentes.

Considerações reflexivas: por uma educação para a ética, a convivência, a esperança e a humanização

Segundo Dussel (1986), é fora do projeto de dominação epistemológica que o pobre, oprimido, dominado, excluído ou vítima busca sua libertação. Dussel (1997) coloca que a libertação acontece a partir da realidade da vida, ou seja, do plano prático-produtivo, das condições materiais que a efetivam.

Como possibilidade de superação dessa realidade, a Educação Popular, em sua práxis, fora ou dentro dos contextos escolares, vai primar pela democratização do ensino, pela ética, pela luta da inclusão social e pela valorização do saber popular, por meio do diálogo, pela convivência, o que, por excelência, implica buscar permanentemente a criação coletiva, dialética e dialógica (FREIRE, 2000).

O importante na educação e na comunicação libertadoras, então, para Freire (2008) e Kaplún (2002), é que mulheres e homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o que pensam, sua própria visão de mundo, manifestada explícita ou implicitamente nas suas sugestões e nas de seus companheiros. É convocar à pesquisa, à investigação-ação que liberta, desperta a esperança, alimenta o sonho e estimula a prática da resistência como um caminho possível para a emancipação de homens e mulheres, pelo fortalecimento da democracia e por uma educação na diversidade para a cidadania.

Referências

BORDENAVE, Juan Enrique Díaz. Alguns fatores pedagógicos. *In*: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Geral. **Capacitação pedagógica para instrutor/supervisor**. Área da saúde. Brasília, 1989. p. 19-26.

DOWBOR, Ladislau. **Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

DUSSEL, Enrique Domingos. **Método para uma filosofia da libertação**. São Paulo: Loyola, 1986.

_____. **Filosofia da libertação**. São Paulo: Loyola, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

KAPLÚN, Mário. **Una pedagogía de la comunicación (el comunicador popular)**. La Habana: Editorial Caminos, 2002.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



A Educação Sociocomunitária e a identificação dos possíveis fatores que interferem nas relações sociais de crianças em idade pré-escolar

Vanessa Cardoso Paviotti

Mestranda do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: vcpaviotti@gmail.com

Antonio Carlos Miranda

Professor doutor no PPGE e na graduação em Pedagogia do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: antonio.miranda@unisal.br

Palavras-chave: Integração. Educação Sociocomunitária. Idade pré-escolar.

Introdução

A educação infantil é uma etapa essencial na vida das crianças em idade pré-escolar com o objetivo de colaborar para o desenvolvimento social, psicológico, intelectual e físico da criança até os 6 anos de idade, como uma ação complementar à tarefa da família na educação de seus filhos. Esse desenvolvimento envolve as ações sociais, que são essenciais para expandir o universo de conhecimento das crianças por meio de diferentes culturas, ampliando e possibilitando a integração delas na vida sociocomunitária.

O objetivo geral deste trabalho consiste em identificar os fatores que interferem na integração na vida sociocomunitária das crianças em idade pré-escolar, em duas escolas da rede municipal de educação de Capivari/SP.

Em se tratando dos objetivos específicos, pretende-se com o desenvolvimento deste trabalho: (1) identificar os fatores que interferem na integração na vida sociocomunitária das crianças com idade pré-escolar; (2) discutir os fatores de interferência na criança considerando o âmbito pedagógico e/ou psicológico; (3) discutir ações e meios para aperfeiçoar a integração na vida sociocomunitária da criança.

Conforme observa Groppo (2010), é preciso atentar-se ao fato de que a educação é uma das formas da vida social em que a lógica sociocomunitária mais precisa aflorar, aparecer e, justamente por isso, ser manipulada.

A Educação sociocomunitária sempre existiu ao longo da modernidade, ao lado ou no interior dos sistemas educacionais hegemônicos, e até mesmo antes da constituição destes sistemas, como as cooperativas e as experiências anarquistas dentro dos movimentos operários europeus no século XIX (NORONHA, 2004 *apud* GROPPPO, 2010, p. 70).



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



No entanto, este projeto de pesquisa está focado em crianças que estão iniciando sua vida escolar, visto que é no estágio do personalismo (que se inicia dos 3 até os 6 anos) que ocorre a formação da personalidade, envolvendo a construção da consciência de si e que se desenvolve por meio das relações sociais e, assim, busca superar os desafios de se relacionarem com indivíduos que vão além do seu convívio familiar. Nesse sentido, “re-orienta o interesse da criança para as pessoas, definindo o retorno da predominância das relações afetivas” (GALVÃO, 1995, p. 44).

Portanto, o problema de pesquisa propõe as seguintes questões: (1) quais são os fatores que interferem na integração na perspectiva da Educação Sociocomunitária em crianças com idade pré-escolar? (2) Qual é o papel dos envolvidos (pais e/ou responsáveis, professores, escola) nesse processo? (3) Como tornar esse processo mais natural para as crianças? A partir dessas questões, pretende-se identificar os limites e os desafios dos fatores de interferência na integração da criança na vida sociocomunitária e, assim, propor reflexões com profissionais e contribuir para esse processo.

Desenvolvimento

Para o desenvolvimento desta pesquisa, a opção metodológica, considerando os objetivos, foi pela abordagem qualitativa e pelo levantamento bibliográfico, focalizando principalmente os termos “Educação Sociocomunitária”, “idade pré-escolar” e “integração do aluno da educação infantil”, com o intuito de compreender, de forma mais profunda, o tema abordado, sustentar a coleta de dados e concluir os esforços da presente pesquisa. Esta pesquisa está sendo realizada por meio de uma análise documental e de campo/empírica, apoiada no referencial teórico para fundamentar o trabalho. Em relação à pesquisa de campo/empírica, de acordo Marconi e Lakatos (2005), ela tem como objetivo conseguir informações e conhecer o problema da pesquisa, em busca de respostas ou novas hipóteses, de modo a comprová-las e/ou instigá-las.

Os instrumentos de coleta foram questionários realizados em duas escolas da rede municipal de Capivari, buscando a compreensão ampla das motivações e dos sentidos das ações dos participantes na pesquisa. Portanto, para essa etapa, foram coletados os dados provenientes da aplicação de questionários (perguntas abertas e fechadas) a três seguimentos distintos como sujeitos da pesquisa: pais e/ou responsáveis pelas crianças matriculadas na pré-escola; profissionais da educação que atuam na pré-escola; e crianças matriculadas na pré-escola, mas preenchidos por um adulto ou responsável por elas.

Assim, os dados obtidos da aplicação desses questionários (amostra) estão sendo analisados com base em seu conteúdo, o que, conforme Minayo (2008), trata-se de um conjunto de técnicas diversificadas usadas para representar o tratamento dos dados de uma pesquisa qualitativa. Com base nas respostas, portanto, estão sendo realizadas a análise e a classificação desses dados obtidos pelas respostas dos questionários, pretendendo identificar situações inerentes aos fatores de sucesso (ou não) da integração do aluno na vida sociocomunitária, além de possibilitar a terceira etapa, a qual compreende em viabilizar possíveis discussões e/ou reflexões com os profissionais envolvidos nesse processo.

Conclusão

Diante da análise parcial dos conteúdos dos questionários aplicados, observam-se como resultado parcial deste projeto de pesquisa alguns fatores que possam vir a interferir no processo de integração das

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



crianças em idade pré-escolar na vida sociocomunitária, quais sejam: a) a insegurança dos responsáveis; b) o não estímulo/prática de leituras e contos de história, dificultando, assim, o despertar da imaginação/lúdico na criança. Com relação aos fatores que possam vir a possibilitar o processo de integração dessa criança, observam-se: a) a brincadeira; b) o cantar (desenvolvendo/estimulando emoções); c) o ouvir histórias; d) a promoção da interação em ambientes diversos como parques, jardim, clubes etc.

Assim, diante do resultado parcial obtido e explorando a importância das relações sociais, destaca-se que é na educação infantil, segundo Oliveira (2012), que se proporciona um espaço coletivo e rico em interações com crianças e adultos, promovendo as aprendizagens significativas e fortalecendo a necessidade de se relacionar para se desenvolver.

Referências

GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon**: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

GROPPO, Luís Antonio. O princípio sociocomunitário e a integração sistêmica na educação: algumas considerações. In: GARRIDO, Noêmia *et al.* (Orgs.). **Desafios e perspectivas da educação social** – um mosaico em construção. São Paulo: Expressão e Arte, 2010. (Coleção Pedagogia Social).

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2008.

OLIVEIRA, Zilma Ramos (Org.). **O trabalho do professor na educação infantil**. São Paulo: Biruta, 2012.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Eficácia escolar: uma análise de boas práticas em escolas de regiões socialmente vulneráveis

Wanderson Luís Teodoro

Mestrando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

E-mail: wlteodoro1@gmail.com

Adolfo-Ignacio Calderón

Doutor em Educação e professor do PPGE da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

E-mail: professoradolfoalderon@gmail.com

Edivaldo Cesar Camarotti Martins

Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

E-mail: edivaldoccmartins@gmail.com

Palavras-chave: Eficácia. Escola. Vulnerabilidade social.

Introdução

Este texto foi produzido a partir dos resultados parciais de pesquisa em andamento, que está sendo realizada no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Tem como objetivo identificar as principais boas práticas desenvolvidas em escolas eficazes localizadas em regiões socialmente vulneráveis.

Para atingir o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa essencialmente bibliográfica, de revisão de literatura, tomando-se como *corpus* de análise cinco estudos brasileiros: um estudo do governo federal (BRASIL, 2005), um estudo promovido por agência multilateral (BRASIL; UNICEF, 2007), um artigo científico (CARDELLI; ELLIOT, 2012), um estudo promovido por organizações não governamentais - Fundação Lemann e Itaú BBA (FARIA; MADALOZZO, 2014) e um trabalho acadêmico (dissertação de mestrado) (MARTINS, 2015).

Todos os estudos analisados possuem em comum o fato de que abordam as boas práticas escolares em contexto de vulnerabilidade social, por meio de estudos de casos concretos de escolas de sucesso, e identificaram os fatores intraescolares que, na opinião dos próprios participantes do processo educativo, mais contribuíram para o sucesso escolar e para a construção de escolas eficazes, isto é, instituições de ensino

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

que conseguiram promover o desenvolvimento integral de todos e cada um de seus alunos, indo além do esperado, quando consideradas as condições prévias dos alunos (MURILLO TORRECILLA, 2005).

Desenvolvimento

Considera-se como o marco inicial dos estudos sobre os fatores que influenciam os resultados da aprendizagem escolar a publicação do Relatório Coleman (COLEMAN *et al.*, 1966) na década de 1960. Foi um estudo encomendado pelo governo dos Estados Unidos com o intuito de avaliar a igualdade de oportunidades educacionais para alunos das diferentes camadas sociais.

As conclusões do referido estudo apontaram que o desempenho escolar dos estudantes estava diretamente relacionado com fatores socioeconômicos, como a origem familiar e o nível socioeconômico, isto é, fatores externos ao contexto escolar, determinando que a escola não fazia diferença nos resultados da aprendizagem.

Entretanto, já na década de 1970, alguns pesquisadores começaram a contestar os resultados do Relatório Coleman e a mostrar que a escola podia fazer a diferença nos resultados escolares, indicando fatores e ações intraescolares que influenciavam o desempenho dos estudantes. Dessa forma, surgia a linha de pesquisa em eficácia escolar “com o objetivo de compreender e conhecer, em cada contexto social, as várias características da escola que podem interferir no desempenho dos alunos” (SOARES, 2002, p. 8).

Embora relativamente recente, já existe uma significativa literatura internacional de estudos sobre essa temática. Destaca-se, por exemplo, a obra de Brooke e Soares (2008, p. 10), que é uma coletânea de textos estrangeiros traduzidos, a fim de “descrever as origens, as trajetórias, os resultados e as polêmicas que caracterizam a pesquisa em eficácia escolar”.

A produção de Murillo Torrecilla (2005) contextualiza a pesquisa sobre eficácia escolar no contexto ibero-americano e no Brasil, e, apesar de ainda ser incipiente, vem despertando paulatinamente o interesse de inúmeros pesquisadores envolvidos com a análise de ações e processos escolares em prol da melhoria da aprendizagem (MARTINS, 2015).

É justamente no contexto das pesquisas em eficácia escolar, as mesmas que consideram as orientações emanadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) ainda no início da década de 1990, mais precisamente na Conferência Mundial Todos pela Educação, realizada em Jomtien, na Tailândia, que recomendou expressamente a análise de experiências inovadoras e exitosas que pudessem revelar boas práticas escolares para a renovação da educação e de práticas usuais de ensino, que se pode inserir os estudos sobre boas práticas escolares.

E é no contexto da garantia do direito à aprendizagem que, nos limites do presente texto, serão apontadas as principais boas práticas identificadas nos cinco estudos de escolas eficazes elencados na parte introdutória.

O Quadro a seguir apresenta uma análise com o título, o objetivo do estudo e as principais boas práticas identificadas nesses estudos de escolas eficazes localizadas em regiões socialmente vulneráveis.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Quadro - Título, objetivo e principais boas práticas identificadas nos estudos.

Título do estudo	Objetivo do estudo	Boas práticas identificadas
Vencendo o desafio da aprendizagem nas séries iniciais: a experiência de Sobral/CE (BRASIL, 2005)	Partilhar a experiência concreta e as boas práticas escolares de Sobral/CE, onde alunos de baixo nível socioeconômico obtiveram êxito em alcançar os índices oficiais de aprendizado, em prol da garantia do direito à aprendizagem.	Estratégias de gestão no âmbito da secretaria municipal; otimização de recursos; estratégias de ensino diversificadas; valorização e investimento na formação de professores alfabetizadores; avaliação externa e análise de resultados; foco na alfabetização; participação das famílias; supervisão das condições de funcionamento das escolas; compromisso com as metas de aprendizagem; premiação de escolas; respeito à autonomia da escola.
Aprova Brasil: o direito de aprender (BRASIL; UNICEF, 2007)	Identificar aspectos ligados à gestão, à organização e ao funcionamento de escolas que possam ter contribuído para o bom desempenho dos alunos na Prova Brasil.	Trabalho em equipe; compromisso com ensino e aprendizagem; inovações na sala de aula; projetos de ensino; ensino contextualizado; avaliação e recuperação da aprendizagem; jogos e atividades esportivas; investimento na formação inicial e continuada do professor; clima escolar harmonioso; participação da comunidade e dos alunos nas decisões; gestão escolar democrática.
Avaliação por diferentes olhares: fatores que explicam o sucesso de escola carioca em área de risco (CARDELLI; ELLIOTT, 2012)	Estudar os fatores que levaram os alunos do 5º ano a obter resultados positivos nas avaliações nacionais e estaduais, em escola inserida em área de risco.	Participação da família; altas expectativas com relação à aprendizagem; liderança; comprometimento com ensino; atenção às atividades realizadas; trabalho de casa; boa rede física; proposta pedagógica contextualizada; atividades diversificadas; material pedagógico adequado; escolaridade do corpo docente elevado; reforço escolar; relações interpessoais favoráveis.
Excelência em equidade: as lições das escolas brasileiras que oferecem educação de qualidade a alunos de baixo nível socioeconômico (FARIA; MADALOZZO, 2014)	Identificar práticas escolares aplicadas em estudantes de nível socioeconômico baixo que obtiveram êxito em alcançar os índices oficiais.	Metas e objetivos claros; monitoramento do aprendizado; uso de dados sobre o aprendizado para embasar ações pedagógicas e fazer da escola um ambiente agradável.
Construindo uma escola eficaz: boas práticas escolares e fatores de alto desempenho em escolas de alta vulnerabilidade social (MARTINS, 2015)	Estudar boas práticas escolares e fatores de alto desempenho em escolas localizadas em regiões de alta vulnerabilidade social.	Trabalho pedagógico com foco na aprendizagem e cumprimento do conteúdo curricular; prática habitual de trabalhar por meio de projetos bem estruturados; atividades de reforço bem estruturadas; disciplinas dos alunos; trabalho em equipe; assiduidade dos professores; relações interpessoais de respeito; atividades escolares que envolvem as famílias; focalização nas atividades de leitura e escrita; atividade de planejamento nas reuniões pedagógicas.

Fonte: elaborado pelos autores.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário**Conclusão**

Considerando como sendo boas práticas escolares as ações de intervenção que contribuam direta ou indiretamente para que as escolas atinjam seus objetivos educacionais, auxiliando na melhoria do desempenho escolar (MARTINS, 2015), esse mesmo autor defende que as boas práticas escolares podem ser divididas em três grandes categorias: gestão escolar, práticas pedagógicas e clima escolar. A análise das boas práticas identificadas nos estudos mostrou que as práticas pedagógicas são fundamentais para que as escolas de regiões vulneráveis consigam alcançar os objetivos de aprendizagem propostos pela equipe escolar. Mostra ainda que os estudos do governo priorizam as questões relacionadas com a gestão escolar e valoriza a liderança pedagógica. As boas práticas ligadas com o clima escolar foram apontadas com menor frequência, o que não significou que ele não fosse importante; muito pelo contrário, a leitura dos estudos mostrou que o clima escolar harmonioso foi fundamental para que os alunos das escolas eficazes conseguissem alcançar o sucesso em seus estudos, pois serviu de alicerce para toda a consecução eficaz das demais boas práticas.

Os estudos apontam ainda que, nas escolas eficazes, é nítida a capacidade do corpo docente e dos alunos, apoiados pela família, de superar as influências negativas oriundas da situação em que se encontram escolas de áreas de vulnerabilidade social. Todavia, jamais se deve tomar uma lista de boas práticas escolares como um manual prático ou uma receita que, se simplesmente replicada sem se considerar as especificidades e peculiaridades de cada contexto e realidade escolar, poderá surtir os mesmos efeitos que na escola na qual foi identificada. Nessa ótica, os estudos sobre boas práticas não buscam modelos a serem seguidos, mas sim ações e processos que, quando contextualizados e adaptados a outras realidades, possam contribuir para a melhoria da aprendizagem escolar.

Referências

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Vencendo o desafio da aprendizagem nas séries iniciais: a experiência de Sobral/CE**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

BRASIL; UNICEF. **Aprova Brasil: o direito de aprender**. Brasília: Ministério da Educação, UNICEF, 2007.

BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco. **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

CARDELLI, Douglas Teixeira; ELLIOT, Ligia Gomes. Avaliação por diferentes olhares: fatores que explicam o sucesso de escola carioca em área de risco. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 77, p. 769-798, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v20n77/a08v20n77.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2019.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



COLEMAN, James S. *et al.* **Equality of educational opportunity**. Washington: National Center for Educational Statistics, 1966. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED012275.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2019.

FARIA, Ernesto; MADALOZZO, Regina. **Excelência em equidade**: as lições das escolas brasileiras que oferecem educação de qualidade a alunos de baixo nível socioeconômico. São Paulo: Fundação Lemann e Itaú BBA, 2014.

MARTINS, Edivaldo. **Construindo uma escola eficaz**: boas práticas escolares e fatores de alto desempenho em escolas de alta vulnerabilidade social. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2015.

MURILLO TORRECILLA, Francisco. Javier. La investigación en eficacia escolar y mejora de la escuela como motor para el incremento de la calidad educativa en Iberoamérica. **Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, Madrid, v. 3, n. 2, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/551/55103201.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2019.

SOARES, José Francisco (Coord.). **Escola eficaz**: um estudo de caso em três escolas da rede pública de ensino do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, FAE, GAME, Fundação Ford, 2002.

Eixo 8 - Pedagogia Social

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

O projeto Escola de Cidadania da Pastoral do Menor: uma proposta sociopedagógica e pastoral inovadora

Leandro Alves Lopes

Mestrando em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)
E-mail: leandro.alps1@gmail.com

Palavras-chave: Escola de Cidadania. Pastoral do Menor. Protagonismo. Adolescentes.

Introdução

Nos 42 anos de trabalho na defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil, a Pastoral do Menor (PAMEN) criou importantes metodologias com base em práticas libertárias que nasceram no bojo do II Concílio Ecumênico da Igreja Católica e das Conferências Episcopais Latino-Americanas, colocando a perspectiva evangelizadora a serviço dos dramas da sociedade, criando pastorais como meios de ajuda a grupos sociais. No Brasil, leigos e religiosos passaram a se organizar para dar respostas ao sofrimento de crianças e adolescentes. Em meados da década de 1970, a PAMEN se capilarizou em diversas dioceses e se tornou um instrumento de denúncia e anúncio.

A PAMEN juntou forças com outras igrejas cristãs e movimentos sociais para iniciar importantes articulações e reflexões em prol da defesa da infância. Exemplo disso foram as 12 edições anuais da Semana do Menor (1981 a 1992) e as Campanhas da Fraternidade, com destaque para a de 1987, que teve como tema: Fraternidade e o Menor. Tais esforços desdobraram-se em reflexões e culminaram na proposta de texto para o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A PAMEN “[...] se propõe, à luz do Evangelho, buscar uma resposta transformadora, global, unitária e integrada à situação da criança e do adolescente empobrecidos e em situação de risco pessoal e/ou social, promovendo a participação dos mesmos como protagonistas” (PASTORAL DO MENOR NACIONAL, 2017, p. 10), e passou, dessa forma, a formular propostas sociopedagógicas e pastorais, a fim de trabalhar as relações humanizadoras e a conscientização de crianças, adolescentes e suas famílias.

A partir disso, uma grande questão tem interpelado educadores sociais da PAMEN: como pensar processos educacionais que respeitem os sujeitos e os ajudem a fazer a leitura do mundo e do seu papel diante dele, em um cenário de crise nas relações humanas?

Uma experiência tem-se mostrado promissora, implantada com sucesso em bairros periféricos de diversas cidades do país, denominada Escola de Cidadania (EDC). O presente trabalho visou dar luzes a essa prática, que tem como objetivo promover a cidadania, o protagonismo ético, a inclusão social, a prevenção da violência e o combate às violações de direitos de crianças e adolescentes, a partir da pedagogia social e da teologia da libertação. Para a coleta de dados, a pesquisa se valeu de: entrevistas, análise de documentos da PAMEN e referencial bibliográfico.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

**A inovação do projeto Escola de Cidadania**

Desde 2005, após a aprovação em assembleia nacional como uma das ações prioritárias da PAMEN, o protagonismo dos adolescentes passou a ganhar destaque nas dioceses. Foi no regional Leste 2 (Minas Gerais e Espírito Santo) que se conseguiu sistematizar e concretizar um projeto que unia educação social, apropriação dos direitos e exercício da cidadania e do protagonismo, ficando conhecido como Escola de Cidadania, influenciado pelos pressupostos metodológicos de Myles Horton, Paulo Freire e Antônio Carlos Gomes da Costa. Segundo Moacir Gadotti (2000, p. 3):

A ideia de uma “escola de cidadania” já havia aparecido nos Estados Unidos na década de 30 com as chamadas Citizenship Schools, organizadas pelo educador popular Myles Horton, em resposta ao pedido de Esau Jenkin [...], pretendia que as escolas públicas alfabetizassem os negros, a fim de instrumentá-los para a conquista do voto e do poder político. Dessa forma, eles pretendiam desenvolver uma educação alfabetizadora que contasse com líderes negros como professores e que ensinasse os estudantes a ler baseados nas suas necessidades e desejos de conquista da liberdade. Tanto Myles Horton quanto Paulo Freire influenciaram os sistemas de ensino com base na ideia de uma educação para e pela cidadania.

Em 2011, a proposta foi acolhida em nível nacional e passou a ser difundida por todo o Brasil, ajudando adolescentes a se tornarem construtores da própria história, problematizando as condições de opressão e refletindo a necessidade de articulação em comunidade para efetivação dos seus direitos.

Fundamentado na pedagogia e na teologia libertadora, o conteúdo da EDC reflete a realidade na qual os adolescentes estão inseridos – seus dramas, sofrimentos, inquietações etc. Esse foi o salto inovador da metodologia da PAMEN, pois “[...] quanto mais pessoas participam do processo de sua própria educação, maior será sua participação no processo de definir que tipo de produção produzir, e para que e por que, e maior será também sua participação no seu próprio desenvolvimento” (FREIRE; HORTON, 1993, p. 149).

A EDC tem como pressupostos a pedagogia contra-hegemônica, a mediação, a cidadania, a transformação da realidade, o protagonismo ético e a autogestão, e se efetiva em uma prática educativa horizontal e cidadã. Mas o que é ser um cidadão? Segundo Manzini-Covre (1991, p. 41), “[...] entre a idealização de uma cidadania plena e a de uma cidadania mais esvaziada existem muitos tipos de cidadania em construção”. E ainda,

[...] existem dimensões complementares, que se constituem em exigências de uma cidadania plena: cidadania política: direito de participação numa comunidade política; cidadania social: que compreende a justiça como exigência ética da sociedade do bem viver; cidadania econômica: participação na gestão e nos lucros da empresa, transformação produtiva com equidade; cidadania civil: afirmação de valores cívicos como liberdade, igualdade, respeito ativo, solidariedade, diálogo; cidadania intercultural: afirmação da interculturalidade como projeto ético e político frente ao etnocentrismo (CORTINA *apud* GADOTTI, 2000, p. 1-2).



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



O que se pretende é estabelecer uma cultura de direitos, pois é nela que se dá o exercício da cidadania. Assim, só existe cidadania se houver a luta pela efetivação da vida de todos; logo, o ato de reivindicar se torna estratégia da cidadania, em que os adolescentes buscam a organização comunitária e o envolvimento nos espaços de controle social, de forma que é no fazer e na reflexão sobre o fazer que os adolescentes vão tomando consciência, lembrando que, para Freire (2005), a tomada de consciência é aprendida a partir do exercício de pensar na realidade, refletindo sobre um movimento dialético e agindo nele.

Na EDC, preza-se pela construção das relações sociais, já que a relação com o conhecimento ocorre em grupo, no qual adolescente acolhe o outro em sua inteireza, para então, juntos, na organização coletiva, serem protagonistas da luta por direitos, visando à justiça social e diminuindo, assim, as desigualdades. Nesse movimento, o adolescente não é mero “recipiente”, mas um sujeito empoderado, proativo, que assume seu papel como sujeito do processo histórico.

Os adolescentes começam a reivindicar seus direitos, adquirindo saberes e valores para repensar novos processos democráticos, superando a participação condutora – orientada pelo adulto – e atingindo a participação autônoma – adolescente orientando adolescente. “Trata-se, para o adolescente, de uma oportunidade de vivência cidadã concreta, como etapa imprescindível do processo de desenvolvimento pessoal e social pleno” (COSTA, 2000, p. 175). Ele se torna protagonista ético de modo coletivo, pois, para a PAMEN, o protagonismo não se dá no ato individual, mas sim em grupo.

Para que o adolescente possa alcançar a participação autônoma, a atuação do educador é fundamental. Este deve estar convicto dos valores e da concepção libertária que se propõe o projeto Escola de Cidadania, pois é ele o primeiro a impregnar de sentido o fazer e o pensar dos adolescentes; sendo assim, o educador passa a ser um agente mediador, problematizador, envolto de um rigor metódico e de amorosidade.

Conclusão

A pesquisa quis apresentar a importância da EDC como instrumento cidadão inovador, que vem sendo implantado em diversas cidades do Brasil, possibilitando um novo trabalho de base a partir da pedagogia social e da teologia da libertação, cuja metodologia parte da necessidade dos adolescentes, preza pela relação horizontal, considera o saber como produção coletiva e democrática, educa para a liberdade, para a cidadania e para a autonomia, respeita o individualismo, mas se sustenta no coletivo. Tem como compromissos a ética, a história, a cultura e a compreensão dos processos metodológicos, de forma a garantir a autogestão.

A experiência aponta a importância de disseminar tal prática educacional libertária, investindo no protagonismo ético de forma mais sistematizada. Essa pode ser uma das grandes contribuições da PAMEN para se pensar em um novo modelo de formação integral do adolescente no Brasil. É possível, como já comprovado pela PAMEN, ser implantado em diversos espaços, territórios e realidades excludentes ou não do país, desconstruindo o ciclo da marginalização e do assistencialismo, e buscando a efetivação dos direitos, ajudando crianças e adolescentes a entrar na rota da cidadania.

Referências

COSTA, Antonio Carlos. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo; HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando**: conversas sobre educação e mudança social. Petrópolis: Vozes, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã, educação pela cidadania**. Centro de Referência Paulo Freire, 2000.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PASTORAL DO MENOR NACIONAL. **Princípios, Diretrizes e Organização**. Belo Horizonte: CNBB, 2017.

Eixo 9 - Educação e Direitos Humanos

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Os dramas dos refugiados e migrantes: o papel da educação e dos direitos humanos em suas interações para desmitificação dos preconceitos

Cornélio Raimundo Mucache

Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

E-mail: cornemucache@yahoo.com.br

Agência financiadora: CNPq

Palavras-chave: Migração. Preconceito. Educação. Direitos humanos.

Introdução

A presente pesquisa é um recorte do resultado de pesquisa desenvolvida no período de 2016 a 2018 no mestrado em Educação na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), financiada pelo CNPq, e teve o objetivo de estudar a “Pedagógica” enquanto uma práxis de alteridade na experiência educativa de todas as relações humanas e com transversalidade à educação e aos direitos humanos. Em razão de sua vitalidade nos aspectos do processo formativo e educacional e nos aspectos sociais, éticos, filosóficos e dos direitos humanos, continua sendo atual em todos espaços e tempo em que se estão perenizando relações de dominação, opressão, exclusão e surgimento de novas vítimas em diversos aspectos da vida, e, de modo particular, destaca-se a atual crise humanitária no Brasil, que exige uma discussão interdisciplinar de modo a ser tomada a devida intervenção sem agredir dimensões de diversa ordem, como a dos direitos humanos dos refugiados e migrantes.

Portanto, este estudo se dedica aos dramas dos refugiados e migrantes, destacando o papel da educação e dos direitos humanos para a desmitificação dos preconceitos, partindo de um esforço para mostrar o quão importante é a luta pela educação como um direito de todos, pelos direitos humanos, pela cidadania e pela resistência no sentido da resiliência às tempestades da vida. A resistência concreta daquelas pessoas e daqueles povos que vivem sob a égide de sistemas que os dominam e lhes retiram a voz, os direitos e a dignidade. Dominação, nesse contexto, antes de se tornar uma categoria carregada de sutilezas teóricas, é sentida fisicamente. Quando em pleno século XXI diante da crise humanitária migratória jamais vista no mundo após duas guerras mundiais, os migrantes e refugiados são escravizados, sem cidadania porque o sistema sob o signo neoliberal não pode reconhecê-los como cidadãos nem permitir que gozem dos mesmos direitos, por exemplo, do acesso à educação e outros serviços básicos.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE AMERICANA
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Para além de qualquer discussão teórica e conceitual, há, neste caso, assim como em tantos outros, algo absolutamente primeiro: o rosto daquele que sofre. Ainda que os sistemas de dominação retirem de alguém sua voz, sua liberdade, sua dignidade, uma coisa lhes será impossível: apagar do rosto do outro o sofrimento infligido. Esses rostos são os rastros de verdade que os sutis discursos legitimantes não conseguem esconder. São índices da resistência e, portanto, em última análise, uma exterioridade que os sistemas nunca conseguirão cooptar e integrar totalmente. É desse rosto sofrido do migrante e refugiado, do que tem fome e frio, que parte o impulso de uma exigência da práxis dos direitos humanos.

Assim como esses rostos resistem e expõem a violência, os direitos humanos, interagindo com outros meios, tais como a educação, querem pensar essa resistência porque,

[...] Vida humana não é um conceito, uma ideia, nem um horizonte abstrato, mas o modo de realidade de cada ser humano concreto, condição absoluta da ética, **dos direitos humanos** e exigência de toda libertação. Não se deve estranhar, então, que esta ética seja uma ética de afirmação total da vida humana ante o assassinato e o suicídio coletivo para os quais a humanidade se encaminha se não mudar o rumo de seu agir irracional [...] (DUSSEL, 2012, p. 11, grifos nossos).

Desse modo, a partir desse pensamento, o interesse desta pesquisa, para além de dialogar com a temática do IV Congresso Internacional Salesiano de Educação e X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária, é apresentar de modo interdisciplinar as questões atuais da crise humanitária de migração que necessariamente exigem que se reflita sobre a educação e os direitos humanos em suas interações a partir da exterioridade das pessoas envolvidas, os migrantes e refugiados.

Para orquestrar esta pesquisa e o respectivo desenvolvimento, segue a pergunta norteadora: de que maneira a educação e os direitos humanos, de certo modo, podem contribuir em argumentos e ações afirmativas para desmistificar os preconceitos, um dos principais dramas vivenciados por refugiados e migrantes?

Educação e direitos humanos em suas interações para a desmitificação dos preconceitos

Os refugiados e os migrantes constituem ainda uma ameaça em todos ambientes, e muito mais desafiador em ambientes escolares, universitários, profissionais etc. Para além do sofrimento em si dos refugiados e migrantes, destaca-se um dos dramas, o acesso à educação como um direito humano. Claro que não podem ser ignoradas as questões legais, porém, por trás disso, a burocracia alicerçada ao ethos capitalista e excludente fomenta o racismo e impede em várias ocasiões a oportunidade escolar e formativa, para além das dificuldades de acessos de outros serviços básicos como um direito humano.

Dessa maneira, há necessidade desse permanente debate, discutindo e instigando os alunos, educadores, pesquisadores e instituições e todos os homens e mulheres de boa vontade para com os direitos humanos com objetivo de erradicar o racismo, diversos preconceitos e suas facetas. A educação na perspectiva dos direitos humanos se apresenta como uma possibilidade para se tratar da diversidade cultural, por meio dos incentivos à produção do conhecimento sobre a pluralidade étnico-racial e da reeducação de atitudes, valores e posturas dos cidadãos, capacitando-os a dialogar, negociar e interagir com diferentes culturas.

Nesse conjunto, a escola é um dos espaços que mais sofre as consequências das mudanças que acontecem na sociedade, e não se pode negar que as diferenças fazem parte do seu contexto. Afinal, são



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



as diversas gerações que provocam as principais mudanças de comportamento na sociedade. Assim, toda a comunidade escolar pode colaborar por meio de práticas pedagógicas, com seus saberes, e também aprender novos conceitos quando se abre a porta da sala de aula, acolhendo a diferença como algo enriquecedor para a experiência educativa e social.

Portanto, a educação e os direitos humanos têm um papel fundamental para a desmistificação dos preconceitos para uma convivência pacífica dos povos e para o princípio da práxis da hospitalidade. De acordo Coelho (2018, p. 25):

[...] A educação e os direitos humanos têm profundo diálogo na literatura educacional, seja pela perspectiva da educação como direito fundamental (ou direito humano), seja pela perspectiva da educação como espaço de conquista de outros direitos humanos. As lutas sociais para que a educação fosse considerada essencial para a realização da vida humana e, portanto, ser garantida como direito, resultou num conjunto normativo (internacional e nacional) que estabelece a educação como direito e, mais, como direito humano.

A concepção da educação como um direito no Brasil abarca não só os brasileiros, mas também os que estão residindo no Brasil em situação de migrante ou na condição de refugiado.

Conclusão

Em relação ao papel da educação e dos direitos humanos em suas interações para desmitificação dos preconceitos contra os refugiados e migrantes, teceu-se a discussão para estimular a sociedade a construir uma relação face a face, uma relação de proximidade na riqueza do encontro. “Educação” e “direitos humanos” são conceitos importantes para se trilhar um caminho de sensibilidade extrema no qual o conceito de “proximidade” se revela diante da vida e do outro, entendida aqui como um ato de amor; aliás, uma sensibilidade pura de quem é capaz de afetar-se e acolher porque nasceu não de um ato lógico ou de um movimento do pensamento, mas do visceral encontro erótico com o mundo.

Conclui-se, portanto, esta reflexão sobre o papel de educação e direitos humanos na desconstrução dos preconceitos, um dos dramas vivenciados pelos refugiados e migrantes com intuito de tonificar as fontes do acolhimento, da solidariedade e de cidadania que também fazem parte do encontro humano, e desembocar em um pensamento que estimula a relação, o respeito, o acolhimento e a hospitalidade para os migrantes e refugiados, em extensão a todas as pessoas que se encontram na situação de necessidade.

Referências

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação**: na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis: Vozes, 2012.

COELHO, Fernanda Malafatti Silva. **As concepções de direitos humanos que fundamentam a educação em direitos humanos**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNIMEP, Piracicaba, 2018.

CAMINHOS DO REFÚGIO. **Direitos**. Disponível em: <http://caminhosdorefugio.com.br/materias/>. Acesso em: 2 jul. 2019.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Migração e Educação Sociocomunitária: o caso dos indígenas Warao deslocados da Venezuela para o Brasil

Jorge Luís Mialhe

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL), unidade de Americana, e Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* Rio Claro
E-mail: profmialhe@hotmail.com

Palavras-chave: Migrações indígenas. Educação Sociocomunitária. Brasil-Venezuela.

Introdução

A crise humanitária na Venezuela tem provocado o deslocamento de milhares de pessoas em direção aos seus países vizinhos. A publicação pelo Ministério da Justiça do documento Refúgio em Números revelou o número total cumulativo de refugiados reconhecidos no Brasil: 11.231. Em 2017 eram 10.145. Apenas em 2018, 1.086 pessoas foram reconhecidas como refugiadas pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), contra 587 do ano anterior. No total, o país recebeu mais de 80 mil solicitações de refúgio no ano passado, um aumento de 240% em relação a 2017, sendo 61.681 provenientes de venezuelanos (BRASIL, 2019, p. 9)

Das pessoas refugiadas reconhecidas pelo governo brasileiro em 2018, cerca de 10% eram crianças de 0 a 11 anos de idade. Além delas, um grande número de crianças migrantes, inclusive indígenas, foi obrigado a se deslocar. Grupos da etnia Warao têm fugido da miséria na Venezuela, deslocando-se para os territórios dos seus vizinhos e para países distantes das fronteiras daquele país.

Os migrantes ocupam uma posição marginalizada, tanto em termos de identidade cultural e social quanto no sentimento de não pertencimento à sua nova comunidade, na qual, frequentemente, despontam a xenofobia e a intolerância. Nesse sentido, Kant (2008) ensina que devem ser garantidos o “direito à hospitalidade” ao refugiado e o direito de o estrangeiro não ser tratado de forma hostil, como inimigo (hostis). Todavia, conforme Bauman (2017, p. 74), é imperiosa “a substituição da hostilidade pela hospitalidade”. Para tanto, é essencial que ocorra a integração local do migrante, sendo esse um processo complexo que irá abranger múltiplos fatores, como os socioeconômicos, os culturais e os políticos (MIALHE, 2017).

Um dos elementos fundamentais para tal integração é a Educação Sociocomunitária.

Desenvolvimento

De acordo com Parecer Técnico nº 10/2017 da Procuradoria Geral da República Federativa do Brasil, que analisou a situação dos indígenas da etnia Warao em Manaus, Estado do Amazonas, desde o final de 2016:



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Os Warao se destacam como o segundo povo indígena mais populoso da Venezuela, contabilizando aproximadamente 49.000 pessoas, e estão localizados predominantemente na região caribenha do delta do Orinoco, em centenas de comunidades nas áreas rurais, ribeirinhas e litorâneas, e nas várias cidades do entorno, abarcando o estado de Delta Amacuro e regiões dos estados de Monagas e Sucre (BRASIL, 2017, p. 22).

Na década de 1990, houve um aumento do movimento migratório dos Warao no interior do país, pois, nesse período, ocorreram novos empreendimentos do setor petrolífero na região do Delta, provocando a intensificação dos fluxos migratórios dos Warao para as cidades da Venezuela (BRASIL, 2017).

Essa realidade foi agravada com a crise econômica, política e social venezuelana, causando a imigração de centenas de Warao para os países vizinhos, inclusive o Brasil. O trajeto dos Warao entre a região do Delta do Orinoco e a cidade de Manaus envolve cerca de 1.700 km de estradas a partir de Tucupita, principal centro de irradiação dos deslocamentos até o Brasil (BRASIL, 2017).

O parecer destaca ainda que os Warao “são falantes de uma língua comum de mesmo nome e, ao longo do trabalho de campo em Manaus, foi possível constatar que a maioria dos que se deslocam até o Brasil são falantes também do espanhol, embora o grau de fluência seja variável” (BRASIL, 2017, p. 6).

Verificou-se que vários indígenas dessa etnia têm se deslocado até a capital amazonense: até o dia 23 de maio de 2017, foram identificados 519 indígenas Warao em Manaus, dos quais 210 crianças (BRASIL, 2017).

Nota-se, até então, que as crianças Warao não frequentavam as escolas públicas de Manaus. É o que se depreende do texto do Parecer Técnico nº 10/2017 da Procuradoria Geral da República Federativa do Brasil, quando sugere “algumas ações no sentido de garantir o respeito aos direitos do povo indígena Warao na cidade de Manaus: que os Warao sejam ouvidos de forma livre e informada sobre todas as decisões e políticas que os afetem, em todas as áreas” e “que sejam elaboradas ações e políticas públicas etnicamente diferenciadas, em conjunto com os Warao”. No âmbito da educação, “que haja um esforço em fornecer educação, no mínimo, bilíngue e diferenciada aos indígenas” (BRASIL, 2017, p. 43-46)

No mesmo sentido, a Secretaria Municipal de Educação de Belém, no Estado do Pará, implementou o projeto educacional “Kauarika Naruki”, em parceria com os indígenas Warao.

As ações educativas foram desenvolvidas de acordo com os costumes educacionais da etnia [...] A expressão que dá nome ao projeto foi escolhida por eles e significa “Vamos para frente, vamos adiante” na língua indígena. O evento seguiu em mais três períodos de capacitação, em formatos de oficinas fechadas, que reuniram entidades da sociedade civil, órgãos municipais e estaduais. Os eixos de capacitação incluíram políticas públicas e participação da sociedade civil. As oficinas de atenção a refugiados e migrantes em situação de rua, abrigo, crianças e adolescentes e conselhos tutelares tiveram participação do ACNUR (ACNUR, 2018, s/p).

Uma das possibilidades de ampliação do arco de alianças em torno da educação dos migrantes indígenas seria a abertura para a prática da Educação Sociocomunitária, executando “ações educativas de impacto social, para além da escola, ou que envolvem a relação escola-comunidade”, inclusive nas perspectivas antropológica e de educação informal (GROPPO, 2012, p. 30).



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



Nesse sentido, é preciso lembrar que o conhecimento indígena é considerado essencial em domínios como agricultura, conservação da biodiversidade, gestão dos recursos naturais, medicina tradicional e desenvolvimento sustentável. Agora, são cada vez mais reconhecidos como importante fonte de conhecimento sobre mudanças climáticas (FRANCO HERNANDEZ, 2013).

Conclusão

No âmbito dos direitos sociais e culturais, torna-se urgente iniciar a construção de uma política educacional sociocomunitária voltada para as comunidades tradicionais, inclusive aquelas em situação de deslocamento forçado.

Nos casos citados, verificou-se o apoio imprescindível das organizações da sociedade civil no atendimento aos migrantes indígenas, sobretudo da Cáritas, e das universidades, via Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ), na concepção e execução de projetos de pesquisa, extensão e prestação de serviços à comunidade, tais como aulas de português para estrangeiros, acompanhamento pedagógico e assessoria jurídica aos migrantes e refugiados. Todas essas iniciativas podem ser compreendidas enquanto ações educativas sociocomunitárias que reforçam a necessidade de uma aliança estratégica entre as organizações não governamentais comprometidas com o avanço dos direitos indígenas, mormente os mais vulneráveis, em relação ao processo migratório observado nas fronteiras dos países vizinhos da Venezuela.

Assim, parafraseando Lévinas (1990), a única racionalidade antes da razão impessoal ou do direito é a responsabilidade. No caso em tela, a responsabilidade de proteger os migrantes e deslocados indígenas.

Referências

ACNUR - Agência da ONU para Refugiados. **Belém recebe capacitação sobre acolhimento e integração de refugiados e migrantes no Brasil**. 27 jul. 2018. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/2018/07/27/belem-recebe-capacitacao-sobre-acolhimento-e-integracao-de-refugiados-e-migrantes-no-brasil/>. Acesso em: 27 set. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BRASIL. **Parecer técnico nº 10/2017 – SP/MANAUS/SEAP**. Brasília: Ministério Público Federal, 2017. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/docs/parecer-tecnico-warao>. Acesso em: 24 jul. 2019.

_____. Ministério da Justiça. **Refúgio em números**. Brasília: CONARE, 2019. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros_ver-sa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf. Acesso em: 24 jul. 2019.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

FRANCO HERNANDEZ, Fernando. El reto de la contribución del Tratado de Cooperación Amazónica - OTCA – para el bien estar de las poblaciones locales y fronterizas. **Mundo Amazónico**, v. 4, n. 1, p. 175-182, 2013. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/imanimundo/article/view/43094/44809>. Acesso em: 24 jul. 2019.

GROPPO, Luis Antonio. Sociologia da educação e conhecimento: sobre currículo escolar e para além dele. In: BISSOTO, Maria Luisa; MIRANDA, Antonio Carlos (Orgs.). **Educação sociocomunitária: tecendo saberes**. Campinas: Alínea, 2012. p. 19-35.

KANT, Immanuel. **A paz perpétua**. Tradução de Marco Zingano. Porto Alegre: L&PM, 2008.

LÉVINAS, Emmanuel. **Autrement qu’être ou au-delà de l’essence**. Paris: Le Livre de Poche, 1990.

MIALHE, Jorge Luis. A naturalização dos refugiados. In: BRAVO, Alvaro Sanchez; MIALHE, Jorge Luis. (Orgs.). **Refugiados e migrações no século XXI: direitos fundamentais e relações internacionais**. Belo Horizonte: Editora Arraes, 2017. p. 49-60.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 UNIDADE
AMERICANA
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



A educação em direitos humanos sob a ótica da Educação Salesiana

Robert Soares do Nascimento

Mestrando do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: robertsnascimento@yahoo.com.br

Prof. Dr. Francisco Evangelista

Docente do PPGE do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)

E-mail: francisco.evangelista@unisal.br

Palavras-chave: Educação em direitos humanos. Educação Salesiana. Educação Sociocomunitária.

Introdução

O presente trabalho é resultado de parte da pesquisa de mestrado dos autores, que trata da Educação Salesiana e da educação em direitos humanos (EDH). É também fruto de artigo encaminhado para o livro “Educação e direitos humanos: uma perspectiva crítica”, um ensaio teórico-reflexivo a partir de alguns acenos teóricos salesianos sobre a importância dos direitos humanos (DH) e a educação, em consonância com o que existe de documentação sobre a temática DH e a EDH. Este resgate permite uma análise de como as duas propostas se coadunam, tendo como horizonte uma promoção da educação mais inclusiva e reflexiva. De um lado, são mais de sete décadas da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), proclamada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU), e mais de três décadas da Constituição da República Federativa do Brasil, ou simplesmente Constituição Federal (CF).

Desenvolvimento

Estes marcos normativos, DUDH e CF, levam a pensar sobre os passos dados ou deixados de dar, com relação aos DH e à EDH, esta última foco deste texto. Por outro lado, há mais de 204 anos de história, que remontam à Itália do século XIX, na pessoa do educador e padre João Bosco, ou Dom Bosco. Nesse salto histórico ao século XIX, há um encontro com as ações e obras de Dom Bosco que levará a um comparativo histórico e epistemológico/praxiológico (SOFFNER; ANTONIO; EVANGELISTA, 2013), vendo sua importância desde aquele século até hoje, além da contribuição do modelo educativo salesiano para fundamentar a linha sociocomunitária do programa de mestrado em Educação do UNISAL (GOMES, 2008).

A atuação de Dom Bosco sempre foi em prol dos jovens mais pobres, em situação de vulnerabilidade, em uma realidade que passava pela Revolução Industrial e unificação. Em seu tempo não existia a



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



categoria jurídica dos DH, mas as ações do educador Dom Bosco eram consonantes com as propostas desse termo; no fundo, ele realizava a busca da eficácia dos DH, porque “foi um precursor de tantos elementos da visão da criança e do adolescente que hoje vem definida como linguagem dos direitos humanos” (VILLANUEVA, 2009, p. 88). Com o tempo, os salesianos sucessores perceberam que a atuação da congregação estava próxima daquilo que a DUDH viria propor. Em 2008, o então reitor-mor dos salesianos, P. Pascual Chávez Villanueva escreveu a Estreia¹ 2008, com o tema “Eduquemos com o coração de Dom Bosco”. Nessa ocasião, iniciou-se a relação da temática dos direitos humanos e ação educativa dos salesianos: “Somos herdeiros e portadores de um carisma educativo que tende à promoção da cultura da vida e à mudança das estruturas. Temos, por isso, o dever de promover os direitos humanos”. E continua: “A educação aos direitos humanos é educação à ação, ao gesto, à tomada de posição, à tomada de responsabilidade, à análise crítica, ao pensar, ao informar-se, a relativizar as informações recebidas da mídia; é uma educação que deve tornar-se permanente e cotidiana” (VILLANUEVA, 2007, s/p). Ato contínuo é a realização do Congresso Internacional sobre Sistema Preventivo e Direitos Humanos, em 2009. Fruto desse congresso é o livro organizado pelo Padre Orestes Carlinhos Fistarol (2009), “Sistema Preventivo e Direitos Humanos”.

No ano de 2013, também em ocasião da Estreia, o Padre Villanueva retomou esse vínculo importante dos DH e o Sistema Preventivo, reforçando seu entendimento sobre a importância em estreitar a relação entre eles, em vista de uma contínua renovação. Essa relação passou a constar como compromisso concreto para a família salesiana. O autor faz um resgate do compromisso embrionário, recapitulando que a missão primaz de “salvação integral dos jovens”, associada aos pedidos evangélicos e ao carisma, pede “hoje para também percorrermos o caminho dos direitos humanos” (VILLANUEVA, 2012-2013). Esse novo caminho e essa nova linguagem não podem ser preteridos, e “não nos seria possível olhar nos olhos de uma criança, se também não nos fizéssemos promotores dos seus direitos” (VILLANUEVA, 2012-2013). A partir desses marcos internos, a Congregação começou o caminho para a discussão sobre o que o Sistema Preventivo adotado por Dom Bosco² tem a oferecer aos direitos humanos, e o que os direitos humanos tem a oferecer ao Sistema Preventivo.

No que concerne às ações sobre EDH no Brasil, são, de antemão, inspirações dos marcos legais em matéria de DH elaborados pela ONU, como declara documento: “Art. 4. La educación y la formación en materia de derechos humanos deben basarse en los principios de la Declaración Universal de Derechos Humanos y los demás instrumentos y tratados pertinentes” (ONU, 2011). Dessa forma, desde a DUDH de 1948, passando pelos Pactos Internacionais sobre os Direitos Cívicos e Políticos, Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, além da Década da Educação em Direitos Humanos de 1995, até três fases do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos com início em 2005 (GAMA, 2012, Anexo I), é que vem dar fundamento as ações da EDH em território nacional. A CF de 1988 é a proteção maior no que se refere à questão da educação, resguardando-a como um direito a todos, quiçá será visto um dia esse pleno

1 Estreia é o nome dado à mensagem transversal de trabalho durante o ano que se inicia emitida pelo reitor-mor dos salesianos.

2 Dom Bosco não cria um sistema pedagógico, escreve um pequeno opúsculo e apropria-se da nomenclatura Sistema Preventivo, após ser interpelado várias vezes sobre sua prática. Apropria-se desta proposta por acreditar que seu resultado é muito mais eficaz do que o outro modelo, que era o sistema repressivo: “O sistema apoia-se todo inteiro na razão, na religião e na bondade” (FERREIRA, 2008, p. 75).

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



cumprimento. Outrossim, há também outras normativas que foram criadas de modo especial para incentivar e garantir a EDH (BRASIL, 2012), como os Programas Nacionais de Direitos Humanos (PNDH de 1996, 2002 e 2010) e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2003, revisto em 2006).

Conclusão

Buscou-se demonstrar que há a possibilidade e uma proximidade da proposta educativa salesiana, atualizada pelos direitos humanos, com foco em uma educação que mude o mundo, leve os educandos a saber e exigir seus direitos, a sair do posto de objeto e galgar seus lugares com autonomia e protagonismo. Ademais, essa epistemologia/praxiologia da Educação Salesiana, que pode ser entendida como uma “educação pensada para atuar na práxis social e comunitária”, até porque Dom Bosco “não deixou um tratado escrito sobre o tema da educação ou pedagogias formais”, mas “se deixou influenciar pelo que modernamente chamamos de práxis educativa” (SOFFNER; ANTONIO; EVANGELISTA, 2013), leva a interpretar que a “práxis é como atividade material do homem que transforma o mundo natural e social, para fazer dele um mundo humano” (VAZQUEZ, 1977 *apud* SOFFNER; ANTONIO; EVANGELISTA, 2013, p. 60). Nessa linha, pode-se dialogar com as visões de mundo, para vencer a manipulações que oprimem (FREIRE, 2016), ferindo a dignidade de cada ser humano.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Ministério da Justiça, 1996.

_____. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2002.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

_____. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SDH/PR, 2010.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Atos Normativos: Parecer 8, aprovado em 6 mar. 2012. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 30 maio 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10389-pcp008-12-pdf&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 mar. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 62. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



FISTAROL, P. Orestes (Org.). **Sistema preventivo e direitos humanos**. Brasília: CISBRASIL, 2009.

GAMA, Fábio Ribeiro Humphreys. **A declaração das Nações Unidas sobre a educação e a formação em direitos humanos**: retórica e perspectivas de efetivação. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, USP, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-06062013-152632/pt-br.php>. Acesso em: 14 jan 2019.

GOMES, Paulo de Tarso. Educação Sócio-Comunitária: delimitações e perspectivas. **Revista de Ciências da Educação**, ano X, n. 18, p. 43-63, 1ºsem. 2018. Disponível em: https://unisal.br/wp-content/uploads/2016/10/PAULO-DE-TARSO_18.pdf. Acesso em: 5 jul. 2019.

NUNES, César Augusto; POLLI, José Renato (Orgs.). **Educação e direitos humanos**: uma perspectiva crítica. Jundiaí: Editora Fibra; São Paulo: Edições Brasil; Campinas: Editora Brasília, 2019.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaración de las Naciones Unidas sobre educación y formación en materia de derechos humanos**. Aprovada em 19 de dezembro de 2011. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/66/137>. Acesso em: 5 jul. 2019.

SOFFNER, Renato; ANTONIO, Severino; EVANGELISTA, Francisco. A Epistemologia e a Práxis da Educação Salesiana de João Bosco [Santo]. **Revista de Ciências da Educação**, ano XV, n. 29, edição especial, p. 55-69, jun./dez. 2013. Disponível em: <https://www.revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/article/view/303>. Acesso em: 5 jul. 2019.

VILLANUEVA, Pascoal Chávez. **Estreia 2008**: Eduquemos com o coração de Dom Bosco. Roma, 31 dez. 2007. Disponível em: http://www.sdb.org/pt/reitor-mor/88-estreias-do-rm/985-estreia-2008-comentario#_ftn103. Acesso em: 5 jan. 2019.

_____. Discurso de encerramento: congresso “sistema preventivo e direitos humanos”. In FISTAROL, P. Orestes (Org.). **Sistema preventivo e direitos humanos**. Brasília: CISBRASIL, 2009. p. 84-88.

_____. **Estreia 2013**: Com Dom Bosco educador, ofereçamos aos jovens o Evangelho da alegria mediante a pedagogia da bondade. Roma, 31 dez. 2012 – 1º jan. 2013. Disponível em: <http://www.sdb.org/pt/reitor-mor/88-estreias-do-rm/980-estreia-2013>. Acesso em: 5 jan. 2019.

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019 **UNIDADE AMERICANA**
Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário

Interditos ao pleno desenvolvimento infantojuvenil como um direito humano nas políticas públicas: um estudo de caso

Telma Regina de Paula Souza

Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

E-mail: trpsouza@uol.com.br

Palavras-chave: Violência sexual contra criança e adolescente. Direitos humanos. Políticas públicas.

Introdução

Na perspectiva dos direitos humanos fundamentais de crianças e adolescentes, a educação sexual é fundamental para o pleno desenvolvimento infantojuvenil e deve ser contemplada nos planos de educação e planos temáticos dirigidos a essa população. Entende-se que o planejamento de ações nessa perspectiva, considerando-se os altos índices de abuso e exploração sexual sofridos por crianças e adolescentes brasileiros, bem como os marcos legais que garantem os direitos humanos de crianças e adolescentes, é um imperativo ético e político e exige ações intersetoriais com participação concreta de diversos atores sociais.

Dados do Mapa da Violência Contra a Mulher de 2018 informam que 61% dos casos de estupro divulgados pela mídia brasileira são contra mulheres menores de 18 anos, sendo que 60% delas é abusada por parentes. Quando se refere a meninas de até 14 anos, 86,4% dos abusadores são parentes, conhecidos da família e vizinhos (BRASIL, 2019). Foi na perspectiva de mudar essas estatísticas que se trabalha no processo de elaboração do Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, a convite da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social do município de Piracicaba, por meio de um projeto de extensão universitária.

Desenvolvimento

A metodologia foi participativa e partiu do diagnóstico da situação municipal, realizado por meio da análise das respostas de um questionário aplicado a todos os equipamentos públicos e organizações sociais envolvidos no atendimento de vítimas da violência sexual. O diagnóstico foi trabalhado com profissionais desses equipamentos e atores ligados à educação formal e não formal do município, por meio de encontros intersetoriais e dois grupos de trabalho intersetoriais: GTA, para a definição e o planejamento de programas, projetos, ações integradas e serviços, que contemplou os eixos prevenção, atenção, defesa e responsabilização; e CTP, para o monitoramento e a avaliação participativa das ações, que con-



IV CONISE

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

UNIDADE AMERICANA
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



templou os eixos comunicação e mobilização, participação e protagonismo, e estudos e pesquisas. Tais grupos trabalharam na construção de propostas de ações municipais para o enfrentamento de violência. As ações contemplaram seis eixos temáticos: I – Promoção da Sexualidade Responsável e Prevenção da Violência Sexual; II – Atenção; III – Defesa e Responsabilização; IV – Participação e Protagonismo; V – Comunicação e Mobilização Social; e VI – Estudos e Pesquisas. Além disso, foram definidas atividades (programas, projetos e ações), responsáveis, parceiros e cronograma de ações (ações imediatas, permanentes e prospectivas).

Para a garantia da participação, na perspectiva da democracia participativa, a proposta foi apresentada em audiência pública e submetida à consulta pública, e as sistematizações de todas as etapas foram publicadas em um site (www.unimep.br/ocap) para amplo acesso social. Em que pesem os esforços realizados, no processo de legalização desse plano, a Procuradoria Geral do município não aprovou a proposta, com argumentos estranhos ao texto apresentado, indicando motivos não expressos no parecer, que podem ser os mesmos usados para a retirada das propostas em relação à educação sexual e ao respeito à diversidade de gênero do Plano Municipal de Educação (2014-2024)

A chamada ideologia de gênero, que impõe um padrão heteronormativo à sexualidade humana, no pensamento conservador, rechaça ações que problematizam esse padrão e impõe o silenciamento das questões que mantêm a hegemonia cultural antisssexual, o que favorece o aumento da violência sexual contra a mulher, incluindo crianças e adolescentes, assim como a violência contra pessoas que não se enquadram nesse padrão dominante ideologicamente. Esse silenciamento priva crianças e adolescentes de contar com a escola como um lugar de acolhimento quando vítimas da violência sexual, além de dificultar o pleno desenvolvimento infantojuvenil, podendo produzir sérios transtornos emocionais, ansiedade, depressão e dificuldades na aprendizagem (PELISOLI *et al.*, 2010).

Destaca-se que tal violência ocorre, predominantemente, no ambiente familiar, o que implica o reconhecimento de que delegar apenas à família a responsabilidade da educação sexual significa fechar olhos e ouvidos para crianças e adolescentes que vivem essa violência na própria família. A escola deveria estar preparada para o acolhimento a essas vítimas e fazer parte de uma rede de prevenção, proteção e defesa delas. A omissão da escola implica uma violência institucional, e a ausência de políticas públicas é uma violência do Estado contra crianças e adolescentes. O Projeto de lei nº 867 (Programa Escola sem Partido), que propõe incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) proibições de se abordar conteúdos que são entendidos como sendo de cunho moral, sexual e religioso, deixando estes aos cuidados somente dos pais e/ou responsáveis (BRASIL, 2015), é um claro exemplo de tentativas de se retirar do Estado a sua responsabilidade em relação ao pleno desenvolvimento infantojuvenil por meio da educação escolar.

Conclusão

A ausência ou a insuficiência de políticas públicas que tratem do respeito ao desenvolvimento de uma sexualidade saudável e que protejam crianças e adolescentes da violência sexual é uma forma de revitimização das vítimas (AMAZARRAY; KOLLER, 1998, *apud* HABIGZANG *et al.*, 2006), e o Estado tem grande responsabilidade nisso. Também é preciso destacar que a exclusiva responsabilização das famílias para a promoção do direito à sexualidade livre e responsável, a proteção desta e a punição das famílias nos

**IV CONISE**

IV Congresso Internacional Salesiano de Educação
A pesquisa como ato político na contemporaneidade
 X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária

26/27/28
SETEMBRO/2019

 **UNIDADE AMERICANA**
 Av. de Cillo, 3500 – Pq. Universitário



casos de violação desse direito, e que atinge mais as camadas populares consideradas “de risco”, representa uma intervenção arbitrária do Estado, que tutela as famílias sem lhes dar subsídios emancipatórios (LEMOS; GUIMARÃES; CARDOSO JUNIOR, 2004).

Referências

BRASIL. **Projeto de Lei nº 867, de 2015**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/sileg/integras/1317168.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2019.

_____. Comissão de Defesa do Direito da Mulher. **Mapa da violência contra a mulher 2018**. Brasília: Comissão de Defesa do Direito da Mulher, 2019. Disponível em: http://www.justicadesaia.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Mapa-da-Violencia_pagina-cmulher.pdf. Acesso em: 5 de abril de 2019.

ENCONTRO INTERSETORIAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE, 1., 2016, Piracicaba. **Memória do I Encontro Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de Piracicaba**. Piracicaba: UNIMEP, 2016. Disponível em: https://www.unimep.br/images/gdc_conteudo/image/files/Memoria_do_I_Encontro_Intersetorial.pdf. Acesso em: 18 maio 2019.

HABIGZANG, Luísa Fernanda *et al.* Fatores de risco e proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 379-386, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722006000300006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 1 fev. 2019.

LEMOS, Flavia Cristina; GUIMARÃES, José Luiz; CARDOSO JUNIOR, Hélio Rebello. A produção da violência doméstica contra crianças e adolescentes. *In*: ARAÚJO, Maria de Fátima; MATTIOLI, Olga (Orgs.). **Gênero e violência**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004. p. 89-110.

PELISOLI, Cátula *et al.* Violência sexual contra crianças e adolescentes: dados de um serviço de referência. **Temas em Psicologia**, v. 18, n. 1, p. 85-97, dez. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v18n1/v18n1a08.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2018.